



O Sector das Actividades Artesanais em Portugal

35

Colecção **Estudos Sectoriais**

ESTE ESTUDO INTEGRA UMA SEPARATA COM OS PERFIS PROFISSIONAIS
JUNHO 2006

OFERTA

O Sector das Actividades Artesanais em Portugal

35

Colecção **Estudos Sectoriais**

ESTE ESTUDO INTEGRA UMA SEPARATA COM OS PERFIS PROFISSIONAIS

JUNHO 2006



Instituto para a Qualidade
na Formação, I. P.

Portugal. Instituto para a Qualidade na Formação

Sector das Actividades Artesanais em Portugal
– (Estudos Sectoriais: 3.5)

ISBN 972-8619-85-5

CDU 338

658

331

337

FICHA TÉCNICA

Editor

Instituto para a Qualidade na Formação, I. P.

Autor

Instituto para a Qualidade na Formação, I. P.

Título

O Sector das Actividades Artesanais em Portugal

Coordenação Técnica

Catarina Curado

Sandra Lameira

Entidade Adjudicatária

Quatenaire Portugal

Coordenação de José Portugal

Design Produção Gráfica

Ideias Virtuais

Produção Gráfica

Facsimile, Lda.

Local de Edição

Lisboa

1ª Edição

Junho 2006

ISBN

972-8619-85-5

Depósito Legal

246137/06

Tiragem

1000 exemplares

© IQF, 2006

Este estudo integra uma separata com os perfis profissionais.

Índice

NOTA DE ABERTURA	7
AGRADECIMENTOS	8
INTRODUÇÃO	9
I. DELIMITAÇÃO DO SECTOR DAS ACTIVIDADES ARTESANAIS	11
1. Enquadramento	11
1.1. Introdução	11
1.2. O Sector no Contexto Europeu	12
1.3. O Sector das Actividades Artesanais no Plano Nacional	14
2. Proposta de Delimitação	20
2.1. Actividades Artesanais: um problema de fronteiras	20
2.2. Uma Delimitação Operativa	22
II. DIAGNÓSTICO E PROSPECTIVA DO SECTOR	25
1. Enquadramento Sócio-Económico do Sector	25
1.1. Caracterização do Sector a Nível Internacional	25
1.2. Caracterização do Sector a Nível Nacional	37
1.2.1. Contextualização Histórica e Evolução das Actividades Artesanais	37
1.2.2. Quadro Regulador e Legislativo do Sector	48
1.2.3. Caracterização do Sector	49
1.2.4. Caracterização do Emprego nas Actividades Artesanais	71
1.2.5. Análise Swot das Actividades Artesanais	78
2. Caracterização das estratégias empresariais	83
2.1. Enquadramento e Caracterização das Empresas Estudadas	83
2.2. Estratégias de Mercados e Produtos	87
2.2.1. Perspectivas Gerais	87
2.2.2. Unidades Produtivas Artesanais Estudadas	90
2.3. Estratégias Tecnológicas e de Inovação	99
2.3.1. Perspectivas Gerais	99
2.3.2. Unidades Produtivas Artesanais Estudadas	99
2.4. Estratégias Organizacionais	101
2.4.1. Perspectivas Gerais	101
2.4.2. Unidades Produtivas Artesanais Estudadas	103
2.5. Gestão de Recursos Humanos	104
2.5.1. Perspectivas Gerais	104
2.5.2. Unidades Produtivas Artesanais Estudadas	105
2.6. Agrupamentos Estratégicos	105
2.6.1. Identificação dos Agrupamentos Estratégicos	105

2.6.2. Caracterização dos Agrupamentos Estratégicos	109
3. Análise Prospectiva	115
3.1. Descrição dos Cenários	115
3.1.1. Cenário Ouro	116
3.1.2. Cenário Bronze	117
III. EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS, DAS QUALIFICAÇÕES E DAS COMPETÊNCIAS	119
1. Dinâmica dos Empregos: Principais Transformações em curso	119
1.1. Evolução dos Empregos e Necessidades de Competências	124
1.1.1. Empregos em Transformação	124
1.1.2. Empregos em Regressão	133
2. Repercussões dos Cenários no Emprego, nas Qualificações e nas Competências ..	137
3. Dos Empregos Actuais aos Empregos Alvo. A Construção dos Perfis Profissionais ...	140
3.1. Agregações de Empregos e Justificação dos Critérios de Agregação	140
IV. DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO E PISTAS PARA A REORIENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	147
1. Levantamento e Caracterização da Oferta Formativa Orientada para as Actividades Artesanais	147
1.1. Nota Prévia	147
1.2. A Importância do Fundo Social Europeu para a Formação no Artesanato	148
1.3. A Diversidade de Programas de Apoio à Formação	149
1.4. A Criação de Estruturas de Apoio à Formação	150
1.5. Levantamento da Oferta Formativa	151
1.5.1. Formação Inicial	151
1.5.2. Formação Contínua	152
1.6. Constrangimentos do Levantamento e Análise da Oferta Formativa	152
1.7. Levantamento e Caracterização da Oferta Formativa	152
1.8. Oferta de Formação Inicial Inserida no Sistema Educativo	154
1.8.1. Ensino Superior	154
1.8.2. Ensino Não Superior	155
1.9. Formação Inserida no Mercado de Emprego	159
1.9.1. Qualificação Inicial e Profissional	159
1.10. Formação Profissional Contínua	168
1.11. Análise Geral da Oferta Formativa	170
1.12. A Imagem da Oferta Formativa	172
2. Das Necessidades de Competências às Necessidades de Formação	175
2.1. Pistas para Reorientação da Oferta Formativa	175
2.1.1. Qualificação Profissional dos Novos Artesãos	175
2.1.2. Formação Inicial Transversal a Todos os Sectores	177
2.1.3. Formação Profissional Contínua	179

2.1.4. Reforço da Oferta Formativa ao Nível da Formação de Formadores	182
2.1.5. Medidas Estruturantes para a Promoção da Qualidade e da Eficácia da Formação no Artesanato	183
2.1.6. Identificação de Áreas de Formação Específicas aos Vários Sectores Considerados no Estudo	184
V - OUTRAS ESTRATÉGIAS DE RESPOSTA ÀS NECESSIDADES DE COMPETÊNCIAS	187
ANEXOS	193
BIBLIOGRAFIA	245

Nota de Abertura

Com este estudo "O Sector das Actividades Artesanais em Portugal", o IQF apresenta o 35º estudo sectorial prospectivo, tendo como principal objectivo disponibilizar informação relevante sobre a dinâmica de emprego, a identificação de perfis profissionais prospectivos e a necessidade de novas competências, de forma a apoiar a actividade dos operadores de formação, ao nível do planeamento e organização da formação e ao nível da gestão do emprego.

O estudo foi desenvolvido segundo a metodologia específica, criada pelo IQF e utilizada de forma transversal a todos os sectores de actividade.

As actividades artesanais não constituem um sector de actividade "típico" na acepção que é comum conferir-lhe e que se baseia num conjunto de afinidades, seja na utilização de uma mesma matéria-prima, no fornecimento de um serviço ou num produto final com características afins. No Artesanato, o factor de agregação das actividades - que abrange diferentes sectores de actividades (como as madeiras, o têxtil, o vestuário, o turismo, a metalomecânica, etc.) - reside no modo de produção, no reconhecimento social e, de alguma forma, no sistema de distribuição e venda.

Esta constatação é, de certo modo, confirmada pelo Dec.-Lei nº 110/2002, de 16 de Abril: *"A actividade artesanal deve caracterizar-se pela fidelidade aos processos tradicionais, em que a intervenção pessoal constitui um factor predominante e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno, sem prejuízo da abertura à inovação"*.

Assim, na delimitação deste estudo foram consideradas 5 áreas de actividade, sendo estas as mais representativas em termos sociais e económicos:

- Artes e Ofícios Têxteis
- Artes e Ofícios da Cerâmica
- Artes e Ofícios de Trabalhar a Madeira
- Artes e Ofícios de Trabalhar o Metal
- Produção e Confeção Artesanal de Bens Alimentares

A diversidade de funções assumidas hoje pelo artesão implica o domínio de um conjunto vasto de competências que se relacionam não apenas com a concepção do produto e o domínio técnico da sua produção, mas também com a gestão da sua empresa e o relacionamento desta com o mercado.

Para o sector das Actividades Artesanais em Portugal foram construídos 15 perfis profissionais, dos quais 8 são específicos e 7 são comuns a outros sectores de actividade.

A utilização de perfis de banda larga, privilegiada pelo IQF, sempre que possível, prende-se com o desejo de que estes possam sustentar perfis de qualificação que integrem competências transferíveis entre actividades e sectores, facilitando, assim, a adaptabilidade das organizações e a mobilidade profissional.

O Conselho Directivo

Agradecimentos

Este trabalho é fruto de muitas cumplicidades, partilhas de informação e de opinião crítica, essenciais ao amadurecimento de uma reflexão estruturada sobre um novo sector feito de actividades ancestrais. A todos agradecemos a disponibilidade e o contributo abalizado:

- Aos Artesãos e Unidades Produtivas Artesanais
- Às Associações do Sector:
 - Federação Portuguesa de Artes e Ofícios
 - Associações e Cooperativas de Artesãos
- Ao PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais
- Às Entidades Formadoras:
 - CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato
 - CENCAL - Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica
 - CINDOR - Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria
 - Escola de Ensino Artístico Soares dos Reis
 - Escola de Artes e Ofícios Tradicionais da Batalha
 - Centro de Formação de Artesãos de Reguengos de Monsaraz
 - Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa
- A outras Entidades:
 - CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais
 - Regiões de Turismo
 - Associações de Desenvolvimento Local e Regional

- Entidades Organizadoras de Feiras de Artesanato
- Entidades Gestoras de Redes de Comercialização de Artesanato
- Entidades Certificadoras de Produções Artesanais

O IQF deixa um agradecimento especial à Dra. Ana Cláudia Valente - ex-coordenadora do Projecto "Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação" e à Dra. Carla Rocha pelo acompanhamento técnico do estudo.

Introdução

Seguindo uma metodologia técnica definida pelo IQF, o estudo que agora se apresenta enquadra-se num trabalho de análise e de debate que o IQF tem vindo a promover sobre a necessidade de novas qualificações em Portugal, neste caso, para o sector das Actividades Artesanais em Portugal.

Este estudo, o 35º da colecção dos Estudos Sectoriais Prospectivos, estrutura-se em cinco partes. Cada uma destas partes procura reflectir aspectos particulares da diversidade do sector das Actividades Artesanais em Portugal.

A primeira parte delimita o sector enquanto objecto de análise. A segunda parte faz o enquadramento socio-económico do sector, a nível nacional e internacional, e o diagnóstico das estratégias empresariais relativamente aos mercados e aos produtos, às tecnologias, aos modos de organização e de gestão de recursos humanos. É também, nesta parte, que se propõem cenários de evolução que constituem ferramentas úteis à análise e à intervenção estratégica neste sector.

A terceira parte do estudo dedica-se à análise da dinâmica dos empregos, identificando os seus movimentos quantitativos e qualitativos (empregos em crescimento, em transformação e em regressão) e as competências críticas para as empresas e para os indivíduos. Identificam-se também as exigências em termos de volume e de qualidade do emprego e as competências necessárias à possível concretização dos cenários.

Na quarta parte do estudo faz-se o diagnóstico das necessidades de formação a partir do levantamento e análise da oferta de formação vocacionada para o sector e dos défices de qualificação detectados. São apontadas pistas de reorientação da formação que, juntamente com outras intervenções (quinta parte), poderão viabilizar novos modelos de competitividade.

O estudo integra ainda uma separata com os perfis profissionais construídos para sector. Estes são perfis de banda larga, porque agregam empregos com actividades próximas e mobilizam competências semelhantes. São perfis dinâmicos, porque integram a variabilidade e a evolução dos empregos e são centrados nas competências e não nas tarefas e operações, funcionando como um referencial que facilita a mobilidade funcional e profissional.

É uma metodologia predominantemente qualitativa que conta com pesquisa bibliográfica, com um conjunto muito significativo de entrevistas e com 32 estudos de caso a empresas/entidades seleccionadas, de modo a cobrir a diversidade do sector das Actividades Artesanais em Portugal e tendo em conta critérios como a actividade principal da empresa, o tipo de serviço e a dimensão da empresa.

A utilidade deste estudo quer ao nível do planeamento e organização da formação quer ao nível da gestão do emprego (contratação colectiva, certificação profissional e informação e orientação profissional) depende da capacidade do estudo propor alternativas de actuação estratégicas e qualificantes e da capacidade dos agentes sectoriais se apropriarem destes resultados.

Para este trabalho, foi imprescindível o conhecimento e a validação técnica de um conjunto alargado de associações empresariais, sindicais, profissionais, instituições de ensino e formação e especialistas ao nível do sector que, enquanto agentes de mudança, podem também ter um papel decisivo na configuração da realidade actual e futura do sector.

I. Delimitação do Sector

1. Enquadramento

1.1. Introdução

As actividades artesanais, situadas no cruzamento da economia e da cultura, dos saberes-fazer tradicionais e da inovação, suscitam um interesse cada vez maior junto dos responsáveis económicos e pode dizer-se, um interesse renovado por parte de novos praticantes, conscientes da síntese de valores que representam: memória colectiva, criatividade e capacidade de inovação, educação, cultura, identificação social e atractividade turística, imagem de marca dos territórios.

Transmitidas por heranças ancestrais, ou procuradas para responder a necessidades de emprego, ou a uma certa concepção de vida, actividades em que se desenvolve por excelência uma manualidade criativa, indispensáveis para a conservação e o restauro do património, as actividades artesanais participam activamente na dinâmica económica, cultural e social do país.

Por outro lado, as actividades artesanais não constituem verdadeiramente um sector de actividade na acepção que é comum conferir-lhe e que se baseia num conjunto de afinidades, seja na utilização de uma mesma matéria-prima, no fornecimento de um serviço ou num produto final com características afins.

O factor de agregação destas actividades não reside na sua especificidade tipológica, já que os produtos artesanais não se inscrevem numa gama de produtos específica, constituindo, pelo contrário, um sector em que se verifica uma enorme pulverização em termos de actividades desenvolvidas. Da mesma forma que o sector industrial abrange um conjunto vasto de actividades (como as madeiras, o vestuário, a hotelaria, a construção civil, a metalomecânica, etc), **o Sector das Actividades Artesanais é composto por um vasto conjunto de actividades, com poucas afinidades a não ser o modo de produção, o reconhecimento social e, de alguma forma, o sistema de distribuição e venda.**

Esta constatação é, de certa forma, corroborada pelo Art. 5º do Dec.-Lei nº 41/2001, com a redacção que lhe foi dada pelo Dec.-Lei nº 110/2002, de 16 de Abril:

"A actividade artesanal deve caracterizar-se pela fidelidade aos processos tradicionais, em que a intervenção pessoal constitui um factor predominante e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno, sem prejuízo da abertura à inovação" (...) (art.5º do Dec.-Lei), sendo que a "predominância da intervenção pessoal é avaliada em relação às fases do processo produtivo em que se influencie ou determine a qualidade e a natureza do produto ou serviço final" (...) (nº 2 do mesmo artigo).

1.2. O sector no contexto europeu

A ausência de uma definição uniforme da noção de artesanato e de empresa artesanal nos Estados-Membros da União Europeia tem dificultado a assunção de uma política comum de enquadramento e apoio ao sector e suscita várias questões importantes, nomeadamente as relativas ao reconhecimento mútuo das formações profissionais ou da duração do exercício da profissão a fim de permitir, por exemplo, a instalação de um artesão de um qualquer país da UE, num outro Estado-Membro, beneficiando das mesmas condições que os seus colegas do país de acolhimento.

As definições de artesanato e de microempresa artesanal variam com os países e os diversos contextos em que se integram mas são, em qualquer caso, universos numerosos e significativos em termos económicos e sociais, sobretudo a nível regional e local.

A Comissão Europeia, ciente dos diferentes conceitos e práticas concretas ao nível dos diferentes países da UE, entendeu que as actividades artesanais "continuarão a ser definidas a nível nacional em virtude das suas características específicas".

Analisando um pouco mais em pormenor as concepções e os modelos organizativos e comunitários,

poder-se-á referir:

A nível europeu, a UEAPME - União Europeia das Pequenas e Médias Empresas, fundada em 1979, com sede em Bruxelas, congrega as principais associações nacionais e regionais do sector nos Estados-Membros da União Europeia e faz parte da lista de parceiros sociais consultados no quadro dos processos de diálogo e concertação social desenvolvidos pela Comissão Europeia.

Em **Espanha**, o artesanato é considerado predominantemente um sector económico, em que as questões da dimensão da empresa e do volume de negócios são determinantes para o reconhecimento da unidade produtiva artesanal. É enquadrado pelos organismos dependentes do Ministério da Economia, mas é um sector da competência, em larga medida, das regiões autónomas. É a esse nível que se desenvolve o apoio ao desenvolvimento da actividade, como as questões do registo dos artesãos e das unidades produtivas artesanais, a promoção da formação profissional e a concessão de apoios financeiros.

Em **França**, constituem "pequenas empresas com estatuto artesanal" aquelas que tiverem até dez trabalhadores, sendo o seu registo obrigatório. Esta designação traduz a prevalência da componente económica no conceito de artesanato: "as pessoas físicas e as pessoas morais que não empregam mais do que dez assalariados e que exercem, a título principal ou secundário, uma actividade profissional independente de produção, de transformação, de reparação ou de prestação de um serviço" (Lei nº 96-603 de 5/7/96). Estas empresas têm de ter como responsável um artesão, um artesão de arte ou um mestre artesão, reconhecido através de diploma de formação ou de experiência profissional. A competência profissional do chefe de empresa é, pois, um carácter discriminatório na legislação francesa.

O enquadramento institucional é assegurado pela *Secrétariat d'Etat aux Petites et Moyennes Entreprises*,

au Commerce et à l'Artisanat. Os ofícios artesanais organizam-se em Câmaras de Ofícios e Câmaras de Comércio e Indústria, instituições de âmbito territorial e com órgãos eleitos pelos profissionais dos ofícios. Às Câmaras de Ofícios é cometida a função de representação do sector e a interlocução junto da administração, bem como o registo e o reconhecimento dos artífices e das empresas e a promoção da formação.

Os *métiers d'art* constituem dentro deste conceito abrangente de artesanato um subsector, com características próprias que lhe são conferidas pela designação "d'art", não deixando, no entanto, de ser englobados no vasto conjunto do sector dos "ofícios".

Existem neste país várias organizações de apoio às actividades artesanais, como a SEMA - Société d'Encouragement aux Métiers d'Art, que tem por missão a dinamização e a promoção do artesanato de arte.

A **Alemanha** adoptou um Código de Artesanato que define o que são actividades artesanais, em que se fundamenta o reconhecimento de uma unidade produtiva artesanal. Esse critério é decisivo e não propriamente a dimensão da empresa e o volume de negócios como no caso de outros países. A instituição federadora no sector das actividades artesanais é a ZDH (União do Artesanato Alemão), entidade que congrega as organizações representativas dos artesãos (designadamente as Câmaras de Ofícios, entidades independentes do Estado que asseguram informação, formação e assistência técnica aos profissionais do sector) e é o interlocutor junto do departamento da administração pública que enquadra o sector.

A **Itália** define como actividade artesanal a produção de bens acabados ou semi-acabados dentro de um repertório de actividades bastante abrangente e que engloba actividades fundamentalmente nas áreas da manufactura, da construção e dos serviços, representando mais de 800 tipos de actividades. A Confartigianato é a organização federadora das organizações regionais (que representam cerca de 520.000 empresas), interlocutora das instituições

públicas competentes, a exemplo do que existe noutros países.

Noutros **países europeus**, não existe nenhum enquadramento específico do artesanato, uma vez que nem existe sequer uma noção estabilizada de artesanato: é o caso, do Reino Unido e da Irlanda.

Em resumo, estas microempresas artesanais, sendo a forma dominante de organização do tecido empresarial na União Europeia, são ainda mais importantes nas zonas rurais, sendo aí o seu principal motor de desenvolvimento económico. O seu papel social e económico representa hoje um enorme contributo para atenuar o drama do desemprego de 20 milhões de europeus e para fazer face à crise do Estado-Providência, e das regiões industriais em reestruturação ou das regiões rurais em perda.

Às facilidades de inserção no meio, ao seu enraizamento no território, as microempresas artesanais juntam a sua flexibilidade, capacidade de adaptação a pequenas procuras, mesmo a procuras individualizadas, resistência a situações de crise, valorização dos recursos naturais e humanos locais e a mobilização de pequenas poupanças, que constituem outros pontos fortes deste universo empresarial. Mesmo as unidades familiares são e devem ser consideradas como unidades produtivas, ou seja, o "pequeno" artesão é um empresário e não apenas um agente portador de um elemento de cultura, qualquer que seja o ramo de actividade que desenvolva. Por isso, o artesanato é cada vez mais integrado na esfera da PME - até porque as empresas artesanais desejam conservar as suas dimensões e não têm por objectivo crescer - embora se lhe possa conferir alguma individualidade, que lhe advém mais da natureza das suas produções do que da forma de organização da empresa.

Tendo aprendido um ofício que o torna apto à concepção e confecção dos produtos da sua oficina, na realidade é chamado a dominar todo um vasto conjunto de outros ofícios que se prendem com a gestão da sua empresa e o desenvolvimento e comercialização da sua produção.

1.3. O Sector das Actividades Artesanais no Plano Nacional

A importância económica do sector ainda é presumida, já que as bases estatísticas existentes não contemplam informação rigorosa sobre o artesanato, dado que ele tem existência social e económica mas não tinha, até agora, existência legal enquanto sector, o que só veio a ser possível com a publicação dos Decretos-Lei n.º 41/2001 e 110/2002, relativos ao Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal. Atravessando horizontalmente toda a CAE, as actividades artesanais aparecem estatisticamente englobadas nas actividades económicas em geral, não sendo possível destrinchá-las da actividade industrial. Só a implementação em curso desta legislação, em particular o que respeita ao Registo Nacional do Artesanato, irá permitir a obtenção de dados passíveis de autonomizar o sector e fornecer toda a informação estatística necessária à sua caracterização mais objectiva.

Já quanto ao número de unidades produtivas artesanais existentes, e salvaguardando o facto de não existirem ainda dados aferidos a nível nacional, existe já alguma informação consistente, obtida a partir de uma base de dados que o CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais vem desenvolvendo desde 1994 e que o PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais apoiou, desde a sua criação, na sua actualização e validação, a qual conta com um registo de cerca de 6000 artesãos e oficinas de artesanato. Considerando que a base de dados em causa está sobretudo desenvolvida para o Norte e Centro do país, facilmente se pode concluir que o número de unidades produtivas artesanais no território nacional (incluindo Açores e Madeira) poderá rondar as 20.000. Se, por outro lado, tivermos em conta que uma boa parte dessas microempresas se localizam em zonas rurais economicamente deprimidas, facilmente reconheceremos a sua importância vital em termos de coesão social e o seu contributo nas dinâmicas próprias das economias dos territórios onde se inserem.

As actividades artesanais correspondem a um tecido económico frágil, onde se encontram alguns subsectores de actividade constituídos por microempresas com dificuldades e insuficiências ao nível do capital, com dificuldades de acesso a crédito e a garantias bancárias, com uma débil formação profissional, designadamente nas áreas da gestão empresarial, das técnicas de abordagem ao mercado, da inovação tecnológica na produção, da utilização das novas tecnologias de apoio à gestão de informação e comunicação e com carências ainda ao nível da formação estética e artística indispensável para a inovação das produções.

Alguns destes subsectores são constituídos por artesãos com uma idade média elevada.

Existe, além disso, uma grande pressão sobre o sector, dadas: i) as grandes **expectativas geradas em torno desta actividade no âmbito da economia social** - é frequente esta actividade ser apontada, nos diagnósticos socioeconómicos e nos programas políticos locais e nacionais, como um importante recurso para a resolução de problemas de emprego, de dificuldades de fixação de população e de recursos humanos em territórios em regressão de efectivos e de actividades (tenha-se presente os grandes impactes provocados pela instalação de grandes unidades empresariais, vistas à escala dos territórios locais, e as graves dificuldades e repercussões que o encerramento dessas empresas, multinacionais ou outras, ocasionam em tecidos sociais de uma enorme fragilidade, no interior do país, designadamente); ii) e as **expectativas de natureza cultural**, designadamente no que respeita ao seu contributo para a recuperação do património cultural móvel e edificado e ao reconhecimento da importância das actividades artesanais, elas próprias, enquanto património cultural, com atributos de representação identitária e reconhecimento simbólico da cultura do país e das regiões.

Por esta razão, estamos em presença de um sector que não pode ser só avaliado pelo seu desempenho

económico. Este sector exerce também um papel social e cultural que deve ser reconhecido e do qual a actividade deve claramente beneficiar em termos do apoio que lhe é concedido, que não será mais do que a retribuição da expectativa social que lhe é conferida.

Mas, a situação global no domínio das actividades artesanais já não é de absoluta carência, como se verificava no início da década de 1980. Hoje, o panorama é bem mais animador, mercê de um conjunto de alterações operadas nas duas últimas décadas e que se podem sintetizar do seguinte modo:

a) Na atitude dos artesãos face à sua profissão

O ofício e a arte de artesão são já hoje, para muitos, uma escolha profissional onde se espera encontrar uma realização pessoal e profissional, com um rendimento compatível com o investimento em formação, com a competência adquirida e com um reconhecimento social esperado. Já não se nasce artesão, como se verificava no tempo em que o destino profissional era profundamente marcado por uma genealogia de artífices que havia que não interromper. Em muitas actividades, quebrou-se esta transmissão familiar dos ofícios, porque as expectativas sociais e económicas dos próprios mestres artesãos levavam a que conduzissem os seus descendentes para outras ocupações mais compensadoras.

A percepção de que a sobrevivência das próprias artes dependeria da busca de novos mercados, que valorizassem e reconhecessem o valor de uso, mas fundamentalmente o valor simbólico, cultural e artístico das suas produções, originou um novo tipo de relacionamento com o mercado.

Aliás, uma das características destes artesãos é o espectro amplo das competências requeridas para o exercício da sua actividade. A diversidade de funções assumidas pelo artesão implica um conjunto vasto de aptidões que se prendem com a concepção do produto, o domínio técnico da sua produção, a gestão da sua empresa, o relacionamento da

empresa com o mercado. Estas últimas dimensões da sua actividade eram tradicionalmente assumidas como uma extensão natural do seu ofício, pelo próprio artesão ou por um familiar, normalmente o cônjuge, num contexto de mercado local (venda directa na própria oficina ou na feira ou mercado local ou da região). Esta circunstância coloca grandes desafios aos processos formativos que deverão apetrechar os artesãos em exercício, ou os que pretendem iniciar a actividade, num conjunto vasto de matérias artísticas, tecnológicas e de gestão empresarial.

Se os ofícios tradicionais desenvolvidos em contextos rurais continuam a representar uma actividade complementar de outras, nomeadamente do trabalho doméstico ou dos trabalhos agrícolas, a tendência vai no sentido de uma crescente profissionalização das actividades artesanais, que se desenvolvem como ocupação principal.

b) No relacionamento com o mercado

A colocação dos produtos em mercados cada vez mais longínquos, com uma concorrência interna e externa muito mais forte, em que as suas produções surgem ao consumidor descontextualizadas do seu ambiente natural de produção, exige do artesão dos dias de hoje um conjunto de competências específicas para as quais não estaria, em muitos casos, preparado.

Uma debilidade tradicionalmente evidenciada pelo sector no relacionamento com o mercado, começa agora a apresentar sinais de mudança.

Na década de 90, verificou-se uma explosão na organização de **feiras de artesanato** de norte a sul do país, associadas normalmente a manifestações festivas tradicionais e a eventos e campanhas de promoção dos locais e das regiões, a maior parte das vezes de iniciativa municipal, embora tivesse surgido também um conjunto de feiras de natureza privada.

Este crescimento encontra parte da sua justificação nos apoios institucionais do **Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)** à divulgação e

comercialização do artesanato, designadamente através do apoio financeiro à realização de certames de expressão nacional, regional e local, à Feira Internacional de Artesanato anualmente realizada na FIL, à participação de artesãos portugueses em certames em Portugal e no estrangeiro (neste último caso, em colaboração com o ICEP).

A ausência de qualquer regulação destes certames levou à degradação acentuada da qualidade de alguns deles, devido a impreparação organizativa, mas também a uma ausência de critérios de qualidade e de autenticidade das produções aí vendidas, o que conduziu, frequentemente, à inclusão de toda a espécie de quinquilharias que se misturam com produções artesanais de qualidade e que causam embaraço aos artesãos e confusão aos compradores. Essa situação tem afastado destas feiras de artesanato algum público comprador mais exigente. Tem vindo a verificar-se uma selecção natural no que respeita ao sucesso comercial destas iniciativas.

E, se é verdade que as feiras foram e continuam a ser um veículo muito importante de venda das produções artesanais, também é verdade que, seja por alguma saturação deste tipo de abordagem ao mercado, seja por alguma desqualificação da imagem destas feiras, alguns artesãos começam a considerar pouco compensadora a sua participação, pelo esforço de deslocação e de ausência prolongada do artesão da sua oficina, que se traduz em encargos duplos (de deslocação e de não-trabalho).

No quadro de uma nova relação com o mercado e procurando adaptar-se às suas novas tendências e exigências, alguns artesãos têm explorado outro tipo de colocação dos seus produtos, num mercado menos generalista e mais direccionado para uma procura mais exigente, e vendem os seus produtos, num regime mais livre ou sob a forma de contrato, em lojas de artesanato, lojas de design, galerias de arte, etc.

Recentemente, de uma forma mais sistemática e concertada entre instituições e artesãos, tem-se feito

notar algum esforço de **internacionalização**, através da participação em grandes feiras da especialidade realizadas em vários países europeus (em Espanha, e Itália, nomeadamente); também no âmbito do **comércio electrónico** se têm vindo a multiplicar iniciativas de várias organizações de artesãos, ou de instituições, designadamente ligadas ao turismo.

Ainda neste quadro da evolução para um novo tipo de relacionamento com o mercado, poder-se-á referir a dinâmica recente de qualificação e certificação de produções artesanais, além dos produtos alimentares tradicionais, que têm, neste campo, uma tradição mais antiga. Assim, os bordados da Madeira e a ourivesaria tradicional portuguesa foram os processos pioneiros, a que se juntaram os lenços de namorados do Minho, tendo-se encetado entretanto outros processos de certificação.

Esta valorização e reconhecimento das produções artesanais como produções de qualidade, têm sido construídos também: i) com o contributo que entidades como o **CRAT-Centro Regional de Artes Tradicionais** têm vindo a dar para o reconhecimento do valor cultural e patrimonial das artes e ofícios, através de um trabalho sistemático de investigação, divulgação e edição; ii) e sob a forma de eventos promocionais que premeiam a qualidade das produções artesanais como é o caso do Prémio Nacional do Artesanato, organização bienal do IEFP.

c) Nas formas de formação

A formação nas actividades artesanais era feita, tradicionalmente, em contexto oficial, muitas vezes familiar, e sempre numa relação muito personalizada entre mestre e aprendiz. Hoje em dia, na maioria dos casos, isso já não acontece. Também neste domínio da formação, a situação teve evoluções significativas nas duas últimas décadas.

Ao nível da formação profissional específica para o sector do artesanato, surge em 1986 uma organização totalmente dedicada à formação nas artes e ofícios: o **CEARTE-Centro de Formação Profissio-**

nal do Artesanato, entidade de direito público criada por protocolo entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Cáritas Diocesana de Coimbra. O CEARTE veio a tornar-se um dos mais importantes recursos de que o sector das artes e ofícios dispõe para a qualificação e o aperfeiçoamento dos artesãos portugueses e, consequentemente, para o seu desenvolvimento. Gradualmente, e de forma pioneira, este Centro foi construindo uma cultura de profissionalismo e exigência assentes numa abordagem técnica da formação no artesanato, acumulando experiência, testando metodologias, estendendo a sua intervenção às áreas da consultoria especializada, sendo hoje, reconhecidamente, uma referência a nível nacional.

O **Programa Escolas-Oficina**, em funcionamento desde 1997 e da iniciativa do IEFP, tem também desempenhado um importante papel social, do ponto de vista do combate ao desemprego e da inserção social e profissional de jovens e adultos desempregados, além de representar hoje um interessante instrumento de transmissão dos saberes e consequente preservação de muitas actividades artesanais. Já pelo número de acções realizadas e em curso, já pela sua disseminação no território nacional, o Programa Escolas-Oficina revela um potencial de intervenção considerável em matéria de formação profissional no sector do artesanato.

No que se refere ao sistema educativo, a grande oferta formativa surgida no país nas mais variadas áreas artísticas, integrada no **ensino artístico especializado** e no **ensino técnico-profissional**, conduziu uma nova geração para o desenvolvimento de projectos artísticos e empresariais na área do artesanato.

Em algumas actividades artesanais, destaca-se a actuação de algumas entidades formadoras, como é o caso da Fundação Ricardo Espírito Santo, na área das madeiras e da marcenaria, mais concretamente. Esta entidade, em particular, tem tido um importante papel na captação de novos praticantes, atraídos

pelo prestígio conferido à actividade pelo rigor técnico-artístico da formação e pelos resultados alcançados na criação de emprego após a formação.

As mutações operadas ao nível dos contextos formativos, constituíram um dos factores que mais influenciaram a evolução do panorama das actividades artesanais nas duas últimas décadas.

d) Na estruturação organizativa do sector

O sector situa-se num quadro em que ainda não se operacionalizaram um conjunto de diplomas que terão um enorme alcance no seu enquadramento jurídico e normativo. A debilidade da estruturação das actividades artesanais enquanto sector de actividade, e que ainda se verifica, tem um conjunto de justificações que importa enumerar:

i) A grande dispersão territorial das actividades artesanais; ii) a variedade de produções hoje consideradas artesanais, que mantinham entre si muito poucas afinidades tipológicas; iii) a rarefacção dos efectivos de cada uma dessas actividades, com o êxodo que o mundo rural sofreu nas décadas de 60 e 70; iv) uma situação muito diferenciada no que se refere à profissionalização da actividade (muitas vezes sazonal, nos entremeios das actividades agrícolas, por exemplo); originou um quadro de situação que se traduziu numa situação de grande atomização dos artesãos e das oficinas artesanais - o que, até meados da década de 70, impediu a criação de estruturas organizadas e representativas.

Após o 25 de Abril surgiram variadas dinâmicas associativas nas mais diversas áreas da actividade económica e social da vida portuguesa. Os ofícios artesanais também se organizaram em associações e cooperativas de base territorial, local ou regional. Algumas foram constituídas no quadro de acções de desenvolvimento local, outras constituíram, elas próprias, o motor de dinâmicas locais de desenvolvimento, muito associadas a uma economia social, por vezes de educação de adultos, ou de emprego

feminino, em zonas onde a mulher não exercia qualquer tipo de profissão remunerada, e ainda no âmbito de acções de preservação das tradições e recuperação do património cultural local.

Outras associações surgiram num contexto urbano, a partir da iniciativa de artesãos contemporâneos, com uma intenção fundamentalmente reivindicativa do reconhecimento do sector e das suas especificidades artísticas e económicas. Embora tivessem surgido algumas tentativas de criar estruturas que congregassem este movimento associativo, que se desenvolveu um pouco por todo o país, nunca se conseguiu alcançar uma representatividade e capacidade mobilizadora dos artesãos, que na sua maioria via esses processos com alguma desconfiança.

Com a criação da iniciativa interministerial do PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, o panorama do enquadramento do sector do artesanato alterou-se profundamente, não só porque aquele se constituiu como plataforma de concertação de políticas e programas dos vários ministérios e organismos do Estado, mas também porque que se lhe reconheceu, desde logo, o papel de rosto da administração face aos profissionais do sector e lhes permitiu encontrar um interlocutor público único e reconhecido, o que até então não sucedia, dada a indefinição das competências da Administração face ao sector.

Com a necessidade de congregar a maior base de apoio possível do sector do artesanato para o lançamento de um processo longo e complicado de estruturação e reconhecimento, deu-se início a um processo de divulgação dos objectivos e de consulta aos artesãos e às suas estruturas organizativas, tendo sido convocadas quatro Assembleias de Artes e Ofícios em várias regiões do país. Na sequência destas Assembleias, constituiu-se uma Comissão Nacional de Artesãos, composta por representantes de organizações de artesãos das várias regiões e que criou as bases para o surgimento da Federação Portuguesa de Artes e Ofícios.

Ao longo de dois anos de intenso trabalho interassociativo, a CNA - Comissão Nacional de Artesãos conseguiu aplanar inúmeras dificuldades, promover a aproximação entre as Associações e gerar os consensos necessários que culminaram na convocação da convenção de Aveiro, em Janeiro de 2001. Esta primeira convenção das Associações de Artesãos, em que estiveram presentes cerca de trinta associações em actividade ou em processo de criação, entre as quais se contavam as recém-criadas associações açoreanas que entretanto haviam integrado a CNA, aprova os Estatutos da Federação Portuguesa de Artes e Ofícios (FPAO) e a estratégia regional proposta pela CNA que recebe a incumbência, sua derradeira tarefa, de instalar a FPAO, definitivamente oficializada com a eleição dos seus corpos sociais na convenção de Óbidos, em Fevereiro de 2002.

Durante quatro anos, as Associações de Artesãos trabalharam em conjunto, algo de impensável há uns anos antes, e criaram uma Federação com real capacidade de representação. Cada Região elege o seu representante nos diferentes corpos directivos. Esta orgânica, assente numa representatividade das várias regiões do país, tem-se revelado eficaz e aglutinadora.

Acresce que a este esforço de organização e estruturação do sector, correspondeu o Estado com o reconhecimento das estruturas que se consideram representativas de artesãos e de unidades produtivas artesanais, conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 20.º e do Dec.-Lei n.º 41/2001, com a redacção que lhe foi dada pelo Dec.-Lei n.º 110/2002, de 16 de Abril: *"São consideradas representativas do sector (...) as pessoas colectivas de direito privado (...) que não tenham fins lucrativos, sejam constituídas maioritariamente por artesãos ou unidades produtivas artesanais e tenham por objecto a defesa dos direitos e interesses dos artesãos e das unidades produtivas artesanais, bem como as suas uniões, federações ou confederações"*.

A Federação é composta, actualmente, por representantes das estruturas organizativas dos artesãos, ao nível das regiões do continente e das regiões autónomas, e é já o interlocutor reconhecido pelo PPART (e, portanto, pela Administração) para a discussão das questões relacionadas com a estruturação do sector em curso.

Estes processos cruzados de estruturação do sector têm originado uma progressiva profissionalização das actividades artesanais. A par disto, com a chegada de uma nova geração de artesãos, tem vindo a ocorrer um fenómeno de empresariação crescente do sector, que denota uma consciência de classe profissional que, sem dúvida, se acentuará com os diplomas reguladores e enquadramentos da actividade publicados e em publicação.

e) No quadro regulador e legislativo do sector

A indefinição do que se engloba no conceito de artesanato, a dispersão das medidas públicas de enquadramento e apoio ao sector, a consequente inexistência de uma única entidade que conjugasse e articulasse a intervenção dos vários organismos do Estado, a não existência de uma informação estatística rigorosa e actualizada que permita conhecer a composição e a dimensão do sector em termos sociais e económicos, levou ao lançamento em 1997, com a criação do PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, de um processo que viria a conduzir à criação das bases normativas para o ordenamento jurídico e normativo do sector.

Aprovado pelo Decreto-Lei nº 41/2001, de 9 de Fevereiro, entretanto alterado, no sentido de complementado, pelo Decreto-Lei nº 110/2002, de 16 de Abril, o Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal enquadra, define e regula o conjunto de actividades económicas associadas às artes e ofícios, constituindo um avanço importante que vem colmatar falhas, de há muito sentidas por todos os agentes envolvidos.

A definição do estatuto e do respectivo processo de

reconhecimento de artesãos e unidades produtivas artesanais surge como uma medida de suporte a uma política de fomento às artes, ofícios e microempresas artesanais, que permite delimitar, com rigor acrescido, as fronteiras fluidas do artesanato e identifica, cabalmente, os beneficiários das medidas de incentivo e de discriminação positiva para as actividades artesanais.

A valorização e credibilização das artes e ofícios vistos ainda como suporte de afirmação e de identidade nacionais, surgem, pois, como o objectivo central do Estatuto do Artesão, no reconhecimento do papel fundamental que os seus agentes podem assumir na dinamização da economia e do emprego ao nível local. Este importante diploma só logrou cumprir os seus objectivos com a publicação das respectivas normas regulamentares.

Quando todas estas componentes de um novo ordenamento jurídico para o sector das actividades artesanais estiverem publicadas, vai ser possível atribuir:

- A Carta de Artesão, que consiste num documento renovável por períodos de dois a cinco anos, que reconhece o domínio de saberes e técnicas inerentes à sua actividade e a sua dedicação à mesma a título profissional.
- A Carta de Unidade Produtiva Artesanal, também renovável periodicamente, e que será atribuída na base de critérios que se prendem fundamentalmente com o reconhecimento do artesão enquanto responsável da produção e com a dimensão da empresa, que não poderá exceder os dez trabalhadores. Este reconhecimento da unidade produtiva artesanal, que poderá apresentar formas jurídicas diversas (empresário em nome individual, sociedade comercial ou cooperativa) será condição necessária para a obtenção de quaisquer apoios ou benefícios por parte do Estado.

O Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal foi regulamentado pela Portaria nº 1193/2003 de 13 de Outubro, o que, entre outros

aspectos, aprova o Repertório das Actividades Artesanais, que será periodicamente actualizável, organizado por domínios de actividade em correspondência com a Classificação das Actividades Económicas (CAE).

A referida legislação criou o Registo Nacional do Artesanato que se destina à inscrição dos artesãos e das unidades produtivas artesanais, e que constituirá um valioso instrumento para a produção de dados estatísticos que permitam obter informação rigorosa e actualizada sobre o sector.

2. Proposta de Delimitação

2.1. Actividades Artesanais: um problema de fronteiras

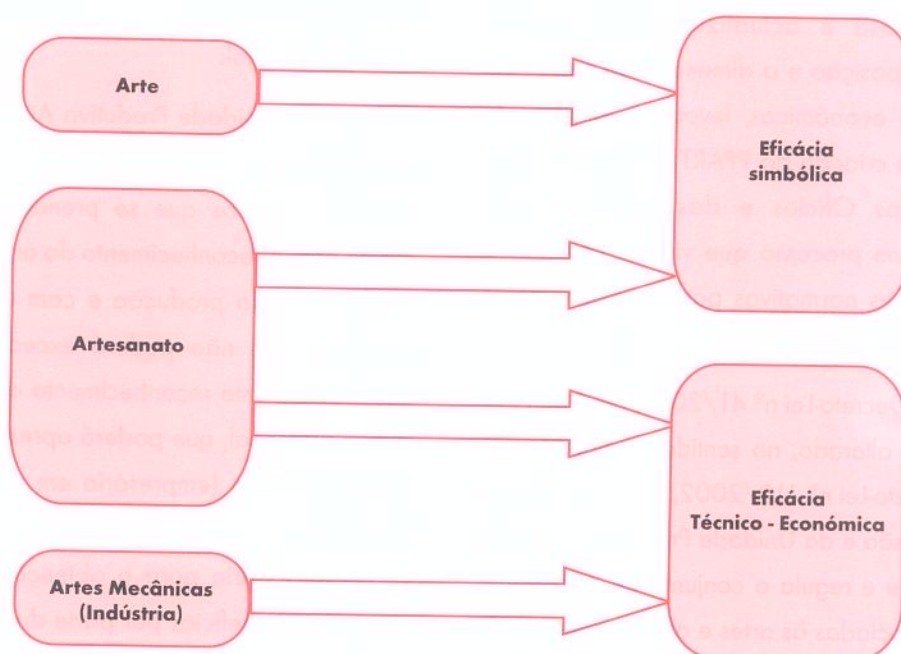
As actividades artesanais, constituíram sempre uma área-charneira entre as actividades artísticas e a indústria com maiores ligações a umas ou a outras consoante os períodos históricos.

Na antiguidade, os gregos utilizavam a palavra "tecnê" (técnica) para designar a arte em geral, nomeando indiferentemente os trabalhos utilitários ou as belas artes, a cantaria e a escultura, a arquitectura, a pintura, a cerâmica, etc. Esta utilização polivalente da palavra é reveladora de uma grande unidade que então se verificava entre as diversas artes. A função (utilidade) e a beleza (harmonia de proporções, elegância de contornos, beleza da matéria-prima) eram características indissociáveis.

"Então a arte e a vida avançavam a par: não havia objectos de arte para olhar e objectos vulgares para usar".¹

Estas actividades incorporam hoje lógicas de organização e de mercado que as aproximam da indústria e componentes de criatividade artística e de destino final das produções em que relevam critérios de ordem estética e decorativa, independentemente de cumprirem ou não uma função de natureza primordialmente utilitária. Podemos figurar e sintetizar essa situação através da figura 1.

Figura 1 • Lógica de Organização e de Mercado do Sector



¹ Bruno Munari - A Arte como Ofício, Lisboa, Edições 70.

As produções artísticas partilham com as produções artesanais uma eficácia simbólica, isto é, o seu valor é-lhe conferido pela sua capacidade de representação. Por outro lado, as produções industriais partilham com as produções artesanais um valor que lhes é conferido pelo seu desempenho utilitário.

A estas actividades artesanais não é apenas conferido um estatuto de passagem, de transição de um modo de produção (artesanal) para outro (industrial). Têm a sua racionalidade intrínseca e sempre mantiveram o seu espaço na estrutura produtiva e artística. Poder-se-á dizer que sempre manterão a sua razão de existir num qualquer estágio de desenvolvimento tecnológico. E que o seu reconhecimento social, devedor do seu corpo de competências manuais, técnicas, artísticas se reforçará e estará ligado no futuro a produções e a serviços de elevado valor social e económico.

Não é, pois, uma área residual ou marginal, mas de interface entre a indústria e as actividades artísticas. É ao mesmo tempo um sector produtivo, baseado em pequenas produções, com predominância da intervenção pessoal do artesão, com lógicas de organização do trabalho e de estratégias de venda, comunicação e *marketing* que as aproximam de

qualquer sector produtivo; mas também uma actividade artística, em que algumas das suas actividades se catalogam por vezes como artes decorativas.

É neste pressuposto que a Classificação das Actividades Económicas inclui nas Indústrias Transformadoras algumas classes e subclasses em que se inserem actividades artesanais, em alguns casos como actividades de preparação da matéria-prima (por exemplo, a preparação de algumas fibras têxteis naturais), noutros como particularidades de algumas produções industriais que contemplam fases do processo de fabrico em que se recorre à produção manual (por exemplo, a pintura cerâmica), ou ainda em actividades que podem incluir processos de fabrico manual ou industrial (por exemplo, as rendas e bordados).

No quadro 1 sistematizam-se as especificidades e os campos de intersecção das actividades artesanais com os sectores industrial e artístico. Na delimitação destes três sectores fará mais sentido falar de campos de intersecção do que de fronteiras exclusivas, já que existem elementos do artesanato que são comuns a um e outro sectores, designadamente no que se refere às características produtivas e empresariais e

Quadro 1 • As Especificidades do Artesanato e Campos de Intersecção com a Indústria e com as Artes

Indústria	ARTESANATO	Arte
Produção em série (limitadas)	"... A intervenção pessoal constitui um factor predominante e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno ..."	Manualidade
Produção para mercado	Apela a competências manuais de domínio de técnicas e artísticas Os processos e as técnicas de produção não integram a evolução tecnológica senão lateral ou subsidiariamente Os produtos possuem uma dimensão identitária Os produtos assumem diversas naturezas, utilitária, decorativa, simbólica A produção é assente em unidades de fabrico pequenas ou individuais A organização do trabalho é individual ou repartida por algumas tarefas	Individualidade
Organização do trabalho pode incluir a repartição de tarefas	As actividades ou os produtos podem ser integrados em determinados sectores industriais Os produtos podem ser <i>inputs</i> de actividades artísticas	Função simbólica

às componentes artísticas e simbólicas que a actividade e as produções artesanais apresentam.

2.2. Uma Delimitação Operativa

A delimitação do sector, com vista à definição do objecto deste estudo é um exercício que implica a definição de opções claras para garantir a sua exequibilidade e operacionalidade futura.

Desde logo deveremos atender a uma primeira delimitação, que advém dos conceitos de actividade artesanal, de artesão e de unidade produtiva artesanal que consta do Decreto-Lei nº 41/2001, de 9 de Fevereiro, e as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 110/2002, de 16 de Abril:

Da *actividade artesanal*: "Designa-se por actividade artesanal a actividade económica, de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz tradicional ou contemporânea, e na prestação de serviços de igual natureza, bem como na produção e preparação de bens alimentares."

Do *artesão*: "Entende-se por artesão o trabalhador que exerce uma actividade artesanal, por conta própria ou por conta de outrem, inserido em unidade produtiva artesanal reconhecida. O exercício da actividade artesanal supõe o domínio dos saberes e técnicas que lhe são inerentes, bem como um apurado sentido estético e perícia manual."

Da *unidade produtiva artesanal*: "Considera-se unidade produtiva artesanal toda e qualquer unidade económica legalmente constituída e devidamente registada, designadamente sob as formas de empresário em nome individual, estabelecimento individual de responsabilidade limitada, cooperativa, sociedade unipessoal ou sociedade comercial, que desenvolva uma actividade artesanal, nos termos definidos (nos anteriores artigos)."

Tendo por referencial estas definições de actividade artesanal, de artesão e de unidade produtiva artesanal, que constam da legislação em vigor, não

estando embora ainda atribuídas as cartas de artesão e de unidade produtiva artesanal, poder-se-á tipificar um universo de produtores/artistas e de actividades que denominamos actividades artesanais e que serão objecto deste estudo.

Poderemos sintetizar essas características da produção artesanal: a **fidelidade aos processos tradicionais**, sobretudo no que toca à **incorporação predominante do trabalho manual** e ao **carácter individualizado e genuíno da produção**, conciliando uma abertura à inovação, em que o **artesão é um profissional que exerce uma actividade artesanal, dominando um conjunto de saberes e técnicas**.

Considerando os pressupostos referidos, e tendo em consideração a vastidão e a pulverização do Sector das Actividades Artesanais, a proposta de delimitação do sector para efeitos do presente estudo é que se considerem as áreas de actividade mais representativas em termos sociais e económicos (segundo a base de dados *Democrat*, estas actividades artesanais representam cerca de 95% dos artesãos referenciados):

• Artes e os Ofícios Têxteis:

- Preparação e Fiação de Fibras Têxteis
- Tecelagem
- Fabrico de Tapetes
- Tapeçaria
- Confecção de Vestuário por Medida
- Fabrico de Acessórios de Vestuário
- Confecção de Artigos Têxteis para o Lar
- Confecção de Artigos de Malha
- Confecção de Artigos de Renda
- Confecção de Bordados

• Artes e Ofícios da Cerâmica:

- Olaria
- Cerâmica Figurativa
- Modelação Cerâmica
- Azulejaria
- Pintura Cerâmica

• Artes e Ofícios de trabalhar a Madeira:

Carpintaria Agrícola
 Construção de Embarcações*
 Carpintaria de Cena*
 Marcenaria*
 Escultura em Madeira
 Arte de Entalhador*
 Arte de Embutidor*
 Arte de Dourador*
 Arte de Polidor*
 Gravura em Madeira
 Pintura de Mobiliário*
 Tanoaria

* Actividades consideradas já no estudo das madeiras e que serão abordadas neste estudo enquanto actividades artesanais.

• Artes e Ofícios de trabalhar o Metal:

Ourivesaria - filigrana
 Ourivesaria - prata cinzelada
 Gravura em Metal
 Arte de Trabalhar Ferro
 Arte de Trabalhar Cobre e Latão
 Arte de Trabalhar Estanho
 Arte de Trabalhar Bronze
 Latoaria
 Cutelaria
 Armaria
 Esmaltagem

• Produção e Confeção Artesanal de Bens Alimentares:

Produção de Mel e de Outros Produtos de Colmeia
 Fabrico de Bolos, Doçaria e Confeitos
 Fabrico de Gelados e Sorvetes
 Fabrico de Pão e de Produtos Afins do Pão
 Produção de Queijo e de Outros Produtos Lácteos

Produção de Licores, Xaropes e Aguardentes Não Vínicas
 Preparação de Ervas Aromáticas e Medicinais
 Preparação de Frutos Secos e Secados, incluindo os Silvestres
 Fabrico de Doces, Compotas, Geleias e Similares
 Preparação e Conservação de Frutos e de Produtos Hortícolas
 Preparação de Enchidos, Ensacados e Similares

O quadro 2 estabelece uma matriz multicritérios que situa e estabelece correspondência entre as tipologias de actividades artesanais objecto deste estudo e os vários sectores industriais e culturais que foram já (ou estão a ser) considerados noutros estudos sectoriais prospectivos de natureza semelhante, promovidos pelo IQF. O "Sector das Actividades Artísticas, Culturais e do Espectáculo" e o "Sector da Preservação, Conservação e Valorização do Património Cultural" são sectores com que as actividades artesanais têm grandes afinidades e intersecções, cujos estudos sectoriais se desenvolvem ao mesmo tempo e que importa compatibilizar. Os vários sectores industriais correspondentes às actividades artesanais aqui consideradas foram já objecto de estudos deste tipo; no caso das madeiras, nomeadamente, tal implicará uma abordagem de algumas actividades que levem em conta o que aí ficou definido e se circunscrevam, no presente estudo, à característica artesanal dessas profissões. Uns e outros delimitam externamente o domínio de análise do estudo do Sector das Actividades Artesanais.

Apresentam-se no anexo 1 o quadro que identifica as actividades artesanais consideradas neste trabalho e as respectivas notas explicativas, bem como a sua correspondência à CAE.²

² Utilizou a designação das actividades artesanais e a respectiva correspondência à CAE bem como as notas explicativas que o PPART estabeleceu.

Quattro

[illegible]

II. Diagnóstico e Prospectiva do Sector

1. Enquadramento Socioeconómico do Sector

1.1. Caracterização do Sector a Nível Internacional

"Geralmente, parte-se para o domínio do artesanato com uma perspectiva centrada numa sociedade tecnologicamente evoluída e industrializada. É assim que, para nos referirmos ao artesanato se empregam expressões como "tecnologia rudimentar", "fraca organização", "pouco mecanizado", "pequena oficina". Estas leituras "negativas" resultam das dicotomias, subentendidas, fábrica/oficina, máquina/mão, ou ainda mais refinadamente, riqueza/pobreza, progresso/atraso, urbano/rural, em que a unidade industrial, com suas máquinas e operários constitui o sinal da civilização e do futuro e a oficina ecológicamente correcta do velho artesão, o testemunho

do passado e do atraso.

Não é preciso estar por dentro da linguagem de Alvin Toffler para considerar esta imagem irremediavelmente datada e ultrapassada, como se estivéssemos no auge da segunda vaga, no desenvolvimento pleno das perspectivas abertas pela "Revolução Industrial". A terceira vaga está aí, e de novo o trabalho no domicílio, a produção fraccionada, espacialmente descontínua, os horários flexíveis, as pequenas produções personalizadas, ganham novos adeptos. A qualidade de vida começa a estar associada à vida no campo, onde um terminal de computador dá acesso a uma estimulante troca de ideias, às boas bibliotecas, ao escritório, à empresa." ³

"Essa é a questão do artesanato: oferta, mas também procura e consumos sociais, produção material mas também criação cultural, arte mas também emprego, tradição mas também relações dos actores sociais

³ Ana Pires, texto policopiado.

com os seus patrimónios e formas de construção das suas identidades".⁴

E se houve algumas sociedades e economias desenvolvidas que já o entenderam e integraram na sua organização económica, outras ainda não acertaram o passo com as exigências da modernidade que se centram no desenvolvimento sustentado, no equilíbrio ecológico, na atenção às vulnerabilidades sociais, designadamente na prevenção das crises de emprego.

Porventura uma das maiores riquezas das actividades artesanais reside na sua diversidade de ofícios, de contextos culturais, de práticas sociais, de tecnologias, de cambiantes formais e artísticas. Essa é, também, uma das suas maiores vulnerabilidades em termos de afirmação enquanto sector socioeconómico. As diferenças de entendimento entre as várias culturas e as várias economias são, por essa razão, inevitáveis. O problema surge quando esse facto constitui um bloqueio à estruturação e ao desenvolvimento destas artes e destes artistas ou, dito de outra forma, destas actividades económicas e destes profissionais.

Será talvez interessante começar esta caracterização evidenciando as diferenças de critério e de abordagem que duas grandes economias mundiais revelam relativamente às actividades artesanais. São elas o Japão e a Europa.

No **Japão**, a actividade artesanal é regulamentada pela Lei da Promoção do Artesanato Tradicional e o seu enquadramento institucional é-lhe dado pelo Ministério do Comércio Internacional e Indústria, através do Serviço de Artes e Ofícios Tradicionais, e pela Associação para a Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais.

As artes e ofícios tradicionais, designados em japonês por *kogei* (que significa literalmente "arte indus-

trial", pois o artesão é aqui considerado um operário), estão relacionados com a tradição japonesa de criação de objectos de uso quotidiano que aliam beleza e funcionalidade. A arte *kogei* alia a técnica ao aperfeiçoamento espiritual através da actividade artística - o vocábulo *ko* deriva do termo "*takumi*", que significa técnica, habilidade; o vocábulo *guei* refere-se à palavra estética, que lhe confere um sentido de produzir um objecto com arte, uma peça única ou produzida em pequena escala.

É, portanto, no atributo patrimonial do artesanato tradicional que se baseia a definição de artes e ofícios tradicionais e de materiais e ferramentas tradicionais.

As características definidoras dos produtos artesanais para as entidades que tutelam o sector são: o seu uso quotidiano, a sua produção basicamente manual, utilizando as matérias-primas e as técnicas tradicionais, e a sua forte ligação a um território.

Este entendimento patrimonial destas actividades leva a que se definam também as características dos materiais e das ferramentas usadas na produção artesanal.

A actividade artesanal é, neste país, uma actividade económica enquadrada institucionalmente, tratada de forma autónoma pelos organismos do Estado, que a mantêm independente das pequenas e médias empresas, e estruturada em termos associativos, na Associação para a Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais, a quem são cometidas algumas responsabilidades organizativas e de reconhecimento, designadamente:

- O reconhecimento das qualificações profissionais.
- O reconhecimento das empresas artesanais.
- A certificação das produções artesanais.
- A fiscalização dos processos de produção.

⁴ Augusto Santos Silva - *Projectos para a promoção sociocultural: o Centro Regional de Artes Tradicionais, Porto, CRAT, 1988.*

- A investigação sobre os materiais e as técnicas.
- A promoção das artes e ofícios⁵.

Na **União Europeia**, a ausência de uma definição uniforme de artesanato e de empresa artesanal nos Estados-Membros tem dificultado a assunção de uma política comum de enquadramento e apoio ao sector e suscitado várias questões importantes, nomeadamente as relativas ao reconhecimento mútuo das formações profissionais ou da duração do exercício da profissão a fim de permitir, por exemplo, a instalação de um artesão de um qualquer país da UE, num outro Estado-Membro, beneficiando das mesmas condições que os seus colegas do país de acolhimento.

As definições de artesanato e de microempresa artesanal variam com os países e os diversos contextos em que se integram, mas são, em qualquer caso, universos numerosos e significativos em termos económicos e sociais, com uma grande ligação ao território e grande impacto a nível regional e local.

Para traduzir estas diferentes acepções de artesanato (embora as práticas dos países as não sigam com essa linearidade), poder-se-á referir que a raiz etimológica de artista e de artesão - *ars* - é comum aos países de expressão latina (*artigianato*, *artesanía*, *artisanat*, *artesanato*), enquanto nos países anglo-saxónicos e germânicos, o artesanato é essencialmente definido pelo trabalho manual (*handwere*, *handicraft*)⁶.

A Comissão Europeia, ciente dos diferentes conceitos e práticas concretas ao nível dos diferentes países da UE, entendeu que as actividades artesanais "continuarão a ser definidas a nível nacional em virtude das suas características específicas".

A fragilidade que se sente na uniformização dos

entendimentos e das políticas neste sector, não é sequer uma excepção em termos europeus. As contrariedades provocadas por essa situação fazem esquecer, por vezes, que a Europa é constituída por um conjunto de Estados soberanos, e que fundamenta a sua matriz política na pluralidade e especificidade das regiões europeias. As actividades artesanais resistem também a essa uniformização. Estas diferenças fazem parte do património europeu.

Isto não significa que não seja possível e desejável que, face à grande heterogeneidade das legislações nacionais, se possa adoptar uma base legislativa comum em todos os países da União Europeia, sobretudo para melhor quantificar a importância económica do sector na Europa e para melhorar o impacto económico-social das políticas de apoio, comunitárias e nacionais, destinadas ao seu desenvolvimento.

"O importante papel desempenhado pelo artesanato na economia europeia não é, as mais das vezes, quantificável, exaustiva e homogeneamente. Esta carência deve-se à escassa coordenação das estatísticas sobre artesanato entre os diversos países e à utilização de metodologias de recolha e organização da informação muito diferentes em cada um deles, as quais, amiúde não permitem uma comparação válida de dados, que, aliás, nem sempre estão disponíveis"⁷.

O significado económico e social destas empresas em cada país está intimamente associado aos critérios de definição de artesanato que lhe estão subjacentes: seja na base de um critério de dimensão da empresa, seja na base de um determinado tipo de actividade. Nos países em que o entendimento de actividade artesanal é mais restrito, porque lhe são associadas

⁵ Cf. Paula Padrel de Oliveira - "Enquadramento jurídico e normativo" in *Microempresas*, Lisboa, Livros e Leituras, 2001.

⁶ Mário Neves de Castro - *Artesanato - Medidas de Apoio numa Perspectiva de Desenvolvimento da Actividade*, IEPF, 1999.

⁷ Parecer do Comité Económico e Social sobre "O artesanato e as PME na Europa". Jornal Oficial das Comunidades Europeias (2001/C221/01).

características de natureza artística e cultural, o efectivo de empresas e de trabalhadores é inferior (como é o caso de Espanha e virá a ser o de Portugal), e subavaliado, segundo uma perspectiva de compromisso que poderá definir uma média europeia. Onde os critérios são os da dimensão da empresa, já se passa o contrário e o sector é claramente empolado, na sua dimensão. Em alguns casos criam-se subdivisões do sector artesanal que tornam mais operacional a abordagem do artesanato (como os *métiers d'art* em França).

Esta visão põe em evidência "a ausência de uma metodologia estatística a nível europeu para a quantificação das empresas de carácter artesanal influencia a classificação do sector, evidenciando três problemas principais:

- Impossibilidade actual de quantificar o artesanato em termos europeus, dada a diversidade existente quer em termos jurídicos, quer em métodos de recolha e organização da informação.
- Ausência de uma metodologia estatística com bases mínimas comuns.
- Alterações das dimensões do fenómeno."⁸

Esta noção da dificuldade de harmonização dos conceitos e das recolhas estatísticas no espaço europeu levou a que se reunissem, em 1996, no Segundo Seminário sobre Estatísticas de Artesanato na Europa, um grupo de 15 peritos europeus (um por Estado-Membro) para tentarem encontrar uma solução para este problema.

As conclusões a que chegaram podem resumir-se nos seguintes pontos centrais:

- Nenhum dado é economicamente comparável.
- Os dados disponíveis subavaliavam o fenómeno.
- Quando existe legislação na matéria, as empresas artesanais evidenciam o seu peso na economia nacional.
- Em determinados países, tais como a Espanha e a

Grã-Bretanha, o papel desempenhado pelo artesanato está provavelmente subestimado. Não é por acaso que nestes dois países o carácter "artístico" é predominante para a definição de empresa de carácter artesanal.

- Nos países em que prevalece a concepção *profissional* (é a actividade desenvolvida pela empresa que a classifica como artesanal, independentemente da dimensão da empresa), o número de pessoas ao serviço no sector do artesanato é muito mais elevado do que noutros países em que o critério utilizado é a dimensão da empresa.⁹

Para o reconhecimento do peso social e económico das microempresas artesanais foi fundamental a criação e afirmação de entidades que representassem o sector nos fóruns de debate e de decisão das políticas a nível dos países e da União Europeia, com esse propósito, surgiu a UEAPME - União Europeia das Pequenas e Médias Empresas, fundada em 1979, com sede em Bruxelas, entidade que congrega as principais associações nacionais e regionais do sector nos Estados-Membro da União Europeia e faz parte da lista de parceiros sociais consultados no quadro dos processos de diálogo e concertação social desenvolvidos pela Comissão Europeia.

Em 1999, esta entidade fundiu-se com a EUROPME - Comité Europeu das Pequenas e Médias Empresas Independentes. A nova organização UEAPME-EUROPME conta com a participação de 75 organizações-membro, entre federações nacionais intersectoriais ou federações sectoriais europeias. Reivindica a representação de 7 dos 19 milhões de empresas da UE que empregam perto de 50 milhões de pessoas.

Os seus objectivos principais são:

- Informar os seus membros sobre as diferentes políticas europeias.
- Promover, a nível europeu, acções conjuntas entre as organizações nacionais.

⁸ JOC op.cit.

⁹ Parecer do Comité Económico e Social sobre "O artesanato e as PME na Europa" JO C 221 de 7.8.2001.

- Defender os interesses e os pontos de vista dos seus membros junto das instituições europeias.

Está representada em todos os países da UE. As princi-

pais organizações empresariais nacionais suas associadas. No quadro 3 são referidas as mais representativas.

Este carácter de grande abrangência de conceitos, de

Quadro 3 • Organizações Empresariais Associadas à UEAPME - EUROPME

Países	Organizações nacionais	Síglas	Empresas (milhares)	Trabalhadores (milhares)	Trabalhadores representados por país (%)
Alemanha	Zentralverband des Deutschen Handwerks Bundesvereinigung der Fachverbände des Deutschen Handwerks	ZDH/BFH	835	6 600	19
		BDS/DGV	800	n.d.	-
Áustria	Wirtschaftskammer Österreich	WKÖ	251	2 080	56
Bélgica	Comité National Belge des Petites et Moyennes Entreprises	NCMV	80	1 060	30
		UCM	67		
Dinamarca	Handvoerksradet	Handvoerksradet	26	360	13
Espanha	Confederacion Española de la Pequeña y Mediana Empresa	CEPYME	925	1 330	10
Finlândia	Pienteollisuuden Keskusliitto	SY	70,5	380	18
França	Assemblée Permanente des Chambres des Métiers Union Professionnelle Artisanale Confédération Générale des Petites et Moyennes Entreprises	APCM	815	2 000	9
		UPA	250	1 200	5
		CGPME	1 500	n.d.	-
Grécia	Confédération Générale des Petites et Moyennes Entrepreneurs, Artisans et Commerçants de Grèce	GSEVEE	200	534	14
Irlanda	Small Firms Association Irish Small and Medium Enterprises Association	SFA	2,3	0	3
		ISME	3,5	100	7
Itália	Confederazione Generale Italiana dell'Artigianato	Confartigianato	420	1 380	7
	Confederazione Italiana della Piccola e Media Industria	Confapi	60,7	1 070	5
Luxemburgo	Chambre des Métiers du Grand Duché du Luxembourg	Chambre de Métiers	4,2	46	-
	Fédération des Artisans	FA	3,6	46	-
Países Baixos	MKB Nederland	MKB	130	1 000	14
Portugal	Associação Industrial Portuguesa	AIP/CCI	2,9	33	1
Reino Unido	Forum of Private Business	FPB	74	800	20
Suécia	Företagarnas Riksorganisation	FR	60	312	8

Fonte: UEAPME

enquadramentos legais e de políticas, e a ausência de estruturas organizativas do sector do artesanato em Portugal, faz com que a representação seja feita através de uma associação industrial e uma câmara de comércio. Passemos agora a analisar um pouco mais em por-

menor as **concepções e os modelos organizativos nacionais** no que respeita às actividades artesanais.

- Em **Espanha**, o artesanato é considerado predominantemente um sector económico, em que as

questões da **dimensão da empresa e do volume de negócios são determinantes para o reconhecimento da unidade produtiva artesanal**. É enquadrado pelos organismos dependentes do Ministério da Economia, mas é um sector da competência, em larga medida, das regiões autónomas. É a esse nível que se desenvolve o apoio ao desenvolvimento da actividade, como as questões do registo dos artesãos e das unidades produtivas artesanais, que são concedidos os apoios, que se promove a formação profissional, que se faz a promoção.

A Comunidade Autónoma da Catalunha, por exemplo, no seu Decreto 252/2000 de 24 de Julho, que regulamenta a actividade artesanal (excluindo do seu âmbito de aplicação a produção artesanal de bens alimentares), define artesanato como a actividade de produção, transformação ou reparação de bens artísticos e de consumo e também a prestação de serviços, realizada mediante a utilização de processos em que a intervenção pessoal e o conhecimento técnico constituem factores predominantes, e que têm como resultado a obtenção de um produto final individualizado, que não é susceptível de uma produção industrial totalmente mecanizada ou em grandes séries. Não se considera artesanato aquela actividade em que não se utilizem os processos próprios de alguns dos ofícios incluídos no Repertório de ofícios artesanais.

Este decreto classifica a actividade artesanal em três grupos:

- Artesanato artístico ou criativo.
- Artesanato de produção de bens de consumo.
- Artesanato de serviços.

Classifica ainda o produto artesanal, tradicional ou de inovação, nos seguintes grupos:

- Peça única ou de colecção.
- Objecto utilitário/ de uso quotidiano.
- Objecto popular ou tradicional.

Considera, por último, como empresa artesanal toda

a unidade económica legalmente constituída que realiza uma actividade compreendida no Repertório das actividades artesanais que cumpre as seguintes condições:

- Que a actividade desenvolvida tenha um carácter predominantemente manual e uma produção individualizada.
- Que tenha como responsável pela produção um artesão.

Como adiante se verificará, este corpo legislativo tem muitas afinidades com o estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal aprovados recentemente em Portugal.

- Em **França**, constituem "**pequenas empresas com estatuto artesanal**" aquelas que tiverem até dez trabalhadores, sendo o seu registo obrigatório. Esta designação traduz a prevalência da componente económica no conceito de artesanato: "as pessoas físicas e as pessoas morais que não empregam mais do que dez assalariados e que exercem, a título principal ou secundário, uma actividade profissional independente de produção, de transformação, de reparação ou de prestação de um serviço" (Lei nº 96-603 de 5/7/96). Estas empresas têm de ter como responsável um artesão, um artesão de arte ou um mestre artesão, reconhecido através de diploma de formação ou de experiência profissional. A competência profissional do chefe de empresa é, pois, um carácter discriminatório na legislação francesa.

O enquadramento institucional é assegurado pela *Secrétariat d'Etat aux Petites et Moyennes Entreprises, au Commerce et à l'Artisanat*. Os ofícios artesanais organizam-se em Câmaras de Ofícios e Câmaras de Comércio e Indústria, instituições de âmbito territorial e com órgãos eleitos pelos profissionais dos ofícios. Às Câmaras de Ofícios é cometida a função de representação do sector e a interlocução junto da administração, bem como o registo e o reconhecimento dos artífices e das empresas e a promoção da formação.

Os *métiers d'art* constituem dentro deste conceito

abrangente de artesanato um subsector, com características próprias que lhe são conferidas pela designação "d'art", não deixando, no entanto, de ser englobados no vasto conjunto do sector dos "ofícios".

Existem neste país várias organizações de apoio às actividades artesanais, como a SEMA - *Société d'Encouragement aux Métiers d'Art*, que tem por missão a dinamização e a promoção do artesanato de arte.

- A **Alemanha** adoptou um **Código de Artesanato que define o que são actividades artesanais**, em que se fundamenta o reconhecimento de uma unidade produtiva artesanal. Esse critério é decisivo e não propriamente a dimensão da empresa e o volume de negócios como no caso de outros países. A instituição federadora no sector das actividades artesanais é a ZDH (União do Artesanato Alemão), entidade que congrega as organizações representativas dos artesãos (designadamente as Câmaras de Ofícios, entidades independentes do Estado que asseguram informação, formação e assistência técnica aos profissionais do sector) e é o interlocutor junto do departamento da administração pública que enquadra o sector.

- A **Itália** define como actividade artesanal a produção de bens acabados ou semi-acabados dentro de um **repertório de actividades bastante abrangente** e que engloba actividades fundamentalmente nos áreas da manufactura, da construção e dos serviços, representando mais de 800 tipos de actividades. A *Confartigianato* é a organização federadora das organizações regionais (que representam cerca de 520.000 empresas), interlocutora das instituições públicas competentes, a exemplo do que existe noutros países.

- **Noutros países europeus**, não existe nenhum enquadramento específico do artesanato, uma vez que nem existe sequer uma noção estabilizada de artesanato: é o caso, do Reino Unido e da Irlanda.

Como foi antes referido, uma das consequências mais evidentes desta diversidade de entendimento dos vários países da UE é a extrema dificuldade de encontrar um padrão comum. Por isso os dados relativos aos países terão sempre que ser cotejados com a definição legal de artesanato, em vigor nos respectivos países. O quadro 4 faz uma apresentação comparada da situação do artesanato nos países europeus.

Quadro 4 - O Artesanato na Europa

Países	Definição legal	Dimensão das UPA	Actividade	Profissão	Empresário	Estatuto	Diversos
Áustria	Sim	N/ relevante		Há uma lista de 43 profissões artesanais	O empresário deve ser mestre artesão	N/ existe	
Bélgica	Não	N/ relevante	N/ relevante	Definição de trabalhador artesanal. Há uma lista de 45 profissões artesanais subdivididas em 11 categorias	N/ relevante	Só as empresas em nome individual podem ser consideradas artesanais	
Dinamarca	Não	N/ relevante	Está em elaboração uma lista de profissões artesanais	N/ relevante	N/ relevante	N/ relevante	

Quadro 4 · O Artesanato na Europa (continuação)

Países	Definição legal	Dimensão das UPA	Actividade	Profissão	Empresário	Estatuto	Diversos
Espanha	Não	Empresas com 10 a 15 trabalhadores (limites flexíveis)	Apenas as empresas que se ocupam de actividades artísticas são consideradas artesanais. As actividades subdividem-se em 4 grupos: artesanato popular, artesanato artístico, produção de bens alimentares, serviços	N/ relevante	N/ relevante		Conhecimento do processo de produção. Os produtos têm de satisfazer necessidades individuais
Finlândia	Não	Empresas com um a três trabalhadores	N/ relevante	N/ relevante	N/ relevante	N/ relevante	
França	Sim	Até 10 trabalhadores. Este limite pode ser excedido nalguns casos	Pertencer a um dos seguintes sectores de actividade económica: alimentação, metalurgia, têxteis, madeira e mobiliário, outras manufacturas, construção, transportes e outros serviços	É obrigatória a inscrição no registo de profissões artesanais	Mestre artesão		Produção manual de bens e serviços
Alemanha	Sim	N/ relevante	Pertencer a um dos seguintes sectores de actividade económica: construção, reparação eléctrica, mecânica, madeira, saúde e higiene, cerâmica, vestuário, alimentação, limpeza, vidro, papel, etc.	Lista de artes e ofícios artesanais (94 actividades + 57 profissões)	N/ relevante	N/ existe	A tecnologia pode ser usada como suporte ao artesanato, sem substituir o trabalho manual
Grécia	Não	As empresas com menos de 10 trabalhadores são consideradas artesanais	N/ relevante	N/ relevante	N/ relevante	As empresas artesanais são empresas em nome individual ou familiares	As empresas artesanais não utilizam tecnologias sofisticadas e preferem métodos de trabalho tradicionais

Quadro 4 • O Artesanato na Europa (continuação)

Países	Definição legal	Dimensão das UPA	Actividade	Profissão	Empresário	Estatuto	Diversos
Holanda	Sim	Pequenas e médias empresas de acordo com a definição europeia	Pertencer a um dos seguintes seis sectores da actividade económica: alimentação, metalurgia e mobiliário, construção, instalações, comércio e serviços	N/ relevante	N/ relevante	N/ existe	
Irlanda	Não	N/ relevante	39 actividades consideradas artesanais	Definição de artesão	N/ relevante	N/ existe	
Itália	Sim	A dimensão depende do sector de actividade	Todos os sectores, excluindo a saúde e a administração pública	Empresário artesão	O empresário artesão participa directamente no trabalho da empresa	Empresa individual ou sociedade	
Luxemburgo	Sim	N/ relevante	Pertencer a um dos seguintes sectores da actividade económica: construção, mecânica, saúde e higiene, vestuário, alimentação, etc.	O artesanato é identificado em função do método de trabalho da empresa (152 actividades)	N/ relevante	N/ existe	As empresas artesanais produzem bens e serviços por medida e trabalham para mercados e clientes conhecidos
Portugal	Sim	Empresas com o máximo de 9 trabalhadores	Pertencer a um dos seguintes sectores da actividade económica: têxteis, cerâmica, cestaria, peles e couro, madeira e cortiça, metais, trabalhos em pedra, artes gráficas e papel, construção tradicional e restauro, confecção de bens alimentares	Há uma lista de profissões subdividida em 13 categorias	Empresário que exerce e dirige a actividade, no que respeita aos aspectos estéticos e de habilidade manual	Empresa legalmente constituída	As empresas da área dos bens alimentares têm de ser previamente licenciadas
Reino Unido	Não	N/ relevante	Não há definição legal. As empresas que se ocupam de actividades artísticas podem ser consideradas artesanais: madeira, cestaria, cerâmica manual, metalurgia	Profissões pertencentes à Secção 5 de SOC2000	N/ relevante	N/ existe	

Quadro 4 - O Artesanato na Europa (continuação)

Países	Definição legal	Dimensão das UPA	Actividade	Profissão	Empresário	Estatuto	Diversos
Suécia	Não	N/ relevante	N/ relevante	Existem 100 profissões (com um diploma oficial, mas não necessário para exercer uma actividade artesanal	N/ relevante	N/ existe	

Fonte: JO C 221 de 7.8.2001

Quadro 5 - O Artesanato na Europa - Síntese Geral

	Definição legal	Dimensão	Actividade	Profissão	Empresário	Estatuto	Diversos
Síntese Geral	6 Estados-Membros em 15	7 Estados-Membros em 15 Limites: 3; 10; 15; 40; 50.	10 Estados-Membros em 15 Excepto Espanha e Reino Unido (unicamente actividades artísticas), os restantes 8 Estados-Membros incluem manufactura, construção, reparação, transportes (França e Itália) e serviços	11 Estados-Membros em 15 Em geral, estes Estados-Membros referem-se ao grupo principal de artesãos que corresponde ao grupo 7 da classificação internacional de ISCO88. Podem ser adicionadas profissões ligadas aos serviços de saúde (grupo 513), aos serviços de assistência às famílias (grupo 514) e aos condutores de veículos (grupo 83)	4 Estados-Membros em 15 fazem-lhe menção explícita. O Luxemburgo toma em consideração também os "não empresários"	6 Estados-Membros em 15 Excepto na Itália, que inclui empresas e em Portugal, que inclui qualquer unidade económica legalmente constituída, só são consideradas no sector do artesanato as empresas em nome individual	5 Estados-Membros em 15 fazem referências à utilização da tecnologia no processo de produção

Fonte: JO C 221 de 7.8.2001

Os anos noventa foram fundamentais para a construção de um novo cenário de referência para as pequenas empresas e as empresas artesanais, o que favoreceu a ocupação de um novo lugar na

articulação da cadeia de valor quer em termos de participação no processo produtivo (por exemplo, a subcontratação), quer de relacionamento com o tecido empresarial em geral.

Surgiu uma nova consciencialização do papel económico importante que o artesanato desempenha, o que evidenciou a necessidade de dedicar na União Europeia uma política específica às pequenas empresas e ao artesanato¹⁰.

Para isso muito contribuiu a realização de três conferências europeias do artesanato.

A primeira conferência de Avignon, em Outubro de 1990, fez um inventário das necessidades específicas deste sector, que endereçou à Comissão Europeia, onde se declarava a não-adequação da legislação comunitária de apoio às PME ao universo e às especificidades das empresas artesanais, e se defendia a participação de organizações representantes do sector do artesanato na definição das políticas comunitárias, que lhe fossem directa ou indirectamente dirigidas.

A segunda conferência de Berlim, em Setembro de 1994 e a terceira conferência em Milão, em Dezembro de 1997, contribuíram para completar este processo de reivindicação de um maior peso de representação e de influência das políticas comunitárias, condizente com a importância social e económica do sector representa, a par da identificação dos principais motivos de preocupação destas empresas face às transformações socioeconómicas na União Europeia e noutras regiões do mundo.

A bateria de propostas que qualquer uma das Conferências dirigiu à Comissão Europeia é reveladora da importância com que estas reuniões magnas foram encaradas a nível europeu, traduzindo uma crescente afirmação de consciência do

sector que nelas colocaram grandes expectativas. As suas conclusões não foram simples afirmações de princípio sobre a importância das empresas artesanais e das pequenas empresas na Europa, mas consistiram na formulação de questões concretas à Comissão, a que esta respondeu ponto por ponto.

Quando se pretende evidenciar a importância social e económica do artesanato, no contexto europeu, nomeadamente, é comum socorrer-se dos números respeitantes às PME e Artesanato e que respeitam basicamente ao critério da dimensão da empresa.

Os quadros 6 e 7 ilustram o peso das microempresas artesanais no seio da União Europeia e no confronto da UE com os EUA e o Japão.

Desses números conclui-se que 93% das empresas da UE empregam menos de 10 pessoas e são geradoras de cerca de 30% do emprego na Europa. Se a este número se acrescentar que as PME e Artesanato representam mais de 70% do volume de negócios da EU, então é legítimo concluir-se que as PME e o Artesanato constituem o pilar económico e social da União Europeia.

Se se considerar a definição de pequena empresa do *Eurostat*, acrescentaremos aos 93% das empresas com menos de 9 trabalhadores, 5,8% de empresas que empregam entre 10 e 49 trabalhadores, o que totaliza 98,8% das empresas europeias. Isto significa que na Europa, as PME empregam 66% da força de trabalho contra 42% nos EUA e 33% no Japão, assumindo um papel de enorme importância como alavanca do emprego na Europa, onde tem muito mais peso do que nas economias suas concorrentes.

¹⁰ JO C 158 de 26.5.1997.

Quadro 6 • Principais Indicadores das Empresas Privadas, Excluindo o Sector Primário, Existentes na União Europeia

	PME				Grandes Empresas (mais de 250 trabalhadores)	Total
	Micro (até 10 trabalhadores)	Pequenas (10-49 trabalhadores)	Médias (50 a 249 trabalhadores)	Total PME		
Número de empresas (milhares)	18 040	1 130	160	19 330	38	19 368
Número de trabalhadores (milhares)	38 360	21 320	14 870	74 550	38 680	113 230
Dimensão média da empresa:						
• Número de trabalhadores por empresa	2	20	90	4	1 010	6
• Volume de negócios por empresa (milhões de euros)	0,2	3	23	0,5	215	1,0
Peso das exportações no volume de negócios (%)	6	13	16	11	22	16
Valor acrescentado por trabalhador (milhares de euros)	30	50	95	45	90	60
Peso do custo com o pessoal no valor acrescentado (%)	40	53	43	45	38	42

Fonte: Observatório Europeu para as PME

Quadro 7 • Percentagem dos Trabalhadores nas Empresas Privadas, Excluindo o Sector Primário

	Percentagem dos trabalhadores consoante a classe dimensional da empresa				
	PME				Grandes
	Micro	Pequenas	Médias	Total	
União Europeia	34	19	13	66	34
EUA	11	19	12	42	58
Japão	n/c ^(*)	n/c ^(*)	n/c ^(*)	33	67

(*) Não comparáveis (as estatísticas japonesas são criadas com base em critérios diferentes, não se prestando a comparação).

Fonte: Observatório Europeu para as PME

Conclusão

"Apesar da importância das PME na economia europeia, para além do facto de dois terços da mão-de-obra trabalhar em pequenas e médias empresas, a política social europeia tem sido sempre concebida segundo o modelo industrial. É necessário que os legisladores europeus se dêem conta que as PME não são um modelo reduzido de uma grande empresa, mas que possuem um outro tipo de organização e de modelo social com regras de funcionamento diferentes."¹¹

A Carta Europeia das Pequenas Empresas aprovada no Conselho Europeu da Feira, em Junho, de 2000,

no final da Presidência Portuguesa referia que as pequenas empresas são a espinha dorsal da economia europeia, constituindo uma fonte significativa de emprego e deverão ser consideradas como um dos principais motores da inovação, do emprego e da integração social e local na Europa.

Se é certo que as especificidades das empresas artesanais são reais e merecem um tratamento específico nas modalidades de apoio e de tributação, também é verdade que não se deve deixar que a exacerbação dessas especificidades contribua para isolar o sector de todos os outros sectores de actividade económica.

¹¹ L'artisanat et les PME - Agenda politique pour l'Europe. UEAPME 2000.

A necessidade de haver alguns mecanismos de discriminação positiva que sejam aplicáveis às actividades artesanais não deve impedir a sua afirmação enquanto sector económico e social. O apoio que as actividades artesanais, na sua vertente tradicional, têm tido revela muito de conjuntural e pouco de estrutural.

"Considerando a especificidade e as problemáticas do artesanato repetidamente evidenciadas nos documentos do CES, da Comissão e do Parlamento Europeu, e sublinhando a importância de que se reveste o artesanato para a economia europeia em termos de número de empresas, de emprego e de participação na formação do PIB, considera-se que o sector deve ser apoiado por uma adequada acção política a nível europeu, que seja especial mas complementar às políticas a favor das PME, que tenha em conta as suas especificidades e que valorize o seu papel económico e social e, sobretudo, apoie o artesanato como eficaz viveiro de novas empresas e como criador de postos de trabalho."¹²

As políticas europeias para o desenvolvimento das empresas de artesanato deverão ter em consideração três prioridades:

1. Sublinhar a especificidade do artesanato relativamente às PME.
2. Favorecer a emergência e o desenvolvimento de uma identidade europeia do artesanato e da sua cultura a nível europeu.
3. Apoiar o desenvolvimento económico das empresas de artesanato.

1.2 Caracterização do Sector a Nível Nacional

1.2.1. Contextualização Histórica e Evolução das Actividades Artesanais

Em Portugal, as actividades artesanais correspondem a um tecido económico frágil, com alguns sectores de

actividade em que os artesãos têm uma idade média elevada, constituído por microempresas com dificuldades e insuficiências ao nível do capital, com dificuldades de acesso a crédito e a garantias bancárias, com uma débil formação profissional, designadamente nas áreas da gestão empresarial, das técnicas de abordagem ao mercado, da inovação tecnológica na produção, da utilização das novas tecnologias de apoio à gestão de informação e comunicação e com carências ainda ao nível da formação estética e artística indispensável para a inovação das produções.

Existe, além disso, uma grande pressão sobre o sector, dadas: i) as grandes **expectativas geradas em torno desta actividade no âmbito da economia social** - é frequente ser apontado, nos diagnósticos socioeconómicos e nos programas políticos locais e nacionais, como um importante recurso para a resolução de problemas de emprego, de dificuldades de fixação de população e de recursos humanos em territórios em regressão de efectivos e de actividades (tenha-se presente os grandes impactes provocados pela instalação de grandes unidades empresariais, vistas à escala dos territórios locais, e as graves dificuldades e repercussões que o encerramento dessas empresas, multinacionais ou outras, ocasionam em tecidos sociais de uma enorme fragilidade, designadamente no interior do país); ii) e as **expectativas de natureza cultural**, nomeadamente no que respeita ao seu contributo para a recuperação do património cultural móvel e edificado e também ao reconhecimento da importância das actividades artesanais, elas próprias, enquanto património cultural, com atributos de representação identitária e reconhecimento simbólico da cultura do país e das regiões.

Por esta razão, estamos em presença de um sector que não pode ser só avaliado pelo seu desempenho económico. Exerce também um papel social e cultural que deve ser reconhecido e do qual a actividade deve claramente beneficiar em termos do apoio que

¹² JO C 158 de 26.5.1997.

lhe é concedido, que não será mais do que a retribuição da expectativa social que lhe é conferida.

Mas a situação global no domínio das actividades artesanais já não é de absoluta carência, como se verificava no início da década de 1980. Hoje o panorama é bem mais animador, mercê de um conjunto de **mudanças operadas nas duas últimas décadas** e que se podem sintetizar do seguinte modo:

- a) Na atitude dos artesãos face à sua profissão.
- b) No relacionamento com o mercado.
- c) Na protecção, valorização e certificação das produções artesanais.
- d) Nas formas de transmissão de conhecimento.
- e) Nos programas de apoio às actividades artesanais.
- f) Na organização e enquadramento do sector.

Analisemos agora cada um destes domínios em que é possível detectar tendências de mudança.

a) Mudança na atitude dos artesãos face à sua profissão

O ofício e a arte de artesão são já hoje, para muitos, uma escolha profissional onde se espera encontrar uma realização pessoal e profissional, com um rendimento compatível com o investimento em formação, com a competência adquirida e com um reconhecimento social esperado. Já não se nasce artesão, como se verificava no tempo em que o destino profissional era profundamente marcado por uma genealogia de artífices que havia que não interromper. Em muitas actividades, quebrou-se esta transmissão familiar dos ofícios, porque as expectativas sociais e económicas dos próprios mestres artesãos levavam a que conduzissem os seus descendentes para outras ocupações mais compensadoras.

A percepção de que a sobrevivência das próprias artes dependeria da busca de novos mercados, que valorizassem e reconhecessem o valor de uso, mas

fundamentalmente o valor simbólico, cultural e artístico das suas produções, originou um novo tipo de relacionamento com o mercado.

Aliás, **uma das características destes artesãos é o espectro amplo das competências requeridas para o exercício da sua actividade**. A diversidade de funções assumidas pelo artesão implica um conjunto vasto de aptidões que se prendem com a concepção do produto, o domínio técnico da sua produção, a gestão da sua empresa, o relacionamento da empresa com o mercado. Estas últimas dimensões da sua actividade eram tradicionalmente assumidas como uma extensão natural do seu ofício, pelo próprio artesão ou por um familiar, normalmente o cônjuge, num contexto de mercado local (venda directa na própria oficina ou na feira ou mercado local ou da região). Esta circunstância coloca grandes desafios aos processos formativos que deverão apetrechar os artesãos em exercício, ou os que pretendem iniciar a actividade, num conjunto vasto de matérias artísticas, tecnológicas e de gestão empresarial.

Se os ofícios tradicionais desenvolvidos em contextos rurais continuam a representar uma actividade complementar de outras, nomeadamente do trabalho doméstico ou dos trabalhos agrícolas, a tendência vai no sentido de uma crescente profissionalização das actividades artesanais, que se desenvolvem como ocupação principal.

b) Mudança no relacionamento com o mercado

Cada vez mais motivações de ordem cultural fundamentam o consumo de artesanato tradicional, o qual, no entanto, se conservou devido à sua inequívoca funcionalidade. Apesar de todos os esforços, o mercado de artigos artesanais continua bastante bloqueado, verificando-se que os produtos tradicionais ainda não conseguiram atingir os estratos sociais com maior poder de compra.

A colocação dos produtos em mercados cada vez mais longínquos, com uma concorrência interna e

externa muito mais forte, em que as suas produções surgem ao consumidor descontextualizadas do seu ambiente natural de produção, exige do artesão dos dias de hoje um conjunto de competências específicas para as quais não estaria, em muitos casos, preparado.

Uma debilidade tradicionalmente evidenciada pelo sector no relacionamento com o mercado, começa agora a apresentar sinais de mudança. Na década de 90 verificou-se uma explosão na organização de **feiras de artesanato** de norte a sul do país,

associadas normalmente a manifestações festivas tradicionais e a eventos e campanhas de promoção dos locais e das regiões, a maior parte das vezes de iniciativa municipal, embora tivesse surgido também um conjunto de feiras de natureza privada. O facto de estarem, muitas vezes associadas a um calendário festivo e a serem organizadas, na maior parte das vezes em recintos ao ar livre, determina que exista uma grande concentração destas feiras no período do Verão, como se pode constatar no gráfico 1:

Gráfico 1 • Nº de Feiras de Artesanato Realizadas em 2002

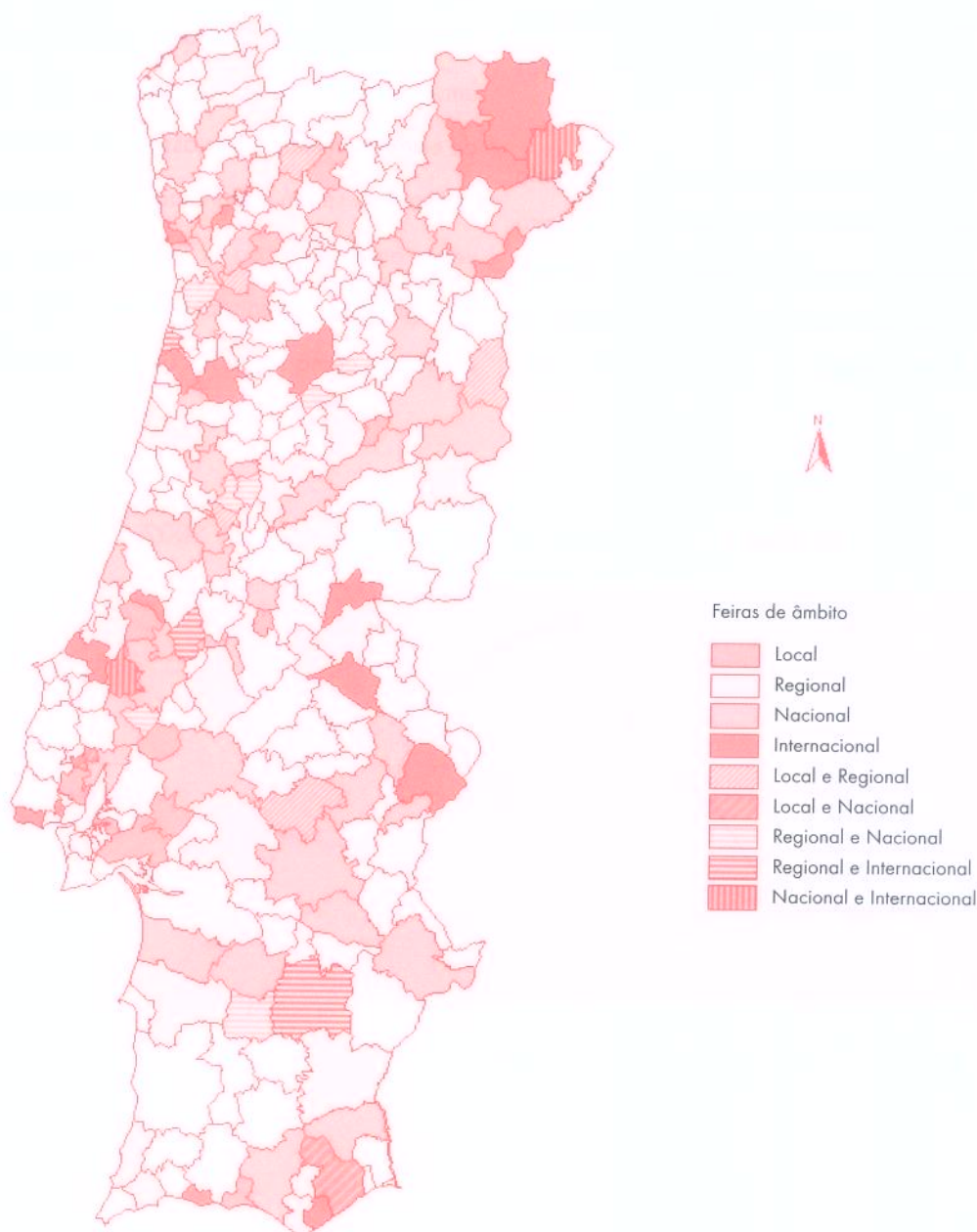


O cartograma 1 apresenta a distribuição geográfica das feiras de artesanato em território nacional. Salienta-se o facto de em quase metade (48%) dos concelhos do continente se realizar, pelo menos, uma feira de artesanato. O mapa evidencia ainda uma grande homogeneidade na dispersão geográfica, quer em termos globais, quer de acordo com o âmbito da feira (local, regional, nacional e internacional).

Refira-se que a designação da feira como "nacional",

"internacional" ou outra, é auto-atribuída, reportando-se simplesmente à proveniência do artesanato à venda na feira ou à nacionalidade dos participantes. Essa designação não é objecto de uma classificação atribuída por uma entidade independente e não estabelece, por isso, qualquer hierarquia entre as feiras, nem é sinónimo de critérios de exigência, por exemplo, quanto à natureza dos participantes (ser ou não obrigatório que a entidade participante seja artesão produtor).

Cartograma 1 • Distribuição das Feiras de Artesanato em Portugal, por Concelho e de Acordo com o seu Âmbito



Fonte: Calendário de Feiras de Artesanato 2002/PPART

As feiras de artesanato são de geração recente, quase todas nascidas após o 25 de Abril de 1974, e com uma forte incidência nas duas últimas décadas. Na listagem das feiras de artesanato de 2002, editada pelo PPART, verifica-se que, num universo de 160 feiras com informação sobre o ano de realização da 1ª edição, apenas 7 são criadas antes

de 1974, sendo três das quais referidas como "seculares". Na década de 1970 (a partir de 1977) são criadas 6 e na década de 1980 são criadas 40. A década de 1990 é a da grande explosão na criação de feiras de artesanato: 88 primeiras edições de feiras, sendo o ano de 1998 aquele que regista maior número (18). Em 2000 e 2001 são criadas 19.

Pode concluir-se assim **que mais de dois terços das feiras de artesanato realizadas em 2002 são criados após o início da década de 90.**

Este fenómeno encontra parte da sua **justificação**:

- i) Na **valorização local e regional das referências identitárias**, de que as artes e ofícios fazem obviamente parte, a par de outras manifestações tradicionais, mobilizadas com a finalidade de produzir um efeito de atracção das regiões.
- ii) Nos **apoios institucionais do IEPF** à divulgação e comercialização do artesanato, designadamente através do apoio financeiro à realização de certames de expressão nacional, regional e local, de um modo particular à Feira Internacional de Artesanato, anualmente realizada na FIL desde 1988, e à participação de artesãos portugueses em certames em Portugal e no estrangeiro (neste último caso, em colaboração com o ICEP e traduzido no apoio aos artesãos, através da comparticipação nos custos de deslocações e aluguer do espaço).
- iii) No **surgimento de algumas empresas privadas** que encontraram na organização de feiras de artesanato uma oportunidade de negócio.

A ausência de qualquer regulação destes certames levou à degradação acentuada da qualidade de alguns deles, devido a impreparação organizativa, mas também a uma ausência de critérios de qualidade e de autenticidade das produções aí vendidas, o que conduziu, frequentemente, à inclusão de toda a espécie de quinquilharias que se misturam com produções artesanais de qualidade e que causam embaraço aos artesãos e confusão aos compradores. Essa situação tem afastado destas feiras de artesanato algum público comprador mais exigente. Por essa razão, tem vindo a verificar-se uma

selecção natural no que respeita ao sucesso comercial destas iniciativas.

E se é verdade que as feiras foram, e continuam a ser um veículo muito importante de venda das produções artesanais, também é verdade que, seja por alguma saturação deste tipo de abordagem ao mercado, seja por alguma desqualificação da imagem destas feiras, alguns artesãos começam a considerar pouco compensadora a sua participação, pelo esforço de deslocação e de ausência prolongada do artesão da sua oficina, que se traduz em encargos duplos (de deslocação e de não-trabalho).

Verifica-se hoje que vem readquirindo importância comercial a venda no local de produção, nas oficinas artesanais. Esta revalorização da venda local das produções artesanais, está associada a uma **relocalização do artesanato**, valorizado enquanto património local e marca distintiva do território. Com a alteração do uso dos objectos artesanais, que perderam, em muitos casos, a sua adequação funcional tradicional, com um mercado primitivo essencialmente local, a comercialização dos produtos foi-se afastando progressivamente do local de produção. Com uma procura de natureza simbólica, as produções artesanais, a que são atribuídos um valor cultural, de tradição, estético, fazem hoje parte de roteiros turísticos de visita aos concelhos e às regiões. As práticas de lazer estão cada vez mais associadas a um turismo activo, itinerante, de descoberta das raízes, das tradições, dos patrimónios naturais e culturais, construídos e imateriais. É de notar a publicação recente de roteiros de artesanato de raiz concelhia (como Guimarães e Vila Verde) ou de carácter regional¹³

No quadro de uma nova relação com o mercado e procurando adaptar-se às suas novas tendências e exigências, alguns artesãos têm explorado outro tipo de colocação dos seus produtos, num mercado menos generalista e mais direccionado para uma procura

¹³ Guia de Artesanato da Região Norte, CRAT, 2003.

mais exigente, e vendem os seus produtos, num regime mais livre ou sob a forma de contrato, em lojas de artesanato, lojas de design, galerias de arte, etc.

Recentemente, de uma forma mais sistemática e concertada entre instituições e artesãos, tem-se feito notar algum esforço de **internacionalização**, através da participação em grandes feiras da especialidade realizadas em vários países europeus (em Espanha, e Itália, nomeadamente).

Também no âmbito do **comércio electrónico** se têm vindo a multiplicar iniciativas de divulgação e venda através da internet. Organizações de artesãos, empresas artesanais, lojas de artesanato, utilizam já este meio de comunicação, divulgação e comercialização para colocar os seus produtos em mercados mais vastos: esta "feira global", em que se pode manter, apesar de tudo, alguma proximidade no contacto com o artesão e conhecimento das produções e dos produtos, embora num contexto desmaterializado, virtual. É assim que os artesãos mais despertados para a importância das novas técnicas de comunicação se esforçam, nas suas páginas e sítios electrónicos, por complementar as informações sobre o preço e as características técnicas e funcionais da peça, com algum do seu historial e do seu contexto cultural, bem como o seu próprio percurso profissional e artístico. Para além destes profissionais da arte, existem já algumas empresas nacionais que têm como principal actividade a comercialização electrónica de produtos artesanais portugueses, dirigida, fundamentalmente, ao mercado internacional. Mas a maior **representação do artesanato na internet** ainda é aquela que consta nos sites de instituições como as Câmaras Municipais, ou nas de entidades ligadas ao turismo. Neste caso, o artesanato surge sempre referenciado a uma região, e é apresentado como seu produto turístico, a par de outros recursos patrimoniais e turísticos do concelho ou da região. De norte a sul do país, os concelhos e as regiões turísticas integram, na sua página na internet o seu artesanato, como um dos

expoentes da sua identidade e diferenciação e, portanto, capital de atracção.

c) Mudança na protecção, valorização e certificação das produções artesanais

Ainda neste quadro da evolução para um novo tipo de relacionamento com o mercado, há que referir a dinâmica recente de **qualificação e certificação de produções artesanais**, que visa dar maior confiança ao comprador, salvaguardar as técnicas tradicionais de produção, garantir a autenticidade e a qualidade dos produtos, aumentar a visibilidade do sector, distinguir a produção artesanal da concorrência de produtos, designadamente os de origem externa e fabrico industrial.

A certificação dos produtos artesanais, com vista à sua protecção legal, é hoje mesmo um imperativo para assegurar a sobrevivência das artes e ofícios tradicionais. A concorrência de produtos artesanais vindos dos países do Sudoeste Asiático, do Norte de África e da América Latina, manufacturados em contextos sócio-laborais muito distintos da realidade portuguesa e com custos de produção irrisórios, exige actuações criativas e inovadoras que permitam potenciar os valores próprios das produções tradicionais, como sejam a afectividade, a cultura e a genuinidade.

Os produtos alimentares tradicionais têm, neste campo, uma tradição mais antiga, por via, nomeadamente, do cumprimento de legislação comunitária, indispensável para atingirem outros mercados. Mesmo assim, o cumprimento das exigências ao nível das características dos espaços oficinais, dos processos de manuseamento e transformação dos produtos, tendo em vista o respeito pelas normas de higiene, têm dificultado muito os processos de certificação. Nas produções artesanais de bens não alimentares, os Bordados da Madeira (1990) e a Ourivesaria Tradicional Portuguesa (1996) foram os processos de certificação pioneiros, o Artesanato dos Açores (1998), a que se juntaram os Lenços de

Namorados do Minho (2001), tendo-se encetado entretanto outros processos de certificação.

A **certificação dos produtos agro-alimentares** decorre da regulamentação comunitária, já adoptada na legislação portuguesa (D.N. Nº 293/93, de 1 de Outubro), e que prevê:

- Protecção da **denominação de origem** dos produtos (DOP), em que o nome da região, local ou país serve para designar o produto, cujas características se devem, fundamentalmente, ao meio geográfico e a sua produção ou transformação se realizem na zona geográfica determinada.
- Protecção da **indicação geográfica** dos produtos (IGP) quando o produto apresente determinada qualidade, reputação ou característica que possa atribuir-se a origem geográfica, e seja lá produzido ou transformado.
- Atribuição de **certificados de especificidade** em que não há referência à origem geográfica dos produtos, realçando-se antes, uma composição ou um processo de produção que se considere tradicional, mediante a atribuição de um símbolo comunitário indicador de "Especialidade Tradicional Garantida".

Os processos de certificação e protecção de produções artesanais de bens não alimentares são mais recentes e ainda pouco numerosos:

- **Bordado da Madeira** (Lei 55/ 90 de 5 de Setembro e Decreto Legislativo Regional nº 7/91/M, de 15 de Março), sendo o IBTAM (Instituto do Bordado, Tapeçaria e Artesanato da Madeira) a entidade certificadora.
- **Ourivesaria Tradicional** (Decreto-Lei nº 204/96, de 25 de Outubro, e Portaria nº 605/96 de 25 de Outubro). A atribuição do direito ao uso do certificado de autenticidade é da responsabilidade de um Júri de que fazem parte representantes do Ministério da Economia, da Defesa do Consumidor e da Associação dos Industriais de Ourivesaria.
- **Artesanato dos Açores** - Portaria Regional de 3 de Dezembro de 1998 que cria a Marca "Artesanato dos Açores". Nesta região autónoma, depois do ananás e do queijo de S. Jorge, o bordado artesanal é o terceiro produto a deter uma "Marca Colectiva de Origem". A entidade certificadora é o CRAA - Centro Regional de Apoio ao Artesanato.
- **Lenços de Namorados do Minho.**
- **Tapetes de Arraiolos** - Foi criado o Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos pela Lei nº 7/2002, de 31 de Janeiro, que, no seu artigo 8º, confere ao Centro a responsabilidade de "estabelecer a classificação do tapete de Arraiolos, de organizar o seu processo de certificação e de promover, controlar, certificar e fiscalizar a qualidade e a genuinidade da sua produção".

Esta valorização e reconhecimento das produções artesanais como produções de qualidade, têm sido reforçados também: i) com o contributo de entidades como o **CRAA - Centro Regional de Apoio ao Artesanato dos Açores** ou o **IBTAM - Instituto do Bordado, Tapeçaria e Artesanato da Madeira** na estruturação do sector e na certificação das produções; ii) com o trabalho desenvolvido por organizações como o **CRAT-Centro Regional de Artes Tradicionais**, tendo em vista o reconhecimento do valor cultural e patrimonial das artes e ofícios, através de uma actividade sistemática de investigação, divulgação e edição; iii) com a acção de instituições museológicas, nomeadamente daquelas cujo acervo é constituído por colecções etnográficas, através das suas práticas de estudo, apresentação, divulgação em exposições permanentes ou temporárias, por vezes com carácter monográfico, relativas a algumas actividades artesanais ou aos seus artífices. Poder-se-á nomear o caso da actividade editorial do **Museu de Olaria de Barcelos**, designadamente os seus Cadernos de Olaria, as Fichas de Olaria, a revista Olaria, os Catálogos do Museu e das Exposições; ou a exposição temporária "Contradições", organizada pelo **Museu Nacional**

do Traje, em colaboração com o PPART, em que se apresentava uma colecção de figurinos concebidos pelos mais conceituados estilistas portugueses, com inspiração em tecidos, trajes, padrões e ornamentos tradicionais¹⁴; ii) e sob a forma de eventos promocionais que premeiam a qualidade das produções artesanais como o caso do **Prémio Nacional do Artesanato**, organização bienal do IEFP.

d) Mudança nas formas de transmissão de conhecimento

As acções levadas a cabo e as verbas dispendidas em acções de apoio e, em particular, de formação, conseguiram inverter tendências, anteriormente detectadas, de desaparecimento puro e simples das artes e ofícios tradicionais (AOT). A profunda inovação que constitui a actual transmissão de conhecimentos no domínio das AOT levará a outras rupturas do modelo tradicional de organização e implantação destas actividades.

Tradicionalmente, a formação nas actividades artesanais era feita, em contexto oficial, muitas vezes familiar, e sempre numa relação muito personalizada entre mestre e aprendiz. Hoje em dia, isso já não acontece assim na maioria dos casos. Também neste domínio da formação, a situação teve evoluções significativas nas duas últimas décadas.

Na década de 1970, associações e cooperativas de artesãos, autarquias, associações culturais, instituições de solidariedade social, agentes educativos, foram responsáveis pela promoção de inúmeras acções de formação profissional no domínio das actividades artesanais. Se bem que esse processo tivesse sido bastante desorganizado e desconexo, o que levou à multiplicação de acções em determinadas artes e regiões e à completa ausência noutras, em que as acções eram muitas vezes motivadas pela disponibi-

dades mobilizáveis através do Fundo Social Europeu, que contribuíam para o financiamento das instituições, e a qualidade das acções oscilava entre o mau e o excelente, é certo que se conseguiu estancar um processo de desaparecimento que, na altura, parecia inevitável.

Ao nível da formação profissional específica para o sector do artesanato, surge em 1986 uma organização totalmente dedicada à formação nas artes e ofícios: o **CEARTE-Centro de Formação Profissional do Artesanato**, entidade de direito público criada por protocolo entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Cáritas Diocesana de Coimbra. O CEARTE veio a tornar-se um dos mais importantes recursos de que o sector das artes e ofícios dispõe para a qualificação e o aperfeiçoamento dos artesãos portugueses e, consequentemente, para o seu desenvolvimento. Gradualmente, e de forma pioneira, este Centro foi construindo uma cultura de profissionalismo e exigência assentes numa abordagem técnica da formação no artesanato, acumulando experiência, testando metodologias, estendendo a sua intervenção às áreas da consultoria especializada, sendo hoje, reconhecidamente, uma referência a nível nacional.

O **Programa Escolas-Oficina**, criado ao abrigo da Portaria nº 414/96, de 24 de Agosto, e em funcionamento desde 1997, da iniciativa do Instituto do Emprego e Formação Profissional, tem também desempenhado um importante papel social, do ponto de vista do combate ao desemprego e da inserção social e profissional de jovens e adultos desempregados, além de representar hoje um interessante instrumento de transmissão dos saberes e consequente preservação de muitas actividades artesanais. Já pelo número de acções realizadas e em curso, já pela sua disseminação no território nacional, o Programa

¹⁴ "Fazem transportar as tramas do linho para as ousadas e fantasiadas formas que condizem com o mundo das passerelles dos nossos dias (...) numa inesperada mas muito gratificante evolução do traje e da tecelagem baseados no nosso património têxtil. (Madalena Braz Teixeira - "Catálogo da Exposição Contradições - Moda Portuguesa 1999", Lisboa, IPM/MC, 1999).

Escolas-Oficina revela um potencial de intervenção considerável em matéria de formação profissional no sector do artesanato. Este programa dirige-se a jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, a desempregados de longa duração e confere competências para o exercício de um ofício tradicional. Cada edição do curso tem a duração de doze meses compreendendo uma componente de formação técnica e outra prática.

No que se refere ao **sistema educativo**, a grande oferta formativa surgida no país nas mais variadas áreas artísticas, integrada no **ensino artístico especializado** e no **ensino técnico-profissional**, conduziu uma nova geração para o desenvolvimento de projectos artísticos e empresariais na área do artesanato.

Em algumas actividades artesanais, destaca-se a actuação de algumas entidades formadoras, como é o caso da **Fundação Ricardo Espírito Santo**, em particular na área das madeiras e da marcenaria. Esta entidade tem tido um importante papel na captação de novos praticantes, atraídos pelo prestígio conferido à actividade pelo rigor técnico-artístico da formação e pelos resultados alcançados na criação de emprego após a formação.

Pode referir-se ainda o exemplo da **ourivesaria e joalharia**, em que se encontram cobertos os vários níveis de formação - inicial, contínua e superior:

- A **Escola Secundária Especializada de Ensino Artístico de Soares dos Reis**, que ministra um curso de ourivesaria destinado a jovens com o 9º ano de escolaridade, que tem a duração de três anos e confere uma qualificação profissional de nível 3.
- O **CINDOR - Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria**, que é um Centro de Formação Protocolar, que resulta de um protocolo entre o IEFP e a AIORN. Esta entidade está igualmente vocacionada para formação inicial e formação contínua. Os cursos de formação profissional de qualificação inicial ministrados por esta entidade são: joalha-

ria/cravação; ourivesaria/filigranas e ourives prateiro/cinzelador.

- O **Centro de Joalharia do Porto** - cursos de formação dentro de um conceito de joalharia conceptual, dirigidos a indivíduos inseridos no mercado de trabalho.
- A **ESAD - Escola Superior de Artes e Design**, que se encontra estruturada nas áreas do design (integrando design industrial, de interiores e de comunicação) e a área das artes, cujo único curso é o de joalharia.

Esta oferta formativa conjugada teve como resultado uma qualificação técnica, tecnológica e artística das produções artesanais de ourivesaria e joalharia, sendo responsável pela adesão de novos artífices e criadores e permitiu estabelecer pontes de diálogo com os profissionais da criação - artistas plásticos, designers e arquitectos - o que tem permitido renovar estas artes. Não é por acaso que isto acontece nesta actividade. Deve-se, certamente, à conjugação de um conjunto de factores: uma actividade em que os produtores estão organizados em associações profissionais (a AIORN - Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte e a AIOS - Associação dos Industriais de Ourivesaria do Sul); uma actividade com uma forte concentração territorial; uma arte tradicional em que os artefactos produzidos sempre foram valorizados pelo valor "monetário" da sua matéria-prima, pela qualidade do trabalho artesanal incorporado e pelo valor simbólico associado à sua utilização de adorno e decoração.

Concluindo, poder-se-á afirmar que as mutações operadas ao nível dos contextos formativos, constituíram um dos factores que mais influenciaram a evolução do panorama das actividades artesanais nas duas últimas décadas.

e) Mudança nos programas de apoio público às actividades artesanais

Cabe aqui uma referência a **programas e medidas de apoio**, da responsabilidade de vários ministérios, departamentos e programas, **de que**

também têm sido beneficiárias as actividades artesanais e que, de certo modo, ajudaram a profissionalizar o sector.

Em Portugal, as políticas de apoio às actividades artesanais foram principalmente conduzidas pelos organismos ligados ao emprego e à formação. A abordagem do Estado ao sector sempre se processou pela via da **criação de emprego**. Não será de estranhar, portanto, que a criação de programas e de medidas de apoio - que raramente são específicas para as actividades artesanais - inclua os artesãos e as empresas artesanais no leque das entidades elegíveis. No que se refere ao apoio à criação de emprego, cujos principais destinatários são os jovens, destacam-se: o Regime de Incentivos às Microempresas (RIME); as Iniciativas Locais de Emprego (ILE'S); o Apoio à Criação do Próprio Emprego (ACPE); o Sistema de Apoio a Jovens Empresários (SAJE); a criação das Escolas-Oficina; o Programa de Conservação do Património Cultural (CPC). Incluem-se aqui os programas de incidência territorial como os Pactos Territoriais para o Emprego (com especial destaque para o do Alentejo que elegeu o artesanato como um dos eixos centrais de intervenção) e as Redes Regionais de Emprego.

No âmbito das políticas comunitárias dirigidas ao **desenvolvimento regional e local** foram criados instrumentos de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios, designadamente em zonas rurais e de montanha, onde as actividades artesanais sempre foram consideradas como um dos patrimónios relevantes e dos recursos com maior capacidade de mobilização. No domínio do desenvolvimento regional poderão referir-se os seguintes programas:

- Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (nas suas versões I; II e +), que tem apoiado, designadamente, a qualificação, promoção e comercialização dos produtos locais, beneficiando muitos artesãos em meios rurais.
- Programa INTERREG (nas suas versões I, II e III).
- PAOT - Programa das Artes Ofícios Tradicionais, da responsabilidade dos Ministérios da Economia e Inovação, da Educação e do Trabalho e Solidariedade Social.

- PPDR - Programa para a Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional - Intervenção Operacional integrada no Eixo 4 do QCA II (1994/99).
- Apoios à internacionalização das UPA atribuídos pelo ICEP.
- Programas Operacionais Regionais, designadamente nas suas medidas imateriais (QCA I; II e III).
- Pode referir-se ainda um conjunto de medidas de política, desenvolvidas pelas mais diversas entidades, sejam autarquias locais, associações de desenvolvimento, associações culturais, regiões de turismo e outras, que desenvolvem um trabalho de enquadramento e apoio que tem evitado o desaparecimento de muitas artes e ofícios, conseguindo que elas sejam mesmo motores de acções de desenvolvimento local.

Em toda a produção legislativa sobre artesanato é relevada a sua característica de património cultural. No entanto, esse entendimento não tem tido tradução em enquadramento e medidas de apoio por parte do Ministério da Cultura, em particular. No entanto, no âmbito do Programa Operacional da Cultura (2000/06) e integrada na Medida 2.1. do Eixo 2, foi inscrita uma Acção de Promoção da Cultura Popular em que se inseria a "preservação e a divulgação das artes e ofícios tradicionais". Com base nessa Acção, foi lançado um Programa de Apoio à Cultura Popular, cabendo ao IPAE - Instituto das Artes do Espectáculo e às Delegações Regionais do Ministério da Cultura a análise e encaminhamento das candidaturas para um júri de selecção. Verifica-se, contudo, que a tipologia de acções elegíveis orienta muito o financiamento para o apoio a projectos ligados à música tradicional.

Surgiram, entretanto, outras acções de reconhecimento e de valorização da relevância patrimonial das actividades artesanais, da responsabilidade de outros Ministérios e departamentos da administração do Estado:

- O **Programa de Conservação do Património Cultural** (CPC), criado em 1985, pelo Decreto-Lei nº 247/85, de 12 de Julho, é um programa da responsabilidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que tem por objectivo pro-

mover a criação de novos empregos em áreas ligadas à conservação do património cultural. São cursos de 12 meses (1680 horas), promovidos por entidades públicas ou privadas vocacionadas para a área da conservação do património cultural.

- **Acções conducentes à classificação do património gastronómico nacional** - A Resolução do Conselho de Ministros nº 96/2000, de 26 de Julho atribui à gastronomia nacional como um valor integrante do património cultural português e define-a como o "receituário tradicional português, assente, designadamente, em matérias-primas de fauna e flora utilizadas ao nível nacional, regional ou local, bem como em produtos agro-alimentares produzidos em Portugal, e que, pelas suas características próprias, revele interesse do ponto de vista histórico, etnográfico, social ou técnico, evidenciando valores de memória, antiguidade, autenticidade, singularidade ou exemplaridade". Com esta Resolução pretende-se intensificar as medidas de preservação, valorização e divulgação da gastronomia nacional enquanto valor integrante do património cultural português. A Direcção-Geral de Turismo é a entidade que preside à Comissão Nacional de Gastronomia, órgão responsável pelo levantamento e qualificação do património gastronómico nacional (Resolução do Conselho de Ministros nº 169/2001, de 19 de Dezembro). A esta Comissão é cometida, entre outras, a tarefa da criação de uma base de dados designada "Gastronomia, património cultural" (Portaria nº 312/2002, de 22 de Março de 2002).

f) Mudança na organização e enquadramento do sector

O sector situa-se num quadro em que ainda se não operacionalizou um conjunto de diplomas que terá um enorme alcance no seu enquadramento jurídico e normativo. A debilidade da estruturação das actividades artesanais enquanto sector de actividade, o que ainda se verifica, tem um conjunto de justificações que importa enumerar:

- i) A grande dispersão territorial das actividades arte-

sanais; ii) a variedade de produções hoje consideradas artesanais, que mantinham entre si muito poucas afinidades tipológicas; iii) a rarefacção dos efectivos de cada uma dessas actividades, com o êxodo que o mundo rural sofreu nas décadas de 60 e 70; iv) uma situação muito diferenciada no que se refere à profissionalização da actividade (muitas vezes sazonal, nos entremeios das actividades agrícolas, por exemplo) originou um quadro de situação que se traduziu numa situação de grande atomização dos artesãos e das oficinas artesanais o que, até meados da década de 70, impediu a criação de estruturas organizadas e representativas.

Após o 25 de Abril surgiram variadas **dinâmicas associativas** nas mais diversas áreas da actividade económica e social da vida portuguesa. Os ofícios artesanais também se organizaram em associações e cooperativas de base territorial, local ou regional. Algumas foram constituídas no quadro de acções de desenvolvimento local, outras constituíram, elas próprias, o motor de dinâmicas locais de desenvolvimento, muito associadas a uma economia social, por vezes de educação de adultos, ou de emprego feminino, em zonas onde a mulher não exercia qualquer tipo de profissão remunerada, e ainda no âmbito de acções de preservação das tradições e recuperação do património cultural local.

Outras associações surgiram num contexto urbano, a partir da iniciativa de artesãos contemporâneos, com uma intenção fundamentalmente reivindicativa do reconhecimento do sector e das suas especificidades artísticas e económicas. Embora tivessem surgido algumas tentativas de criar estruturas que congregassem este movimento associativo, que se desenvolveu um pouco por todo o país, nunca se conseguiu alcançar uma representatividade e capacidade mobilizadora dos artesãos, que na sua maioria via esses processos com alguma desconfiança.

Com a criação, em 1997, da iniciativa interministerial do PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, o panorama do enquadramento do sector do artesanato alterou-se pro-

fundamente, não só porque aquele se constituiu em plataforma de concertação de políticas e programas dos vários ministérios e organismos do Estado, mas também porque que se lhe reconheceu, desde logo, o papel de rosto da administração face aos profissionais do sector e lhes permitiu encontrar um interlocutor público único e reconhecido, o que até então não sucedia, dada a indefinição das competências da Administração face ao sector.

O PPART - **Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais** é um instrumento criado pelo Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 136/97, de 14 de Agosto, com vista à estruturação, dignificação e desenvolvimento do sector. A execução do Programa está a cargo de uma Comissão Nacional em que têm assento representantes:

i) De vários ministérios:

- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (que preside).
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Ministério da Economia e da Inovação.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Ministério da Cultura.

ii) De um conjunto de instituições com reconhecida experiência de intervenção no sector:

- ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.
- CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato.
- CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais.
- CPD - Centro Português de Design.

iii) De representantes do movimento associativo dos artesãos:

- Associações de Artesãos das Regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

iv) E ainda de representantes do sector nas regiões autónomas:

- IBTAM - Instituto do Bordado, Tapeçaria e Artesanato da Madeira.
- CRAA - Centro Regional de Apoio ao Artesanato dos Açores.

1.2.2. Quadro Regulador e Legislativo do Sector

Ao longo das duas últimas décadas foi ganhando consistência a noção da necessidade de intervenção pública regulamentadora das actividades artesanais, motivada pelo interesse patrimonial crescente que lhes foi reconhecido, bem como pelo seu significado social e económico. Durante esse período, foi sendo produzida alguma legislação sobre o sector, sem que, no entanto, alguma vez se tivesse estabilizado um quadro legal e institucional que o viesse a enquadrar.

Poder-se-á referir a publicação da Portaria nº 1099/80, de 29 de Dezembro, como a primeira em que se estabelece uma definição legal de artesanato. Aí se considerava artesão "o trabalhador que, isoladamente ou em unidades de tipo familiar ou associado, transforma matérias-primas e produz ou repara objectos, ao qual se exige um certo sentido estético e habilidade ou perícia manual, podendo, no entanto, usar máquinas como auxiliares de trabalho, e cuja intervenção pessoal, dominando todas as fases do processo produtivo, constitui factor predominante". O mesmo diploma apresentava o conceito de artesanato como "um saber-fazer que reveste processos produtivos e de organização do trabalho peculiares, diferentes e específicos em cada região, em interdependência com as necessidades e valores do quotidiano, apesar da concorrência da produção industrializada".

Esta definição baseia-se num conceito lato de trabalho artesanal em que se privilegia a dimensão da empresa (isoladamente, em unidades de tipo familiar ou associado), o tipo de actividade (transforma matérias-primas e produz ou repara objectos), o domínio das técnicas manuais (habilidade ou perícia manual), embora não se exclua a possibilidade de usar máquinas (podendo, no entanto, usar máquinas como auxiliar de trabalho),

a relação especial do trabalhador com as peças produzidas (sentido estético). O perfeito controlo de todos os momentos da produção surge como o grande critério discriminante entre a produção artesanal e a produção industrial, da qual se refere ainda o carácter banal dos seus produtos (produção em série).

Outras definições, associadas à criação de regimes de incentivos e à consequente necessidade de tipificar as entidades beneficiárias (RIME - Regime de Incentivos às Microempresas), ou ainda a processos de certificação de actividades artesanais (ourivesaria tradicional) foram avançadas neste período.

O Decreto-Lei nº 303/81, de 12 de Novembro, reafirma a definição de artesãos como profissionais que utilizam fundamentalmente a criatividade e a perícia manual no processo produtivo.

A Portaria nº 802/82, de 24 de Agosto, não fornecendo uma definição de pequena empresa de artesanato, refere-se a ela, mencionando que, para além das actividades de produção e transformação, engloba também as actividades de prestação de serviços.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 47/92, de 23 de Dezembro, que cria o Programa de Artes e Ofícios Tradicionais (PAOT) não define artesão, mas refere que por "artes e ofícios" se compreende o fabrico de materiais e objectos, a prestação de serviços, a produção e confecção de bens alimentares, bem como a arte de vender. Neste diploma é definida uma listagem de artes e ofícios exclusivamente para efeitos de candidatura ao Programa-Piloto de Artes e Ofícios (Criação e Modernização de Empresas Artesanais).

Não havendo regulamentação específica para as empresas artesanais, elas deverão reger-se pelo regime geral. Os requisitos necessários para criação de uma empresa artesanal não diferem daqueles a que estão sujeitas as microempresas que, em Portugal, se consideram as empresas que possuem até nove trabalhadores e que podem revestir a forma de empresário em nome individual, estabelecimento individual de responsabilidade limitada, cooperativa ou sociedade comercial, de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros nº 154/96, de 17

de Setembro, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 35/97, de 7 de Março. A sua criação carece de uma licença emitida pela Câmara Municipal, variando as formalidades necessárias conforme o número de trabalhadores, a dimensão da empresa e o tipo de produção. O empresário, seja ele artesão, comerciante ou industrial, necessita de se inscrever no Cadastro Industrial do Ministério da Justiça, assim como junto do Serviço de Administração do IVA (Ministério das Finanças). É também indispensável a inscrição na Repartição de Finanças local para efeitos do IRS ou IRC, assim como a inscrição no respectivo Centro Regional de Segurança Social.

Mas a persistente indefinição do que se engloba no conceito de artesanato, a dispersão das medidas públicas de enquadramento e apoio ao sector, a consequente inexistência de uma única entidade que conjugasse e articulasse a intervenção dos vários organismos do Estado, a não existência de uma informação estatística rigorosa e actualizada que permita conhecer a composição e a dimensão do sector em termos sociais e económicos, levou ao lançamento em 1997, com a criação do PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, de um processo que viria a conduzir à criação das bases normativas para o ordenamento jurídico e normativo do sector.

1.2.3. Caracterização do Sector

Condicionantes ao nível das fontes de informação disponíveis

Existem, sobre o artesanato português, muitas monografias e levantamentos de carácter local ou temático, com finalidades pedagógicas de recolha e divulgação do património cultural, investigações de carácter temático ou espacial, histórico e etnográfico, estudos de suporte a intervenções museológicas, levantamentos de recursos dos territórios, normalmente com finalidades de promoção turística, etc. Mas toda essa informação, de enorme importância para o (re)conhecimento da valia cultural e patrimonial das artes tradicionais e dos territórios, salienta mais as diversidades do que os traços comuns, como

que evidenciando a dificuldade e a resistência que estas artes e ofícios manifestam quanto à sua normalização e tipificação. As recolhas e levantamentos são realizados com finalidades e pressupostos metodológicos distintos, que dificultam uma análise sectorial e nacional das actividades artesanais.

A importância económica do sector ainda é presumida, já que as bases estatísticas existentes não contemplam informação rigorosa sobre o artesanato, dado que ele tem existência social e económica mas não tinha, até agora, existência legal enquanto sector, o que só veio a ser possível com a publicação dos Decretos-Lei n.º 41/2001 e 110/2002, relativos ao Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal. Atravessando horizontalmente toda a CAE, as actividades artesanais aparecem estatisticamente englobadas nas actividades económicas em geral, não sendo possível destrinchá-las da actividade industrial. Só a implementação desta nova legislação, em particular no que respeita ao Registo Nacional do Artesanato, irá permitir a obtenção de dados passíveis de autonomizar o sector e fornecer toda a informação estatística necessária à sua caracterização mais objectiva.

Se tivermos em consideração a definição de actividade artesanal, que decorre da legislação em vigor, constata-se que a **informação estatística oficial nacional é inexistente**.

Se se seguir a definição legal de alguns países europeus que têm uma concepção sectorial de empresas artesanais - resultado do cruzamento de um conjunto de sectores de actividade com a dimensão da empresa - poder-se-á obter alguma **informação estatística oficial** com base nos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e na informação constante da Base Belém do INE. Esta informação tem o grande inconveniente de não distinguir as empresas artesanais no conjunto das microempresas, já que, **no caso português, as empresas artesanais se caracterizam cumulativamente i) pela actividade desenvolvida, que terá que fazer parte de um Repertório das Actividades Artesanais; ii) pela**

dimensão da empresa (de 1 a 9 empregados); iii) e pelo valor cultural e social da actividade desenvolvida.

Apesar destas dificuldades, far-se-á o tratamento da informação estatística existente sobre o universo das microempresas nos sectores de actividade (têxteis, cestaria, trabalhos em cerâmica, trabalhos em madeira, trabalhos em metal) que é exigido no âmbito deste estudo, que procurará encontrar soluções metodologicamente sustentáveis.

As **fontes de informação** não oficiais existentes, têm exactamente essa limitação, que é a de não serem oficiais e de não terem os meios e o estatuto que lhes permitam obter, de uma forma sistemática e exhaustiva, a informação estatística relevante sobre o sector. Encontra-se nesta situação a **base de dados Democrat**, da iniciativa do CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais, que constitui uma fonte de informação reconhecida como fidedigna e a mais completa existente no país, nesta fase prévia à consagração do estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal, processo que ainda evidenciará alguma morosidade até se poder obter daí informação estatística relevante e exhaustiva relativamente ao sector. Esta informação tem a vantagem de ser direccionada para as empresas artesanais, na acepção que lhes é conferida pelos estatutos legais do artesão e da unidade produtiva artesanal, e de se encontrar em permanente validação.

Na década de 80 do século passado, foram efectuados alguns levantamentos do artesanato que constituíram uma radiografia da situação das actividades artesanais nesse período. É o caso do **Levantamento do Artesanato e dos Artesãos da Região Norte e da Região Centro**, da responsabilidade de vários organismos públicos sedeados nas respectivas regiões, que pretendiam, à altura, obter uma radiografia em que se fundamentassem as políticas públicas de apoio a estas actividades. Foram os dados deste inquérito que constituíram a base de informação sobre a qual se criou a base de dados *Democrat*. Uma outra iniciativa, que constituiu a mais vasta recolha de informação estatística sobre as actividades artesanais que se fez

no país, foi a realização do **Inquérito às artes e ofícios tradicionais**, da responsabilidade do Projecto Artes e Ofícios Tradicionais, criado no âmbito do Ministério da Educação. Este inquérito foi efectuado em todos os concelhos do continente, à excepção dos concelhos urbanos de Lisboa e Porto, no segundo semestre de 1988.

Na **década de 90** foram desenvolvidos os trabalhos de levantamento e investigação e a publicação dos **Catálogos de Artesanato por Regiões-Plano**, uma iniciativa do Instituto do Emprego e Formação Profissional, com a colaboração de outras entidades. Estes catálogos não tinham por objectivo um levantamento sistemático das produções artesanais, mas sim a identificação das mais significativas e identificadoras das respectivas regiões.

Salienta-se ainda, neste período, a realização de alguns **estudos de caso, baseados em levantamentos das actividades artesanais, que foram efectuados em territórios circunscritos, como suporte a acções de intervenção de desenvolvimento regional**. Podem referir-se os casos do estudo sobre as "**Potencialidades do mercado de produção artesanal na zona de influência do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva**", realizado pelo consórcio ESDIME/GEOIDEIA para a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, SA; o estudo "**Artes e Produtos Tradicionais do Vale do Lima: Diagnóstico e Estratégia de Promoção**", realizado pela empresa CESO I&D para a Valima - Associação de Municípios do Vale do Lima; o "**Estudo de análise dos mercados do artesanato tradicional do Norte Alentejano**", que também contemplou um levantamento do artesanato e dos artesãos realizado no âmbito do Pacto Territorial para o Desenvolvimento e o Emprego do Norte Alentejano.

Caracterização das actividades artesanais

Os **pressupostos metodológicos** deste exercício de caracterização das actividades artesanais consideradas no estudo (confeccção tradicional de bens alimentares, artes têxteis, cerâmica, actividades em

metal e em madeira) são os que a seguir se indicam:

i) As **fontes de informação estatística** que se utilizarão na caracterização das actividades artesanais e dos artesãos serão:

1. Dados estatísticos oficiais de base nacional

- Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS).
- Base Belém do Instituto Nacional de Estatística (INE).

2. Inquéritos, levantamentos, bases de dados de base nacional

- Base de Dados Democrat - Centro Regional de Artes Tradicionais (CRAT).
- Inquérito às artes e ofícios tradicionais - Programa de Apoio à Artes e Ofícios Tradicionais (PAOT 1988/94).
- Estudo "Artes e Ofícios Tradicionais e Microempresas Comerciais" realizado pelo IPI - Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda. para o PPDR - Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional.

3. Estudos de caso

- Estudo "Potencialidade do mercado de produção artesanal na zona de influência do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva" - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva (EDIA).
- Estudo "Artes e Produtos Tradicionais do Vale do Lima: Diagnóstico e Estratégia de Promoção" - Associação de Municípios do Vale do Lima (VALIMA).
- Estudo "Análise dos mercados do artesanato tradicional do Norte Alentejano" - Pacto Territorial para o Emprego do Norte Alentejano.
- Sociografia dos artesãos do distrito de Bragança - CRAT, 1989.

Da conjugação destas diferentes fontes de informação se poderá obter uma radiografia, a mais aproximada possível, da situação das actividades artesanais no plano nacional.

ii) **Utilização do conceito de microempresa** dado pela Resolução do Conselho de Ministros nº

154/96, de 17 de Setembro e alterada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 35/97, de 7 de Março, **em que se baseia o conceito de unidade produtiva artesanal, no que se refere à sua dimensão e forma jurídica**, tal como é definido pelo Decreto-Lei nº 41/2001, de 9 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 110/2001, de 16 de Abril.

iii) **Utilização, como base de informação estatística, da Classificação das Actividades Económicas**, nas classes que têm correspondência e em que se inserem as actividades artesanais consideradas neste estudo (cf. quadro de equivalências entre actividades artesanais e CAE, apresentado no Anexo I).

Em ii) e iii) cumprem-se duas das condições essenciais para a definição de **unidade produtiva artesanal**, mas fica a faltar a última, que é o "valor cultural e social da actividade desenvolvida", já que essa condição ainda não tem tradução estatística.

Este exercício de análise poderá incorrer no risco de estar a comparar dados que correspondem a entidades de natureza diferente, se bem que este perigo de confusão não seja biunívoco, pelo facto de toda a unidade produtiva artesanal ser uma microempresa, por força da sua definição legal, mas o inverso nem sempre ser verdadeiro, já que nem toda a microempresa é uma unidade produtiva artesanal. Tal facto

poderá originar uma sobreavaliação do número de unidades produtivas artesanais, ao extrapolar-se, dos dados oficiais, que as microempresas correspondem a unidades produtivas artesanais. Essa circunstância poderá ser atenuada ou até anulada (não se pode afirmar com certeza, já que não existem dados) pelo número de oficinas artesanais que não estão oficialmente registadas.

iv) **A não existência de dados sobre o número de pessoas ao serviço nas microempresas** (empresas com um número máximo de nove trabalhadores), por escalão, leva-nos a estabelecer uma média aritmética nos dois escalões utilizados nas estatísticas dos Quadros de Pessoal (0-4 trabalhadores: média=2,5; 5-9 trabalhadores: média=7) obtendo-se, assim, um valor estimado de pessoas ao serviço nas microempresas.

Caracterização do tecido produtivo

Tendo por base estes pressupostos, apresentam-se seguidamente os dados relativos às microempresas referenciadas às CAE, agrupadas pelos sectores de actividade em análise no estudo, tendo por base a informação dos Quadros de Pessoal/MTSS e da Base Belém/INE:

Quadro 8 • Microempresas segundo a CAE

Sector	CAE	Descrição CAE	Quadros Pessoal				Belém			
			Microempresa		Outras		Microempresa		Outras	
Alimentação	1251	Apicultura	9	0,1%	2	0,0%	26	0,3%	1	0,0%
	15130	Fabricação de produtos à base de carne	107	1,1%	123	3,0%	168	1,7%	115	2,6%
	15332	Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas	1	0,0%	2	0,0%	4	0,0004	1	0,0002
	15333	Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada	6	0,1%	1	0,0%	8	0,0008	0	0
	15510	Indústrias do leite e derivados	92	0,9%	68	1,7%	115	0,0115	78	0,0176
	15811	Panificação	1972	19,7%	721	17,7%	1680	0,1681	823	0,1852
	15812	Pastelaria	595	5,9%	125	3,1%	574	0,0574	144	0,0324
	15870	Fabricação de condimentos e temperos	3	0,0%	2	0,0%	6	0,1%	9	0,2%
	15913	Produção de licores e de outras bebidas destiladas	15	0,1%	6	0,1%	14	0,1%	10	0,2%
	Total		2800	28,0%	1050	25,8%	2595	26,0%	1181	26,6%

Quadro 8 • Microempresas segundo a CAE (continuação)

Sector	CAE	Descrição CAE	Quadros Pessoal				Belém			
			Microempresa		Outras		Microempresa		Outras	
Texteis	17110	Preparação e fição de fibras do tipo algodão	23	0,2%	53	1,3%	10	0,1%	53	1,2%
	17120	Preparação e fição de fibras do tipo lã cardada	10	0,1%	20	0,5%	4	0,0%	14	0,3%
	17130	Preparação e fição de fibras do tipo lã penteada	2	0,0%	13	0,3%	3	0,0%	18	0,4%
	17140	Preparação e fição de fibras do tipo linho	3	0,0%	2	0,0%		0		0
	17150	Preparação e fição da seda e preparação e texturização de filamentos sintéticos e artificiais	5	0,0%	7	0,2%		0	6	0,1%
	17170	Preparação e fição de outras fibras têxteis	8	0,1%	12	0,3%	14	0,1%	10	0,2%
	17210	Tecelagem de fio do tipo algodão			0	0,0%	34	0,3%	91	2,0%
	17220	Tecelagem de fio do tipo lã cardada	10	0,1%	13	0,3%	10	0,1%	18	0,4%
	17230	Tecelagem de fio do tipo lã penteada	3	0,0%	8	0,2%	4	0,0%	11	0,2%
	17240	Tecelagem de fio do tipo seda	2	0,0%	4	0,1%		0	2	0,0%
	17250	Tecelagem de fio de outros têxteis	36	0,4%	32	0,8%	31	0,3%	41	0,9%
	17400	Fabricação de artigos têxteis	330	3,3%	160	3,9%	443	4,4%	202	4,5%
		confeccionados, excepto vestuário	212	2,1%	107	2,6%	234	2,3%	106	2,4%
	17542	Fabricação de bordados								
	17543	Fabricação de rendas	2	0,0%	3	0,1%	3	0,0%	4	0,1%
	17710	Fabricação de meias e similares de malha	169	1,7%	109	2,7%	165	1,7%	121	2,7%
	17720	Fabricação de puloveres, casacos e artigos similares de malha	132	1,3%	206	5,1%	171	1,7%	216	4,9%
Cerâmica	18222	Confecção de outro vestuário exterior por medida	521	5,2%	69	1,7%	439	4,4%	41	0,9%
	18240	Confecção de outros artigos e acessórios de vestuário, n.e.	188	1,9%	88	2,2%	163	1,6%	73	1,6%
	Total		1656	16,5%	906	22,2%	1728	17,3%	1027	23,1%
	26211	Olaria de barro	185	1,8%	62	1,5%	90	0,9%	58	1,3%
	26212	Fabricação de artigos de uso doméstico de faiança, porcelana e grés fino	64	0,6%	78	1,9%	102	1,0%	68	1,5%
	26213	Fabricação de artigos de ornamentação de faiança, porcelana e grés fino	100	1,0%	117	2,9%	96	1,0%	124	2,8%
	26250	Fabricação de outros produtos cerâmicos não refractários (excepto os destinados à construção)	2	0,0%	3	0,1%		0,0%		0,0%
	26301	Fabricação de azulejos	6	0,1%	16	0,4%	23	0,2%	19	0,4%
	26660	Fabricação de outros produtos de betão gesso, cimento e marmorite	125	1,2%	41	1,0%	89	0,9%	30	0,7%
	Total		482	4,8%	317	7,8%	400	4,0%	299	6,7%

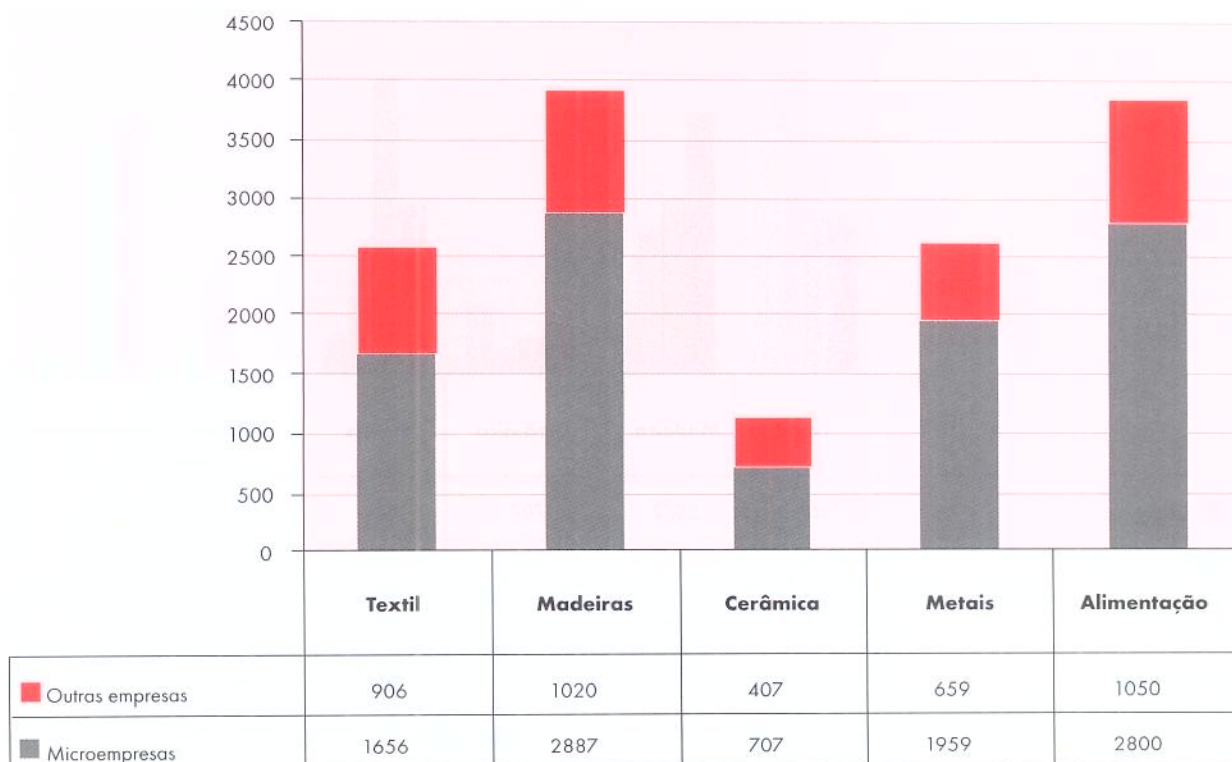
Quadro 8 • Microempresas segundo a CAE (continuação)

Sector	CAE	Descrição CAE	Quadros Pessoal				Belém			
			Microempresa		Outras		Microempresa		Outras	
Metals	28120	Fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal	799	8,0%	188	4,6%	1669	16,7%	367	8,3%
	28401	Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados	99	1,0%	26	0,6%	164	1,6%	46	1,0%
	28510	Tratamento e revestimento de metais	147	1,5%	95	2,3%	191	1,9%	90	2,0%
	28610	Fabricação de cutelaria	34	0,3%	44	1,1%	14	0,1%	37	0,8%
	28621	Fabricação de ferramentas manuais	23	0,2%	21	0,5%	11	0,1%	16	0,4%
	28751	Fabricação de louça metálica e artigos de uso doméstico	23	0,2%	50	1,2%	37	0,4%	46	1,0%
	28752	Fabricação de outros produtos metálicos diversos, n.e.	261	2,6%	157	3,9%	412	4,1%	208	4,7%
	36221	Fabricação de filigranas	14	0,1%	1	0,0%	15	0,2%	3	0,1%
	36222	Fabricação de artigos de joalharia e de outros artigos de ourivesaria	468	4,7%	77	1,9%	424	4,2%	68	1,5%
	36636	Outras indústrias transformadoras diversas, n.e.	91	0,9%	35	0,9%	332	3,3%	73	1,6%
	Total		1959	19,6%	694	17%	3269	32,7%	954	21,5%
Madeiras	20400	Fabricação de embalagens de madeira	46	0,5%	20	0,5%	56	0,6%	28	0,6%
	20512	Fabricação de outras obras de madeira, n.e.	164	1,6%	69	1,7%	136	1,4%	63	1,4%
	35112	Construção e reparação de embarcações não metálicas, excepto de recreio e desporto	10	0,1%	8	0,2%	36	0,4%	13	0,3%
	36110	Fabricação de cadeiras e assentos	423	4,2%	100	2,5%	247	2,5%	115	2,6%
	36130	Fabricação de mobiliário de cozinha	178	1,8%	90	2,2%	242	2,4%	135	3,0%
	36141	Fabricação de mobiliário de madeiras para outros fins	2240	22,4%	818	20,1%	1201	12,0%	621	14,0%
	92312	Outras actividades artísticas e literárias	36	0,4%	4	0,1%	72	0,7%	5	0,1%
	Total		3097	30,9%	1109	27,2%	1990	19,9%	980	22,1%
Cestaria	20521	Fabricação de obras de cestaria e espartaria	15	0,1%	1	0,0%	11	0,1%	3	0,1%
	Total		15	0,1%	1	0,0%	11	0,1%	3	0,1%
Total			10009	100,0%	4077	100,0%	9993	100,0%	4444	100,0%

Assim, segundo a informação dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, verifica-se que, em 2000, existiam 10.009 microempresas, que equivaliam a 71% do número total de empresas destes sectores de actividade. Estas microempresas empregavam cerca de 40.000 pessoas, num universo de 190 000 trabalhadores, se se

considerarem todas as empresas destes ramos de actividade. Ou seja, 21% das pessoas ao serviço nestes sectores de actividade trabalhavam em microempresas. De acordo com os dados da Base Belém do Instituto Nacional de Estatística (INE), para o mesmo universo de empresas e sectores, sendo aqui registadas 9.993 microempresas, o seu peso seria de 69%.

Gráfico 2 • Empresas por Dimensão e Sector de Actividade



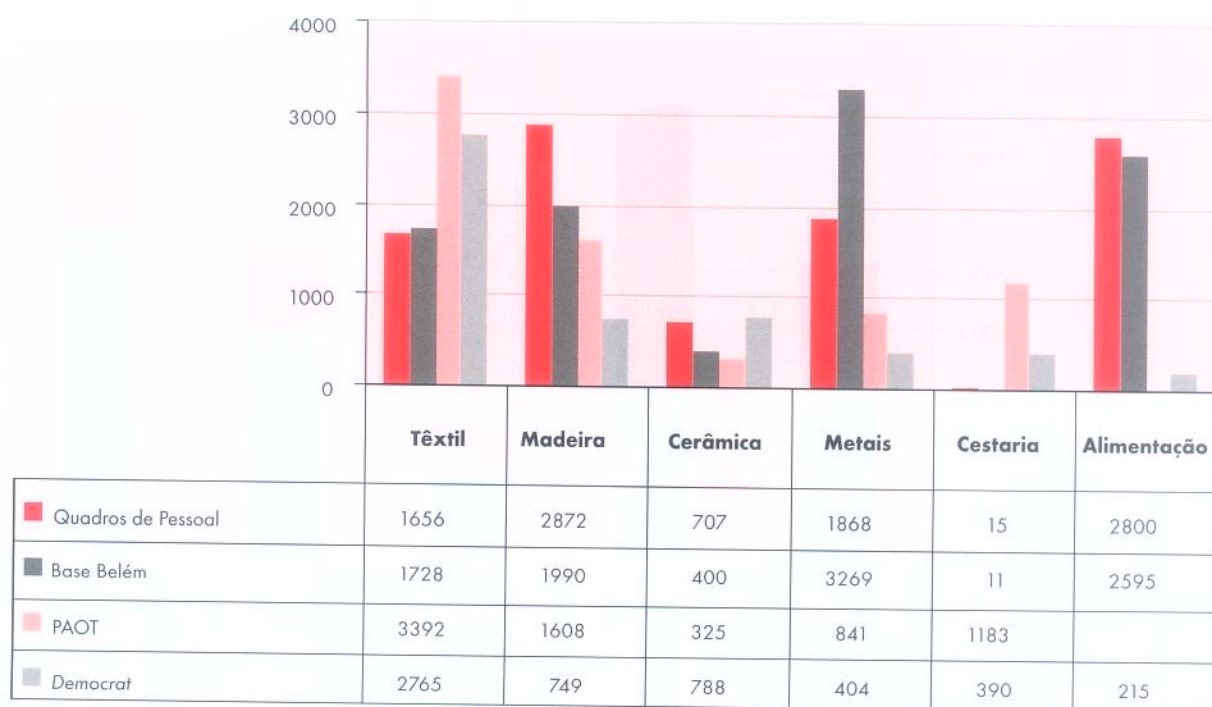
Fonte: Quadros de Pessoal/MTSS 2000

Estas são as duas fontes de informação oficiais de que se dispõe para a análise estatística do sector. Se fizermos uma leitura comparada destas fontes com duas bases constituídas, uma a partir de um inquérito realizado a nível nacional (PAOT), e outra a partir da prática de intervenção de uma instituição que trabalha

no sector (CRAT), será possível constatar algumas homogeneidades e algumas discrepâncias.

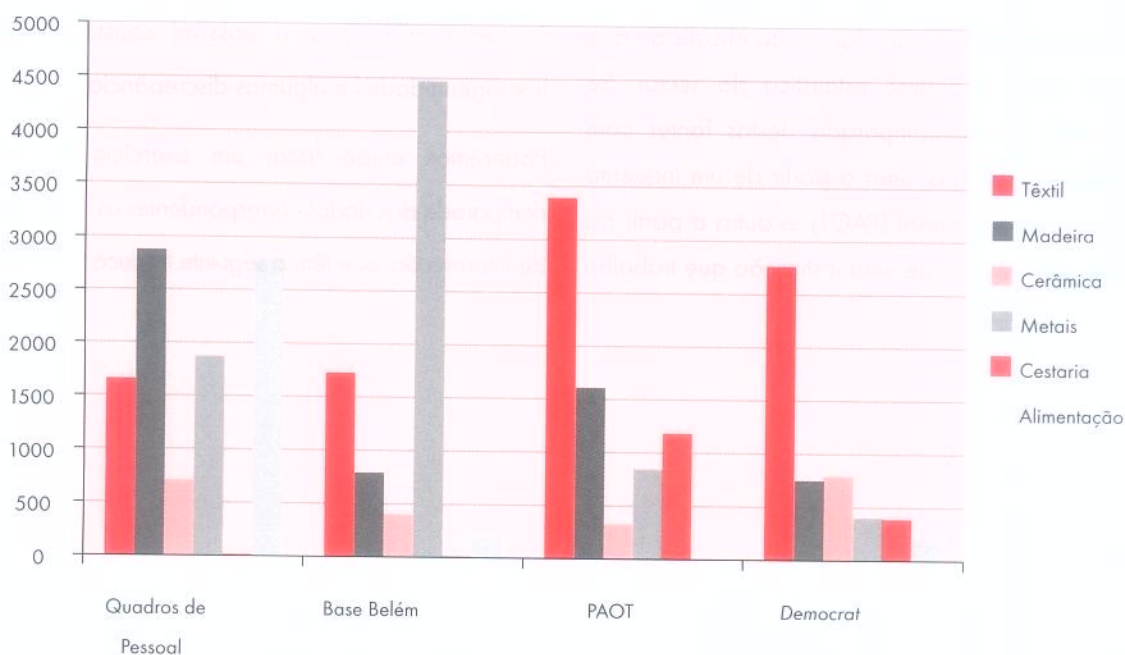
Poderemos então fazer um exercício de análise comparada dos dados correspondentes às diversas fontes de informação, que têm a seguinte tradução gráfica:

Gráfico 3 • Comparação dos Dados sobre Microempresas segundo as Várias Fontes de Informação



Fonte: Quadros de Pessoal/MTSS 2000; Base Belém/INE 2000; Inquérito às Artes Ofícios Tradicionais/PAOT 1988/94; Base de Dados Democrat

Gráfico 4 • Comparação do Peso de Cada Sector em Cada Fonte de Informação



Fonte: Quadros de Pessoal/MTSS 2000; Base Belém/INE 2000; Inquérito às Artes Ofícios Tradicionais/PAOT 1988/94; Base de Dados Democrat.

Constata-se que o número total de entidades registadas apresenta um equilíbrio notório, se considerarmos as condições tão divergentes nos

propósitos e nos métodos de recolha de informação:

- Quadros de Pessoal (MTSS): 10.009 microempresas.
- Base Belém (INE): 9.993 microempresas.

- Inquérito às Artes e Ofícios (PAOT): 8.489 artesãos.
- Democrat (CRAT): 5.311 unidades produtivas artesanais.

Já quanto à sua distribuição pelas diversas actividades, verificam-se algumas discrepâncias, como, por exemplo o número elevado de artesãos que trabalham em **cestaria** que se detecta no Inquérito às Artes e Ofícios Tradicionais (PAOT) - 1.183 artesãos - e o valor comparativamente elevado que a Base Belém (INE) apresenta de entidades a laborar na área dos **metais** (3.269 microempresas). O sector da **alimentação**, que apenas é contemplado nos dados do MTSS, do INE e do CRAT tendo pouca expressão neste último, porque nunca foi da sua tradição a informação e o estudo destas actividades.

Os dados relativamente elevados que a base de dados Democrat e o Inquérito às Artes e Ofícios apresentam nas actividades artesanais **têxteis**, traduzem a circunstância de se tratar de actividades quase exclusivamente femininas, em que a taxa de registo e legalização da actividade é muito baixa (daí não aparecerem nas estatísticas oficiais), já que a actividade artesanal é, neste caso, exercida pela mulher artesã, frequentemente em regime de pluriactividade. Esta nem sempre é a sua actividade principal, dividida com afazeres domésticos ou com um emprego na indústria ou nos serviços.

Nos **metais** acontece a situação inversa, sendo aqui os dados das estatísticas oficiais claramente mais elevados. Neste subsector estarão certamente incluídas muitas oficinas de fabrico de materiais para a

construção civil, como por exemplo o fabrico de caixilharias de alumínio. Este tipo de actividades, algumas delas com características marcadamente industriais, não terá sido contemplado nas duas outras fontes de informação, que apenas consideram as actividades com características artesanais, independentemente da situação de legalização da entidade.

A **cerâmica** é aquele subsector que apresenta menores variações segundo as fontes de informação disponíveis.

Fazendo uma análise mais pormenorizada da distribuição das empresas pelo número de pessoas ao serviço conclui-se que, nas diversas actividades consideradas, são pequenas as variações quanto à sua distribuição pelos vários escalões e quanto ao peso das microempresas no conjunto do sector.

Dentro das microempresas predominam aquelas que têm até 4 trabalhadores, que representam quase metade (46%) do total de empresas, segundo os dados dos Quadros de Pessoal. Os subsectores onde esse predomínio é ainda mais evidente são os dos **metais** e das **madeiras**, onde representam cerca de 50%.

Os **têxteis** e a **cerâmica** são os subsectores onde existem, em termos relativos, um menor número de microempresas, sendo actividades onde é muito significativo o peso de pequenas e médias empresas, e até de grandes empresas, com implantações de alguma concentração territorial.

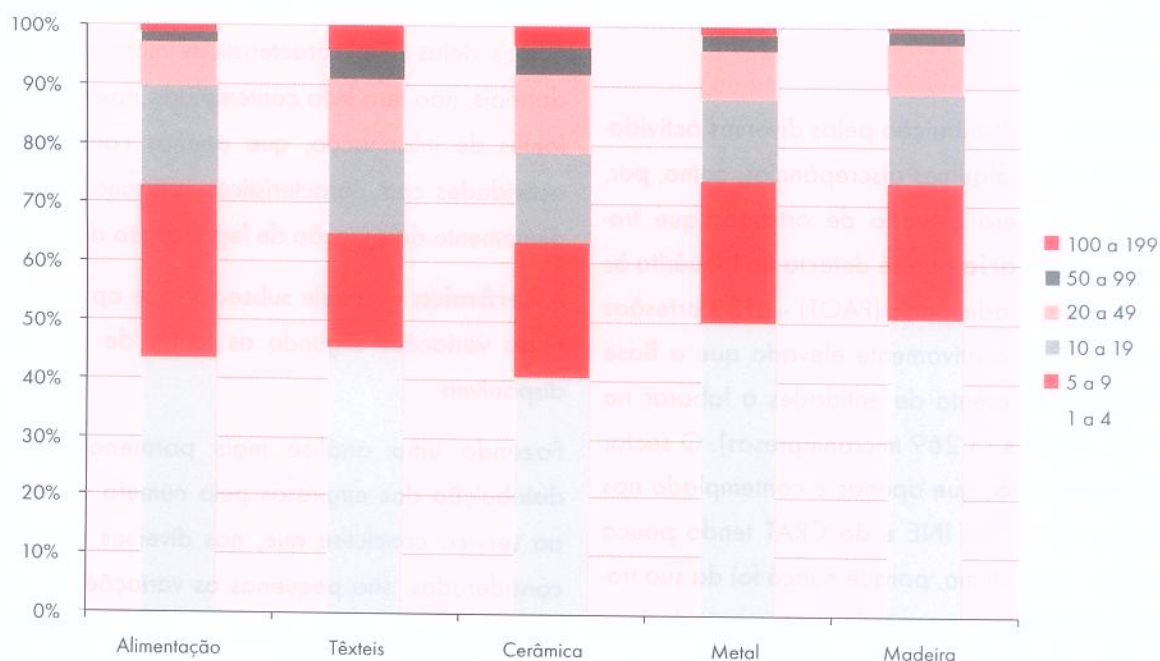
Porque a selecção das empresas pela sua dimensão

Quadro 9 - Distribuição das Empresas por Escalões de Pessoas ao Serviço (%)

Actividade	Microempresas			Outras empresas				
	1 a 4	5 a 9	Total Micro	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	Total O. Emp.
Alimentação	43,3	29,4	72,7	17,0	7,4	1,6	1,2	27,2
Têxteis	45,2	19,4	64,6	14,7	11,6	4,9	4,1	35,3
Cerâmica	40,4	23,1	63,5	15,3	13,2	4,8	3,3	36,6
Metal	49,9	24,0	73,9	14,1	7,9	2,8	1,3	26,1
Madeira	50,8	23,1	73,9	15,0	8,4	2,2	0,6	26,2
Média por escalão	45,9	23,8	69,7	15,2	9,7	3,3	2,1	30,3

Fonte: Quadros de Pessoal/MTSS 2000

Gráfico 5 • Distribuição das Empresas por Dimensões (Pessoas ao Serviço) e Subsector em 2000



Fonte: Quadros de Pessoal/MTSS 2000

é uma opção metodológica do estudo, pelas razões, anteriormente apresentadas, não podemos usar esta informação estatística para deduzir que estamos perante um sector de actividade em que predomina um dimensão empresarial muito reduzida e em que o trabalho isolado corresponde à situação mais frequente, como atestam vários estudos. Num estudo recente¹⁵ refere-se que mais de dois terços dos artesãos (82,7%) exercem a sua actividade em unidades económicas que não ultrapassam os três trabalhadores, sendo o trabalho isolado o mais característico da unidade produtiva artesanal, ocorrendo em 68% dos casos. No estudo sobre as artes e os produtos tradicionais do Vale do Lima¹⁶ conclui-se que existe um claro predomínio do produtor isolado nas artes tradicionais, sendo o seu peso de 79%.

Distribuição geográfica das actividades artesanais

As microempresas, em que se incluem as unidades produtivas artesanais, distribuem-se pelo território do continente de forma muito assimétrica. A Região Norte é aquela em que existem mais microempresas, praticamente metade do total (49,2%). Nas grandes concentrações urbanas, como as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, concentram-se cerca de 30% das microempresas dos sectores de actividade considerados no estudo. As Regiões do Alentejo e do Algarve, no seu conjunto, não têm mais do que 4,3% e os Açores e a Madeira perfazem 2,1% do total das microempresas.

O cartograma 2 permite visualizar a localização da

¹⁵ Estudo baseado num inquérito a 1628 artesãos, realizado entre Outubro de 1999 e Agosto de 2000, no âmbito do estudo "Artes e Ofícios Tradicionais e Microempresas Comerciais" realizado pelo IPI - Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda. para o PPDR - Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional.

¹⁶ Estudo "Artes e Produtos Tradicionais do Vale do Lima: Diagnóstico e Estratégia de Promoção" - Associação de Municípios do Vale do Lima (VALIMA).

Quadro 10 • Distribuição de Actividades Artesanais segundo a Região

NUT II	NUT III	Microempresa		Outras	
Norte	Minho-Lima	158	64,8%	86	35,2%
	Cávado	572	65,3%	304	34,7%
	Ave	1074	63,7%	612	36,3%
	Grande Porto	1500	69,1%	671	30,9%
	Tâmega	741	56,5%	571	43,5%
	Entre Douro e Vouga	301	65,9%	156	34,1%
	Douro	106	78,5%	29	21,5%
	Alto Trás-os-Montes	125	80,6%	30	19,4%
	Total	4577	65,1%	2459	34,9%
Centro	Baixo Vouga	485	67,1%	238	32,9%
	Baixo Mondego	246	72,4%	94	27,6%
	Pinhal Litoral	351	72,7%	132	27,3%
	Pinhal Interior Norte	171	74,7%	58	25,3%
	Dão-Lafões	226	72,7%	85	27,3%
	Pinhal Interior Sul	42	63,6%	24	36,4%
	Serra da Estrela	70	63,1%	41	36,9%
	Beira Interior Norte	91	75,2%	30	24,8%
	Beira Interior Sul	69	78,4%	19	21,6%
	Cova da Beira	94	68,6%	43	31,4%
	Total	1845	70,7%	764	29,3%
Lisboa e Vale do Tejo	Oeste	417	63,3%	242	36,7%
	Grande Lisboa	1380	78,9%	370	21,1%
	Península de Setúbal	429	79,7%	109	20,3%
	Médio Tejo	228	64,6%	125	35,4%
	Lezíria do Tejo	185	72,5%	70	27,5%
	Total	2639	74,2%	916	25,8%
Alentejo	Alentejo Litoral	68	80,0%	17	20,0%
	Alto Alentejo	85	75,9%	27	24,1%
	Alentejo Central	173	77,2%	51	22,8%
	Baixo Alentejo	106	83,5%	21	16,5%
	Total	432	78,8%	116	21,2%
Algarve	Algarve	257	81,3%	59	18,7%
	Total	257	81,3%	59	18,7%
Açores	Açores	76	56,3%	59	43,7%
	Total	76	56,3%	59	43,7%
Madeira	Madeira	167	70,2%	71	29,8%
	Total	167	70,2%	71	29,8%

Fonte: Base Belém/INE 2000

grande maioria das microempresas no litoral, com uma grande concentração em torno das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Este fenómeno não é de estranhar, já que corresponde à concentração de população e de actividade económica nesta parcela

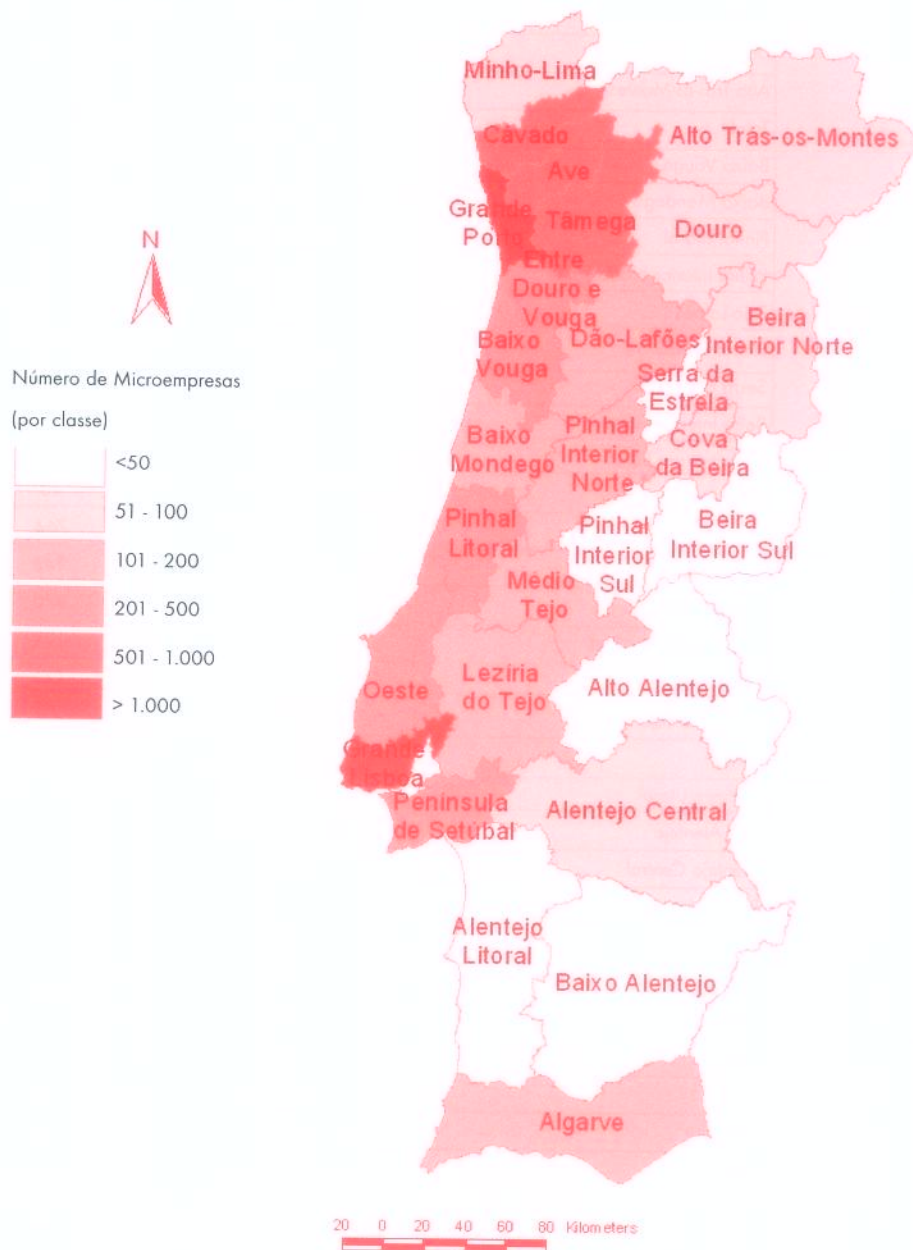
do território. É de notar o grande peso que têm as NUT III - Cávado, Ave e Tâmega, que correspondem a um território em que se verifica a predominância da pluriactividade, em que é sabido que as actividades artesanais desempenham um papel importante na

composição do rendimento do agregado familiar, juntamente com a actividade agrícola, a actividade industrial e até os serviços.

As outras empresas (pequenas, médias e grandes)

distribuem-se pelas regiões (NUTS II) em percentagens muito aproximadas. Não existem portanto comportamentos divergentes na distribuição territorial das empresas segundo a sua dimensão.

Cartograma 2 - Distribuição das Microempresas por NUT III



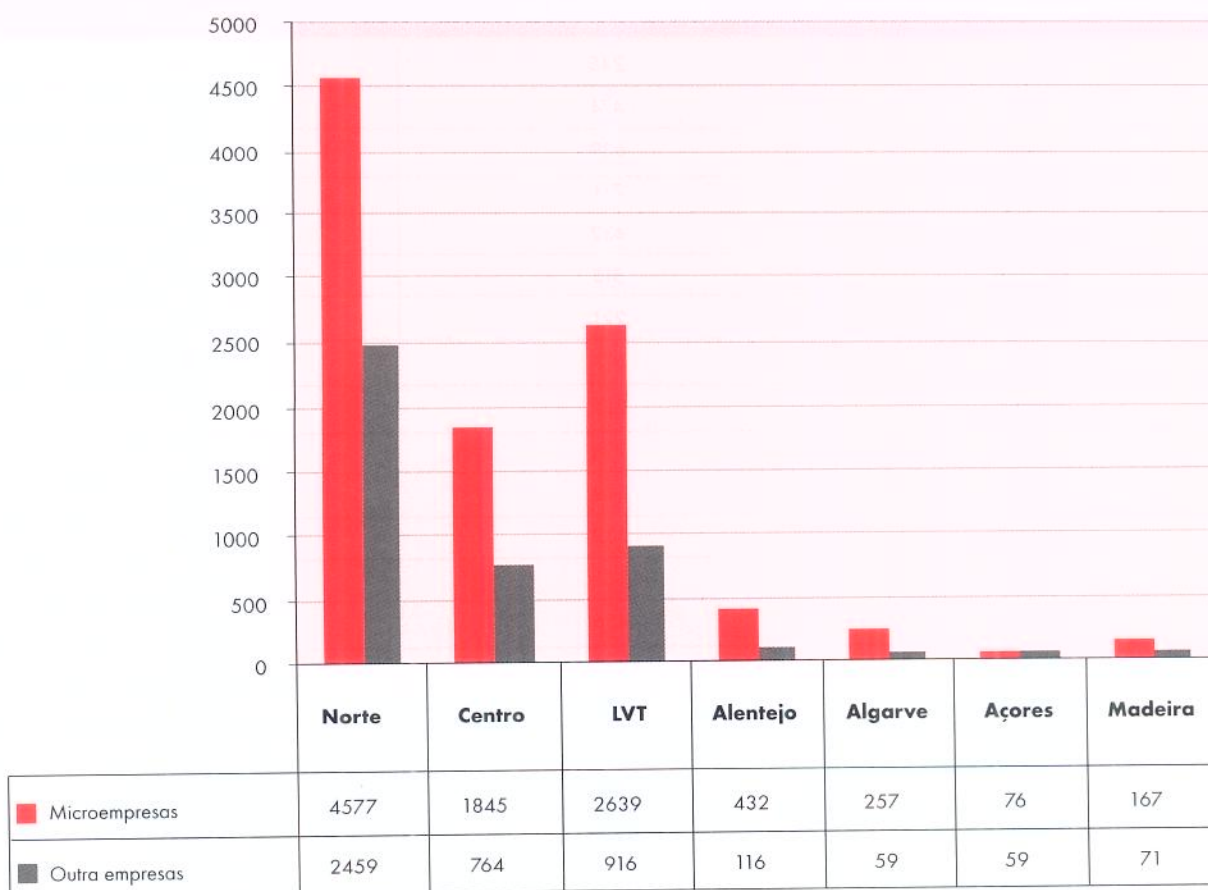
Fonte: Base Belém/INE 2000

As outras empresas (pequenas, médias e grandes) distribuem-se pelas regiões (NUTS II) em percentagens muito aproximadas às verificadas para as microempresas. Não existem, portanto, compor-

tamentos divergentes na distribuição territorial das empresas segundo a sua dimensão.

Se analisarmos agora os dados resultantes do **Inquérito às Artes e Ofícios levado a cabo**

Gráfico 6 • Distribuição das Empresas (micro e outras) por NUTS II



Fonte: Base Belém/INE 2000

pelo PAOT - Programa de Artes e Ofícios Tradicionais, que recenseou oito mil quatrocentos e oitenta e nove artesãos, verificamos uma distribuição algo diferente da anteriormente apresentada, quando analisamos as estatísticas oficiais. Existem algumas coincidências, como seja a constatação de que mais de metade (51,7%) dos artesãos recenseados por este inquérito se localizam a norte do Mondego (as bases territoriais de informação são, num caso, as NUTS e, no outro, os distritos, o que origina descoincidências nas fronteiras, designadamente nos distritos de Aveiro, Guarda e Viseu, que dividem os seus concelhos pelas Regiões Norte e Centro).

Nos dados deste inquérito verifica-se uma maior dispersão territorial não tão polarizada em torno das grandes aglomerações urbanas (mesmo tendo em conta que não foram considerados no inquérito os

concelhos urbanos de Lisboa e do Porto) e sem registar a grande assimetria entre o norte e o sul (Alentejo e Algarve) e entre o litoral e o interior do país. Estas diferenças justificam-se por, em contexto rural, a percentagem de artesãos com a sua actividade registada ser menor, o que corresponde a níveis etários mais elevados e de escolarização mais baixos e a ritmos de produção sazonal e de venda local. Esta conjugação de factores, com maior incidência no mundo rural, não é propícia ao registo e legalização das actividades artesanais, o que determina a sua invisibilidade estatística, já que os dados oficiais apenas incluem as entidades que têm existência legal.

Os dados do Inquérito às Artes e Ofícios Tradicionais são os seguintes:

Os valores apresentados no quadro 11 têm a tradução

Quadro 11 • Dados do Inquérito às Artes e Ofícios Tradicionais

Distritos	Números absolutos	Percentagem do total
Aveiro	245	2,9
Beja	474	5,6
Braga	639	7,5
Bragança	711	8,4
Castelo Branco	432	5,1
Coimbra	515	6,1
Évora	221	2,6
Faro	613	7,2
Guarda	221	2,6
Leiria	294	3,5
Lisboa	242	2,9
Portalegre	332	3,9
Porto	961	11,3
Santarém	456	5,4
Setúbal	294	3,5
Viana do Castelo	605	7,1
Vila Real	476	5,6
Viseu	758	8,9
Total	8489	100,0

Fonte: Base Belém/INE 2000

especializada no cartograma 3 referente ao território do continente.

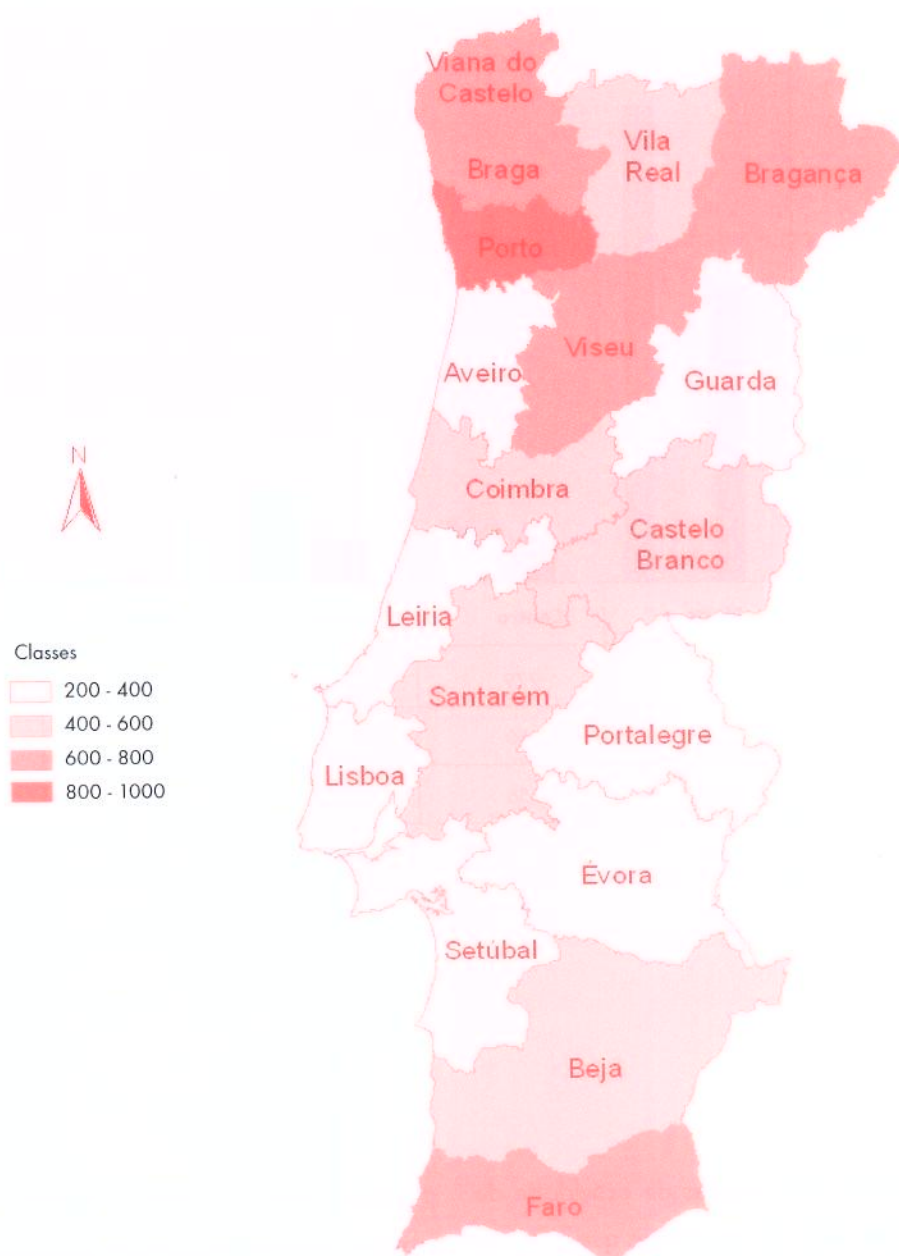
Como se afirmou já anteriormente, constata-se um grande peso das microempresas e das unidades produtivas artesanais na Região Norte. Seguem-se dois grupos distintos, em termos de expressão estatística: um grupo com valores intermédios correspondente às Regiões Centro e de Lisboa e Vale do Tejo, com dados bastante idênticos, e um outro com valores muito mais baixos, correspondente às Regiões do Alentejo e Algarve, onde as microem-

presas têm idêntica expressão. Nos dois grupos, as variações mais significativas situam-se no subsector da alimentação.

O subsector da alimentação, em que se inserem as unidades produtivas artesanais de confecção tradicional de bens alimentares, é aquele que mantém um maior equilíbrio (em termos absolutos) em todo o país, o que evidencia que é uma área de produção e de competências verdadeiramente transversal a todo o território nacional.

Se analisarmos agora a distribuição das microempre-

Cartograma 3 • Distribuição do Número de Artesãos por Distrito



Fonte: Inquérito às Artes e Ofícios/PAOT

sas pelas NUT II, agrupadas em sectores de actividade, poder-se-á verificar o peso que os subsectores do **têxtil** e da **madeira** têm na Região Norte (mais de 60%). Estes são sectores tradicionais da economia dos Vales do Ave, Tâmega e Cávado. As actividades artesanais entrecruzam-se (nos casos em que a indústria incorpora algumas componentes da sua produ-

ção) ou desenvolvem-se em paralelo com aquelas, num mesmo ambiente de produção, em que o artesanato coexiste com a indústria, mobilizando um mesmo conjunto de competências e até de mão-de-obra, distinguindo-se nos processos produtivos, na dimensão das produções e nos mercados.

Em termos relativos (no que respeita à percentagem do

Gráfico 7 • Microempresas por Sector de Actividade e por NUT II

Fonte: Quadros de Pessoal/MTSS 2000

subsector no conjunto dos sectores de actividade de uma mesma unidade NUT II), os sectores que apresentam valores que revelam uma maior constância são os dos metais e da cerâmica. Aliás, a distribuição percentual é idêntica nas Regiões Centro, Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve e claramente diferenciada no Norte e no Alentejo. A actividade que apresenta maior variação percentual é a **alimentação** com um peso reduzido no Norte e um pico no Alentejo, onde representa 70% das microempresas, não porque aqui se concentram microempresas da área da alimentação - a ex-

pressão estatística é apenas superior à do Algarve - mas por serem eventualmente aquelas que evidenciam uma maior capacidade de sobrevivência numa região em que o tecido produtivo é rarefeito. Por outro lado, o subsector das **madeiras** distingue-se, pelo seu peso, na Região Norte, um sector industrial de grande expressão nesta Região, nomeadamente no sector do mobiliário, em que as oficinas artesanais têm uma função subsidiária ou complementar.

O cartograma 4 permite visualizar melhor a

Gráfico 8 • Distribuição dos Sectores de Actividade por NUTS II



Fonte: Quadros de Pessoal/MTSS 2000

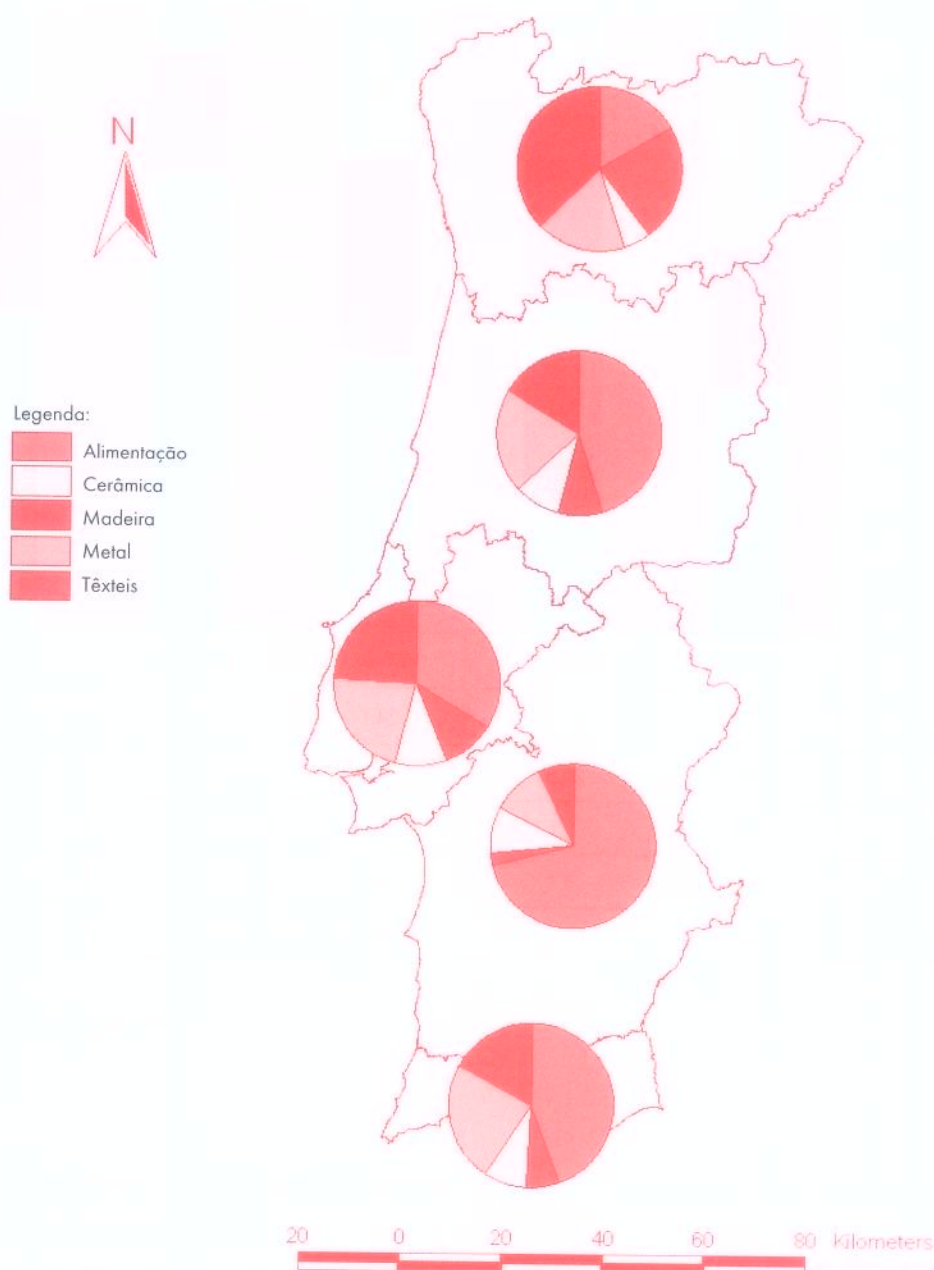
distribuição territorial dos vários sectores de actividade.

Caracterização da produção

Os dados e os estudos disponíveis apontam para a manutenção de um conjunto de características da produção artesanal, que revelam alguma imutabilidade de processos produtivos e de comercialização.

A produção artesanal está sujeita, em grande parte das actividades, a um ritmo de **produção sazonal**, já que está muito dependente da procura, ela

também sazonal (veja-se, por exemplo, o gráfico da distribuição temporal das feiras de artesanato que evidencia a sua grande concentração nos meses de verão). Não há lugar à produção de grandes *stocks*, seja pelo empate de capital em matérias-primas que isso implica nalgumas actividades, seja pela exiguidade das instalações da oficina artesanal. O estudo do Vale do Lima conclui que, nas artes tradicionais quase um terço tem uma produção sazonal a que corresponde uma sazonalidade das

Cartograma 4 • Microempresas por Sector de Actividade e por NUT II

Fonte: Quadros de Pessoal/MTSS 2000

vendas, da ordem dos 50% (as excepções aqui são a tecelagem, em que 80% dos inquiridos afirma vender regularmente, e o trabalho domiciliário em bordados, onde a venda é 100% sazonal).

O **local de trabalho** da esmagadora maioria dos

artesãos é a casa ou uma oficina situada na sua residência. No Inquérito às Artes e Ofícios Tradicionais¹⁷, os inquiridos referem que o seu local de trabalho se situa na residência em 55,4% dos casos, a que se acrescentam 22,8% que dizem trabalhar numa

¹⁷ Inquérito às Artes e Ofícios/PAOT.

oficina em casa. Registam-se ainda, segundo este estudo, algumas variações de género: 71,9% dos homens afirmam trabalhar em casa ou em oficina anexa, subindo esta percentagem para 86%, no caso das mulheres. Esta diferença de valores percentuais H/M encontra correspondência em diferentes tipos de actividades, umas predominantemente masculinas e outras femininas, que se ajustam melhor ou pior a uma coexistência com a casa de habitação (os trabalhos em bordado ou em renda têm interferências com o espaço doméstico, designadamente no que se refere a exigências de espaço, muitos diferentes de um oficina de ferreiro, de oleiro, ou de marceneiro). Também no inquérito aos artesãos do distrito de Bragança¹⁸ se afirma que em 69% dos casos, o local de trabalho é na própria habitação e em 14% numa oficina situada na casa onde vive o artesão, ou seja, 83% das oficinas artesanais localizam-se na habitação ou em anexo.

As **matérias-primas** utilizadas na produção dos seus objectos ainda são em geral adquiridas perto de casa, no concelho de residência ou na região. A maioria das matérias-primas utilizadas pelas actividades artesanais consiste em materiais em bruto ou muito pouco transformados. Essa era uma característica de muitas actividades artesanais, que ainda se mantém, significando o carácter de enraizamento destas artes na região onde são produzidas. A maioria desses elementos¹⁹ - 84% - são de origem vegetal (a madeira e o vime, por exemplo), seguido dos de origem mineral - 11% (os barros e as pedras) e dos de origem animal - 5% (as peles e as lãs). As matérias-primas muito transformadas são de uma enorme variedade e dispersão. 90% dos artesãos inquiridos afirmam sempre terem utilizado as mesmas matérias-primas²⁰.

Modernização

Também sob este ponto de vista se encontram entre as unidades produtivas artesanais aquelas que inovam nas componentes técnicas da produção, bem como nas condições tecnológicas de suporte às comunicações e à gestão e as outras que raramente introduzem alguma alteração e acham mesmo que se o fizerem desvirtuam a qualidade e a receptividade da produção. Como é evidente as condições propícias à modernização estão intimamente ligadas ao capital escolar e à idade do artesão, à dimensão da empresa e à disponibilidade de investimento existente.

Segundo o inquérito aos artesãos do distrito de Bragança, 71% dos artesãos têm produzido sempre o mesmo tipo de objectos; 59% não alteraram as técnicas de fabrico; três quartos afirmaram não utilizar máquinas. No domínio das práticas de comercialização e gestão, como servem preferencialmente uma clientela local, verificam-se baixos indicadores de promoção das suas produções (apenas 14,5 % o faz, segundo o estudo promovido pelo PPDR²¹). O mesmo estudo revela que apenas 38% dos artesãos afirma ter contabilidade organizada e que o computador é apenas utilizado por 12% de artesãos, sendo a ligação à internet ainda residual.

Neste capítulo importa referir o **projecto Ágata** que consiste numa aplicação de gestão para unidades produtivas artesanais e constitui a versão portuguesa de um programa desenvolvido, com sucesso, em Espanha pela Oficio y Arte, OAE. Este é um projecto conjunto do CEARTE e do PPART, com a colaboração da Federação Portuguesa de Artesãos. Este programa informático (que, apesar da sua

¹⁸ Sociografia dos Artesãos do Distrito de Bragança, CRAT, 1989.

¹⁹ Inquérito às Artes e Ofícios /PAOT.

²⁰ Sociografia dos artesãos do distrito de Bragança, CRAT, 1989.

²¹ Estudo Artes e Ofícios Tradicionais e Microempresas Comerciais, PPART, 99/00.

simplicidade, é acompanhado da formação adequada, é um programa informático desenvolvido em função das necessidades de uma microempresa, com um funcionamento simples e intuitivo, que permite a gestão integral do negócio.

A expressão numérica da realidade económica, social, tecnológica, de modernização, com indicadores globalmente negativos, que apontam para a existência de um sector em que subsistem graves problemas estruturais, que se reflectem num baixo rendimento, no envelhecimento da população artesã, numa inovação técnica e organizacional débil, não permitem augurar um futuro muito promissor para estas artes e seus artistas. Mas, efectivamente, para além da existência de uma dinâmica muito interessante ao nível da estruturação organizativa e de enquadramento legal e institucional da actividade, como foi referido em capítulo anterior, é possível detectar um conjunto muito importante de experiências de recriação das tradições, de inovação, de interface com outras expressões e práticas artísticas, de afirmação das produções e colocação em mercados de grande exigência e com sucesso comercial e reflexos positivos no rendimento.

Comercialização

A produção artesanal nunca foi uma produção mercantil. A venda era apenas o corolário da produção: a venda era local, a maioria das vezes o artesão era procurado na sua oficina para vender os seus produtos. Não eram necessárias grandes estratégias de marketing para o escoamento da produção. Mas foi o mercado que salvou muitas das produções artesanais do inevitável desaparecimento, pela substituição dos seus artefactos e pela concorrência de sucedâneos industriais ou, mais recentemente, de produtos similares oriundos, dos países do Extremo Oriente.

As produções artesanais ganharam um valor cultural, estético e decorativo. Com essa carga simbólica e a alteração dos padrões de consumo, o mercado tem vindo a revelar maior exigência e a exigir qualidade da produção, não se importando de pagar mais por um produto distinto e único.

Alguns artesãos acomodaram-se entretanto a um mercado assistido que instituições públicas, nomeadamente, as autarquias locais, têm mantido e alimentado. Por isso, as estratégias de promoção e colocação dos produtos, na grande maioria dos casos, ainda não são nítidas.

De qualquer modo, dos dados que ressaltam dos vários estudos citados anteriormente, é nítida a preponderância da venda directa ao consumidor final, muitas vezes à porta da casa ou da oficina. O estudo do artesanato do Norte Alentejano²² refere que 39% da produção é vendida no local de produção, 25% por encomendas e 6,5% em feiras especializadas. No inquérito realizado no distrito de Bragança, apenas 21% das vendas de produtos artesanais são vendidos através de intermediários; os restantes 79% são vendas a consumidores finais.

A venda local das produções artesanais tem também as suas vantagens, e resultará mesmo de algumas estratégias conscientes da parte dos artesãos, já que a venda directa permite uma rápida recuperação do investimento na produção do artefacto e dispensa a intervenção de intermediários, aumentando, deste modo, as margens de comercialização ao seu produtor. Além disso, a importância da localização da venda do artesanato no seu contexto cultural de produção, poderá representar uma mais-valia que distingue e qualifica a oferta turístico-cultural das localidades e as regiões. Conferir importância à comercialização local das produções artesanais, poderá revelar-se uma estratégia de contrariar um dos

²² Estudo de Análise de Mercado do Artesanato Tradicional do Norte Alentejano.

problemas do escoamento das produções artesanais que é o afastamento do local de produção em relação aos mercados consumidores.

As estruturas de comercialização são inexistentes, na maior parte dos casos, embora seja de salientar o esforço desenvolvido pelo tecido associativo na colocação dos produtos em feiras de artesanato, em lojas e até no desenvolvimento de algumas experiências de exportação, embora ainda muito tímidas.

Rendimento da actividade

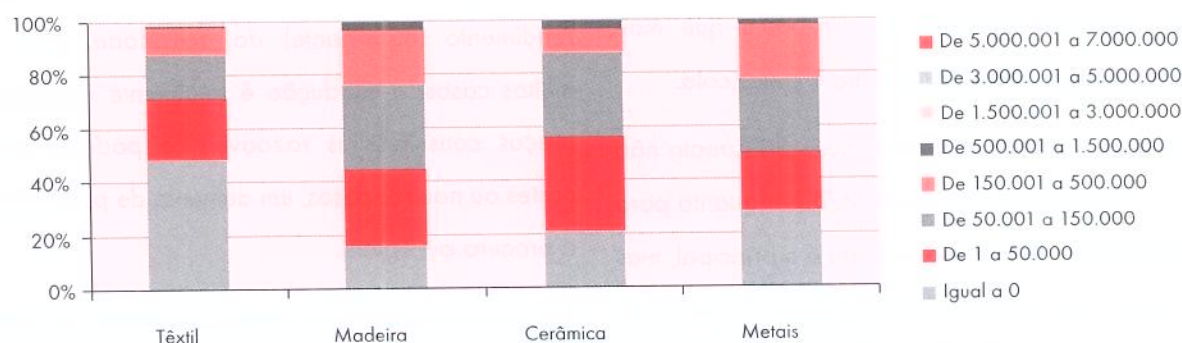
Dos dados estatísticos decorre a constatação de que cerca de 80% das microempresas têm um volume de vendas inferior ou igual a 150 contos (750 €). Este dado é coincidente com o que é apresentado no Inquérito às Artes e Ofícios Tradicionais²³, onde se refere que mais de dois terços dos agregados familiares de artesãos auferem menos de 150 mil escudos (750 €) por mês.

Os dados do INE que constam dos gráficos 9 e 10,

apresentam valores que se referem i) ao volume de vendas e não ao rendimento líquido e ii) às microempresas e não só aos empresários em nome individual. Poderão considerar-se, por isso, extremamente baixos.

Os estudos sobre artesanato realizados recentemente corroboram estes baixos valores de vendas e de rendimento das actividades artesanais. O estudo da EDIA²⁴ conclui que 67,2% dos artesãos inquiridos tem um volume de vendas mensal inferior a 100 contos (500 €); 17% um volume de vendas mensal entre 100 e 500 contos e só 7,2% ultrapassam os 500 contos (2500 €) mensais. No estudo do Vale do Lima²⁵ aponta-se para um valor médio de vendas anual, por pessoa, de 835 contos (4175 €), destacando-se a arte dos bordados, em que o volume de vendas por artesã será apenas de 261 contos (1305 €) por ano. Trata-se, neste caso, de trabalho à peça, executado no domicílio das bordadeiras, em que são praticadas remunerações muito baixas.

Gráfico 9 - Escalões do Volume de Vendas por Sector de Actividade (escudos)

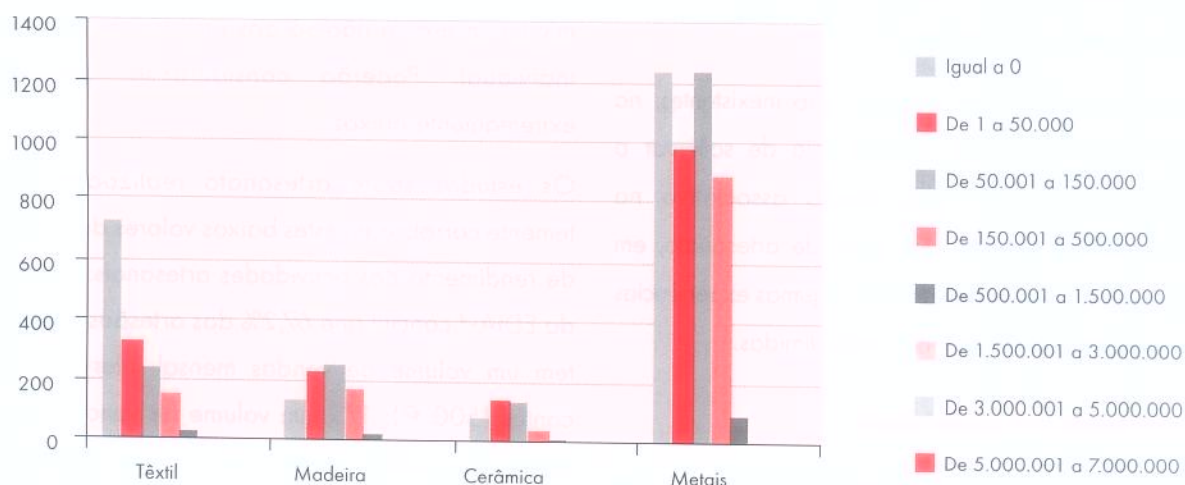


Fonte: Base Belém/INE 2000

²³ Estudo baseado num inquérito a 1628 artesãos, realizado entre Outubro de 1999 e Agosto de 2000, no âmbito do estudo "Artes e Ofícios Tradicionais e Microempresas Comerciais" realizado pelo IPI - Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda. para o PPDR - Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional.

²⁴ Estudo "Potencialidade do mercado de produção artesanal na zona de influência do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva" - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA).

²⁵ Estudo "Artes e Produtos Tradicionais do Vale do Lima: Diagnóstico e Estratégia de Promoção" - Associação de Municípios do Vale do Lima (VALIMA).

Gráfico 10 - Empresas por Actividade e Escalão do Volume de Vendas (escudos)

Fonte: Base Belém/INE 2000

Um outro inquérito²⁶ revela que poucos artesãos trabalham exclusivamente no artesanato. Para a maioria, o trabalho artesanal constitui uma ocupação secundária ou, quando principal, não é a única. Mais de dois terços justificam esta situação pela insuficiência do rendimento e/ou a existência de outra ocupação habitual. E o trabalho que mais aparece associado ao artesanato é o agrícola.

É sobretudo para as mulheres que o artesanato não constitui a principal actividade (47%) enquanto para os homens, em 48% dos casos, ela é a principal, mas têm outra. O trabalho tradicionalmente feminino surge como mais propenso a uma "funcionalidade de compensação" do rendimento familiar: as colchas, as mantas, os liteiros, as rendas ou os bordados são

compatíveis coma as tarefas domésticas e do campo²⁷.

Os resultados deste inquérito denotam a existência de um profundo condicionamento da actividade artesanal tradicional: não se pode viver exclusivamente da arte, e há dificuldade em aumentar o rendimento (insuficiente) da actividade; mas, em muitos casos, a produção é totalmente escoada, a preços considerados razoáveis, e poderia haver, nestes ou noutros casos, um aumento de produção se a procura o exigisse.

Esta mesma conclusão é retirada no estudo da EDIA²⁸ quando se afirma que 68% dos artesãos da área em que foi desenvolvido o estudo referem ter capacidade para incrementar a produção se se verificar um aumento da

²⁶ Sociografia dos artesãos do distrito de Bragança - CRAT, 1989.

²⁷ Sociografia dos artesãos do distrito de Bragança - CRAT, 1989.

²⁸ Op. cit.

procura, mesmo mantendo as condições técnicas de produção existentes.

Com este volume de vendas e estas remunerações, é fácil de perceber que a sobrevivência destas artes e artistas só tem sido possível num regime de pluriactividade. E ajuda ainda a entender a sua relutância em regularizarem perante o Estado a sua actividade económica, na sequência de uma avaliação de custo-benefício: um rendimento baixo não justificará os encargos associados à sua legalização, ainda por cima quando os benefícios não são evidentes e estas actividades, seja pelas suas características de património e de sobrevivências culturais seja pela sua pequena expressão económica, embora com uma exposição pública grande, têm contado com a benevolência das autoridades fiscais.

A não existência de grandes variações relativamente ao volume de vendas e ao nível de rendimentos obtidos nas diferentes actividades artesanais, leva a concluir que as distintas "performances" encontram explicação na pluralidade de situações, que dependem de um conjunto grande de circunstâncias particulares de oportunidade, que se prendem com a localização, a qualidade da execução técnica e artística, o carácter único e distintivo dos produtos, os apoios institucionais à divulgação e ao escoamento da produção, etc. Mas não existe qualquer determinismo que explique o sucesso ou insucesso de uma unidade produtiva artesanal. Porque há artesãos que apostam a sua vida profissional e o rendimento familiar na sua actividade artesanal e são bem sucedidos enquanto outros nunca terão uma expectativa de rendimento que

lhes permita ter o artesanato como única actividade, nem sequer principal.

1.2.4. Caracterização do Emprego nas Actividades Artesanais

Relativamente a esta matéria, os dados estatísticos dos Quadros de Pessoal/MTSS não permitem obter informação desagregada sobre o pessoal ao serviço nas microempresas, não sendo, por isso, possível extrapolar conclusões pertinentes, sabendo que, embora as microempresas representem 70% das empresas dos sectores considerados, o pessoal ao serviço representa apenas 21%.

Assim sendo, do conjunto das fontes de informação compulsadas, aquelas que tratam este tema de uma forma sustentada em dados obtidos de inquéritos realizados, são o Inquérito às Artes e Ofícios/PAOT²⁹ e o estudo sobre Artes e Ofícios Tradicionais e Microempresas Comerciais/PPDR³⁰.

O estudo do PPDR faz ressaltar, da análise dos dados do inquérito realizado no âmbito do estudo, três evidências:

- Um **acentuado envelhecimento** - no grupo etário mais jovem, dos 18 aos 24 anos, a percentagem de artesãos é de cerca de 3%. A população total empregada com menos de 25 anos, segundo o Inquérito ao Emprego de 1999 era de 14,2%.
- Uma **relativa feminização** - os dados do inquérito referem 51% de mulheres inquiridas. Os dados para a população empregada no mesmo ano apontam para 55% de homens e 45% de mulheres.

²⁹ Inquérito às Artes e Ofícios/PAOT.

³⁰ Estudo "Artes e Ofícios Tradicionais e Microempresas Comerciais" realizado pelo IPI - Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda. para o PPDR - Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional.

- Um **nível baixo de qualificações escolares** - 79,6% não ultrapassaram o ciclo preparatório. Os dados relativos às qualificações da população em geral para o ano do inquérito (1999) situam nos 66% a população empregada com o ciclo preparatório ou menos.

As conclusões não são muito diferentes das retiradas do estudo desenvolvido pelo CRAT³¹ no distrito de Bragança uns quinze anos antes: os artesãos entrevistados transmitem uma imagem de um **artesão envelhecido, predominantemente feminino e pouco escolarizado**: quase 80% dos inquiridos

tem mais de 40 anos (perto de dois terços acima dos 50); as mulheres representam 64% da população abrangida pelo inquérito; menos de 4% possuem habilitações superiores à instrução primária (corresponde, hoje, ao 1º ciclo do ensino básico), enquanto pouco mais de um terço são analfabetos.

O inquérito às Artes e Ofícios Tradicionais/PAOT, que corresponde a 8489 inquéritos a artesãos em todo o país, confirma as conclusões retiradas pelos estudos anteriormente referidos, como se pode constatar nos quadros seguintes:

Quadro 12 - Escalões Etários

Grupos de Idade	% do Total	H (%)	M (%)
13-14	0,3	21,7	78,3
15-24	5,7	28,0	72,0
25-34	10,0	39,0	61,0
35-44	13,0	44,8	55,2
45-54	18,4	54,8	45,2
55-64	22,8	66,7	33,3
65-74	17,0	68,6	31,4
75-84	7,6	66,6	33,4
+84	0,9	51,3	48,7
Sem resposta	4,3		
Total	100,0	56,6	43,4

Fonte: Inquérito às Artes e Ofícios/PAOT

Destaca-se da informação constante no quadro 12 que quase metade (48,3%) dos artesãos recenseados tem mais de 55 anos e que as mulheres representam uma larga maioria (66,6%) dos artesãos até aos 45 anos, sendo esta diferença ainda mais expressiva nos dois

primeiros grupos etários (75%).

Detecta-se uma forte taxa de envelhecimento, sobretudo nos artesãos do sexo masculino, e uma taxa de renovação bastante baixa (16% do total H/M até aos 35 anos), com particular incidência nos homens.

³¹ Sociografia dos Artesãos do Distrito de Bragança CRAT, 1989.

No que se refere à escolarização dos artesãos, os dados vistos à escala das diversas actividades artesanais, revela realidades com algumas divergências de comportamento.

Quadro 13 • Níveis de Escolarização dos Artesãos

Actividades artesanais	Sem escolaridade (%)	Instrução primária (1º ciclo ensino básico) (%)	Outras habil.literárias (%)	S/resposta (%)
Têxteis	19,0	60,8	18,5	1,7
Tecelagem	32,7	57,6	8,1	1,6
Rendas	27,2	57,6	14,1	1,1
Bordados	12,1	64,6	21,8	1,5
Costura	6,5	71,8	20,8	0,9
Tapeçaria	4,6	58,5	35,5	1,4
Malhas	30,9	54,5	10,7	3,9
Trabalhos em Madeira	35,4	57,0	6,2	1,4
Carpintaria	31,3	59,9	6,1	2,7
Outras Artes da Madeira	29,1	57,1	13,3	0,5
Marcenaria	17,9	67,4	14,7	0
A. Fab. Utensílios Madeira	53,1	40,6	4,0	2,3
Tanoaria	19,2	77,6	3,2	0
Arte de Cadeireiro	59,8	35,7	1,8	2,7
Arte de Soqueiro e Tamanqueiro	37,7	60,5	0	1,5
Cestaria e Esteiraria	45,3	48,3	2,3	4,1
Cestaria	44,3	51,0	2,6	2,1
Arte de Empalhar	42,0	52,9	3,4	1,7
Esteiraria	49,6	41,0	0,9	8,5
Trabalhos em Metal	19,3	73,3	6,8	0,7
Arte de Trabalhar o Ferro	15,3	76,0	8,1	0,6
Latoaria	23,2	70,6	5,5	0,7

Fonte: Inquérito às Artes e Ofícios/PAOT

Da análise dos dados conclui-se que os artesãos têm níveis de escolarização muito baixos (em algumas actividades, os que não possuem qualquer habilitação escolar, onde se incluem os analfabetos, ultrapassam os 50%). É nas actividades que se encontram em maiores riscos de extinção (com menos efectivos, potencialmente menos rentáveis) que se verificam os índices de escolarização mais baixos. Encontram-se nesta situação a cestaria e esteiraria, a arte de

cadeireiro e a de fabricar utensílios de madeira.

As actividades predominantemente femininas verificam maiores índices de escolarização (nos têxteis). Para explicar este fenómeno é necessário cruzar a informação do quadro 14 com a do anterior, onde se constata que a população artesã feminina predomina nos níveis etários mais baixos, que têm níveis de escolarização bastante superiores, como se poderá verificar no quadro seguinte.

Quadro 14 • Grau de Escolarização das Mulheres, segundo Grupo Etário

Grupos de Idade	H/M (%)				M (%)			
	S/escolari- dade	Escol. primária	Outras habilit.	S/resp.	S/escolari- dade	Escol. primária	Outras habilit.	S/resp.
13/14	0,0	52,7	47,8	0,0	0,0	61,1	38,9	0,0
15/24	1,8	44,2	52,6	1,4	1,2	44,1	53,1	1,6
25/34	2,0	65,6	31,8	0,6	2,5	67,2	29,6	0,6
35/44	6,0	82,5	10,2	1,3	5,6	85,5	8,0	0,9
45/54	21,0	71,8	5,8	1,4	27,8	65,8	5,1	1,3
55/64	36,0	60,4	2,7	0,9	45,4	50,9	2,7	1,0
65/74	48,7	48,5	1,5	1,3	59,7	35,9	2,1	2,3
75/84	66,6	29,9	1,7	1,8	75,6	19,8	2,8	1,8
85+	69,7	28,9	0,0	1,4	75,7	21,6	0,0	2,7
Total	28,4	60,3	10,1	1,2	28,4	57,2	12,9	1,5

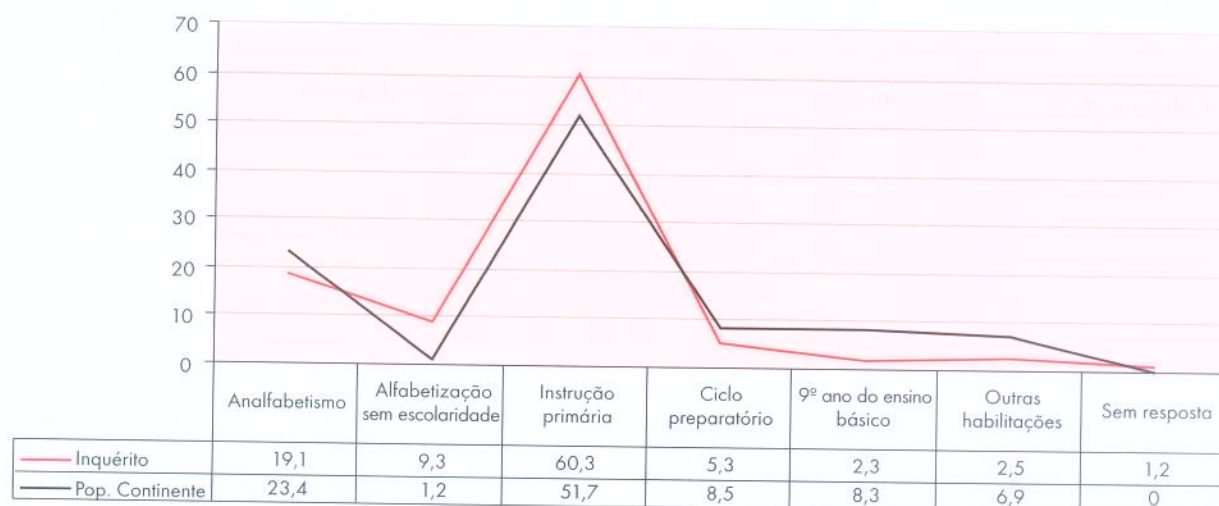
Fonte: Inquérito às Artes e Ofícios/PAOT

Apesar do baixo nível geral de qualificações destes grupos sociais e do seu geral envelhecimento em relação à população empregada, verifica-se igualmente que os artesãos têm acompanhado o processo de alargamento da escolaridade obrigatória e de requalificação da população activa.

Os níveis de escolarização baixam de uma forma cons-

tante e significativa com a idade dos artesãos, o que, não constituindo um fenómeno isolado na sociedade portuguesa, assume aqui contornos mais preocupantes para a renovação da actividade, exactamente porque os seus efectivos têm uma idade média avançada.

O grupo de novos artesãos configura-se como um grupo distinto. Distingue-se claramente dos artesãos

Gráfico 11 • Habilitações Literárias

Fonte: Inquérito às Artes e Ofícios/PAOT

tradicionais, por ser, em regra, um grupo de jovens-adultos, escolarizados, oriundos das classes médias e altas, nascidos e/ou residentes em áreas urbanas,

com formação escolar ou profissional artística e que, quando não são artesãos a tempo inteiro, desempenham profissões intelectuais e científicas; em

consequência, embora partilhem características centrais associadas à pequena produção mercantil, os seus padrões técnico-formais e os objectos produzidos diferenciam-se, mesmo quando procuram recriar técnicas e motivos tradicionais. Do outro lado, distinguem-se também, com clareza, ao nível da caracterização económica, dos artistas: por trajectos de escolarização interrompidos, por terem ficado por patamares relativamente baixos no *cursus* da formação artística institucional ou por terem habilitações superiores humanísticas ou científicas; por praticarem artes secundárias, na complexa mas duradoura hierarquização das artes plásticas, trabalhando com materiais e segundo técnicas tidas por "pobres"³².

Transmissão de conhecimentos/modo de aprendizagem

Como se pode verificar nos dados apresentados no gráfico 12, a grande maioria dos artesãos aprendeu a sua arte em contexto familiar. Em praticamente todos os grupos etários, essa percentagem ultrapassa muito os 50%, sendo a mais elevada nos artesãos mais idosos (grupo de artesãos com mais de 84 anos). Esta é uma característica herdada das sociedades e economias pré-industriais (o artesanato é a indústria dos tempos pré-industriais), em que a transmissão do conhecimento era feita por via oral e em contexto familiar, que tinha, normalmente, a

configuração de uma família alargada, em termos 'verticais', integrando várias gerações, e em termos 'horizontais' (pais e tios, irmãos e primos). Esta tradição perdurou durante largo tempo, sobretudo em meio rural.

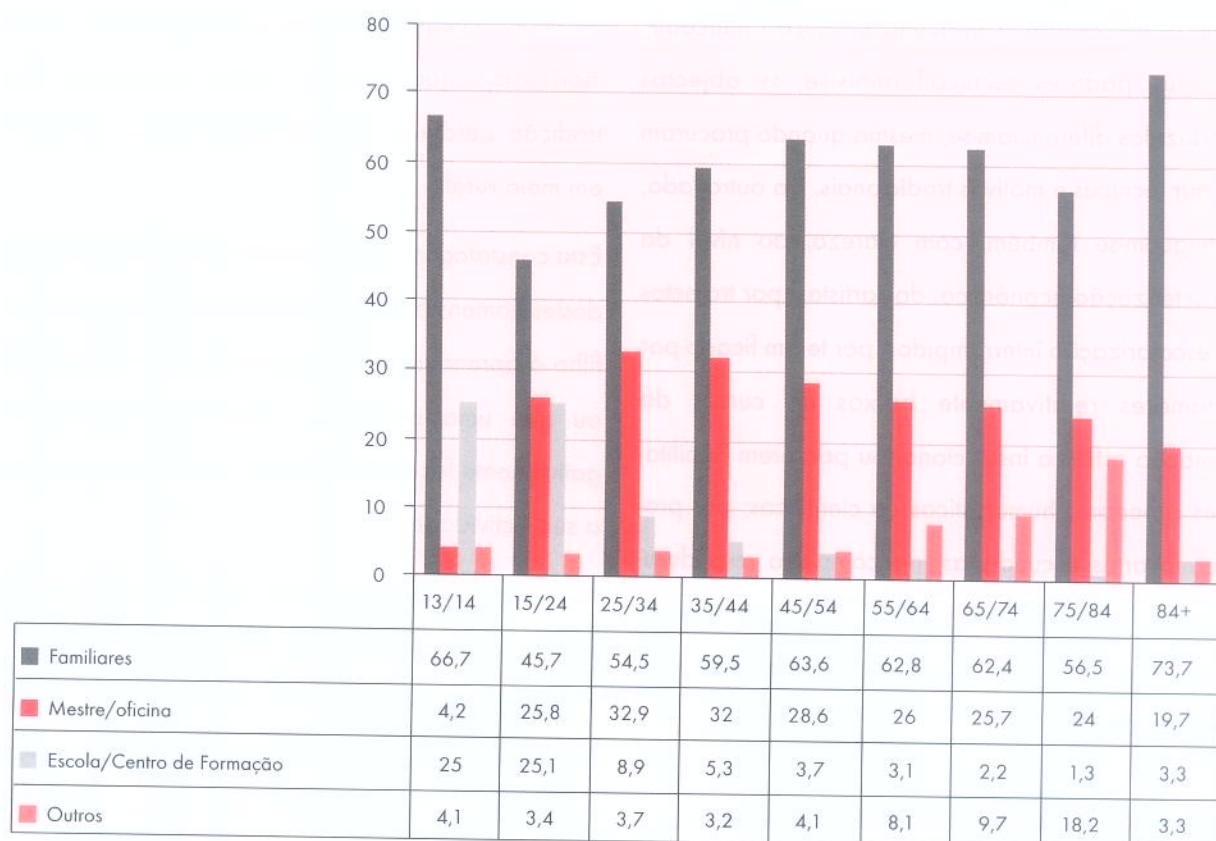
Esta constatação contrasta com o facto de "a maioria destes homens e destas mulheres não ter tido nenhum filho a aprender a arte dos pais (quase dois terços), ou que uma proporção deles se posicione negativamente face à ideia de os seus filhos exercerem a sua actividade"³³.

No entanto, a grande maioria dos artesãos (mais de 4/5 no inquérito a aos artesãos de Bragança e "quase todos" no estudo *Artes e Ofícios Tradicionais e Microempresas Comerciais* está disponível para ensinar a arte que, em muitos casos, vê desaparecer por falta de praticantes.

De salientar é o facto de, nos dois grupos etários mais jovens, se destacar, com um significado novo nestas actividades, a aprendizagem num contexto de formação escolar e profissional. Este é um indício claro de que estas formas tradicionais de aprendizagem se vão alterando com as mudanças socioeducativas da sociedade portuguesa, mas também com a alteração do contexto provocado por uma economia de mercado que exige outras ferramentas de gestão, e uma atitude mais proactiva no relacionamento com o mercado.

³² *Novos artesãos portugueses Quem são, o que fazem?*, CRAT, 1989.

³³ *Sociografia dos Artesãos do Distrito de Bragança*, CRAT, 1989.

Gráfico 12 • Modos de Aprendizagem das Actividades Artesanais

Fonte: Inquérito às Artes e Ofícios/PAOT

Distribuição dos artesãos por sexo e por actividade

Tradicionalmente, as actividades artesanais eram marcadas por uma divisão sexual quase absoluta. Mesmo quando trabalhavam na mesma arte e na mesma oficina, exerciam actividades distintas, na produção ou até na comercialização. Hoje em dia essa dicotomia tende a esbater-se, porque as razões

eram, fundamentalmente, de ordem histórica e cultural. As acções de formação, exercidas num contexto diferente do da oficina tradicional, normalmente em grupo misto, como acontece em qualquer formação escolar, ajudaram a esta desconstrução da tradição secular.

Mas os dados dos inquéritos ainda reflectem essa realidade em mudança, como se pode ver no quadro 15:

Quadro 15 • Distribuição das Pessoas por Sexo e por Actividade

	Homens	Mulheres	Total	Ratio H/M
Alimentação	23590	19557	43147	54,7%
Têxteis	20660	33328	53988	38,3%
Cerâmica	9548	13034	22582	42,3%
Metal	22580	7312	29892	75,5%
Madeira	28595	9630	38225	74,8%
Total	104973	82861	187834	55,9%

Fonte: Quadros de Pessoal/MTSS

Verifica-se uma clara predominância de um dos sexos nas diferentes actividades artesanais consideradas. Consta-se a existência de actividades de dominante masculina (trabalhos e metal e trabalhos em madeira), actividades tradicionalmente conotadas com grande esforço físico. Pelo contrário, as actividades têxteis são tradicionalmente desenvolvidas por mulheres, imperando aqui fundamentalmente aspectos culturais e de educação. Na cerâmica verifica-se também uma predominância de mão-de-obra feminina, que se ficará a dever fundamentalmente ao trabalho de pintura cerâmica, desempenhado por mulheres, actividade de grande tradição no centro do país, onde existem oficinas de maior dimensão e consequentemente de maior absorção de mão-de-obra. A confecção de bens alimentares é a actividade artesanal onde se verifica um maior equilíbrio entre os dois sexos.

Segurança social

A estabilidade e o reconhecimento social das actividades artesanais dependem, em grande medida da 'segurança social' de que os seus agentes usufruem. E neste capítulo, tem-se verificado um profundo alheamento por parte do Estado relativamente às especificidades histórico-culturais que marcaram estas actividades.

O Estado, nesta matéria, não tem exercido qualquer discriminação positiva relativamente às microempresas, nem às actividades artesanais em particular, tratando todas as empresas de igual forma, isto é, penalizando as muito pequenas estruturas económicas, já que as mesmas exigências, custos e formalidades de criação, transmissão, e exploração têm impactes inversamente proporcionais à dimensão das empresas.

"É algo contraditória a maneira como se vê a economia informal no seu conjunto ou nas AOT em particular. Se parece evidente a propensão para a condenar, também se encontra uma tendência

generalizada para a tolerância e até para a cumplicidade, tendo em conta a prática da evasão fiscal e da fuga ao cumprimento da legislação.

No caso das AOT existe uma base fortemente ancestral no seu lastro de informalidade. É que essa informalidade pode ser vista não só como fuga à regulação do Estado e de outras convenções sociais, mas também como algo que precedeu o Estado moderno e a que este não soube adaptar-se. Pela importância essencial que têm na construção cultural das identidades próprias e na revitalização e renovação da iniciativa de base local ou regional, bem como pelas capacidades de integração horizontal e vertical que mobilizam, as AOT desempenham uma função privilegiada na construção da dinâmica do desenvolvimento local e regional, rural e urbano"³⁴.

Poderá dizer-se que existiu até agora um "pacto de estabilidade" que tolerou actividades com uma grande visibilidade, pelo reconhecimento do valor cultural e social das actividades artesanais, mas com o estigma de pertença a uma economia informal, o que impediu a existência de uma verdadeira segurança social para os artesãos, o que foi muito penalizador para a sua renovação geracional, e todas as outras renovações que lhe estão associadas.

Em termos dos **programas e regimes de apoio que têm tido relevância no apoio e no estímulo às actividades artesanais**, nos domínios do emprego e da formação profissional, poder-se-ão referir:

- Programa de desenvolvimento cooperativo - PRODESCOOP (Portarias nº 52-A/99, de 22 de Janeiro, e nº 432/99, de 15 de Junho).
- Iniciativas locais de emprego (Decreto-Lei nº 189/96, de 8 de Outubro).
- Regime de incentivos às microempresas - RIME (Resolução do Conselho de Ministros nº51/98, de 20 de Abril).

³⁴ Acácio Catarino - "Segurança social, emprego e acção social", in *Microempresas*, Lisboa, Livros e Leituras, 2001.

- Criação do próprio emprego por desempregados subsidiados - CPE (Portaria nº 476/94, de 1 de Julho).
- Apoio à criação do próprio emprego (Decreto-Lei nº 132/99, de 21 de Abril, art.º 11º-b).
- Centros de apoio à criação de empresas - CACE (Portaria nº 1191/97, de 21 de Novembro).
- Formação em artesanato (Decreto-Lei nº 132/99, de 21 de Abril, art.º 11º-e).
- Conservação do património cultural - CPC (Decreto-Lei nº 247/85, de 12 de Julho; Despacho Normativo nº 52/93, de 8 de Abril, e Despacho Normativo nº 53 - A/96, de 17 de Dezembro).
- Bolsa de ideias de investimento (Decreto-Lei nº 132/99, de 21 de Abril, art. 11º-i).
- Programa de formação/emprego - PFE (Portaria nº 763/99, de 27 de Agosto; Despacho Normativo nº 53 - A/96, de 17 de Dezembro).
- Escolas-Oficina (Portaria nº 414/96, de 24 de Agosto).
- Rede ajuda (Portaria nº 250/99, de 8 de Abril).
- Pactos Territoriais para o Emprego.

1.2.5. *Análise SWOT das Actividades Artesanais*

Neste ponto apresentamos uma análise das principais Ameaças e Oportunidades observáveis na envolvente externa do sector, bem como uma identificação de um conjunto de Pontos Fortes e Pontos Fracos que lhe são inerentes.

A partir do cruzamento destes elementos é possível obter algumas pistas para a identificação dos principais factores críticos para o desenvolvimento do sector, ou seja, perceber de que forma o sector poderá ultrapassar as ameaças, recorrendo aos seus pontos fortes, ou aproveitar as oportunidades do mercado para colmatar as suas fraquezas.

O quadro da página seguinte pretender retratar precisamente a análise SOWT realizada para o Sector das Actividades Artesanais.

Análise SWOT das Actividades Artesanais

Caracterização da actividade	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
A Economia	Em geral, não exige um grande esforço financeiro na criação do negócio (em espaço, equipamento, matéria-prima), comparativamente a outras actividades económicas. Actividade assente numa lógica clara de pequenas empresas - assunção de uma lógica empresarial. Relevância social e económica - integração em economias familiares pluractivas e com pluriemprego.	Problemas estruturais de financiamento da actividade que condicionam a (e são ao mesmo tempo condicionados pela) sua rentabilidade, o que impede a realização de investimentos com vista à modernização das empresas.		Inexistência de qualquer sistema ou mecanismo de financiamento específico para as empresas artesanais. Verifica-se uma insuficiente divulgação dos sistemas existentes que aliado, além disso, um discurso pouco claro e acessível sobre os produtos financeiros a uma carga burocrática excessiva. No que respeita ao acesso à actividade, os artesanais estão sujeitos às mesmas formalidades relativas à criação de empresas que os restantes agentes económicos. Não existe legislação específica para a instalação de estabelecimentos artesanais (é aplicado o licenciamento industrial, que implica um conjunto de tramitações burocráticas complexas). Insuficiente informação sobre sistemas de apoio e financiamentos. Isolamento territorial e dificuldade no acesso aos locais de produção.
A produção: tecnologia e inovação	Boa propensão à inovação, tanto nas técnicas de produção.		Desenvolvimento de projectos avançados em que se combinam design, novas tecnologias, técnicas e saberes tradicionais.	

Caracterização da actividade	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Produção				
Os artesãos		Continuidade de algumas actividades artesanais comprometida pelo acentuado envelhecimento dos artesãos e pela ausência de praticantes. Baixo nível das qualificações escolares dos artesãos. Isolamento profissional dos artesãos (produtores individuais, empresas familiares, pequenas cooperativas quase sem poder negocial). Dificuldades de inovação e de ajustamento da produção à procura. Falta de espírito empresarial (actividade de tempos livres, inseridos nos modos de vida tradicionais, muito pautado pelas estações do ano e pelos trabalhos agrícolas). Insuficiente valorização do trabalho artesanal.		Existência de alternativas de actividade profissional melhor remuneradas.
A estruturação do sector		Ausência de uma cultura associativa em muitos artesãos, motivada pela persistência de alguma indiferença (e até desconfiança) quanto aos seus benefícios.	Emergência de um movimento associativo nas actividades artesanais estruturado em Federação Nacional, que se constituiu já em interlocutor da Administração do Estado.	
Comercialização				
Distribuição		Deficiências ao nível da comercialização dos produtos artesanais tradicionais - preponderância de uma venda directa, no local, venda sazonal, em feiras de comércio tradicional ou feiras temáticas do sector. Inexistência de uma cadeia de comercialização profissional (não existe uma rede de pontos de venda específicos e profissionais, a exemplo das galerias de arte no que diz respeito às artes plásticas).		

Caracterização da actividade

Pontos Fortes

Pontos Fracos

Comercialização

Oportunidades

Ameaças

	Produções com grande ligação aos territórios, que adquirem uma forte carga de identificação cultural, de matriz regional e local. Produção de características ecológicas, utilizando geralmente recursos locais e processos ambientalmente inofensivos em termos da transformação da matéria-prima. Vantagem comparativa na subsistência de muitas artes e ofícios tradicionais (o que não acontece já em muitos outros países, europeus, nomeadamente) Diversidade da oferta de produções de qualidade. Flexibilidade produtiva e capacidade de adaptação à procura (personalização da produção, capacidade de produção de pequenas quantidades e adequação às preferências do cliente). Produção competitiva - estabelece uma boa relação qualidade/preço. Exportações incipientes.	Facilidades de imitação e concorrência desregulada (ausência de marcas).	Alteração dos hábitos de consumo e apetência crescente do mercado por alguns produtos diferenciados, que são portadores de valores simbólicos e afectivos, como a identidade, a ligação do passado com o presente e o futuro das comunidades.	Crescente concorrência, de produções artesanais provenientes, em particular, de países do Extremo Oriente.
Marketing	Contributo para a afirmação da imagem de marca das regiões e do país ligada à história e às tradições (através de uma associação estreita entre os produtos tradicionais e os seus contextos culturais de produção).		Excelente potencial turístico, permitindo aos compradores e aos visitantes e turistas a compra directa na oficina artesanal, tomando contacto com o seu contexto cultural e tecnológico de produção. O aumento da visibilidade e da vontade de identificação regional repercute-se no crescimento das feiras, exposições, mostras e outras formas de divulgação, inclusivamente a nível internacional.	

Caracterização da actividade	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Estruturação do sector/ enquadramento legal e institucional				
		Sector não estruturado, onde os elementos de informação disponíveis, de teor quantitativo, são escassos, pouco fiáveis, ou mesmo indisponíveis.	Aprovação da regulamentação dos estatutos do artesanato e da unidade produtiva artesanal.	
		Desajustamentos e falta de uma estratégia clara ao nível das políticas e apoios institucionais.		
Recurso de desenvolvimento social, local e regional				
	Mobilização da disponibilidade local de saberes-fazer tradicionais - importância social de criação de emprego em contexto de escassez de oferta de emprego estruturado. Importância na construção cultural das identidades locais e regionais. Desempenho de um papel activo na construção de dinâmicas de desenvolvimento local e regional sustentado.			

2. Caracterização das Estratégias Empresariais

2.1. Enquadramento e Caracterização das Empresas Estudadas

Em análise, neste estudo, encontra-se um conjunto de produções de natureza muito diversa quanto às matérias-primas utilizadas, aos processos de fabrico e aos produtos obtidos. O que é que um bordado de Viana, uma peça de barro do figurado de Barcelos, umas arrecadas de filigrana de Gondomar, um violino do *luthier* Capela, uns enchidos do fumeiro de Alturas do Barroso, um queijo da Serra, podem ter em comum?

O que os caracteriza e diferencia relativamente a outras produções de natureza artística ou industrial é serem artefactos³⁵, objectos funcionalmente úteis e belos, resultantes de uma produção predominantemente manual. São variadas, no entanto, as estratégias empresariais, que resultam de diferentes abordagens ao mercado, de diferentes opções quanto à manutenção ou não de uma raiz tradicional das produções, ao emprego de novas tecnologias ou matérias-primas, à capacidade organizativa e produtiva da unidade produtiva artesanal.

Quais são as suas vantagens competitivas, quais os seus mercados e quais as alterações que se têm verificado? Estas actividades mantêm racionalidade económica e capacidade de afirmação e expansão ou conseguem apenas sobreviver num quadro de uma economia social assistida? A resposta estará seguramente não na dimensão das unidades produtivas artesanais mas nas suas competências centrais baseadas em saberes-fazer muito específicos, difíceis de replicar, que lhes proporcionam níveis de competitividade cujas variações se

devem mais às capacidades técnicas e de gestão do artesão do que à actividade artesanal em questão. E ainda à adequação progressiva a um mercado que valorize essas competências para que elas se possam traduzir em reais vantagens competitivas.

Neste capítulo tentar-se-ão identificar algumas afinidades transversais e variações verificadas nos vários subsectores de actividade analisados no estudo, no que se refere às estratégias empresariais das unidades produtivas artesanais:

- As artes e ofícios têxteis.
- As artes e ofícios da cerâmica.
- As artes e ofícios de trabalhar a madeira e os elementos vegetais.
- As artes e ofícios de trabalhar o metal.
- A produção e confecção artesanal de bens alimentares.

É, aliás, esse conjunto de características das actividades artesanais que lhes confere um sentimento de pertença colectivo por parte dos agentes do sector, dos artesãos, em particular, e uma unidade de representação social, por parte do mercado.

Analisar-se-ão no estudo, de acordo com a metodologia proposta pelo IQF, as estratégias empresariais das actividades artesanais segundo **quatro forças motrizes**:

- Mercados e produtos.
- Tecnologias.
- Modelos organizacionais.
- Gestão de recursos humanos.

³⁵ **Artefacto** (Do latim *arte factus* 'feito com arte'). Produto de arte manual ou mecânica, não industrial; objecto manufacturado, in Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea.

Caberá aqui começar por fazer uma **caracterização genérica das empresas objecto de estudo de caso** segundo a sua dimensão, a distribuição geográfica, a antiguidade e o tipo de gestão. O quadro 16 sintetiza essa informação. Da sua leitura poderão extrair-se alguns dados indicativos sobre o universo dos estudos de caso efectuados e estabelecer algum paralelo com a caracterização das unidades produtivas artesanais anteriormente realizada. Houve naturalmente condições particulares que determinaram uma ou outra opção mas que não distorceu a opção tomada de ter em conta as distribuições verificadas no enquadramento das actividades artesanais.

Assim, tendo em conta um conjunto de critérios de selecção segundo diversos vectores de análise, os estudos de caso realizados distribuem-se da forma constante no quadro 16.

Apresentam-se, de seguida, algumas constatações relevantes sugeridas pela sua leitura:

- A actividade da confecção artesanal dos bens alimentares contou com o dobro dos estudos de caso das outras actividades artesanais, o que se explica pela grande variedade de produções artesanais de bens alimentares, a que correspondem estratégias empresariais e empregos muitos distintos.
- A distribuição geográfica dos estudos de caso reflecte a distribuição assimétrica das unidades produtivas artesanais no território, seguindo de perto as percentagens que haviam sido detectadas quando se analisou a distribuição geográfica das actividades artesanais: 46,9% na Região Norte; 18,9% na Região Centro; 27,1% na Região de Lisboa e Vale do Tejo³⁶; 4,4% no Alentejo e 2,6% no Algarve.
- O perfil típico das unidades produtivas artesanais é o de microempresa, com um ou dois trabalhadores, sendo a situação fiscal mais frequente a de empresário em nome individual. Os estudos de caso reflectem essa situação: 62,5% têm até 5 trabalhadores e 37,5% são empresários em nome individual. Foram ainda realizados estudos de caso sobre outras empresas que, não respeitando o limi-

Quadro 16 • Estudos de Caso Realizados

		Estudos de caso	
		Nº	%
Sectores de actividade	Cerâmica	5	15,6
	Têxteis	6	18,8
	Madeira/Elementos Vegetais	5	15,6
	Metal	5	15,6
	Bens Alimentares	11	34,4
Distribuição geográfica	Norte	14	43,8
	Centro	8	25,0
	Lisboa e Vale do Tejo	4	12,5
	Alentejo	4	12,5
	Algarve	2	6,3

³⁶ As diferenças nas percentagens entre a distribuição dos estudos de caso e o mapa das microempresas, onde se inserem as unidades produtivas artesanais, resultam da passagem da NUT III do Oeste e do Médio Tejo da Região de Lisboa e Vale do Tejo para a Região Centro e da Lezíria do Tejo ter passado da Região Centro para o Alentejo.

		Estudos de caso	
		Nº	%
Tipologia da unidade produtiva artesanal	Empresário em nome individual	12	37,5
	Sociedade	11	34,4
	Associação sem fins lucrativos	2	6,3
	Cooperativa	1	3,1
	Sem informação	6	18,8
Dimensão da empresa - número de trabalhadores	1 trabalhador	9	28,1
	2-5 trabalhadores	11	34,4
	6-10 trabalhadores	7	21,9
	> 10 trabalhadores	5	15,6
Antiguidade da empresa - data da constituição	Anterior à década de 1970	6	18,8
	Década de 1970	8	25,0
	Década de 1980	5	15,6
	Década de 1990	9	28,1
	Década de 2000	1	3,1
	Sem informação	3	9,4

Fonte: Equipa do Estudo

te do número máximo de trabalhadores previsto na lei para se poderem considerar unidades produtivas artesanais contêm, no entanto, no seu seio determinadas áreas e componentes artesanais, como é o caso de uma empresa cerâmica que conta com um total de 380 trabalhadores.

- A tipologia do modelo organizativo e de gestão da empresa reflecte a situação constatada no ponto anterior, isto é, que estamos em presença de um universo de microempresas. Daí que o modelo 'empresário em nome individual' seja o mais representado.
- Na análise da antiguidade das **unidades produtivas artesanais** (UPA) estudadas, poderá referir-se que 72% dos casos laboram desde a década de 1970. Ressalta o facto de ser na década de 1990 que se regista a criação de um maior número de UPA (28% dos casos), a que corresponde efectivamente um período de reconheci-

mento e de afirmação das actividades artesanais em Portugal (é a década do surto das feiras de artesanato no país e é o período em que se começam a sentir os efeitos das políticas públicas de apoio ao sector)³⁷.

Mas, para além desta análise quantitativa, que nos permite obter uma visão das características gerais das unidades produtivas artesanais poder-se-á descobrir uma variedade infinita de percursos individuais e empresariais que traduzem a riqueza mas também as debilidades do sector que terão sempre que ser tidos em conta na definição das políticas. Em seguida apresentam-se alguns apontamentos retirados dos estudos de caso efectuados, que são ilustrativos de atitudes, percursos e estratégias dos artesãos.

"O seu pai já era oleiro. Começou a trabalhar na oficina do pai com cerca de 11 anos. Até ir para a

³⁷ Como dizia um artesão numa entrevista" foi preciso fabricar artesanatos para responder a um tão grande número de feiras de artesanato".

tropa, trabalhou sempre na olaria. Depois do serviço militar empregou-se na função pública, conjugando as duas actividades (funcionário público e oleiro). Reformou-se há cerca de sete anos e desde essa altura dedica-se exclusivamente à olaria."

"Iniciou esta actividade com cerca de 15 anos e aprendeu com o pai. No Inverno trabalhava na cestaria e no Verão na agricultura. Possui uma pequena oficina junto à casa, onde vende os seus produtos. A única divulgação que faz das suas peças é nas feiras ou na própria oficina. Começou a participar em feiras há cerca de 20 anos, pois o aparecimento do plástico fez com que o seu negócio ficasse mais fraco, uma vez que as suas peças deixaram de ser vendidas para a agricultura."

"Começou a trabalhar nesta actividade "por acidente". "Em 1988/89 frequentou um curso de formação (subsidiado) de mobiliário em bunho, embora se tivesse candidatado julgando que a matéria do curso tratava de mobiliário em madeira... Quando terminou o curso, obtive bastantes apoios para o seu início de actividade - àqueles que concluíssem o curso com aproveitamento e estivessem interessados, eram oferecidas ferramentas e matérias-primas (o que hoje já não se verifica)."

"Optou por esta profissão por não querer ir trabalhar para uma fábrica. De início, teve algumas dificuldades sobretudo devido à falta de formação. Decidiu então frequentar um curso de formação profissional de cerâmica. Posteriormente, frequentou vários cursos de formação no CEARTE nas áreas da gestão e marketing e de aperfeiçoamento técnico."

"Já trabalhava no sector das madeiras, no ramo da marcenaria. Como o negócio atravessava uma fase difícil, foi introduzindo alguns elementos artesanais na sua produção (o entrevistado não considerava a marcenaria "artesanato") e começou a fabricar

brinquedos - a "transição para o artesanato" foi facilitada, porque já trabalhava com um colega que produzia brinquedos. As dificuldades que sentiu no início desta actividade não eram ao nível do domínio técnico dos materiais, mas ao nível do desenho (pretende vir a frequentar uma formação que lhe permita ultrapassar essa debilidade)."

"Foi trabalhar para uma empresa em Lisboa, onde aprendeu a arte. Em quatro meses passou de aprendiz para praticante geral. Depois emigrou e quando regressou pediu dinheiro emprestado para comprar máquinas e formou sociedade com outra pessoa. Como o rendimento não chegava para pagar os impostos, resolveram dissolver a sociedade, ficando assim como proprietário da oficina e a outra pessoa como empregado. Ao fim de alguns anos, separaram-se e passou a trabalhar sozinho. Teve de reinventar a latoaria, uma vez que as peças anteriormente utilizadas na agricultura deixaram de ser em metal, sendo substituídas pelo plástico. Começou a produzir lanternas e outras peças "antigas", e é nestas peças que se sente realizado".

"A fábrica original havia fechado há dez anos. Os novos proprietários adquiriram a marca - prestigiada - das produções artesanais e reequiparam a oficina, contratando mão-de-obra conhecedora da arte, que havia trabalhado na antiga empresa e que dominava o processo de produção. Reorientaram a produção, fabricando produtos únicos, concebidos especialmente para um cliente, e a estratégia de comercialização, direccionando a produção para novas tipologias de clientes: instituições públicas e privadas (Organismos da Administração Pública, Autarquias, Tribunais, Fundações, Museus, etc.); decoradores e arquitectos de interiores, etc. É hoje um caso bem sucedido."

2.2. Estratégias de Mercados e Produtos

2.2.1. Perspectivas Gerais

As actividades e as produções artesanais reflectem, actualmente, alterações anteriormente abordadas³⁸ que se referem à afirmação enquanto grupo social³⁹ e sector de actividade económica e que decorrem de um conjunto de transformações:

- a) Na atitude dos artesãos face à sua profissão.
- b) No relacionamento com o mercado.
- c) Na protecção, valorização e certificação das produções artesanais.
- d) Nas formas de transmissão de conhecimento.
- e) Nos programas de apoio às actividades artesanais.
- f) Na organização e enquadramento do sector.

Estas alterações verificadas na produção são, em grande medida, ditadas pelas desestruturas operadas nos sistemas sociais e produtivos tradicionais e pela emergência de um novo mercado para algumas produções artesanais: elas são hoje procuradas, predominantemente, pelas suas características simbólicas e decorativas⁴⁰, valoradas em diferentes combinações, conforme os produtos.

Verifica-se hoje o **reconhecimento das artes tradicionais como artes decorativas** já não apenas ao alcance de uma classe social abastada, como acontecia com estas artes até ao século XVIII, mas acessíveis agora a uma classe média urbana que procura marcas de identificação, seja pela individualização dos produtos que decorre da característica predominante manual da sua manufactura, seja pela sua identificação com um determinado terri-

tório, etapa cultural ou tecnológica de uma determinada comunidade, seja ainda pelas suas características estéticas, em alguns casos qualificadoras de algumas persistentes funções utilitárias.

Essa circunstância de uma certa **decadência da racionalidade funcional** face à concorrência de outros produtos, que determinou que estes ganhassem vantagem pelas suas características funcionais (ergonomia, peso, durabilidade, armazenamento, etc.), pela novidade e pelo preço competitivo, implicou que se buscassem novas formas de abordar o mercado e de escoar as produções das oficinas artesanais.

Será por esse motivo que as produções artesanais estão cada vez menos presentes nas feiras locais periódicas (semanais, quinzenais), onde as populações locais se abastecem do que necessitam para o seu dia-a-dia. Aí surgiam naturalmente as produções artesanais, porque eram produtos utilitários, como tudo o que se vendia na feira. As produções artesanais deixaram progressivamente de ser "produto de feira" que era, aliás, expressão sinónima de fraca qualidade. Surgiram então feiras especializadas, sectoriais, as **feiras de artesanato**. Poderá dizer-se que foi até um conceito com carácter razoavelmente precursor em relação a outros sectores de actividade económica e industrial. Cabe, no entanto, referir que esse esforço inicial de proporcionar um espaço especializado de promoção e venda de produções artesanais não partiu do sector empresarial das actividades artesanais. Foi pela mão e por iniciativa de instituições públicas, designadamente das autarquias locais, que se instituíram estes

³⁸ No capítulo deste estudo "Enquadramento socioeconómico do sector".

³⁹ **Artesanato** - grupo social formado pelos artesãos ou artífices (...), in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*.

⁴⁰ Não se estão aqui a considerar os bens alimentares de confecção artesanal.

certames, que se vieram a constituir como uma das principais oportunidades de contacto do sector com o seu público e os seus clientes, e que se afirmaram como a forma privilegiada de escoamento da maioria das produções artesanais. Deverá referir-se o carácter pioneiro e matricial da Feira de Artesanato de Vila do Conde, de iniciativa da Câmara Municipal local, através da Associação para a Defesa do Património de Vila do Conde. Foi, aliás, essa consciência do valor patrimonial das actividades e das produções artesanais que determinou esta iniciativa que, posteriormente, foi seguida por outras autarquias e organismos da administração central e descentralizada.

Nos estudos de caso efectuados constata-se que as **autarquias continuam a ser os parceiros mais relevantes, com quem os artesãos mais frequentemente estabelecem relações de cooperação**. Essas relações são de grande reciprocidade, porque se as autarquias apoiam a participação do artesão em feiras e certames (fundamentalmente nos aspectos logísticos), também o artesão participa em acções de divulgação da actividade junto das escolas e da população infanto-juvenil, ou em ocasiões de comemoração ou representação e promoção do concelho. Com muito menor expressão são referidos acordos de colaboração com o IEFP, através dos Centros de Emprego, com quem estabelecem contratos de formação (estágios profissionais). Os Centros de Formação Profissional, designadamente o CEARTE (artesanato) e o CINDOR (ourivesaria) são parceiros nomeados pelos artesãos entrevistados, em acções de formação e no apoio à gestão. São ainda citadas relações de cooperação pontuais com as associações empresariais locais. As acções de cooperação com as escolas são, neste pequeno universo de artesãos, muito pouco referidas e, portanto, muito pouco relevantes.

Uma outra frente de relacionamento e cooperação das actividades artesanais, que decorre do seu significado cultural e patrimonial, é com os agentes ligados ao sector do turismo. Não é difícil perceber porquê.

O **objecto artesanal (artefacto)**, numa acepção moderna e já distanciada de uma economia pré-industrial, é qualquer coisa produzida pelo outro (segundo uma distinção geográfica, étnica, cultural ou social) ou (n)outro tempo (dos nossos avós, por exemplo). Resulta, identifica-se e, de algum modo, é **expressão de uma cultura**. Por essa razão, passou a fazer parte da **memória da viagem**, como prova da presença nos locais, expressão de curiosidade e admiração pelas culturas visitadas. As viagens filosófico-científicas do positivismo do séc. XIX, de que resultavam recolhas de testemunhos materiais de culturas alienígenas, fomentaram um coleccionismo de artefactos exóticos que chegaram mesmo a influenciar a arte moderna, designadamente na sua expressão do cubismo.

O comércio do artesanato está, pois, historicamente ligado à viagem e, modernamente, ao fenómeno do turismo. Com o fenómeno da globalização gerador de um comércio global, assente em poderosas redes de promoção e distribuição, que permite que em toda a parte se possa adquirir qualquer coisa, oriunda de qualquer parte do mundo, os objectos artesanais, a par de outras experiências culturais possibilitadas pelo turismo, ligadas sobretudo ao património (cidades, museus, monumentos), adquirem a importância acrescida da sua diferença, da sua ligação a um território e ao percurso histórico de uma determinada comunidade.

Como toda a oferta de produtos e serviços dos tempos modernos, também o turismo se fragmentou em produtos temáticos de procura especializada que definiram nichos e segmentos de mercado. Assim, o

turismo tem vindo progressivamente a perder o seu carácter generalista, para um turista indiferenciado, e a ajustar com muito maior rigor o tipo de oferta e de serviço às características e preferências do visitante-consumidor. Neste processo de especialização da oferta turística, o **turismo cultural** tem vindo a adquirir relevância, em termos percentuais mas sobretudo em termos dos destinos que propõe, mais variados e, por vezes, menos saturados, que permitem experiências novas ao turista, de maior proximidade e contacto com as comunidades e os territórios visitados.

As artes e os ofícios de uma região fazem parte integrante dessa oferta cultural que os agentes e operadores turísticos deverão transformar em "produto turístico". Por isso se verifica hoje uma **revalorização da importância comercial da venda no local de produção**, o que permite ao visitante e potencial comprador tomar contacto com os contextos territoriais e socioculturais em que se desenvolvem as actividades artesanais e ficar a conhecer as oficinas artesanais onde é possível contactar com o artífice e com o seu trabalho de criação e fabricação dos artefactos.

Decorre do que ficou dito, que a evolução do valor utilitário e simbólico do artesanato ditou diferentes posicionamentos dos artesãos face à sua actividade e estratégias empresariais direccionadas para públicos e mercados diferenciados. O mercado das actividades artesanais diversificou-se, variando,

nomeadamente, de acordo com as características das produções artesanais que poderemos classificar em três categorias-base:

- i) **Artefactos tradicionais** - reproduzem os modelos tradicionais e valorizam os referenciais culturais dos objectos, destacando o seu carácter tradicional e identitário.
- ii) **Artefactos reelaborados** - resultam de uma transformação dos artefactos tradicionais, que cumpriam funções eminentemente utilitárias, através de uma incorporação de componentes estéticas e/ou funcionais inovadoras.
- iii) **Artefactos inovadores** - resultam de processos de criação e de produção distintos das produções artesanais tradicionais.

No quadro 17 tenta-se estabelecer uma relação entre as tipologias de produções artesanais e as estratégias de mercado associadas.

Estas classificações correm sempre o risco de serem redutoras, mas poder-se-á afirmar sem grandes riscos de errar rotundamente que estas são tendências verificáveis nas diferentes produções artesanais e nas suas relações com o mercado.

O que tem sido referido neste ponto pretende sublinhar que as estratégias de comercialização das actividades artesanais i) têm variado ao longo do tempo (oficina, feiras e mercados locais, feiras de artesanato, lojas, exportação); ii) e diferem con-

Quadro 17 • Relação entre as Tipologias de Produções Artesanais e as Estratégias de Mercado Associadas

	Forma	Função	Tecnologia	Principal local/mode de venda da produção
Artefactos Tradicionais	Tradicional	Utilitária/decorativa	Tradicional	Oficina; Feira de Artesanato
Artefactos Reelaborados	Transformada	Decorativa/utilitária	Tradicional/inovadora	Feira de Artesanato; Loja
Artefactos Inovadores	Inovadora	Decorativa/utilitária	Inovadora	Loja/Feira de Artesanato

soante o tipo de produção (dependendo, nomeadamente, do grau de modernização - tradicional, inovador; e da função atribuída - utilitária, decorativa).

2.2.2. Unidades Produtivas Artesanais Estudadas

Da análise dos estudos de caso realizados, constata-se que se trata, na sua maioria, de um conjunto de microempresas, em que o artesão trabalha sozinho (ou com ajuda familiar) e é também o gestor do negócio. Podemos afirmar que, em geral, **as unidades produtivas nas áreas da cerâmica, dos trabalhos em madeira e elementos vegetais e dos trabalhos em metal** têm entre um e dois trabalhadores. A excepção aqui é constituída por duas empresas (uma grande empresa e uma PME) que integram áreas de trabalho artesanal apesar de já não poderem ser consideradas unidades produtivas artesanais. O interesse nestes dois estudos de caso foi o de verificar como se comportavam estas actividades num contexto empresarial mais complexo e avaliar a sua participação e relevância no conjunto das competências centrais da empresa.

Os têxteis e a confecção artesanal de bens alimentares são as actividades artesanais cujas unidades produtivas artesanais têm mais pessoas ao serviço, estando esta maior utilização de mão-de-obra muitas vezes associada a períodos do ano em que se verificam picos de actividade, pela própria natureza da actividade ou por corresponderem a concentrações da procura.

Analisemos agora, segundo diferentes perspectivas de análise, os seus desempenhos.

Estratégias de negócio das unidades produtivas artesanais

Uma das definições clássicas de artesão refere que ele deve dominar a técnica de produção de um qualquer produto da sua oficina, embora possa não o realizar habitualmente. O conceito de artesão que consta do Estatuto do Artesão refere que o "artesão

é o trabalhador que exerce uma actividade artesanal, por conta própria ou por conta de outrem, inserido numa unidade produtiva artesanal reconhecida, ao qual se exige:

- Domínio dos saberes e técnicas inerentes à actividade em causa.
- Apurado sentido estético e perícia manual.

Ora tal definição traduz um **conceito de actividade centrado na produção, o que determina que todas as estratégias desenvolvidas pela unidade produtiva artesanal tenham sempre por base a produção e não o mercado, tenham por base o produto e não o cliente**. Porque o artesão, antes de gestor do seu negócio, é um artífice das suas peças. É da sua competência e do seu saber-fazer que nasce a produção. Depois há que encontrar um mercado para elas. Daí decorre que a organização empresarial gravita em torno do criador e fazedor da sua produção, mesmo se a oficina tem mais do que um trabalhador.

Por esse facto, o apoio institucional ao sector (da parte de autarquias locais, organismos da administração central e outras entidades) dirigiu-se, num primeiro momento, para a comercialização, tendo em vista superar, deste modo, alguma menor apetência ou predisposição do artesão para um domínio vital da actividade da unidade produtiva artesanal que é a comercialização. O principal objectivo desse apoio seria encontrar, pela via do mercado, uma forma de sobrevivência destas actividades consideradas patrimoniais.

Como ficou referido no capítulo do "Enquadramento Sócioeconómico", o posicionamento dos artesãos face à sua arte é de uma grande heterogeneidade. As expectativas relativamente ao rendimento extraído da actividade variam enormemente. As razões podem encontrar-se no modo como os artesãos chegaram à arte e iniciaram a sua actividade.

Cada artesão tem, no entanto, sempre presente uma

racionalidade económica que pode não coincidir (e muitas vezes não coincide) com uma racionalidade empresarial. Desde os artesãos que encaram a sua actividade como um *pacemaker*, ou seja uma almofada estabilizadora do rendimento familiar exercida num contexto de pluriactividade, até aos artesãos a tempo inteiro que têm uma estratégia de mercado e internacionalização clara e agressiva apostando numa estratégia de comunicação adequada, na inovação tecnológica e na adaptação das produções aos distintos mercados.

"Enquanto numa perspectiva de desenvolvimento sectorial a preocupação dominante é a **competitividade económica do sector**, numa perspectiva integrada, mais importante do que esta, será o seu contributo para uma **competitividade territorial** de carácter económico, social, patrimonial e cultural, ambiental, pedagógica, recreativa e estética."⁴¹

Nas artes e ofícios tradicionais existem alguns exemplos do que se poderiam chamar "**distritos artesanais**", a exemplo do conceito *marshalliano* de "distritos industriais" que fez escola em Itália. Correspondem a uma determinada concentração de unidades empresariais de uma mesma fileira de actividade, com contextos sociais específicos.

Muitos dos exemplos que se poderiam nomear no domínio das actividades artesanais desapareceram entretanto, outros ainda subsistem: a olaria em Barcelos, a ourivesaria em Gondomar e na Póvoa de Lanhoso, a renda de bilros em Vila do Conde e em Peniche, os bordados na Madeira, em Tibaldinho (Alcáçache), na Lixa, os vimes em Gonçalo (Guarda), os tapetes em Arraiolos. Estes continuam a ser um dos elementos que corporizam as estratégias de competitividade dos territórios.

Esta **característica de ligação e identificação com o território que o artesanato apresen-**

ta, é crescentemente valorizada pelas políticas e programas de apoio ao desenvolvimento e, em particular ao desenvolvimento rural, que têm vindo a promover e a apoiar a diversificação das actividades que dão origem à criação de empregos e de iniciativas empresariais em domínios não directamente ligados à agricultura. A circunstância de se tratar de uma **actividade de elevado valor cultural e grande significado social**, alvo de apoios diversos à instalação e desenvolvimento da actividade, por parte de autarquias, de programas de iniciativa comunitária como o Programa *Leader*, de programas operacionais regionais e sectoriais, tem sido aproveitada pelas unidades produtivas artesanais como: i) uma oportunidade de legitimação e reconhecimento social e artístico; ii) uma possibilidade de divulgação e uma oportunidade para promover as suas produções como produtos da região; iii) a hipótese de beneficiar com (e contribuir para) o reforço da capacidade de atracção do território, que significa, ao mesmo tempo, um alargamento do seu público potencial.

Ainda assim, **mais do que o valor social e económico da actividade artesanal, é o seu valor cultural que o distingue e torna reconhecido enquanto sector**, pese embora o facto de englobar actividades tão distintas.

As unidades produtivas artesanais que se dedicam à confecção artesanal de bens alimentares apresentam características peculiares dentro das actividades artesanais. As orientações estratégicas destas empresas assentam nos factores de competitividade identificados de que pretendem tirar partido para o crescimento desta área que apresenta contornos bem definidos dentro das actividades artesanais:

- São, no contexto dos casos estudados, as unidades produtivas artesanais com mais pessoal ao serviço.

⁴¹ "Artesanato e Desenvolvimento Rural - Caderno Temático XIV", INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II (CAL).

- São as que têm maior disponibilidade para a contratação de recursos humanos e de serviços em áreas não estritamente ligadas à produção (consultoria, administração, *marketing*).
- São, no conjunto (das que disponibilizaram esse dado), as que apresentam maior volume de negócios.
- São as que apresentam produções certificadas e controlo de qualidade na produção.
- São as que afirmam pretender investir em imagem e comunicação, na criação de marcas, em acções de *marketing*, na participação em concursos, na melhoria da apresentação e embalagem do produto.
- São as que têm políticas comerciais mais agressivas: conseguem vender para grandes superfícies, participam em feiras especializadas (de produtos biológicos), organizam *show room*, vendem em lojas especializadas.

Os bens alimentares de produção e confecção artesanal têm vindo a explorar as virtualidades de notoriedade e diferenciação da gastronomia regional (designadamente no que se refere à doçaria), que é hoje um dos patrimónios dos territórios mais procurados e apreciados, designadamente pelo segmento de mercado do turismo. Além disso, estabelecem uma ligação muito estreita com as produções biológicas, também crescentemente valorizadas por um segmento de público e de mercado específico mas em crescimento.

A confecção artesanal de bens alimentares começa, muitas vezes, a montante, na produção das matérias-primas utilizadas na confecção, o que dá a estas actividades uma especificidade vincada. A própria certificação dos produtos e o controlo de qualidade aplicado às matérias-primas e aos processos produtivos implica que estas actividades produtivas distintas (a agrícola e a de transformação) devam coexistir. Há produtos que se vendem em lojas de "gama alta", ou em lojas de produtos biológicos e

outros que são vendidos em lojas de consumo comum e generalista. Em alguns destes produtos, além da característica de "confecção artesanal" junta-se a designação de "agricultura biológica", designações que se complementam e valorizam mutuamente. Estas actividades agregam, por vezes, outras, como a investigação aplicada a uma determinada produção artesanal, bem como outras actividades económicas, como o agro-turismo.

Assim, apresentam-se, dois exemplos que traduzem duas estratégias empresariais distintas seguidas por duas actividades artesanais do mesmo subsector de actividade:

- O padeiro tradicional, que faz o pão à maneira dos seus antepassados, com recurso às mesmas matérias-primas e à mesma técnica, em que os utensílios utilizados são de fabrico manual para aquele uso específico, e que é tão mais apreciado quanto mais fiel for à tradição (aí residindo a longevidade do seu negócio), com uma distribuição ajustada à sua capacidade de produção.
- Um outro caso estudado refere-se a uma produção de doces, compotas e frutos secos, com um ciclo produtivo que está nos antípodas do anterior, em que a produção e confecção artesanal de bens alimentares é efectuada a par de uma exploração de agricultura biológica e de uma unidade de turismo em espaço rural. A produção assenta na investigação laboratorial, reflectida na produção das matérias-primas e nas técnicas de transformação que garantem as características de produção biológica, com protocolos com Centros de Investigação e Universidades, com Associações de Desenvolvimento e Organismos da Administração Pública.

A confecção artesanal de bens alimentares é um dos sectores de actividade artesanal que melhor se tem adaptado às variações dos mercados e das motivações de compra. Acresce o facto de, no domínio das actividades artesanais, as primeiras feiras

temáticas que surgiram e que se têm afirmado em termos comerciais e de mobilização de público, foram as feiras de gastronomia, as feiras do fumeiro, etc.⁴²

As unidades produtivas artesanais objecto de estudos de caso, no que se refere às estratégias de negócio desenvolvidas, têm um comportamento muito homogéneo e transversal às diferentes actividades: a sua estratégia baseia-se no acento tónico posto na diferenciação dos seus produtos, na originalidade da sua produção, nas características únicas do seu trabalho, muitas vezes associadas a uma transmissão ancestral de conhecimentos que lhe conferem uma aura de segredo profissional, e intimamente ligadas à capacidade artística e à perícia manual do seu criador-produtor, o artesão⁴³. Esta é, aliás, uma **componente central das actividades artesanais** em geral: as suas **competências centrais baseiam-se em saberes-fazer muito específicos, difíceis de replicar, que lhes proporcionam níveis de competitividade cujas variações se devem mais às capacidades técnicas e de gestão do artesão do que à actividade artesanal em questão**.

Outra questão é saber que outras competências necessitarão de ser adquiridas para a gestão eficaz de uma unidade produtiva artesanal num contexto de mercado competitivo. Essa é a missão, designadamente, do CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato.

São, portanto, os saberes-fazer e os artefactos a que dão origem que conferem às actividades artesanais identidade e diferenciação. Daí que, nos casos estudados, as unidades produtivas artesanais não

são subcontratadas por outras empresas para fazerem outro tipo de produtos; pelo contrário, são elas que subcontratam, nalguns casos, algumas fases da produção ou componentes do produto. Os sectores de actividade artesanal onde essa prática é mais frequente são as artes têxteis (designadamente os bordados) e a ourivesaria (nomeadamente o trabalho das enchedeiras na filigrana).

A aposta estratégica passa sempre por enfatizar as características originais e diferenciadoras da produção, fundamentadas no seu carácter tradicional e associado à história e à cultura de uma determinada comunidade e de um determinado território. Esse carácter de objecto portador de cultura, inevitavelmente terá de ter associada a garantia da qualidade do produto. Aquelas produções que começam a sentir uma concorrência mais agressiva, cujas vantagens competitivas estão normalmente associadas a preços imbatíveis, não têm dúvida em afirmar que a orientação estratégica da empresa e da produção não poderá ser outra senão a **garantia absoluta da qualidade**. Esse é, de facto, o segundo apoio de uma estratégia de negócio nestas unidades produtivas artesanais. Sendo esta uma conclusão que se retira dos estudos de caso efectuados, não parece oferecer dificuldade a sua generalização para o conjunto das actividades artesanais:

A diferenciação e a qualidade são os elementos basilares das estratégias de negócio desenvolvidas pelas unidades produtivas artesanais.

⁴² Um entrevistado afirmava que a consciência da qualidade deste tipo de produtos tende a aumentar, contudo o poder de compra não, sendo portanto um obstáculo à sua expansão mais rápida.

⁴³ Mesmo assim ainda são raros aqueles que ultrapassam o anonimato: os barristas de Barcelos foram dos primeiros a assinar as suas peças, na senda do fenómeno Rosa Ramalho. O construtor de violinos que há três gerações fabrica instrumentos para os maiores intérpretes das grandes orquestras já há muito que tem o seu nome firmado no mercado. Mas do cesteiro de Penacova provavelmente só se sabe o primeiro nome e que é de Penacova.

Estratégia de crescimento⁴⁴ das unidades produtivas artesanais

As estratégias das unidades produtivas artesanais que dizem respeito à evolução do negócio, reflectidas na sua capacidade produtiva e no relacionamento com o mercado são heterogéneas, porque estão intimamente associadas ao tipo de actividade, à dimensão da empresa, à sua capacidade produtiva, ao ciclo de vida da empresa, etc.

As diferenças que se verificam entre um cesteiro que trabalha sozinho, tem idade avançada e sempre trabalhou na arte e uma unidade produtiva artesanal criada há seis anos e que produz brinquedos e jogos didácticos em madeira e que aposta na internacionalização, são inevitáveis. As expectativas de rendimento, a disponibilidade para a inovação e a expansão, são forçosamente diferentes.

A estas diversas situações acresce o facto de as estratégias de consolidação do negócio passarem, nestas empresas, sobretudo pela introdução de alterações no processo produtivo que diminuam o esforço e aumentem (dentro de certos limites que não desvirtuem as características artesanais da produção), a produtividade ou melhorem a qualidade dos produtos, e introduzam uma melhoria nas condições físicas de trabalho. A haver crescimento, ele verifica-se mais na expansão e diversificação do mercado - o que se consegue, por exemplo, através da inovação nos canais de comunicação e na abordagem dirigida a segmentos-alvo de mercado - do que na expansão das infra-estruturas e da capacidade produtiva e da dilatação do quadro de pessoal da empresa. Até porque, existe, desde logo, uma condição legal de dimensão que impõe às unidades produtivas artesanais um número máximo de dez trabalhadores.

Uma outra condição que determina a estratégia de crescimento, estabilidade ou retracção das unidades produtivas artesanais, resulta do comportamento da

procura nos anos mais recentes, nomeadamente quando se verificou uma forte quebra por alteração dos hábitos de consumo que deram preferência a produtos de substituição (o vasilhame de plástico que veio substituir o de vime ou de lata em alguns trabalhos domésticos e agrícolas, por exemplo). A reacção das unidades produtivas artesanais a estas alterações tem cambiantes.

Num dos casos estudados, o do cesteiro, verifica-se que a sua aposta reside na manutenção fiel - e se preciso acentuada - das características rústicas da sua produção, ou seja mantém inalterável a sua produção, fazendo os produtos que sempre fez.

Noutro caso analisado - uma oficina de tanoaria - verifica-se uma evolução e uma adaptação curiosas: a tanoaria, arte tradicionalmente utilizada na produção e reparação de vasilhame para vinho vem sendo canalizada para a produção de objectos decorativos que representam já hoje 60% da produção da empresa. O artesão distingue estas duas actividades da sua oficina como "tanoaria de artesanato" e "tanoaria para vinho", com mercados e formas de comercialização distintos e ciclos anuais de produção diferenciados e perfeitamente definidos, constituindo hoje duas áreas distintas de negócio.

Num outro estudo de caso, o da latoaria, a reacção a uma retracção na procura foi diferente: como os seus produtos foram preteridos devido à opção do mercado por outros produtos por razões de preço e de funcionalidade, a opção tomada foi orientar a produção para a reprodução de modelos antigos de luminárias e lanternas antigas.

Três reacções distintas a condições adversas de mercado que denotam a grande capacidade de adaptação e ajustamento a novas condições de contexto que as actividades e as unidades produtivas artesanais demonstram. Poder-se-á, em resumo, referir relativamente a este ponto:

⁴⁴ Positivo, negativo ou nulo.

A **estratégia de crescimento** do projecto empresarial das unidades produtivas artesanais centra-se fundamentalmente numa **integração horizontal** caracterizada i) pela **diversificação da produção**, conseguida a partir da inovação do design dos produtos, e da criação de novos produtos, sem que se perca a marca distintiva da produção artesanal, e ii) pela **diversificação e segmentação dos mercados** que se pretendem atingir através de uma aposta em novas formas de comunicação e de comercialização.

Caracterização das produções artesanais

Como foi antes referido, os produtos artesanais são hoje procurados, na maioria dos casos, pelas suas características simbólicas e decorativas.

As estratégias desenvolvidas pelas unidades produtivas artesanais relativamente às suas produções têm sido no sentido da diversificação dos produtos pensando assim conseguir diversificar os mercados. Nos estudos de caso, os artesãos manifestam a consciência de que os produtos condicionam o mercado (uma gama limitada de produtos não permite abordar novos mercados) e que o mercado condiciona os produtos (os mercados de maior proximidade não valorizam determinado tipo de produções).

Quando os objectos artesanais eram comprados para cumprirem funções eminentemente utilitárias, o desgaste provocado pela sua utilização implicava a sua substituição com a frequência ditada pelo tipo de objecto e pelo tipo de utilização. Agora, que a sua utilização é eminentemente decorativa, a sua substituição já não é uma variável a ter em conta na expectativa de venda. A venda dos produtos artesanais está assim indissociavelmente ligada à expansão do mercado. Mas, apesar de tudo, a elasticidade do mercado é limitada. Logo, poderão sentir-se, nalgumas actividades, sinais de saturação

do mercado. Há, portanto, que diversificar a produção e alargar os mercados. Duas estratégias são apontadas pelas empresas estudadas: inovação no desenho dos produtos e criação de novos modelos.

Diversificar a produção e alargar os mercados são dois objectivos estratégicos das unidades produtivas artesanais: a opção é adoptar uma **especialização flexível**, que as leve a diversificar a gama de produtos, mantendo as competências centrais da empresa e dos artesãos e sem que se abandone a produção que caracteriza e identifica a oficina.

Formas de comercialização das produções artesanais

A comercialização das produções artesanais faz-se fundamentalmente em dois locais: nas oficinas dos artesãos e nas feiras de artesanato.

O peso relativo de cada um destes locais varia conforme os casos até chegar a ser residual num deles, mas, normalmente, os dois estão sempre presentes. Este facto traduz a grande proximidade e personalização da relação com o cliente que é possível manter nestas actividades e que se traduz indiscutivelmente numa das suas mais-valias.

"Ainda não há muitos anos era nas feiras que se fazia, praticamente, todo o comércio das produções artesanais e o pouco que não se vendia na feira, era vendido de porta em porta, ou mesmo na própria oficina."⁴⁵

As feiras de artesanato adquiriram para o sector, sobretudo desde a década de 1980, uma importância crucial na comercialização das

⁴⁵ Ana Pires - Editorial da revista "Mãos" nº 22, que tem por tema "Vamos à feira".

produções artesanais. O seu carácter pioneiro de feiras especializadas do sector, quando apenas alguns, poucos, sectores industriais revelavam essa capacidade, não decorreu da dinâmica e da estrutura do sector, já que as feiras de artesanato foram criadas a partir de iniciativas externas ao artesanato até porque, à data, não se poderia falar com propriedade de sector das actividades artesanais.⁴⁶ Ora, por esse facto, as feiras de artesanato resultam de diferentes lógicas, e, nem sempre a preocupação com os artesãos e com a rentabilidade comercial das suas produções está no topo das estratégias e preocupações das entidades organizadoras de feiras de artesanato. Verifica-se, por exemplo, que, muitas vezes, os artesãos são usados para dar colorido e ambiente festivo às festividades locais e regionais (a feira de artesanato ainda é uma forma barata de animação de uma festa local), sem que haja a preocupação de avaliar se os artesãos atingem ou não os seus objectivos de venda da produção.

As feiras de artesanato são, ainda assim, um elemento-chave para a economia do artesanato. Por isso é tão sensível a intervenção neste domínio, pela relevância económica que ainda revela para o sector e pela dificuldade em harmonizar critérios num universo de grande diversidade de feiras e de entidades organizadoras. E, no entanto, é imperioso que sejam dados passos no sentido da sua qualificação.

Hoje, ao mesmo tempo que se reconhece a importância que assumiram as feiras de artesanato na venda das produções artesanais, questiona-se a excessiva dependência deste veículo de escoamento da produção.

Em Espanha, foi já aberto este debate sobre o

predomínio das feiras de artesanato como meio de comercialização de artesanato, o que começa a acontecer agora no nosso país.

"As feiras são também o lugar arcaico de encontro. A gente encontra-se ali com os amigos e vizinhos e fala nos corredores. (...) As feiras são sinónimo de festa e de novidades. A importância das feiras é reconhecida por todos. Pelos artesãos para venderem directamente ao consumidor final, sem complicações, cobranças diferidas... Um intercâmbio simples: produtos por dinheiro e contacto humano, uma comunicação preciosa com o cliente que equivale a um estudo de mercado. Pelas autarquias, porque as feiras de artesanato atraem gente e tudo se dinamiza e beneficia. (...) Algumas entidades organizam feiras que respeitam a cultura dos ofícios, com um marcado cunho etnográfico. Outras só com um evidente interesse comercial e algumas, inclusive, com matizes fraudulentas, promovendo artesanato onde só existe caricatura. Há feiras que se realizam pela primeira vez e outras que vão na 40ª edição... É este o panorama das feiras de artesanato em Espanha. Pequenas, grandes, de qualidade, horríveis, estimulantes, deprimentes...há de tudo. Porém, nos últimos anos existe em Espanha um debate aberto a este respeito. O entendimento entre os próprios artesãos é de que há demasiadas feiras⁴⁷. Discute-se a conveniência das feiras como canal comercial para o artesanato e algumas vozes entendidas defendem mesmo que as feiras são uns dos piores inimigos do artesanato, uma vez que o condenam à marginalização face ao mercado convencional. (...) as feiras convertem-se, muitas vezes, em galerias de produtos anedóticos, souvenirs, curiosidades, que têm muito pouco a ver com o

⁴⁶ Felizmente que, com a dinâmica suscitada fundamentalmente pelo surgimento do PPART, hoje se pode começar a falar em sector do artesanato e nas suas estruturas representativas.

⁴⁷ Neste artigo Manuel Árias refere que a *Oficio y Arte* tem identificadas cerca de 160 feiras. Em Portugal, segundo o Calendário de Feiras de Artesanato de 2004, editado pelo PPART, existem 215 feiras de artesanato...

verdadeiro significado de artesanato, dando a impressão de uma decadência lamentável."⁴⁸

Relativamente à participação em feiras de artesanato as variações são grandes: há aqueles que participam em feiras só na sua região, os que percorrem as feiras por todo o país, os que são mais selectivos e só vão a uma feira, no máximo duas, os que participam também em feiras no estrangeiro (a Espanha e a Itália são os dois países mais citados). Estas diferentes opções estão associadas à capacidade de produção das empresas, e ao escoamento da sua produção num raio mais ou menos alargado. Poder-se-á dizer que esta estratégia de anéis concêntricos a partir da oficina para a comercialização das produções artesanais tem que ver com a diversidade da produção, a capacidade de inovação, com a refuncionalização dos artefactos que passam a assumir uma função preponderantemente decorativa e simbólica tão mais apreciada quanto maior é o distanciamento do cliente face a essa realidade cultural e geográfica.

Recentemente tem-se verificado uma revalorização da "localidade" do artesanato e volta a ganhar peso a venda na própria oficina, já que regiões de ruralidade ainda vincada (onde ainda se localizam muitas das artes e ofícios tradicionais) começam a ser receptoras i) de pessoas anos emigradas nos grandes centros urbanos ou no estrangeiro que voltam às suas origens ii) de pessoas que adoptam estas regiões se não para habitar, pelo menos para fruir os seus períodos de lazer, construindo aqui uma segunda residência iii) e ainda de visitantes-turistas que cada vez mais praticam um turismo activo e itinerante que os leva à descoberta das diferenças culturais e territoriais. Com uma procura de natureza simbólica, as produções artesanais, a que são atribuídos valores de

significado cultural, de tradição, de estética, fazem hoje parte de roteiros turísticos de visita às regiões que localizam as oficinas artesanais como ponto de interesse turístico a visitar.

Como se constata nos estudos de caso realizados, a produção das unidades produtivas artesanais distribui-se em: produção para stock (e essa é vendida fundamentalmente nas feiras de artesanato) e produção por encomenda (que o cliente encomenda e levanta, normalmente, na oficina). O peso relativo destas duas produções varia i) de empresa para empresa em função da sua dimensão e capacidade económica: a participação em feiras de artesanato, por exemplo, representa um encargo e um risco consideráveis para a dimensão destas microempresas, não só pelos encargos directos com a participação⁴⁹ - inscrição e aluguer de stand, deslocação, alojamento e alimentação - como com a interrupção da actividade produtiva que o tempo de participação na feira implica; ii) mas também varia de actividade para actividade, em função das características dos produtos e do custo da sua produção, determinado em grande parte pelo tempo de produção e pela incorporação de mão-de-obra que aqueles exigem (as produções artesanais com maior custo, e portanto de preço mais elevado, são principalmente feitas por encomenda).

A variabilidade dentro de cada sector é grande: no sector do metal verificam-se as duas situações extremas (exemplos de produção praticamente na totalidade para stock a par das situações inversas, a produção quase integral para encomendas). No sector da cerâmica verifica-se que as unidades produtivas artesanais constituídas apenas pelo artesão-proprietário produzem maioritariamente para stock, para posterior venda na oficina, nas feiras de artesanato, a retalhistas, etc. Ao

⁴⁸ Manuel González Árias, Presidente da Ofício Y Arte - Organização de Artesãos de Espanha - *O mundo diversificado das feiras de artesanato em Espanha*, revista "Mãos", nº 22.

⁴⁹ Os apoios financeiros e logísticos à participação dos artesãos em feiras de artesanato dados por diversas entidades (autarquias, IEFP) têm vindo a reduzir-se e o pagamento de inscrição/aluguer de espaço nas feiras tem vindo a crescer.

contrário, a estratégia de comercialização de uma empresa de características industriais que integra um sector de fabricação artesanal, passa pela produção de pequenas séries por encomenda.

A procura e as oportunidades de venda têm, na quase totalidade dos casos, ciclos anuais com épocas altas e baixas. Os períodos de maior procura referidos pelos artesãos são claramente o Natal (57%) e o Verão (52%), seguidos da Páscoa (17%). Para a produção de dois artesãos não existe qualquer período do ano em que a procura esteja concentrada. Não deixa de ser surpreendente o peso crescente da importância da venda de produtos artesanais no período de Natal, quando o Verão era tradicionalmente considerado como o período do ano em que se vendia mais artesanato e para onde se canalizava toda a capacidade produtiva. Este fenómeno poderá ter a seguinte explicação, mais uma vez encarada com as cautelas a que a representatividade da amostra obriga: o comprador-tipo de artesanato é português e compra artesanato para oferecer. O Natal, não sendo uma época alta em termos turísticos, é uma época alta de compra e de oferta de prendas.

Dos estudos de caso realizados, uma das apostas estratégicas mais referida é a **exploração de novas formas de comercialização** como forma de atingir novas franjas de mercado: o comércio electrónico, a criação de páginas web, a aposta em estratégias de comunicação e *marketing*. Mas essa postura dinâmica só estará ao alcance de algumas unidades produtivas artesanais, para além do efeito de moda e de toque de modernidade que estes chavões acabam por ter, até porque isso acarreta implicações ao nível da capacidade de resposta tempestiva às oportunidades de negócio geradas por essa via que nem todos terão.

E ainda há aqueles casos (como o do *luthier* de construção de instrumentos musicais) que já não faz qualquer esforço de promoção dos seus produtos,

porque lhes basta o nome, a história e o prestígio nacional e internacional da oficina.

O mercado nacional constitui, para a esmagadora maioria dos artesãos entrevistados, o principal e único mercado. As vendas para o mercado externo, quando existem, têm apenas um carácter esporádico. Constatase que as feiras de artesanato têm ainda um elevado peso nas vendas (normalmente mais de 70% do total), havendo um número considerável de artesãos que vendem exclusivamente nas feiras. A venda a intermediários e a lojas é importante em algumas produções (cerâmica e bordados, por exemplo).

De uma forma geral, consideram que a procura tem diminuído, sendo apontados como factores para esta tendência o aumento da concorrência e a crise económica. Os que referem que a procura se manteve estável ou aumentou, apontam como principal razão a introdução de inovações na produção: ao nível da utilização de diferentes matérias-primas, de um novo design dos produtos e da diversificação da produção que se ajuste às preferências do mercado.

A **internacionalização das actividades artesanais** é ainda uma experiência de poucas unidades produtivas artesanais. A exportação, na maioria dos casos, tem correspondido a experiências esporádicas e a participações em feiras no estrangeiro com o apoio institucional, logístico e financeiro do ICEP.

Conjugam-se, nas unidades produtivas artesanais, várias **limitações que se prendem fundamentalmente com a dimensão e com a organização**. As limitadas capacidades produtivas condicionam por vezes a abertura a mercados mais vastos - quando as apostas de mercado são ainda de banda larga, de pouca diferenciação - e ainda não estão criadas as condições que permitam que séries limitadas de produtos possam ter canais alternativos e rentáveis de circulação.

Além disso, a exportação exige a mobilização de recursos organizativos e financeiros que muitas vezes as unidades produtivas artesanais não dispõem,

mesmo num quadro de livre circulação de mercadorias que a União Europeia permite.

Existem, no entanto, experiências regulares de exportação, por exemplo, para (ou através) comunidades de emigrantes portugueses. Este mercado tem sido denominado como o "mercado da saudade" para significar que estão aqui em causa valorações simbólicas atribuídas aos artefactos e que configuram um determinado nicho de mercado para este tipo de produções.

Existem ainda as excepções que se prendem com a repercussão do nome da empresa, das suas criações e da marca das suas produções, em que a exportação acontece com a normalidade de uma venda a um cliente que apenas reside no estrangeiro.

2.3. Estratégias Tecnológicas e de Inovação

2.3.1. Perspectivas Gerais

Não é habitual associarem-se actividades artesanais a tecnologia e inovação. Mas a roda de oleiro, por exemplo, é talvez dos inventos mais importantes da história do homem. Essa quase oposição acontece exactamente porque o estereótipo de artesanato é conotado com imutabilidade que lhe advém do seu carácter de repositório de tradição formal e tecnológica. Mas o artesanato já não é só isso. Quando um ourives trabalha em conjunto com um designer e este lhe coloca desafios técnicos de combinações de ligas metálicas diferentes (prata com titânio, por exemplo), ou de materiais distintos (prata com cerâmica, por exemplo) ou de não utilização de soldas ou ainda de execução de peças com características de tamanho e forma invulgares, é necessário uma profunda investigação e ensaio dos materiais e dos seus comportamentos, para além de equipamentos sofisticados. As pastas cerâmicas e as técnicas de cozedura, o comportamento dos vidrados, exigem sempre conhecimentos de química aprofundados e, hoje em dia, de

equipamentos bem mais evoluídos e precisos. Claro que a técnica do cesteiro não sofreu grande alteração ao longo dos tempos, nem é previsível que venha a sofrer grande evolução. Já o artesão que trabalha com acrílicos utiliza técnicas que pouco têm de tradicionais.

2.3.2. Unidades produtivas artesanais estudadas

As inovações tecnológicas introduzidas pelas unidades produtivas artesanais, analisados os estudos de caso no seu conjunto, revelam um sector com enormes fragilidades e insuficiências, em que predomina uma ausência de estratégia, na maior parte dos casos. Assim pode-se constatar que:

- As inovações nestas unidades produtivas artesanais ocorrem de forma ocasional em 53% dos casos, de modo contínuo em 28% e são inexistentes em 13%.
- 37% das UPA não utiliza nenhum sistema de informação, seja nas tarefas de gestão seja na comunicação e venda.
- 53% não investiu em Novas Tecnologias nos últimos cinco anos.
- 75% não pretende introduzir novas ferramentas.
- 59% não pretende introduzir novas matérias-primas nas suas produções.

Apesar de tudo, os sinais de introdução de novas tecnologias de apoio à gestão e de comunicação com os clientes são positivos, demonstrando uma maior atenção ao mercado e à preocupação por uma gestão empresarial da sua actividade: dos 47% que investiram ou tencionam investir em novas tecnologias, 64% fizeram-no em equipamento informático (*hardware* e *software*) de apoio à gestão, comunicação e venda e 36% na modernização da produção.

Destacando agora os domínios em que se verificaram inovações por sectores de actividade poder-se-á visualizar, no quadro 18, a informação obtida a partir dos estudos de caso.

Quadro 18 • Experiências de Inovação

Sectores de Actividade	Experiências de Inovação			
	Design dos produtos (%)	Processos produtivos (%)	Formas de promoção e comercialização dos produtos (%)	Utilização de novas matérias-primas (%)
Artes e ofícios da cerâmica	80	20	20	0
Artes e ofícios de trabalhar a madeira e elementos vegetais	40	20	20	60
Artes e ofícios de trabalhar o metal	100	25	0	75
Artes e ofícios têxteis	75	0	25	75
Produção e confecção artesanal de bens alimentares	0	20	60	20
Total	59	17	25	46

Fonte: Equipa do Estudo

A intenção de realização de estudos de caso no âmbito deste estudo é permitir uma visão mais aprofundada das estratégias e dinâmicas empresariais e não que eles constituam uma amostra estatística. Apesar disso, não deixa de ser interessante quantificar percentualmente as experiências de inovação desenvolvidas neste universo restrito de unidades produtivas artesanais, já que indiciam diferentes atitudes empresariais segundo os sectores de actividade artesanal.

- As experiências de inovação das unidades produtivas artesanais concentram-se, fundamentalmente, no design dos produtos (50% das empresas estudadas afirmam ter inovado no design das suas produções) e na utilização de novas matérias-primas (50%).
- Os processos produtivos e as formas de comercialização foram os domínios que registaram menor inovação, embora a situação registe algumas diferenças. Enquanto os processos produtivos possam estar, de algum modo, reféns da sua condição artesanal, em que "hand made" é uma imagem de marca do artesanato, a intensificação e inovação nas estratégias de comunicação e marketing, nomeadamente a utilização de outros suportes e veículos comunicacionais como forma de chegar a outros mercados, foram muito referidas pelos

artesãos como necessidade e objectivo estratégico, sendo algumas práticas já instituídas em algumas actividades.

- Verificam-se, no entanto, significativas variações de estratégia de inovação entre as actividades artesanais:
 - As artes e ofícios em metal, a cerâmica e os têxteis são as actividades que mais apostam na inovação em design das suas produções.
 - Os têxteis, as artes e ofícios em metal e as artes e ofícios em madeira são as actividades artesanais que apostam mais na utilização de novas matérias-primas, que decorre da realização de experiências de composição de materiais, de procura de novas texturas.
 - A confecção artesanal de bens alimentares é, das actividades estudadas, a que tem um posicionamento mais empresarial, o que se reflecte na maior dimensão média das unidades produtivas artesanais (como se verá a seguir) e nas estratégias de abordagem ao mercado mais sofisticadas que as utilizadas nas restantes actividades artesanais. É também aquela que, pela natureza das produções, menos necessita de investir em design dos produtos bem como em inovações ao nível dos processos produtivos,

uma vez que os tradicionais são o cerne da diferenciação das produções, muitas vezes guardados como património familiar que se transmite de geração em geração.

- As artes e ofícios em metal são as actividades que mais têm investido globalmente em inovação nos domínios produtivos e tecnológicos, tentando encontrar um novo posicionamento. Estas actividades sentem-se mais desafiadas pela mudança, talvez porque esta tenha sido a actividade artesanal mais ameaçada pela concorrência de substituição, motivada pelas produções industriais ligadas aos materiais plásticos (no que se refere às produções utilitárias) e pela concorrência estrangeira (Itália e Oriente) no que se refere aos objectos de adorno e de uso decorativo.

2.4. Estratégias Organizacionais

2.4.1. Perspectivas Gerais

O diploma que consagra o Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal, considera "unidade produtiva artesanal toda e qualquer unidade económica, legalmente constituída e devidamente registada, designadamente sob a forma de empresário em nome individual, estabelecimento individual de responsabilidade limitada, cooperativa, sociedade unipessoal ou sociedade comercial que desenvolva uma actividade artesanal".

Ainda segundo o mesmo diploma, **o reconhecimento das unidades produtivas artesanais requer que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:**

- Ter, como responsável pela produção, um artesão possuidor de carta de artesão.
- Ter, no máximo, nove trabalhadores, para o total das actividades desenvolvidas.
- Desenvolver uma actividade constante no Repertório de Actividade Artesanais.

Não havendo praticamente limitações quanto ao modelo jurídico-fiscal das unidades produtivas artesanais, decorre desta legislação - e a prática confirma estas condições - que as estratégias organizacionais das unidades produtivas artesanais são determinadas basicamente:

i) Pela competência central exigida à unidade produtiva artesanal, centrada no artesão-gestor, elemento central da empresa e da oficina. Esta centralidade da função simbólica e competência técnica e artística determina, também, um modelo organizativo.

A exemplo do carácter precursor das feiras de artesanato relativamente à generalização das feiras temáticas, também se poderá afirmar que a oficina do artesão, além de espaço de produção, foi (ainda é, embora com menos expressão, porque surgiram entretanto outras formas de aprendizagem em contexto escolar) lugar de formação profissional, paga pelo aprendiz (como hoje acontece em qualquer curso de formação profissional, a menos que seja subsidiado). Além disso, desde sempre aí se verificou a prática instituída de estágios profissionais. Essa aprendizagem abrangia normalmente o conjunto de tarefas desenvolvidas no contexto oficial, para que o aprendiz viesse, ele próprio, a tornar-se artífice e mestre, mantendo essa abrangência técnica e empresarial que caracteriza o artesão. Devido a essa formação e prática que tornava o aprendiz conhecedor do conjunto das artes desenvolvidas no contexto oficial, a existência de *spin-off* é também conhecida no artesanato desde há muito.

ii) Pela natureza da actividade: como se refere no ponto anterior, a organização de uma oficina artesanal está condicionada por um conjunto de factores que determina que as unidades produtivas artesanais sejam, na sua esmagadora maioria, microempresas constituídas pelo artesão que trabalha individualmente ou em pequenas unidades familiares (os casos mais frequentes) ou ainda com

colaboradores assalariados (por vezes contratados apenas em períodos de maior pressão da procura).

Nomeiam-se alguns desses factores:

- Carácter manual da produção - não permite produções em larga escala, o que limita a dimensão e a expansão da empresa "a fidelidade aos processos tradicionais, caracterizada por uma intervenção pessoal como factor predominante, nas fases do processo produtivo em que se influencia ou determine a qualidade e a natureza artesanal do produto ou serviço final; produto final de fabrico individualizado e genuíno"⁵⁰.
- Divisão do trabalho pouco acentuada (embora algumas artes pressuponham o desenvolvimento de actividades de natureza bastante variada, um artesão desempenha várias delas).
- Controlo da produção muito centrado no artesão.
- Estrutura financeira débil, em grande parte dos casos, com uma capacidade de investimento na modernização e expansão da unidade produtiva limitada.

É assim que no modelo de organização artesanal⁵¹ predomina o trabalho manual, a polivalência de funções e o trabalho em equipa, mesmo quando há especialização de funções. Por exemplo, numa oficina de olaria artesanal é frequente encontrar-se uma divisão do trabalho por sexos: os homens amassam o barro, levantam a peça na roda e enformam e as mulheres pintam os motivos decorativos.

Com a função produção, a função comercialização e a função administração muitas vezes concentradas na mesma pessoa, a gestão dos tempos tem de ser rigorosa, de forma a conciliar os tempos de criação e produção com os destinados à comercialização, ao atendimento personalizado dos clientes (seja na oficina ou na feira de artesanato), e às tarefas de

gestão e administração da empresa que, como se referiu no capítulo anterior, não são muito diferentes de uma empresa com maior dimensão e maior especialização funcional.

Uma situação diferente é a que se refere a organizações mais complexas como é o caso das associações e cooperativas, formas associativas que alguns artesãos encontraram para beneficiar de ganhos de escala e de um conjunto de serviços comuns que lhes permitem um melhor acesso à inovação e a mercados mais vastos, a possibilidade de usufruir de alguma formação profissional, etc. Estas entidades têm modelos organizacionais *standard*, com órgãos e cargos de gestão que, por vezes, convertem os artesãos (artesãs, mais frequentemente) em assalariados com pouca capacidade de controlo da gestão da organização.

iii) Pela tipologia da actividade: uma das condições para que, a par das outras referidas, uma entidade possa ser considerada uma unidade produtiva artesanal é desenvolver uma actividade que integre o repertório de actividades artesanais.

Não se trata no ordenamento jurídico português, como em alguns países, de eleger apenas o critério da dimensão da empresa, mas também condicionar a natureza que lhe é dada pela actividade desenvolvida. Como refere o Decreto-Lei n.º 110/2002 "A actividade artesanal é uma actividade económica, de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz tradicional ou contemporânea e na prestação de serviços de igual natureza (...)". Essa restrição, deixa de fora actividades de natureza industrial e de serviços a que se aplicam estratégias organizacionais de natureza diferente, já que não estão condicionadas ao conjunto de factores enunciado no ponto anterior.

⁵⁰ Decreto-Lei n.º 110/2002 que reformula o Decreto n.º 41/2001 que aprova o Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal.

⁵¹ Esta categoria é utilizada, com esta designação, numa classificação de modelos de organização do trabalho adaptado Maria de Fátima de Moraes, *A incidência das inovações organizacionais nos perfis profissionais*, tese de mestrado, Lisboa ISCTE, cit. por Inofor, *Manual Metodológico*.

A estrutura organizacional das unidades produtivas artesanais corresponde a uma "estrutura em sol", centrada em torno do artesão-gestor da empresa, que assume a responsabilidade de gestão operacional e as orientações estratégicas da empresa, *pivot* de todas as acções de comunicação e de comando da empresa, que se estabelecem de forma directa.

2.4.2. Unidades Produtivas Artesanais Estudadas

Das unidades produtivas artesanais estudadas, as que se dedicam à produção e confecção artesanal de bens alimentares são as aquelas que apresentam uma estrutura mais complexa, porque têm uma dimensão média superior às outras actividades artesanais e porque a função de liderança do artesão é aqui mais diluída.

As funções relativas à produção, noutras actividades artesanais assumidas integralmente pelo artesão, são aqui desdobradas, já que se verificou nestas unidades produtivas artesanais uma alteração na estrutura organizacional que:

- Conduziu a uma progressiva sectorização das funções e ao alargamento e enriquecimento dos conteúdos funcionais de novas tarefas e à consequente

emergência de novos empregos, nomeadamente;

- responsável pela produção;
- responsável pelo controle de qualidade das matérias-primas e pela higiene da produção.

Nos outros domínios mantêm-se os elementos de caracterização das unidades produtivas artesanais:

- A concentração das competências críticas da organização.
- A subcontratação de competências periféricas e secundárias, sempre que tal se justifique.
- Uma hierarquia reduzida.
- A manutenção de relações directas e informais.
- A partilha de informação faz-se por todos os membros da empresa.
- O trabalho organizado em grupo, uma vez que a produção assim o exige.
- O trabalho polivalente.
- O desenvolvimento de alguma rotatividade nas tarefas realizadas.
- A coordenação/controle do trabalho realizada através de uma supervisão directa.

Poder-se-á sintetizar a análise da estrutura organizacional no quadro 19⁵².

Quadro 19 • Estrutura Organizacional das Unidades Produtivas Artesanais

Dimensão das unidades produtivas artesanais		Pequena
Tipo de Estrutura		Simple
Componente-chave		Artesão - chefe de empresa
Integração de actividades		Supervisão directa
Diferenciação das actividades	Especialização	Muito horizontal
	Formação e socialização	Em contexto oficial
	Formalização do comportamento	Pouca
	Mecanismos de ligação	Muitos
	Descentralização	Pouca
Funcionamento	Vértice estratégico	Artesão - chefe da empresa
	Centro operacional	Trabalho qualificado e standardizado, muita autonomia individual
	Linha hierárquica	Pouca
	Tecnoestrutura	Inexistente
	Funções de apoio	Pequenas
Fluxo de decisões		Descendente

⁵² Adaptada do Manual Metodológico do IQF, pág. 257.

2.5. Gestão de Recursos Humanos

2.5.1. Perspectivas Gerais

A gestão dos recursos humanos no contexto das unidades produtivas artesanais (UPA) não é ainda, digamos assim, uma competência central destas organizações. Como se viu anteriormente, uma percentagem elevada das UPA são empresas em nome individual, em que a empresa se (con)funde com o artesão. Uma segunda situação, um pouco mais alargada, corresponde a uma oficina artesanal em que trabalham outros elementos da família, uns de forma transitória (filhos, por exemplo) e outros de forma mais permanente (cônjuge, por exemplo). Nesta situação, o vínculo contratual com a empresa nem sempre é definido, o que acarreta alguma insatisfação, nomeadamente, por parte dos elementos mais novos da família e os leva a abandonar a empresa quando surge uma alternativa vantajosa.

Os factores de contexto que mais influenciam o ritmo da actividade artesanal consistem na sazonalidade das oportunidades de venda que regista picos ao longo do ano, já que está muito associada à realização de feiras de artesanato que ocorrem, na sua maioria, no período de Verão. Esta concentração implica, por vezes, reforçar pontualmente os recursos da empresa para dar resposta aos estímulos da procura, seja na venda directa na oficina e nas feiras de artesanato, seja na resposta a encomendas. O alargamento a novos mercados e a opção por outras formas de comercialização começam a atenuar essa sazonalidade na venda o que implica uma forte concentração temporal na produção.

Quando se fala em formação no artesanato quer-se significar, a maioria das vezes, a transmissão de conhecimentos que correm o risco de desaparecer com os seus detentores (se se abordar um artesão sobre o tema formação ele responderá logo se está

ou não disponível para dar formação). Menos vezes, apesar dos esforços de entidades que se têm dedicado com afinco a essa tarefa, como o CEARTE, se interpreta a formação como a aquisição e o desenvolvimento de competências para os artesãos em novos contextos tecnológicos, informacionais, de globalização de mercados, de relacionamento com o Estado.

Os artesãos são muitas vezes convidados a participar como formadores em contextos formativos ou de divulgação pedagógica das artes e das técnicas artesanais. A participação do artesão como formando já não é tão frequente, sobretudo numa população de artesãos mais idosa. A tradição é que o ofício se aprendia em contexto oficial e o aprendiz era o espelho do mestre. Depois pagava-se essa formação com trabalho desenvolvido na oficina do artesão que havia iniciado o aprendiz na arte.

Hoje essa formação inicial que muitos artesãos ainda activos receberam já não é suficiente para o desenvolvimento de competências cada vez mais centrais na vida da unidade produtiva artesanal. A inovação nas produções, o relacionamento com os mercados, as formas de comercialização, exigem do artesão competências que num contexto de mercado local não eram consideradas imprescindíveis. Mas, se essa consciência é óbvia para quem inicia o seu percurso artístico e produtivo, já não é tão evidente para muitos outros artesãos que registam algumas inércias e resistências.

Segundo um estudo de caracterização das unidades produtivas artesanais desenvolvido entre Outubro de 1999 e Agosto de 2000⁵³, apenas 9,4% das unidades produtivas artesanais tiveram alguém que tivesse frequentado um curso de formação nos últimos dois anos. Segundo o mesmo estudo, baseado em entrevistas a cerca de 1500 unidades produtivas artesanais, as de maior dimensão, em número de

⁵³ Estudo desenvolvido no projecto "Artes e Ofícios Tradicionais e Microempresas Comerciais", da iniciativa do PPDR - Programa Operacional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional, in Microempresas, Lisboa, 2001.

trabalhadores e em capital investido, são aquelas que apresentam maiores índices de modernização. A idade e o grau de instrução apresentam igualmente correlação com o grau de modernização das empresas. Conclusão retirada pelo referido estudo: constituem ainda uma reduzida minoria as unidades produtivas artesanais que investem nos recursos humanos e materiais do seu ofício e negócio. As variações nesse grau de modernização são estruturadas não só por factores de natureza económica, mas também por características sociais como a idade e o grau de instrução.

As mudanças organizacionais e a evolução tecnológica que condicionam a evolução da gestão dos recursos humanos da empresa, são ainda pouco tangíveis nas unidades produtivas artesanais. Neste universo de microempresas de muito pequena dimensão, em que a competência central é o saber-fazer do artesão, a gestão de recursos humanos e a gestão de competências são práticas muito empíricas (a avaliação do desempenho não é feita através de um sistema construído para o efeito) e portanto ainda muito pouco estratégicas.

2.5.2. Unidades Produtivas Artesanais Estudadas

São de facto, como antes se referia, as empresas que apresentam uma dimensão relativa maior, que apresentam, também, uma maior propensão para práticas de gestão dos recursos humanos mais estruturadas. É o caso, mais uma vez, das unidades produtivas artesanais da área da confecção tradicional de bens alimentares. Por exemplo, tomando o caso do recrutamento de pessoal que, em geral, é feito no local em que está sedeadada a empresa, com base em conhecimentos pessoais: as unidades produtivas artesanais da área de actividade referida recorrem já aos centros de emprego, admitem estágios profissionais na empresa, recrutam a pessoa com base no curriculum anterior e no desempenho avaliado no final do estágio, etc. Uma nota interessante é o facto de a maior

dificuldade que algumas empresas destas áreas dos bens alimentares (no caso de queijarias), que desenvolvem estratégias de integração vertical, as dificuldades maiores de recrutamento têm sido na profissão de pastor.

Nas empresas estudadas que apresentam informação sobre este tema, as áreas de formação mais utilizadas pelas empresas quer pelos gestores do negócio, quer pelos trabalhadores são:

- Tecnologias de Informação e Comunicação.
- Técnicas de Gestão e Contabilidade.
- Design - inovação das produções e das embalagens dos produtos.
- Artes e Ofícios - formação nas técnicas da produção artesanal (de acordo com as áreas de produção da empresa).
- Técnicas de vendas.
- Higiene e segurança no trabalho (estes temas são essencialmente procurados pelas unidades produtivas artesanais da confecção artesanal de bens alimentares).

Os serviços prestados pela unidade produtiva artesanal aos seus trabalhadores incluem o processamento interno dos salários e a prestação de serviços vários (serviços sociais, informações laborais, declarações de rendimentos).

2.6. Agrupamentos Estratégicos

2.6.1. Identificação dos Agrupamentos Estratégicos

Mantendo a mesma grelha de análise utilizada para avaliação das estratégias das unidades produtivas artesanais e que remete para as três forças motrizes - Mercados e Produtos; Tecnologia; Organização - pretende-se, neste capítulo, identificar as estratégias dominantes comuns a grupos de empresas que possam configurar agrupamentos estratégicos.

Na identificação do conjunto de dimensões

estratégicas deverão ter-se em conta alguns argumentos que foram ganhando forma em capítulos anteriores deste estudo. Foi referido em vários passos que as diferentes estratégias empresariais das unidades produtivas artesanais são ditadas, fundamentalmente, pelos distintos posicionamentos relativamente aos **produtos** e ao **mercado**. As questões da inovação ao nível tecnológico ou até da organização, são muito menos relevantes enquanto factores de diferenciação destas unidades produtivas.

Este primado dos produtos e dos mercados como dimensões estratégicas-chave decorre da natureza da actividade artesanal que mantém uma dimensão de manualidade e destreza técnica do artesão já que, como se afirmava no capítulo "Caracterização das estratégias empresariais" "é da sua competência e do seu saber-fazer que nasce a produção". Ou como se refere no Estatuto do Artesão: "O artesão é o trabalhador que exerce uma actividade artesanal

(...), ao qual se exige i) domínio dos saberes e técnica inerentes à actividade em causa e ii) apurado sentido estético e perícia manual".

E se os produtos e os mercados são as bases de diferenciação, também constituem seguramente a plataforma de agrupamento de empresas com estratégias empresariais similares. Fará, então, sentido, antes de avançar para a definição/configuração de agrupamentos estratégicos, **começar por fazer uma segmentação das produções artesanais e dos mercados a que se dirigem**. Esse exercício é essencial para se compreenderem as dinâmicas e os padrões comportamentais das diversas produções e assim se chegar à identificação de agrupamentos estratégicos.

Mantém-se, ainda assim, a análise a partir das forças motrizes propostas pela metodologia do estudo, como se apresentam no quadro 20.

Quadro 20 • Metodologia de Estudo

Mercados/Produtos	Tecnologia	Organização
Estratégia de negócio	Processo produtivo	Estruturas organizacionais
Gama de produtos	Estratégia (características e grau) de inovação	Redes interorganizacionais
Grau de especialização	Grau de introdução de TIC	Grau de dispersão territorial
Qualidade do produto		
Segmentos de mercado		

Fonte: Manual Metodológico, IQF (2002)

Sendo estas as dimensões estratégicas que estabelecem o posicionamento das unidades produtivas artesanais relativamente à produção e ao mercado, fará sentido analisar previamente o desempenho de cada ramo de produção artesanal nestes domínios com base num conjunto de variáveis de análise.

Em anexo (III) são apresentadas duas matrizes de segmentação das actividades artesanais na perspectiva da produção e do mercado, antecedidas de uma explicitação dos conceitos utilizados.

O exercício efectuado (matrizes 1 e 2 em anexo), sendo indispensável para uma compreensão mais fina dos comportamentos das unidades produtivas das diferentes actividades artesanais face à estratégia produtiva e de mercado, revela-se uma condição insuficiente para a definição de agrupamentos estratégicos, já que dentro da mesma tipologia de actividades se congregam estratégias empresariais claramente diferenciadas.

Surge, no entanto, como elemento de segmentação mais consistente, a **proposta de valor** (aquilo que

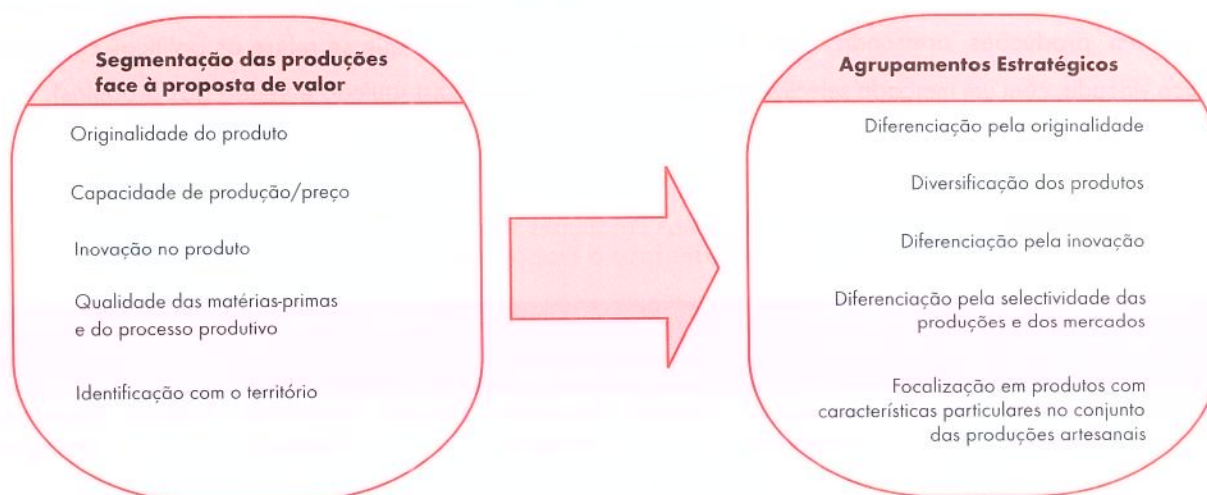
motiva a compra), ou seja as características dos produtos que são mais valorizados pelo consumidor. É face a esta motivação que as estratégias empresariais das UPA se desenvolvem e se dirigem quer a mercados internos, através da participação em feiras, da venda em lojas, quer ao mercado turístico a partir da própria oficina ou de outros locais, ou se internacionalizam exportando directamente ou participando em feiras no estrangeiro.

Estas diferentes estratégias de adequação progressiva aos mercados compatíveis com as caracte-

rísticas das produções artesanais (o uso potencial dos produtos, a dimensão de representação simbólica, o potencial de complementaridade, a capacidade de produção, etc.) permitem reconhecer às unidades produtivas artesanais afinidades estratégicas e organizá-las segundo um conceito de **agrupamento estratégico**.

A figura 2 tenta ilustrar a formulação dos Agrupamentos Estratégicos a partir das propostas de valor que se destacam do exercício de segmentação dos mercados das produções artesanais.

Figura 2 • Agrupamentos Estratégicos face às Propostas de Valor



Os **agrupamentos estratégicos** propostos são, então, os seguintes:

- Agrupamento **A1** - Diferenciação pela originalidade (carácter tradicional) da produção.
- Agrupamento **A2** - Diversificação de produtos.
- Agrupamento **A3** - Diferenciação pela inovação.
- Agrupamento **A4** - Diferenciação pela selectividade das produções e dos mercados.
- Agrupamento **A5** - Focalização em produtos com

características particulares no conjunto das produções artesanais.

Especificando:

A1. Diferenciação pela originalidade (carácter tradicional) da produção

Desenvolvimento de estratégias de manutenção (e preservação) das características tradicionais da produção e dos produtos, com acento no carácter patrimonial, identitário da actividade e dos produtos artesanais.

A2. Diversificação e inovação de produtos

Desenvolvimento de estratégias de diversificação da gama de produtos como forma de penetrar em novos mercados e fazer face às alterações de funcionalidade dos produtos e à concorrência de produtos industriais e de importação.

A3. Diferenciação pela inovação

Aposta em estratégias de inovação dos produtos que resultam de processos de criação e de produção distintos das produções artesanais tradicionais e que configuram o denominado artesanato contemporâneo.

A4. Diferenciação pela selectividade das produções e dos mercados

Aposta em produções artesanais com um cunho artístico vincado, com um mercado selectivo e exigente.

(Exemplos: fabrico de instrumentos musicais - organaria, instrumentos de corda de orquestra; elaboração de réplicas de peças arqueológicas e artísticas - ourivesaria, mobiliário, azulejaria, etc.; têxteis - tapeçarias de Portalegre; bordados de Castelo Branco).

A5. Focalização em produtos com características particulares no conjunto das produções artesanais

As unidades produtivas artesanais que se dedicam à confecção artesanal de bens alimentares apresentam características peculiares face ao conjunto das produções artesanais quer quanto às exigências e regras a que estão sujeitas relativamente à produção, que não têm equivalência em qualquer outra actividade artesanal, quer quanto às suas orientações estratégicas no que se refere às políticas comerciais (marketing, distribuição e venda dos produtos).

Quadro 21 - Segmentação de Algumas Produções Artesanais segundo as suas Principais Potencialidades face à Proposta de Valor

Capacidade de produção/preço		Originalidade do produto		Originalidade do produto associada à imagem da região		Inovação no produto		Qualidade dos matérias-primas e dos processos produtivos	
Produções	Agrupamentos Estratégicos	Produções	Agrupamentos Estratégicos	Produções	Agrupamentos Estratégicos	Produções	Agrupamentos Estratégicos	Produções	Agrupamentos Estratégicos
Mantas e tapetes de trapos e lã	A1	Tapetes de Arraiolos	A1	Tapetes de Arraiolos	A1	Tapeçaria	A4	Tapeçaria	A4
Tapetes de Arraiolos	A1/A2	Tapeçaria	A4	Bordados (Castelo Branco, Viana, Guimarães, Vale do Sousa, Tibaldinho, etc.)	A1/A2/A4	Vestuário - matérias-primas artesanais	A3	Tecelagem de mesa e cama	A2
Rendas e bordados	A1/A2	Olaria tradicional utilitária	A1	Confecção de trajes tradicionais	A1	Cerâmica/olaria contemporânea	A3	Vestuário matérias-primas artesanais	A3
Pintura cerâmica	A1	Cerâmica figurativa	A1/A2	Cerâmica figurativa	A1/A2	Filigrana	A2/A3	Mel	A5
Mobiliário em vime	A1	Pintura de mobiliário	A1	Pintura cerâmica	A1/A2	Prataria	A2/A4	Queijo	A5
Filigrana	A1	Trabalhos em cortiça	A1/A2	Azulejaria	A1/A2			Frutos secos e secados	A5
Prataria	A1	Trabalhos em cobre e latão	A1/A2	Rendas de bilros	A1			Enchidos	A5

Quadro 21 • Segmentação de Algumas Produções Artesanais segundo as suas Principais Potencialidades face à Proposta de Valor (continuação)

Capacidade de produção/preço		Originalidade do produto		Originalidade do produto associada à imagem da região		Inovação no produto		Qualidade dos matérias-primas e dos processos produtivos	
Produções	Agrupamentos Estratégicos	Produções	Agrupamentos Estratégicos	Produções	Agrupamentos Estratégicos	Produções	Agrupamentos Estratégicos	Produções	Agrupamentos Estratégicos
Queijo	A5	Latoaria	A1/A2	Queijo	A5			Instrumentos musicais	A4
Mel	A5	Instrumentos musicais	A1	Doçaria tradicional	A5				
Enchidos	A5			Enchidos	A5				

O quadro 21 correlaciona as propostas de valor com as produções artesanais segundo as suas potencialidades (evidenciadas na figura 1 da segmentação da produção) e estas com os agrupamentos estratégicos em que as produções se enquadram

- Constata-se, pelo quadro 21, que a sofisticação da produção não está associada à capacidade produtiva. Ao invés, as actividades artesanais que se destacam por esta característica são aquelas que mantêm produções tradicionais e preços comparativamente baixos, compensando o baixo valor unitário dos produtos com um maior volume de produção e de vendas (A1 e A2).
- O artesanato patrimonial, que produz artefactos tradicionais (A1), baseia a sua proposta de valor no carácter tradicional e original dos produtos. Em alguns casos, estas produções estão associadas às imagens do país (azulejaria) ou das regiões e localidades (olaria de Barcelos, bordado da Madeira, filigrana de Gondomar, mobiliário pintado do Alentejo, etc.).
- A proposta de valor das produções artesanais do Agrupamento A3 baseia-se fundamentalmente na qualidade do design e na capacidade de identificação do produto artesanal com a autoria e produção de um artesão-criador ou de uma unidade produtiva.
- A qualidade das matérias-primas utilizadas na confecção dos produtos artesanais é uma particulari-

dade da maior relevância sobretudo nas produções artesanais mais sofisticadas (que se integram no Agrupamento Estratégico A4 - por exemplo, no fabrico de instrumentos musicais, em determinado de tipo de bordados e de tapeçarias, ou nalguma ourivesaria e prataria) e na confecção artesanal de bens alimentares (A5). Dirigem-se a mercados mais exigentes e com maior capacidade económica e maior bagagem cultural.

- Sob a designação de uma mesma actividade artesanal poderão existir produções artesanais diferenciadas com características mais tradicionais ou mais sofisticadas.

2.6.2 Caracterização dos Agrupamentos Estratégicos

A1. Diferenciação pela Originalidade (Carácter Tradicional) da Produção

Conjunto de unidades produtivas artesanais que apresentam como estratégia empresarial a aposta na preservação do carácter tradicional da produção e da originalidade dos produtos, dirigida a um mercado que valoriza a componente estética e simbólica dos produtos, mesmo quando lhes mantém a função utilitária original.

Esta estratégia tira partido da acepção mais generalizada de artesanato como uma produção, de características por vezes rudimentares, que corresponde a processos de produção antigos, que se identificam com uma cultura popular de raiz rural

e que apela ao sentimento de alguma nostalgia por um mundo em vias de extinção.

Mercados e Produtos

As características da produção conferem a estes produtos artesanais ainda funções de natureza utilitária original, o que leva a estratégias de produção assente maioritariamente na manutenção da matriz original dos produtos e na repetição dos modelos tradicionais. A venda destas produções é feita em mercados de natureza local.

Estas unidades produtivas artesanais valorizam os referenciais culturais e simbólicos dos objectos, com destaque para o seu carácter tradicional e identitário, e exploram a oportunidade de negócio que decorre das suas características de actividade-património, que estão muito identificadas com o território e por isso beneficiam do interesse e apoio das entidades públicas locais - autarquias, regiões de turismo - enquanto factor de diferenciação e de promoção do território.

Este tipo de produções artesanais é aquele que mais directamente se ajusta às expectativas do visitante-turista que espera encontrar as especificidades dos territórios espelhados nas suas artes e ofícios.

Venda predominante na oficina e mercados locais com alguma presença em feiras de artesanato, designadamente quando existe solicitação ou incentivo à participação por parte da autarquia local, por exemplo.

Apresentam uma fraca capacidade de actuação em mercados externos, devido às suas debilidades em termos organizativos, de capacidade produtiva, de conhecimento dos mercados, de capacidade financeira.

Tecnologia

A inovação no produto e no processo de fabrico são praticamente inexistentes e, pelo contrário, procura acentuar-se as características ancestrais da produção artesanal.

A qualidade de execução do produto, em grande parte dos casos, decaiu fruto da refuncionalização dos objectos artesanais, que deixaram de ter determinados usos de natureza utilitária e adquirem um uso eminentemente decorativo (por exemplo, um pote de barro que já não é para conter água ou uma assadeira que já não se destina a ir ao forno), vendo assim, muitas vezes, as suas qualidades de produção alteradas.

Organização

A unidade produtiva artesanal assume, predominantemente, a dimensão de microempresa, nomeadamente sob a forma de empresário em nome individual, em que o artesão acumula as funções de produção com as da responsabilidade da gestão operacional e as orientações estratégicas da empresa.

Verifica-se, em algumas actividades artesanais, uma concentração de unidades produtivas artesanais num determinado território, que pode levar à criação de entidades locais de natureza associativa profissional, ou de outra natureza, mas com participação das UPA - referiram-se já os casos da olaria de Barcelos, da ourivesaria de Gondomar, dos bordados da Madeira, dos vimes em Gonçalo, da renda de bilros de Vila do Conde, o fumeiro do Barroso, e outros. Nestas situações verifica-se, com frequência, a ocorrência de algumas acções de concertação empresarial ao nível da gestão de recursos tecnológicos (ex. utilização do forno comunitário), da comunicação (sinalética das oficinas e pontos de venda, edição de brochuras, realização de exposições), da resposta a encomendas de produtos.

A2. Diversificação de Produtos

Este agrupamento integra uma tipologia de unidades produtivas artesanais cuja estratégia de crescimento do projecto empresarial se centra, fundamentalmente, numa integração horizontal caracterizada i) pela diversificação da produção, conseguida a

partir da inovação do design dos produtos, e da criação de novos produtos, sem que se perca a marca distintiva da produção artesanal, e ii) pela diversificação e segmentação dos mercados que se pretendem atingir através de uma aposta em novas formas de comunicação e de comercialização.

Mercados e Produtos

Produção de características artesanais tradicionais com a introdução de algumas inovações nas matérias-primas utilizadas, nos processos de fabrico e no design dos produtos finais.

Aposta na diversificação da gama de produtos como forma de fazer face: **i)** à concorrência de substitutos industriais (ex. as vasilhas para vinho que eram tradicionalmente em madeira e executadas por um tanoeiro, passaram, em grande medida, a ser fabricadas em metal inox); **ii)** às alterações da funcionalidade dos produtos - de uma função utilitária (ex. as candeias de azeite em folha de flandres, alguma cerâmica) passou-se para uma função decorativa, o que levou estas empresas a introduzirem de forma progressiva na sua produção outros produtos, que respondem, ou criam, novas apetências do mercado até que substituem quase por completo a primitiva actividade; **iii)** à concorrência dos produtos similares importados (ex. bordados portugueses vs/ bordados com origem na China) que plagiam os produtos, apresentando vantagens competitivas devido aos preços praticados e à qualidade aproximada às produções originais que já apresentam, em alguns casos.

Produções que têm como objectivo estratégico diversificar os mercados, procurar penetrar em novos nichos de mercado, onde consigam melhor escoamento da produção ou então atingir novos segmentos que valorizem a qualidade do produto.

Venda da produção em feiras de artesanato.

(ex. de produções: tanoaria; latoaria; bordados; vestuário; algumas produções alimentares artesanais

como o fabrico de doces, compotas e geleias).

Tecnologia

Utilização de novas matérias-primas conjugando-as com as tradicionais.

Alguns investimento em modernização tecnológica, que visam fundamentalmente minorar a penosidade das tarefas, em particular nas operações de preparação da matéria-prima e de alguns equipamentos utilizados (ex. cerâmica: fieira, forno eléctrico ou a gás).

Organização

Estrutura funcional simples, centrada no empresário, em que, muitas vezes, este assume funções na gestão da empresa e do negócio, bem como na gestão e execução da produção.

Organização centrada na produção.

Organização do trabalho oficial, assente no saber-fazer dos operários da oficina, na polivalência e na autonomia.

Como no anterior agrupamento, predomina a micro-empresa, nomeadamente sob a forma de empresário em nome individual, em que o artesão acumula as funções de produção com as da responsabilidade da gestão operacional e as orientações estratégicas da empresa.

Apesar de tudo, a função comercial surge mais vinculada neste agrupamento, dada a estratégia perseguida de diversificação de mercados e apresentação de novos produtos, o que exige um esforço de comunicação maior que se traduz, por exemplo, na presença do artesão em feiras e em contacto com o público. Esse facto implica, por vezes, que o artesão seja substituído, temporária ou de forma permanente, nalguma destas funções: produtiva e comercial.

A3. Diferenciação pela Inovação

Este agrupamento integra dois tipos de empresas que apostam na inovação nas suas produções:

- Empresas que fazem uma aposta estratégica na inovação do produto e que integram uma área de desenvolvimento de projectos de inovação de produções artesanais. Podem ser empresas de natureza artesanal ou industrial (de raiz artesanal) que desenvolvem projectos de incorporação de novo design nos produtos e de introdução das inovações tecnológicas necessárias para o desenvolvimento desses mesmos projectos. Estes processos são, muitas vezes, desencadeados por propostas e encomendas de outros artistas (designers, arquitectos) que vêm a permitir a criação destas áreas criativas que se desenvolvem a par das produções de linha tradicional. Estas dinâmicas, que vão transformando progressivamente a imagem e a marca associada às produções da empresa, transmitindo-lhe contemporaneidade, beneficiam, por sua vez, da tradição de qualidade das produções da empresa.

- Unidades produtivas artesanais que se dedicam a produções de artesanato contemporâneo. Não decorrem, normalmente, de um processo evolutivo de uma produção artesanal tradicional. Caracterizam-se por:

- Por se apresentar como artesanato de autor.
- Pela utilização de matérias-primas não tradicionais.
- Pelo fabrico de peças de utilização eminentemente decorativa.
- Por serem geridas por artesãos a tempo inteiro na profissão.
- Pela localização das oficinas que ocorre, fundamentalmente, em centros urbanos de maior dimensão.

(ex. de produções de artesanato contemporâneo - cerâmica; couros; acrílicos; ourivesaria, mobiliário).

Mercados e Produtos

A natureza eminentemente decorativa de muitas destas produções (quase poderíamos falar de artes

decorativas), implica destas empresas uma grande versatilidade na sua comercialização. Alguns destes produtos entram em circuitos de comercialização relacionados com o design (lojas e galerias) e concorrem já com objectos de design de origem industrial, ou surgem em contextos ligados ao habitat e à decoração, à moda e aos brindes (*gift*).

Por exemplo, os produtos de artesanato contemporâneo mais conotados com a fileira brinde apostam no mercado das feiras de artesanato nos períodos em que registam maior procura: no Natal (compradores nacionais) e no Verão (visitantes e turistas).

A gama de produtos varia muito em função do tipo de actividade artesanal desenvolvida. Embora as estratégias produtivas se caracterizem pela inovação nos produtos, não significa que a empresa opte necessariamente por uma extensa gama de produtos.

Poder-se-ão identificar, em síntese, alguns dos comportamentos dominantes das empresas que integram este agrupamento:

- Investimento no design dos produtos - com vista à oferta de um produto único e diferenciado.
- Diversificação de produtos.
- Garantia de qualidade dos produtos.
- Aposta na inovação que confira originalidade à produção.
- Utilização de novas matérias-primas conjugando-as com as tradicionais.
- Diversificação de clientes.
- Personalização da relação com os clientes.
- Atenção dada aos materiais de divulgação e promoção.
- Participação em exposições artísticas de cariz não comercial.

Tecnologia

A inovação no produto que as empresas deste agrupamento desenvolvem, pressupõe, muitas vezes

inovação ao nível das matérias-primas e ao nível tecnológico.

A inovação ao nível das matérias-primas tem sido um dos desafios maiores destas empresas e uma das bases mais utilizadas na inovação no produto: a combinação de ligas metálicas na ourivesaria, a produção de renda de bilros com fios de metal, o estudo químico das pastas cerâmicas e do comportamento dos vidrados em diferentes temperaturas de cozedura,

Por exemplo: na produção de olaria negra, a coloração característica do barro cozido é conseguida através de uma atmosfera redutora de oxigénio na cozedura, que era tradicionalmente feita na soenga (forno ao ar livre coberta com combustível vegetal e coberto com terra) ou em fornos cerâmicos arcaicos. Para a introdução de inovação na produção algumas empresas têm vindo a desenvolver soluções tecnológicas que permitam que se possa realizar este tipo de cozedura de uma forma controlada.

As TIC têm sido outra área em que estas empresas têm apostado em inovação, sobretudo como suporte à diversificação de mercados. A exploração de novas formas de comercialização, como o correio electrónico, a página *web*, etc.

Organização

O primeiro grupo de empresas assinalado neste agrupamento que apresentam uma área de desenvolvimento de projectos de inovação em produções artesanais, fazem com que esta área beneficie da estrutura organizativa global.

As empresas do segundo grupo, de produção de artesanato contemporâneo, apresentam as limitações organizativas que advêm da sua pequena dimensão e estrutura:

- Estrutura funcional simples, centrada no empresário, em que, muitas vezes este assume funções na gestão da empresa e do negócio, bem como na gestão e execução da produção.

- Organização centrada na produção.

A4. Diferenciação pela Selectividade das Produções e dos Mercados

Este agrupamento que integra um conjunto de empresas que se diferenciam pelo carácter de excepção das produções artesanais cuja estratégia de negócio reside em dirigir-se a um mercado que valorize a excepcional qualidade artística e técnica dos artesãos, a carga de tradição (histórica e simbólica) da actividade artesanal, do rigor e respeito pelas formas tradicionais da produção, da excepcional qualidade dos produtos.

Estas produções apresentam características comuns:

- Têm uma circulação restrita: quando são colocados à venda, são-no em locais de venda muito seleccionados (p. ex. lojas de museus, feiras e concursos internacionais da especialidade).
- Destinam-se a um mercado que valoriza a qualidade do produto.
- Destinam-se a ofertas de prestígio.
- Fabrico por encomenda.
- Produções únicas ou limitadas.
- Internacionalização.

(ex. de produções: fabrico de instrumentos musicais: organaria; *Luthier* Capela, Espinho - fabrico de violinos; ourivesaria: Ourivesaria Matos, Ponte de Lima - produção de réplicas de jóias celtas; bordados: colchas de Castelo Branco; fabrico de selas e arreios: António Domingues, Leiria; fabrico de mobiliário (cópias de mobiliário antigo): Fundação Ricardo Espírito Santo; cerâmica: pintura cerâmica; azulejaria; tapeçaria: Beiriz; Portalegre).

Mercados e Produtos

A estratégia empresarial reside na afirmação e defesa da marca da oficina, através:

- Da manutenção rigorosa da qualidade dos produ-

tos garantidos **i)** pela qualidade da matéria-prima, **ii)** pela utilização dos processos produtivos tradicionais associados a **iii)** uma tradição oficial e familiar que é o garante.

- De uma estratégia comercial focalizada em mercados restritos e conhecedores das características dos produtos.

Tecnologia

Uma das características destas produções, é o reconhecimento da sua qualidade que o mercado associa não só às qualidades artísticas e técnicas dos seus artesãos mas também à imutabilidade das técnicas associadas ao processo produtivo.

As inovações tecnológicas introduzidas centram-se nas TIC utilizadas na facilitação e alargamento da capacidade de comunicação das empresas, dadas as características específicas do mercado e do sistema de produção e venda maioritariamente por encomenda.

Organização

A organização das empresas deste agrupamento está dependente, essencialmente, da dimensão da empresa, que pode variar da pequena oficina familiar, com uma estrutura funcional simples, centrada na produção e em que o empresário acumula as funções produtivas com as funções de gestão da empresa e do negócio, até ao contexto fabril, onde se produzem peças artesanais, de produção limitada e grande qualidade, em que a função produtiva reproduz o modelo da pequena oficina artesanal, mas que as funções de gestão, de promoção e comercialização cabem à macroestrutura da empresa.

A5. Focalização em Produtos com Características Particulares no Conjunto das Produções Artesanais

Estas actividades artesanais têm características peculiares face ao conjunto das produções artesa-

nais quer quanto às exigências e regras a que estão sujeitas relativamente à produção, que não têm equivalência em qualquer outra actividade artesanal, quer quanto às suas orientações estratégicas no que se refere às políticas comerciais (marketing, distribuição e venda dos produtos).

Estas unidades produtivas artesanais apresentam, assim, características que as diferenciam de outras produções artesanais:

- Têm, em geral, maior dimensão (mais pessoal ao serviço).
- Apresentam maiores volumes de negócio (nos estudos de caso realizados).
- Apresentam algumas produções certificadas e controlo de qualidade de produção.
- Têm maior disponibilidade para a contratação de recursos humanos e de serviços em áreas não estritamente ligadas à produção (consultoria, administração, marketing).
- Desenvolvem estratégias de marketing mais consistentes (maior preocupação na criação de marcas, apresentação e embalagem do produto, participação em concursos, organização de *show-room*, etc.).
- Adoptam políticas comerciais mais agressivas (venda em grandes superfícies, participação em feiras especializadas, vendas em lojas especializadas, etc.).
- Apresentam uma forte ligação ao território e, por via dessa identificação, à actividade turística atraída pelas "especialidades regionais".

Mercados e Produtos

As empresas que se dedicam à produção e confecção artesanal de bens alimentares têm apostado na notoriedade e diferenciação que lhe advém do carácter de gastronomia regional, hoje em dia reconhecida e classificada como património cultural do país e das regiões. Este é um dos produtos locais mais valorizados pelo segmento de mercado

turístico, pelo que a actividade de produção artesanal é, muitas vezes, complementada pela actividade comercial, seja nas áreas da restauração ou outra. Algumas das empresas estudadas associam a confecção artesanal dos produtos alimentares à produção biológica das matérias-primas, o que constitui uma mais-valia junto de um segmento de mercado em expansão que valoriza estas características dos produtos.

Algumas destas empresas tiram partido do facto de, no domínio das actividades artesanais, terem sido as feiras dos bens alimentares artesanais (feira do fumeiro, da doçaria conventual, etc.) as primeiras feiras temáticas que surgiram e que se têm afirmado em termos comerciais.

Algumas outras destas empresas colocam os seus produtos em cadeias de lojas prestigiadas, ou em unidades de turismo em espaço rural.

Tecnologia

A tecnologia empregue no fabrico artesanal de bens alimentares varia consoante o tipo de produção.

Desde o padeiro que faz o pão artesanal à maneira dos seus antepassados, com recurso às mesmas matérias-primas e à mesma técnica, em que os utensílios são de fabrico manual. O seu produto é tão mais apreciado e valorizado quanto mais fiel o seu produtor for à tradição.

Até ao produtor de doces, compotas e frutos secos que, para atingir e manter a qualidade desejada, se socorre de investigação laboratorial, no controlo das características da sua produção biológica e com protocolos estabelecidos com centros de investigação universitários.

Organização

A organização, mais uma vez, está associada à dimensão e complexidade das funções desenvolvidas pela empresa, podendo oscilar entre a pequena oficina familiar, com uma estrutura funcional simples,

centrada na produção e em que o empresário acumula as funções produtivas com as funções de gestão da empresa e do negócio, até à empresa que possui recursos humanos em áreas não apenas directamente ligadas à produção, desempenhando funções de consultoria, administração e marketing.

De qualquer modo, foi já referido que, no contexto das unidades produtivas artesanais, estas são aquelas que apresentam maior dimensão.

3. Análise Prospectiva

3.1. Descrição dos Cenários

A proposta de distinção de **dois cenários de evolução** para as actividades artesanais baseia-se na consideração da **relevância estratégica da incorporação de conhecimento** que permitirá (ou não, no caso da sua ausência) atingir níveis de sofisticação das produções artesanais, dos seus níveis de organização, e da gestão da comercialização (ver Anexo V para uma melhor explicitação dos elementos de cenarização).

Esses **níveis de sofisticação**

i) Condicionarão os desempenhos do sector em diversos domínios:

- da originalidade e inovação no produto;
- dos níveis (qualidade e capacidade) de resposta da produção;
- do grau de empreendedorismo;
- da capacidade de desenvolver estratégias de *networking* (para além da escassez de recursos, o grande problema das pequenas unidades produtivas artesanais, é o seu isolamento);
- do surgimento de estruturas robustas de comercialização;
- da imagem e comunicação do produto;
- da capacidade de aceder a mercados mais exigentes.

- ii) E permitirão acentuar os pontos fortes mais diferenciadores das produções artesanais: na satisfação das necessidades do mercado e no maior valor que proporcionam aos clientes pelas suas características de produção de objectos únicos e de distinção.

3.1.1. Cenário Ouro

Este cenário caracteriza-se pela **conjugação de várias condições**:

1. Grau elevado de sofisticação das produções artesanais, que se traduz num correspondente reconhecimento pelo mercado, de acordo com as características das diferentes produções:

- Dos atributos patrimoniais das artes tradicionais: fidelidade à reprodução de formas e de decoração tradicionais, e à utilização de matérias-primas e processos produtivos - **qualidade patrimonial**;
- Da excelência da qualidade das matérias-primas e da execução técnica (nomeadamente nos bens alimentares de confecção artesanal) - **qualidade técnica**;
- Da qualidade estética e adequação funcional das produções artesanais - **qualidade artística**.

2. Afirmação do artesanato por linhas de mercado e não por tipo de actividade: **i)**

em que as produções artesanais se afirmam concorrencialmente nas linhas de mercado que vierem a integrar (decoração, têxtil-lar, construção, vestuário, alimentação, etc.); **ii)** em que a modernidade do artesanato reside exactamente na capacidade de resposta ajustada às preferências ou necessidades do cliente; **iii)** em que as actividades artesanais são sinónimo de personalização e de diferenciação; **iv)** em que o uso de produtos artesanais pode gerar estatuto de distinção.

3. Competências reforçadas do sector associadas a:

Elevados níveis de sofisticação alcançados pelas actividades artesanais neste cenário ficarão a dever-se, em grande parte, aos desempenhos a montante e a jusante da actividade produtiva. Da incorporação de conhecimento, essencial para introduzir qualidade técnica e inovação na produção, no produto final e na comunicação, à organização que lhe permite melhorar a capacidade de gestão financeira e comercial e atingir mercados mais sofisticados, que por sua vez terão repercussões ao nível da produção e dos produtos.

Essas competências reforçadas do sector traduzem-se em:

- Incorporação de conhecimento ao nível da formação artística e técnica dos artesãos, que lhes proporciona uma maior capacidade criativa e de inovação.
- Incorporação de conhecimento ao nível da qualidade e segurança alimentar, no que se refere às produções artesanais de bens alimentares.
- Reforço das competências de gestão e domínio das técnicas de abordagem ao mercado, indutores de uma maior flexibilidade na resposta às solicitações do mercado.

Seguindo, uma vez mais, a sugestão das forças motrizes para análise dos elementos que caracterizam cada um dos cenários, teremos para o cenário ouro:

Produtos e Mercados

- Maior controlo da qualidade da produção (matérias-primas, processo de transformação e elaboração dos produtos artesanais).
- Maior segmentação dos mercados tendo em conta a natureza das produções.
- Surgimento de estruturas de distribuição e comercialização mais eficazes assentes na exploração de redes de *networking* e de *franchising*.

Tecnologia e Inovação

- Investimento em modernização tecnológica nas operações de preparação da matéria-prima e do processo produtivo, que visa fundamentalmente diminuir a penosidade das tarefas e obter um maior controlo de qualidade.
- Introdução de melhorias significativas nas estratégias de apresentação dos produtos: embalagem e elementos de informação complementar (enquadramento histórico/antropológico); informação técnica ao comprador (produtor, processo de fabrico; recomendações/instruções de utilização).
- Generalização da utilização das TIC na gestão e comunicação com o mercado.

Organização

- Consolidação do sector do ponto de vista da produção, com uma elevada percentagem de artesãos e de unidades produtivas artesanais devidamente formalizados (tendo-lhe sido atribuídas as cartas de artesão e de unidade produtiva artesanal).
- Funcionamento de estruturas de comercialização e distribuição, em que algumas produções incorporam já factores dinâmicos de competitividade, como a certificação de produtos, a existência de marcas próprias, a introdução de inovações e de uma maior componente de design, etc.
- Sustentabilidade do tecido associativo, e clarificação do quadro organizativo do sector, respondendo quer à vertente económica quer à vertente cultural desta actividade, de acordo com as suas especificidades.

3.1.2. Cenário Bronze

Este cenário é aquele que corporiza a tendência acima referida para uma coexistência de diferentes tipos de actividade artesanal, sujeitos a uma distinção, cada vez mais evidente, entre diferentes tipos de:

Unidades produtivas artesanais com uma estratégia de produção centrada, essencialmente, num **artesanato patrimonial**, com base na manutenção das características tradicionais (nos processos e nos produtos), com uma estratégia comercial dirigida ao mercado turístico (do lado da oferta e do lado da procura), ao mercado de coleccionadores e ao mercado da saudade (pessoas que se distanciaram dos contextos territoriais e culturais de origem daquelas produções).

- **Produções manufacturadas**, produto de habilidades manuais - configuram um artesanato não profissional, de qualidade muito desigual, sem valor patrimonial e as mais das vezes sem valor funcional ou estético.
- **Artesanato profissional** - caracterizado pela diversificação da produção a partir da introdução de processos de inovação no design dos produtos, em novas matérias-primas e na diversificação e segmentação dos mercados.

Produtos e Mercados

A qualidade da execução do produto decai fruto da refuncionalização dos objectos artesanais, que deixaram de desempenhar funções de natureza utilitária e adquirem um uso eminentemente decorativo.

Verifica-se o desenvolvimento de estratégias de **diversificação das produções** conseguida a partir da inovação no design dos produtos (e criação de novos) e através da **diversificação e segmentação dos mercados** que se pretendem atingir através de uma aposta em novas formas de comunicação e de comercialização.

Esta aposta na diversificação da gama de produtos surge, neste cenário, como forma de fazer face: **i)** à concorrência de substitutos industriais; **ii)** às alterações da funcionalidade dos produtos - de uma função utilitária passa-se para uma função decorativa, **iii)** à concorrência dos produtos similares importados que

substituem ou plágiam os produtos, apresentando vantagens competitivas devido aos preços praticados e à qualidade aproximada às produções originais.

Tendo embora como objectivo estratégico diversificar os mercados e procurar penetrar em novos nichos, que permitam melhorar os níveis de escoamento da produção ou então atingir novos segmentos que valorizem a qualidade do produto, a venda das produções artesanais em feiras de artesanato continuará a assumir enorme importância na economia artesanal.

A comercialização das produções artesanais faz-se predominantemente nas oficinas e nas feiras de artesanato, privilegiando sempre uma lógica do produto em detrimento da procura das indicações e solicitações do mercado.

Verifica-se uma fraca capacidade de actuação em mercados externos, devido às suas debilidades em termos organizativos, de capacidade produtiva, de conhecimento dos mercados, de capacidade financeira.

Prevalece uma grande debilidade nos circuitos de distribuição das produções artesanais, com uma grande atomização das estratégias empresariais, não se explorando as virtualidades do *networking* e da constituição de redes de comercialização.

Tecnologia e Inovação

É de prever algum investimento em modernização tecnológica, que visa fundamentalmente minorar o carácter penoso das tarefas, em particular a que se verifica nas operações de preparação da matéria-prima e do processo produtivo.

A utilização das TIC na gestão das empresas e na comercialização das produções mantém-se incipiente.

Organização

Este cenário caracteriza-se pela incapacidade de o sector aproveitar as dinâmicas de estruturação sectorial em curso, mantendo uma situação de forte informalidade na actividade, com uma débil aptidão de inovação, revelando ainda incapacidade para penetrar em diferentes mercados, nacionais e estrangeiros.

Verifica-se uma reduzida adesão aos processos de formalização da actividade artesanal (atribuição de carta de artesão e de unidade produtiva artesanal), mantendo-se uma situação de acentuada informalidade no sector.

Neste cenário, a estruturação associativa e profissional abrange unicamente uma pequena percentagem dos artesãos e unidades produtivas artesanais: apenas os artesãos acima referenciados à categoria de artesanato profissional aderirão, de forma significativa, ao processo de estruturação do sector que supõe a formalização da situação do artesão e da unidade produtiva artesanal. Verificar-se-á, neste cenário, uma fragmentação mais evidente entre os diferentes tipos de posicionamento dos artesãos face à actividade, com perigo potencial de alguma descolagem, com tendência para a extinção do artesanato denominado "patrimonial".

Esta incapacidade organizativa que impossibilita a emergência de massa crítica geradora da dinâmica do sector, associada a uma conjuntura de grande contenção orçamental pública, originam um desinvestimento da resposta do Estado no apoio ao sector, provocando a fragmentação das respostas públicas aos problemas socioeconómicos e culturais que estas produções forem reclamando.



III. Evolução dos Empregos, das Qualificações e das Competências

1. Dinâmica dos Empregos: Principais Transformações em Curso

A evolução dos empregos, das qualificações e das competências está fortemente condicionada por um conjunto de factores que interagem entre si, de que se destacam os diferentes estádios de evolução em que se encontram as diversas actividades artesanais, e ainda as políticas e estratégias de iniciativa pública e privada (empresas, instituições de formação, etc.) dirigidas ou desenvolvidas pelo sector.

Alguns elementos de caracterização do sector a nível nacional permitem traçar uma matriz de enquadramento actual da dinâmica dos empregos no sector do artesanato em geral, que convergem para a construção e consolidação de um papel social e cultural que estrutura e dê importância ao sector do artesanato.

Assim, identificam-se sobretudo dois tipos de elementos: um de natureza mais externa ao sector, ou seja

de contexto, e outro de natureza mais interna, que contribuem para a caracterização da dinâmica dos empregos do artesanato. Iniciaremos a nossa análise destacando os elementos de carácter externo que nos apoiam na compreensão da dinâmica de evolução dos empregos no artesanato. Como ponto de partida ou como questão mais estruturante na compreensão da dinâmica dos empregos deste sector, destaca-se a mudança de paradigma produtivo no que se refere à caracterização do artesanato como actividade económica. Esta mudança corresponde à vulnerabilização do sector enquanto fornecedor de bens utilitários à vida doméstica e agrícola, fruto dos processos de industrialização e à procura de novos mercados e novos usos.

As explicações para a paulatina decadência das actividades artesanais têm a sua origem no início da revolução industrial, progressivamente consolidada através das sucessivas revoluções de ordem

Figura 3 • Evolução do Modelo de Produção no Sector



tecnológica, com fortes implicações nos modelos produtivos, nos processos técnicos e organizacionais (modificando radicalmente os processos de organização do trabalho a nível macro e micro), e nos modelos sociais que provocaram alterações profundas nos padrões de consumo. É neste contexto de evolução histórica de desvalorização social e económica de um modelo de produção pré-industrial que as actividades artesanais e do trabalho do artesão sofrem também uma desvalorização, pela afirmação do modelo de produção industrial assente na reprodução mecânica dos produtos. Verifica-se, então, uma **mudança do modelo de produção**: de uma matriz que recorre a processos tradicionais baseados em técnicas que dependiam da destreza manual do fabricante, evolui-se para uma matriz que recorre a processos baseados em tecnologias cada vez mais sofisticadas. Esta evolução da actividade

artesanal, teve inegáveis consequências ao nível do emprego, das qualificações e das competências dos artífices.

Presentemente, verifica-se que começa a emergir um novo paradigma nas actividades artesanais. Revalorizam-se, de certo modo, os processos de organização de trabalho e as técnicas tradicionais de produção basicamente, porque estes readquirem valor social e económico (figura 3). Por outro lado, os produtos artesanais são cada vez mais procurados e valorizados pela sua dimensão simbólico-cultural e estética em detrimento da função utilitária que desempenhavam. As políticas de valorização do artesanato e dos artesãos, que têm vindo a ser desenvolvidas, têm contribuído para este renascimento das actividades artesanais.

Muitos factores, ainda externos, têm contribuído para a construção deste novo modelo no Sector das Actividades Artesanais:

- (i) **O reconhecimento da importância das actividades artesanais**, enquanto património cultural e artístico, em que se reconhecem atributos de representação identitária e simbólica, de um povo ou de uma região.
- (ii) **Os cruzamentos virtuosos do artesanato com outros sectores como o turismo e a cultura**, favorecendo a difusão de produtos de matriz regional mas também de produtos inovadores de criação artística contemporânea.

O sector do turismo tem contribuído para a manutenção e consolidação das actividades artesanais. Os produtos artesanais de uma dada região assumem uma grande importância na oferta turística compósita que responde às tendências da procura de um turismo itinerante com uma, cada vez maior, apetência pelo conhecimento dos valores patrimoniais dos territórios. Os produtos artesanais surgem expostos e comercializados em locais centrais e em períodos em que a afluência turística é maior, como acontece em muitas feiras de artesanato e outros eventos que ocorrem em plena época estival que mobiliza maiores fluxos turísticos. A exposição e venda de artesanato em hotéis assume já algum significado, nomeadamente em zonas de maior afluência turística, como é o caso do Algarve.

- (iii) **A valorização do sector pelas políticas de formação-emprego**, traduzidas em programas, orientados, sobretudo, para contextos de regressão socioeconómica, dirigidos à formação inicial de jovens mas também de populações com maiores dificuldades de inserção profissional, como, por exemplo, pessoas portadoras de deficiência, com fracos níveis de escolaridade, em situação de desemprego de longa duração e com idades mais avançadas.

A valorização do artesanato em políticas de formação-emprego tem repercussões na oferta e na procura de formação.

Do lado da oferta, algumas entidades orientadas para a formação inicial procuram captar jovens, com maior escolaridade para o exercício de profissões artesanais, embora não extensíveis a todos os subsectores de actividade no artesanato. Nas dinâmicas formativas, associadas preferencialmente aos centros de formação, de cariz sectorial ou não, constata-se um processo de valorização das profissões deste sector, através da introdução de designações diferentes relativamente às tradicionais. Estas designações, para além de permitirem um outro "olhar" sobre as profissões por terceiros, possibilitando uma identidade estatutária diferente da tradicional, permitem também motivar ou captar jovens para as profissões desta natureza.

Estas situações são mais visíveis no sector das **madeiras, dos metais, preciosos e não preciosos, da cerâmica e do têxtil**; no subsector dos elementos vegetais e dos bens alimentares as situações anteriormente descritas não se verificam do mesmo modo. Todavia, no subsector dos bens alimentares tem-se verificado um crescimento significativo, nomeadamente associado à transformação de bens alimentares de produção biológica que tem, de certa forma, gerado o crescimento do número de empresários/produtores nesta área. Os indivíduos que aparecem neste subsector têm, em regra, escolaridade superior à média. Iniciam esta actividade quer porque são proprietários de quintas ou explorações agrícolas e a transformação permite-lhes rentabilizar a produção, quer porque identificam a actividade da produção e confecção artesanal de bens alimentares, como uma oportunidade de negócio. Este fenómeno em muito contribui para a qualificação dos empregos deste subsector de actividade.

Do lado da procura, regista-se, a partir da década de 80 do séc. XX, a matrícula de jovens com maior escolaridade e sem qualquer tipo de ligação anterior ao artesanato, sobretudo em subsectores como a transformação e restauro de madeiras (mobi-

liário), cerâmica e ourivesaria, que é consequência dos seguintes factores:

- O **crescimento da oferta de formação**, como vimos anteriormente, **em diversas áreas do artesanato**, uma vez que este sector tem sido identificado como um dos domínios que tem um forte potencial de crescimento de emprego pelas políticas de emprego e formação, em regiões com problemas de desemprego da população jovem e adulta e pouco escolarizada.
- A **ausência de outras hipóteses de formação em algumas regiões** - sobretudo em meios rurais e noutros contextos socioeconómicos pouco favoráveis a uma oferta mais diversificada e à integração profissional - situação que condiciona a capacidade de "opção" da população com carências de formação e de emprego.
- O **prestígio social que algumas áreas do artesanato conseguem alcançar**, favorecendo a adesão de jovens com maior escolaridade e muitas vezes pertencentes às classes média-alta e alta, como acontece, por exemplo, com o subsector da marcenaria (por exemplo, mobiliário de época, produção de instrumentos musicais (guitarras e violinos), etc.) e com os subsectores da cerâmica e da ourivesaria/joalharia. Em outros sectores artesanais a adesão de jovens com estas características é mais limitada, como é o caso da cestaria e dos bens alimentares (área de produção).

(iv) A **existência de expectativas de natureza cultural, traduzidas em políticas, orientações e acções de natureza pública**, com resultados na recuperação do património cultural e que, consequentemente, mobiliza alguns dos subsectores do artesanato (ao nível do restauro, das artes de trabalhar a madeira, da cerâmica, etc.).

(v) A **mudança de relacionamento dos clientes com os produtos de artesanato**, originando um consumo orientado em função

de motivações de ordem cultural, estética e decorativa, ainda que não generalizado em classes sociais com maior poder económico, devido à imagem "folclórica" que os produtos artesanais ainda assumem.

Todavia, com a alteração dos hábitos sociais e de lazer e dos recursos económicos disponíveis que levam, por exemplo, à aquisição de segunda residência, de campo ou de praia, as pessoas adquirem objectos artesanais, que antes eram utilizados em determinadas actividades agrícolas ou que faziam parte do espaço doméstico tradicional, para decorar as suas casas de forma mais rústica, fazendo apelo à utilização de objectos de produção artesanal. São disso exemplo as novas utilizações de cestos, louça de barro, mantas e tapetes, etc.

(vi) A existência de **dinâmicas diferentes de mercado**, geradoras de novos nichos de mercado, que possibilitam o crescimento da procura e conferem uma maior valorização aos produtos de natureza artesanal, como o que se verifica na utilização da decoração de casas rústicas. Aliás, a importância crescente conferida à decoração ditou um aumento da procura de reproduções de peças antigas e clássicas de mobiliário, o que tem contribuído para o crescimento deste subsector. A organização de feiras de artesanato, um pouco por todo o país também permitiu uma visibilidade maior do sector, e reforçar a procura das produções artesanais.

(vii) O financiamento de actividades artesanais a partir de programas de apoio público nacional e comunitário, que tem favorecido o crescimento e o alargamento das ofertas de formação e, consequentemente, de pessoas com formação em artesanato, embora nem sempre correspondam às expectativas e metas traçadas ao nível das políticas de emprego e formação e às expectativas das instituições reconhecidas do sector.

(viii) Também o envolvimento das autarquias locais e de outras instituições de cariz local, como as associações de desenvolvimento local, as associações de artesãos e outras criadas (ou não) com o objectivo de valorizar o artesanato, em muito têm contribuído, para a valorização das actividades artesanais e do património cultural, etnográfico e local através, designadamente, da organização de feiras de exposição e venda de artesanato em exclusivo ou em associação com outros produtos de natureza diversa, e integrados noutro tipo de eventos. Este tipo de produtos - como foi afirmado anteriormente - representa um papel importante para o reconhecimento, benefício e consolidação da identidade das regiões onde são produzidos.

Registe-se que a preservação de algumas actividades e produtos artesanais, nomeadamente, os mais tradicionais, ligados a actividades de cariz local e rural, cujos produtos deixaram de ocupar as funções antes desempenhadas, que corriam sérios riscos de desaparecimento, têm sido alvo de fortes apoios institucionais em iniciativas que visam a sua promoção e comercialização, mas também em financiamento directo à produção, designadamente no caso do artesanato dito tradicional. Sem este apoio a produção de artesanato tradicional já teria provavelmente desaparecido em muitos casos ou teria apenas uma expressão muito localizada. No entanto, este tipo de dinâmica não será suficiente para manter vivo este tipo de património cultural que faz parte da identidade de algumas regiões, em particular, e do país, em geral.

(ix) Por fim, os **estudos prospectivos sectoriais lançados pelo IQF** e este, em particular, **poderá vir a dar um forte contributo para a alteração do quadro de representações de muitas profissões**, no sentido da sua valorização quer do ponto de vista dos próprios artesãos, quer do ponto de vista de terceiros (clientes, instituições, etc.).

Estas alterações poderão ocorrer a dois níveis: no perfil da oferta de formação, centrado nos domínios de competências/conhecimentos, técnicos e relacionais - mais deficitários nos artesãos - e no perfil profissional, como consequência da mudança da matriz de formação.

De pendor interno, isto é, que dependem da dinâmica interna do próprio sector, destacamos os seguintes elementos de mudança e, nalguns casos, de ruptura no sector do artesanato:

(x) **O aumento do número de feiras organizadas no âmbito do artesanato**, associadas às festividades locais, que ocorrem maioritariamente no verão. Esta situação terá originado a existência de preocupações e expectativas por parte das instituições representativas do sector em melhorar a imagem das feiras de artesanato e captar outras tipologias de clientes, o que permitirá ao artesão seleccionar as feiras em que participa em função da sua tipologia de produtos e imagem que pretende transmitir.

As alterações significativas na organização e enquadramento do sector, através de diplomas legais que favorecem a sua estruturação enquanto sector de actividade económica.

(xi) **O crescimento, ainda que pouco expressivo, de novos espaços e formas de colocação, exposição e venda de produtos, menos generalista e direccionado para uma procura mais exigente**, como por exemplo em espaços específicos como hotéis, centros de artesanato, a venda electrónica, etc..

(xii) **A valorização da produção local de artigos regionais e artesanais** e certificação de produtos artesanais, através da criação de produtos e marcas de origem, que visam dar maior confiança ao consumidor **e salvaguardar as técnicas e as matérias-primas locais e regionais**. Se, em termos de compe-

tências técnicas, tal não introduz grandes alterações, já poderá ter maiores implicações ao nível dos procedimentos a ter com as matérias-primas e com os próprios produtos. As implicações da certificação dos produtos alimentares alteram o contexto de comercialização através, nomeadamente, da utilização de um selo de garantia que assegura ao consumidor a qualidade e a autenticidade do produto que está a adquirir.

(xiii) O crescimento da actividade artesanal, de cariz mais urbano e, portanto, descontextualizada de uma matriz local, rural e tradicional, e que explora e consegue alcançar mercados diferenciados. Esta tipologia de artesão que pode desenvolver a sua actividade em qualquer ponto do país, e sobretudo em contextos mais urbanos, introduz inovação nas peças que produz quer do ponto de vista do design, quer do ponto de vista dos métodos e instrumentos de produção. Só assim lhe é possível explorar outros mercados mais específicos e desenvolver a sua actividade descolando-se de uma concepção patrimonialista e etnográfica e apoiando-se mais em pressupostos de natureza artística. É talvez nos subsectores da cerâmica, do têxtil e do metal que se verifica uma descolagem do artesanato da matriz tradicional, com resultados positivos no campo da construção de uma nova representação identitária do artesanato.

Ainda de pendor interno ao sector, embora no âmbito do emprego de artesão regista-se ainda o seguinte:

(xiv) A alteração das formas de acesso à profissão de artesão, sobretudo nos subsectores do mobiliário, da ourivesaria e da cerâmica: **os indivíduos/jovens enveredam pela profissão de artesão**, cada vez mais, **por uma questão de opção pessoal**, por se sentirem atraídos e motivados para trabalhar no sector do artesanato, por vezes contrariando a

opinião dos progenitores. Existe também um conjunto significativo de pessoas que acede à profissão, devido ao facto de esta encarada como uma actividade de recurso quando esgotadas outras hipóteses de integração profissional.

Nesta opção profissional, para além de estar subjacente um percurso formativo específico, verifica-se um conjunto de evidências de realização pessoal e profissional, de reconhecimento estatutário por terceiros e de pertença a um grupo específico. A passagem por uma formação estruturada - que a consciência das limitações de natureza artística e técnica leva cada vez mais artesãos a procurar -, contraria o percurso tradicional de acesso à profissão, estritamente ligado à aprendizagem adstrita ao contexto de trabalho e à transmissão familiar.

(xv) A mudança das formas de transmissão de conhecimentos, em que se privilegia o carácter formal das aprendizagens, em detrimento de uma relação personalizada entre mestre e aprendiz, identificando-se, actualmente, algumas instituições formativas que se diferenciam no sector, como é o caso do CEARTE e de outras instituições, como a Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva no subsector do mobiliário.

1.1. Evolução dos Empregos e Necessidades de Competências

1.1.1. Empregos em Transformação

Considera-se que os empregos se encontram em situação de transformação por se verificar, como veremos, uma alteração dos respectivos conteúdos ao nível das actividades e das competências, resultantes da mudança de um conjunto de factores, de natureza exógena e endógena ao sector.

Os factores referidos no ponto anterior que, no seu conjunto, fazem evoluir o sector, têm resultados na valorização e afirmação das actividades artesanais,

bem como ao nível da recomposição de recursos humanos e dos empregos do sector.

A compreensão da transformação dos empregos do sector passa pela transformação da realidade produtiva das actividades artesanais mais centrada, por um lado, na valorização de matérias-primas e técnicas artesanais ancestrais, ou na criação de actividades e técnicas inovadoras e, por outro lado, na organização empresarial em que predominam as micro unidades produtivas artesanais, na maioria constituídas apenas por um artesão. Neste contexto, o desempenho da actividade profissional, qualquer que seja o subsector, exige um conjunto de competências de banda mais larga - situação contrária à que se encontra nos contextos industriais, onde a organização do trabalho privilegia situações de simplificação, fragmentação e especialização produtiva.

Assim, globalmente, de **uma matriz de empregos centrados na especialização e principalmente nas questões produtivas**, passamos para uma matriz de empregos **estruturados não só na produção, mas também em outras dimensões** de actividades e de competências, transversais ao conjunto de empregos do sector.

As dimensões de actividades e de competências que estruturam os empregos do sector, para além da dimensão produção, são os seguintes: concepção e desenvolvimento de produtos, qualidade, compras, aprovisionamento e gestão de *stocks*, negociação comercial e institucional, vendas e *merchandising*, gestão geral e estratégica, gestão da informação, *marketing*, organização, planeamento e programação do trabalho, novas tecnologias de informação e comunicação e línguas estrangeiras. Este contexto de alargamento do leque de competências e de actividades dos empregos do sector está associada a *situações de criação do próprio emprego*, na maioria dos subsectores em estudo.

Estas dimensões contribuem para a **sustentabili-**

dade dos empregos no sector do artesanato, enquanto actividade geradora de rendimento. Esta é cada vez mais a tendência dos empregos no sector das actividades artesanais, sendo, actualmente, mais visível, nalguns subsectores como a cerâmica, o metal, a madeira e os bens alimentares do que noutros, embora se estenda, com diferentes velocidades, a todos os subsectores da actividade artesanal.

A consolidação dos empregos neste sector, a longo prazo, passa pela articulação de competências a jusante e a montante da produção. Este fenómeno de associação de novas competências à dimensão produtiva implica um regresso ao passado em que a actividade artesanal era fruto do trabalho de um indivíduo ou quase exclusivamente de um indivíduo.

Em qualquer um dos subsectores em análise regista-se, como referimos, uma consolidação dos empregos cujo conjunto de competências é mais alargado, abrangidos por um "chapéu" integrador (artesão), embora cada área de especialização, dentro de cada subsector, tenha grande autonomia e uma representatividade diferente. Tendencialmente, num futuro mais ou menos próximo, consoante os subsectores de actividade, os empregos poderão corresponder aos perfis profissionais que apresentaremos no âmbito deste estudo e neste capítulo, se todos os factores explicativos que sustentam esta análise para aí convergirem.

Ressalve-se, todavia, que o contexto de integração organizacional dos artesãos tem influências nas características do emprego. Os profissionais inseridos em contextos organizacionais de pequenas unidades produtivas em que existem vários artesãos estão sujeitos a alguma especialização de actividades (as cooperativas de artesãos são disso exemplo). As actividades são divididas em função das motivações e da experiência de cada um dos artesãos. No caso da cerâmica, particularmente no caso da pintura cerâmica, os profissionais estão normalmente inseridos em unidades fabris de produção cerâmica, tendo, nestes casos, uma

actividade muito específica - a pintura cerâmica. No caso do subsector da madeira, também pode haver alguma especialização quando se está perante pequenas unidades empresariais. Alguns artesãos poderão dedicar-se mais à elaboração de embutidos e trabalhos em talha, outros aos acabamentos, outros ao corte das madeiras, etc.

O subsector da produção e confecção artesanal de bens alimentares apresenta uma situação mais disseminada do que os outros subsectores de actividade do artesanato, carecendo de uma análise mais detalhada comparativamente aos outros subsectores. A maior parte das actividades são de carácter sazonal, de acordo com os períodos de colheitas. Para além disso são, muitas vezes, associadas a actividades agrícolas, em que a mesma exploração que produz as frutas, os legumes e os vegetais, também opera a transformação artesanal dos produtos, incorporando por essa mesma transformação valor acrescentado ao rendimento global da produção da exploração. Associada às actividades de produção e transformação de produtos, quando inseridas no contexto de uma quinta, surge ainda a actividade de turismo em espaço rural, que pode integrar, além da oferta de alojamento, outras actividades de lazer (percursos pedestres, BTT, equitação, etc.).

Neste contexto, verifica-se uma polivalência de tarefas entre as pessoas que trabalham nas quintas/explorações agrícolas, desenvolvendo as diversas tarefas inerentes ao trabalho agrícola e à transformação da produção, sem que para a maior parte delas exista necessidade de grande qualificação. As actividades de promoção e comercialização são tarefa do produtor/proprietário da quinta/exploração agrícola. Os trabalhadores limitam-se a desenvolver as actividades menos qualificadas, embora sempre orientados por alguém que detém o know-how ao nível da transformação dos produtos. Este contexto é válido para a produção de doces e compotas, molhos e condimentos, conservas de fruta e legumes, ervas aromáticas, frutos secos e secados e produção

de licores, xaropes e aguardentes não vínicas. O que não significa que não existam produtores, deste tipo de bens alimentares, que recorram a agricultores ou a distribuidores para comprar as matérias-primas necessárias à transformação.

Estas situações conferem maiores dificuldades na identificação de dinâmicas inerentes aos empregos existentes ao nível da transformação e, em consequência, na identificação de perfis profissionais estruturantes para o subsector da produção e confecção de bens alimentares. Apesar disso, parece-nos que existem algumas evidências que nos permitem traçar um quadro de dinâmica dos empregos.

A dimensão das unidades de transformação, suportada em apenas uma ou duas pessoas, que detêm o know-how de transformação de produtos, auxiliada por uma ou várias pessoas, permite-nos dizer que existem alguns empregos de produtores deste(s) ou daquele(s) tipo(s) de bens alimentares, embora a maior parte do emprego neste subsector seja de carácter sazonal. O indivíduo que detém as competências de transformação dedica-se também a actividades a montante e a jusante da produção, dando origem a um emprego de banda mais larga, em que as actividades a montante e a jusante são estruturantes para o emprego: a montante, ao nível aquisição de matérias-primas de grande qualidade que garantam as propriedades requeridas para o produto e a jusante, na colocação dos produtos em lojas da especialidade, na maior parte das vezes localizadas nos grandes centros urbanos ou em zonas de afluência turística.

Todavia, existem produtores inseridos num contexto de quinta e/ou exploração agrícola que integram várias actividades, agrícolas e turísticas e que estão organizados segundo uma matriz de maior especialização: a parte da transformação é destinada a um conjunto de trabalhadores que desempenham para além da transformação de produtos alimentares outras actividades na quinta, dependendo das necessidades existentes em cada

momento/período, nomeadamente os associados ao ciclo agrícola; as actividades de comercialização dos produtos são desempenhadas pelo proprietário ou por um familiar, habitualmente com formação superior. Essa qualificação permite-lhes um **posicionamento mais empresarial**, ao contrário das produções em que o proprietário do negócio está muito implicado na fase de transformação dos produtos, conseguindo apenas a colocação dos seus produtos em mercados locais e próximos do local de transformação, apresentando resultados menos satisfatórios ao nível da fidelização de clientes já que, habitualmente, os seus produtos são colocados à venda em locais de passagem e/ou de turismo.

No caso em que as unidades produtivas artesanais dispõem de elementos afectos em exclusivo à comercialização, é possível colocar os seus produtos quer localmente quer em grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, colocando-os à disposição do público em lojas de grandes superfícies comerciais e em lojas de aeroportos, por exemplo, próximas da clientela que tem poder compra para os adquirir e se fidelizar, visto que estas produções artesanais são vendidas a preços superiores às elaboradas em contextos fabris. A formação superior destes indivíduos permite-lhes ter uma melhor percepção do funcionamento do mercado, identificar os locais-chave para o escoamento da sua produção e contactar os responsáveis desses espaços comerciais para aí colocar os seus produtos, que apresentam uma imagem própria, concebida pelo próprio ou com recurso a um especialista gráfico ou de comunicação.

É esta mais-valia de **enfoque na comercialização e marketing dos produtos que introduz uma matriz empresarial forte, ao contrário do que acontece na maior parte das actividades artesanais**. Registe-se, todavia, que situações como estas não são muitas, embora acreditemos que a tendência seja para aumentar,

devido à tipologia de pessoas que se têm dedicado à gestão de quintas e explorações agrícolas que tendem a integrar actividades diversas, como o turismo rural, as actividades de tempos livres, etc., para além da transformação de produtos de hortofloricultura aí fabricados.

Qualquer que seja o contexto (actividade artesanal, região do país), tanto se constata a existência de produtores mais especializados que se dedicam a um ou mais produtos dentro da mesma área de actividade, como de produtores menos especializados que diversificam a sua produção no âmbito de várias áreas, associando, por exemplo a conservação de frutas e legumes, a produção de doces e compotas, de molhos e condimentos, a preparação de ervas aromáticas, a produção de licores, xaropes e aguardentes não-vínicas.

Aparecem ainda neste subsector produtores no domínio da produção de: enchidos, queijo e manteiga, doçaria e confeitaria, gelados e padaria. Estas produções têm particularidades que as distinguem umas das outras, o que não significa que não possam ser associadas no âmbito deste exercício de definição de competências e de agregação de empregos. Deste modo, as áreas de produção mais associadas e complementares são as relacionadas com a transformação de frutos e legumes, embora possam surgir associações de produtos de natureza muito diversa, conforme a motivação dos produtores ou a disponibilidade das matérias-primas.

A qualquer uma das tipologias de produtores artesanais de bens alimentares, é-lhes cada vez mais exigida, a par dos outros artesãos, competências de banda mais larga para o exercício da actividade, bem como para o seu reconhecimento no mercado.

Quase todos os subsectores do sector do artesanato carecem de uma gestão da empresa e/ou negócio mais profissionalizada. Uma vez que é, quase sempre, o proprietário que assume esta função, assim como todas, ou quase todas, as funções da

concepção à comercialização - a maioria das vezes o artesão trabalha e responsabiliza-se não só por todas as fases do processo produtivo, como por todas as actividades a montante e a jusante da produção.

Para uma melhor organização e gestão do negócio, e uma progressão generalizada dos modelos organizativos neste sector, torna-se essencial a aquisição, desenvolvimento e reforço de um conjunto de competências (técnicas, sociais e relacionais) que possibilitem operacionalizar, nos diferentes contextos artesanais, as diferentes funções que integram o referencial alargado de actividades destes profissionais.

As funções da área comercial e *marketing* assumem maior relevância na evolução e desenvolvimento do sector. Porém, a maioria das microempresas ou artesãos peca pela quase ausência de estruturas de distribuição e comercialização dos produtos, embora algumas tendam a investir em lojas próprias ou na transformação de parte da oficina em espaço para venda de produtos, o que representa um esforço para a criação de uma imagem própria e suficientemente sólida para captar e consolidar mercados.

Verifica-se um enriquecimento do conteúdo da função comercial, nomeadamente através da crescente articulação desta função com as actividades de concepção e design de produtos, controlo de qualidade dos acabamentos e com os processos de certificação de produtos (no caso dos produtos alimentares e também noutras produções). A participação em feiras de artesanato, no país e no estrangeiro, tem contribuído para a necessidade de evolução neste domínio. Há alguns casos de artesãos que contratam temporariamente, durante o período de duração de uma feira, jovens com competências comerciais e linguísticas para os assessorar nas vendas, porque têm consciência de que são deficitários deste tipo de competências. É visível também uma maior preocupação na

valorização das actividades de decoração e organização de espaços de venda.

As competências identificadas como transversais a todos os empregos virão reforçar e consolidar os empregos deste sector, já

que, reforçam o conjunto de competências do artesão a montante e a jusante da produção, diversificando assim o leque de aptidões. Este sector, ao contrário de outros em que existe uma maior especialização de empregos, tem a particularidade de agregar empregos, que integram competências a montante e a jusante da vertente produtiva, com uma estrutura de competências bastante alargado. Cada domínio de competências que integra a estrutura do emprego é relevante, uma vez que existe, na maior parte dos casos, uma autonomia e isolamento do trabalho do artesão, levando-o a ter que dominar várias dimensões de competências.

Todavia, é preciso salientar que o leque de competências alargado que identificamos para o emprego de competências do artesão é um quadro ideal. Deverá haver um equilíbrio em função do contexto de inserção e de caracterização, a ser medido pelo próprio artesão, quanto ao domínio de competências a adquirir e/ou aprofundar. É importante ainda acrescentar que este leque de competências - para além do domínio técnico associado às diferentes fases da produção - deverá ser adquirida e consolidada de uma forma equilibrada ao longo do percurso profissional e formativo do artesão, e encarada numa perspectiva de formação ao longo da vida, em função das necessidades e desafios que se forem colocando ao artesão. Afigura-se, no entanto, importante que todos os domínios sejam abordados na formação inicial numa perspectiva de aquisição de competências (transversais) básicas para o exercício da profissão ou actividade.

O grau de complexidade dos instrumentos e resultados associados a algumas competências, como, por exemplo, o plano de marketing, as

orientações estratégicas, etc., não deverá ser muito grande porque o artesão não deverá nunca perder de vista a dimensão produtiva da sua actividade; sendo que sem ela a sua actividade não faz sentido. Concluindo, para responder às novas exigências sobretudo de mercado e de construção de uma nova matriz identitária do sector das actividades artesanais, os artesãos necessitam de adquirir novas competências e/ou reforçar outras. Este conjunto de competências deverá, ainda que progressivamente, **fazer**

parte da matriz de competências de todos os artesãos, independentemente do subsector a que pertencem. Este **conjunto de competências** deverá, a curto prazo, fazer parte dos curricula da formação inicial, e, **deverá ainda constituir objecto de oferta, também a curto prazo, da formação contínua para os artesãos.**

Neste contexto, existem um conjunto de necessidades de competências que são transversais a todos os empregos do sector que são as seguintes (quadro 22):

Quadro 22 • Necessidades de Competências Transversais a Todos os Empregos do Sector das Actividades Artesanais

ÁREA	NECESSIDADES DE COMPETÊNCIAS
CONTEXTO	• Dominar os contextos históricos e/ou regionais (estilos, matérias-primas e processos de trabalho) relativos à actividade que desempenha (têxtil, mobiliário, madeiras, ...).
CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS	• Criar produtos e linhas de produtos, inovadores e vendáveis no quadro de ambientes etnográficos, culturais e estéticos diversificados. • Identificar e utilizar as capacidades e as potencialidades de produção dos equipamentos e ferramentas e das matérias-primas. • Integrar nas criações e/ou adaptações do produto as tendências de mercado ao nível das formas, matérias-primas, estilos, gosto dos clientes, etc.).
QUALIDADE	• Avaliar a qualidade do produto. • Detectar anomalias no produto e processo produtivo e identificar as suas causas. • Definir, implementar e avaliar soluções para os problemas identificados. • Assegurar a conservação e manutenção das ferramentas e equipamentos.
COMPRAS	• Definir as necessidades de compras e elaborar o plano de compras. • Identificar, seleccionar e avaliar as capacidades e o desempenho dos fornecedores, em função da qualidade de serviços (adequação e qualidade das matérias-primas e outros materiais de produção, preços, prazos de entrega e de pagamento, etc.). • Negociar com os fornecedores (prazos de entrega, as condições de compra, preços, quantidades, ...).
APROVISIONAMENTO E GESTÃO DE STOCKS	• Adquirir, classificar e armazenar matérias-primas, ferramentas, equipamentos e outros acessórios em função da natureza dos produtos (matérias-primas e produtos semi-acabados e acabados). • Definir os níveis de stocks de matérias-primas e outros produtos (em função das previsões da procura ou das necessidades de produção).
NEGOCIAÇÃO COMERCIAL/ NEGOCIAÇÃO INSTITUCIONAL	• Comunicar/dialogar de forma verbal e não verbal (clientes, actividades públicas e privadas, etc.), adaptando o comportamento e os argumentos em função do perfil dos clientes e de outros interlocutores. • Negociar e obter consensos com entidades públicas e privadas (organizadores de feiras, câmaras municipais).

Quadro 22 • Necessidades de Competências Transversais a Todos os Empregos do Sector das Actividades Artesanais (continuação)

ÁREA	NECESSIDADES DE COMPETÊNCIAS
VENDAS E MERCHANDISING	• Expor e acondicionar valorizando os produtos e optimizando o espaço linear - espaço de exposição. • Seleccionar eventos de divulgação e promoção de produtos em feiras e outros locais de exposição. • Definir critérios de organização do espaço de trabalho (atelier/oficina) e do espaço de exposição dos produtos (na oficina ou em feiras) e de participação em feiras e outros espaços de exposição e/ou vendas.
GESTÃO GERAL E ESTRATÉGICA (financeira, recursos humanos, ...)	• Definir orientações estratégicas para o negócio/empresa (estratégia global) (segmentos-alvo/ mercados/clientes, perfil do cliente, tipologia de produtos, tipologias de matérias-primas, fornecedores, tipologia de feiras a participar...); • Definir o plano estratégico e o plano de actividades a curto e médio prazo. • Analisar e identificar os pontos fortes e os pontos fracos (análise interna), as oportunidades e as ameaças (análise externa) à empresa, da concorrência e da participação em feiras e exposições. • Analisar desvios e dificuldades face às estratégias definidas, identificando e implementando medidas de correcção (preços, divulgação/promoções, exposição de produtos,...). • Analisar a situação financeira da empresa e os custos relativos ao desenvolvimento da actividade. • Analisar a evolução/comportamento de um conjunto de indicadores (estatísticas das vendas, perfil dos clientes, perfil das encomendas,...). • Diagnosticar necessidades de formação (próprias e da equipa de colaboradores). • Manter-se informado sobre a legislação em vigor para o sector. • Optimizar recursos (técnicos, financeiros, ...) em função das necessidades da produção e constrangimentos de natureza variada.
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	• Identificar as necessidades de informação para a gestão e desenvolvimento da empresa/negócio. • Interpretar e organizar informação directa e indirectamente relacionada com as actividades desenvolvidas (p.e. tendências do sector/actividade, ao nível dos processos e técnicas de produção, inovação de matérias-primas, formas, cores e efeitos decorativos, tecnologias disponíveis, dos mercados,...), integrando-a enquanto instrumento de gestão/ de apoio à decisão.
MARKETING	• Definir um conceito para a imagem e posicionamento da empresa/negócio. • Conceber e implementar o plano de <i>marketing</i> da empresa/negócio (definição do sortido/tipo de peças, estratégia de comunicação da empresa/negócio, apresentação dos produtos, políticas de divulgação e promoção, política de preços, participação em feiras e outros eventos, ...).
ORGANIZAÇÃO, PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO DO TRABALHO	• Planear e programar o trabalho (individual ou colectivo) e a gestão da produção de acordo com a carteira de clientes ou a participação em feiras.
NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	• Utilizar diferentes recursos tecnológicos/ informáticos (ferramentas <i>Office</i> e <i>internet</i>).
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	• Comunicar/dialogar em Inglês (ou outra língua estrangeira).
RESTAURO	• Dominar técnicas de restauro (madeiras, têxtil, cerâmica, metais).

ÁREA	NECESSIDADES DE COMPETÊNCIAS
CÓDIGO DE CONDUTA	• Agir em conformidade com a ética profissional.
DISPONIBILIDADE PARA ACTUALIZAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	• Actualizar e aperfeiçoar técnicas e processos de trabalho e competências sociais e relacionais. • Ter espírito de iniciativa e adaptar-se a situações de evolução, pesquisando, ensaiando e integrando novos materiais e ferramentas, novas utilidades/abordagens e novas formas de exposição/venda dos produtos.
COMUNICAÇÃO	• Relacionar-se e comunicar adequadamente com diferentes públicos, adaptando o discurso em função dos públicos-alvo da mensagem (potenciais clientes/clientes, "curiosos" em relação ao trabalho, organizadores de exposições e feiras, outros artesãos, etc).

No quadro das competências sociais e relacionais igualmente transversais a todos os subsectores de actividade definimos algumas competências relativas a: "código de conduta", "actualização de competências/conhecimentos" e "comunicação".

No âmbito das competências específicas em cada um dos subsectores identificamos seguidamente um conjunto de **necessidades de competências específicas**, por subsectores de actividade. Em algumas situações por área dentro do mesmo subsector.

Artes e Ofícios de Trabalhar o Têxtil

1. Bordados

- Utilizar técnicas de preparação do tecido, antes de dar início ao bordado (desenho/marcação de contornos e outros pontos de referência, corte do tecido de acordo com as dimensões desejadas, execução do crivo, ...).
- Utilizar técnicas de bordar manualmente (diferentes pontos).
- Conhecimentos das técnicas de acabamentos (remate de pontas dos fios, aplicação de franjas, lavagem e engomagem das peças).

2. Confeccção

- Utilizar técnicas de preparação do tecido

(marcação e corte do tecido).

- Conhecimentos das técnicas de confecção (alinhavar, unir as diferentes peças, coser à máquina, entretelar tecidos, forrar, ...).
- Conhecimentos das técnicas de acabamentos (casear, fazer ilhoses, pregar botões, desalinhavar, ...).

3. Tecelagem

- Utilizar técnicas de preparação do tear (afinação, enchimento das canelas, ...).
- Conhecimentos das técnicas de tecelagem (execução da teia e tecer).
- Conhecimentos das técnicas de acabamentos (remate de fios, nós, bainhas, colocação de franjas/rendas, etc.).
- Conhecimentos das máquinas e/ou ferramentas, nomeadamente: funcionamento, regulação, ajustamento e manutenção simples.

4. Rendas

- Conhecimentos dos diversos tipos de pontos.
- Seleccionar materiais (linhas, agulhas, tecidos, ...) e instrumentos necessários à execução das peças.
- Ler e interpretar especificações da peça a produzir (dimensão, cores dos fios, ...).

- Conhecimentos das técnicas de acabamentos (remate de fios, nós, ...).

Artes e Ofícios de Trabalhar o Trabalho a Madeira

- Conhecimentos das técnicas de desenho.
- Utilizar técnicas de transposição de medidas dos esboços ou desenhos/modelos e de marcação da madeira para orientar as operações de corte da madeira.
- Conhecimentos das técnicas de preparação/mecânica de madeiras (corte, raspagem, desengrossagem, ...).
- Conhecimentos das técnicas de entalhar e embutir a madeira.
- Utilizar técnicas de pré-montagem e montagem das peças.
- Conhecimentos das técnicas de acabamentos (alisamento, envernizamento, ...).
- Conhecimentos das técnicas de decoração (pintura decorativa).
- Conhecimentos das máquinas e ferramentas, nomeadamente: funcionamento, regulação, ajustamento e manutenção simples

Artes e Ofícios de Trabalhar os Metais

1. Artes do Ferro

- Conhecimentos das técnicas de desenho (elaboração de modelos, esboços,...).
- Conhecimentos das técnicas de montagem das diferentes partes que compõem o objecto/peça.
- Identificar as características do metal a utilizar.
- Conhecimentos das máquinas e ferramentas, nomeadamente: funcionamento, regulação, ajustamento e manutenção simples.

2. Artes dos Metais Preciosos (Ourivesaria)

- Conhecimentos das técnicas de desenho (elaboração de modelos, esboços,...).

- Ler e interpretar especificações técnicas sobre a peça a produzir.

- Utilizar técnicas de gravação (talhar) ou cinzelagem (rebaixar).

- Conhecimentos das técnicas de execução da filigrana (montagem da estrutura externa, enchimento, encaixe e embutimento).

- Utilizar técnicas de montagem das diferentes partes que compõem o objecto/peça.

- Conhecimentos das técnicas de acabamentos e decoração das peças.

- Conhecimentos das máquinas e ferramentas, nomeadamente: funcionamento, regulação, ajustamento e manutenção simples.

3. Artes do Cobre e Outros Metais Não Preciosos

- Conhecimentos das técnicas de desenho (elaboração de modelos, esboços,...).

- Utilizar técnicas de transposição das medidas e de marcação no metal para orientação das operações de corte.

- Conhecimentos das técnicas de moldagem.

- Identificar as características do metal a utilizar.

- Conhecimentos das técnicas de acabamentos e decoração das peças.

- Conhecimentos das máquinas e ferramentas, nomeadamente: funcionamento, regulação, ajustamento e manutenção simples.

Artes e Ofícios de Trabalhar a Cerâmica

- Conhecimentos das técnicas de desenho de modelos (elaboração de modelos, esboços,...).

- Utilizar técnicas de trabalhar/moldar o barro.

- Utilizar técnicas de chacotagem e cozedura do barro.

- Conhecimentos das técnicas de acabamentos ou decoração, (pintura, empedrar, vidrados, esmaltagem, ...).

- Conhecimentos das máquinas e ferramentas, nomeadamente: funcionamento, regulação, ajustamento e manutenção simples.

Artes e Ofícios de Trabalhar os Elementos Vegetais

- Conhecimentos das técnicas de preparação das matérias-primas (limpar, cortar e demolhar).
- Utilizar técnicas de cestaria (entrelaçagem, entaçamento e moldagem a quente).
- Conhecimentos das técnicas de acabamentos (cosedura, corte, remate e fixação e aplicação de outros materiais decorativos e de conservação).

Produção e Confeção Artesanais de Bens Alimentares

- Conhecimentos das matérias-primas necessárias à transformação de produtos alimentares.
- Utilizar técnicas de confeção e transformação de produtos alimentares (consoante a domínio de transformação, p.e de produção de pão, de doces, gelados, etc.).
- Conhecimentos das normas e procedimentos higieno-sanitários.
- Conhecimentos dos procedimentos impostos pela certificação de produtos.

1.1.2 Empregos em Regressão

A dinâmica de regressão ou de desaparecimento de determinados empregos associadas à actividade artesanal é explicada por vários factores:

- Introdução de substantivas alterações tecnológicas que permitiram a produção massiva de produtos, a baixos custos, o que produziu alterações significativas ao nível dos padrões de consumo da população em geral.
- Alterações de carácter organizacional (associado às modificações do foro tecnológico), nomeadamente de organização de trabalho, em que se substitui o perfil da mão-de-obra. As competências

exigidas são mais ao nível da operação de máquinas do que ao nível da transformação directa de matérias-primas diversas.

Este fenómeno estende-se de uma forma transversal a todos os subsectores de actividade que integram o Sector das Actividades Artesanais definido no âmbito deste estudo; embora seja mais evidente em determinados casos.

Assim, em alguns subsectores, como, por exemplo, o das madeiras (carpintaria, marcenaria, etc.) e dos metais, as actividades e as competências nucleares dos empregos destes subsectores continuam a ser mobilizadas em contextos que apelam à transformação de matérias-primas através de "tecnologias" artesanais, cujos produtos são direccionados para nichos de mercado.

A incapacidade de resposta das novas tecnologias para a realização de determinadas actividades, como, por exemplo, os trabalhos em talha, os embutidos, a montagem dos móveis (no subsector das madeiras), os trabalhos em determinadas fibras vegetais utilizados na cestaria, contribui para a manutenção de determinados empregos em contextos industriais ou de fábrica. Mas, pouco a pouco, estes profissionais detentores de competências muito específicas, que a tecnologia não conseguiu integrar, foram sendo afastados ou reconvertidos para outras funções de acordo com a evolução tecnológica. Esse fenómeno é bastante visível nos subsectores das madeiras e dos metais.

- Concorrência de produtos de outros países, particularmente do Oriente que beneficiam de custos de produção significativamente mais baixos.
- Alteração dos padrões de consumo que origina a preferência, em geral, por produtos com a mesma utilidade embora com preços significativamente mais baixos e com materiais mais resistentes, em detrimento, dos produtos feitos com materiais e processos tradicionais.
- Diminuição da actividade agrícola tradicional e,

consequentemente, com a diminuição da população afecta ao trabalho agrícola. O abandono do mundo rural tem também contribuído para a regressão das actividades artesanais, já que muitas destas actividades eram complementares às actividades agrícolas. Em muitas actividades artesanais a produção de peças artesanais era desenvolvida em períodos "mortos" da actividade agrícola, como é o caso das artes de trabalhar os elementos vegetais e a madeira (p.e. a cestaria e a tanoaria). Ora a passagem dos indivíduos da actividade agrícola para outras actividades de cariz diferente, na maioria industriais, retirou-lhes os tempos mortos e consequentemente o tempo para se dedicarem ao artesanato. Alguns indivíduos com habilidade para as actividades artesanais retomam ou começam a dedicar-se à produção de peças artesanais quando atingem a idade da reforma, encarando esta actividade como uma forma lúdica de ocupação de tempos livres. Em alguns casos começam a participar em feiras de artesanato, e aí vendem as suas produções, o que constitui um complemento para as suas reformas. Neste contexto, é evidente que o modo de estar na actividade artesanal não poderá ser o mesmo que o de outros artesãos que se dedicam a este tipo de actividades de forma profissional, como actividade principal.

Para além da perda destes activos das actividades artesanais motivadas por alterações sócio-económicas, acresce que a motivação actual dos jovens para abraçar empregos no sector do artesanato é globalmente pouco significativa. Algumas áreas do artesanato dito tradicional, a que estão associados diversos empregos têm, assim, tendência a desaparecer não só pela ausência de rejuvenescimento dos artesãos - actualmente a maioria tem uma idade avançada - mas também pela

substituição de muitos produtos, antes fabricados por artesãos, por outros de natureza industrial.

Identificamos seguidamente um conjunto de empregos que se encontram em regressão:

Têxtil

- Passamaneiro/a

Madeiras

- Polidor/a
- Encerador/a
- Polidor(a)/Encerador
- Dourador/a
- Moldador/a
- Planteador(a)/Riscador/a

Metais

- Ferrador/a
- Cinzelador/a de Cobre
- Cinzelador/a de Metais Não Preciosos
- Cinzelador/a de Ourivesaria
- Batedor/a de Ouro em Folha
- Fundidor/a - Moldador/a em Ceras Perdidas
- Repuchador/a de Prata
- Gravador/a de Ourivesaria e Joalharia
- Cravador/a de Ourivesaria e Joalharia
- Aprendiz

Com base nos referenciais de emprego, sobretudo nacionais, como sejam a Classificação Nacional de Profissões (CNP), nos trabalhos existentes no sector e na informação recolhida nos estudos de caso foi elaborado o quadro 24, que representa a estrutura profissional do Sector das Actividades Artesanais.

Quadro 24 • Estrutura Profissional do Sector das Actividades Artesanais

Subsectores	Áreas	Empregos do Sector (designações utilizadas)
Artes de Trabalhar o Têxtil	Bordados (têxtil e tapeçaria)	- Bordador/a - Artesão/ã Têxtil (bordados) - Bordador/a Manual - artesanato - Bordador/a Manual de Tapeçaria (de tapetes de Arraiolos, de tapeçaria da Madeira) - Bordador/a de Tapeçaria
	Tecelagem	- Tecelão/ã - Tecelão/ã Manual - Tecelão/ã Manual - Tapeçarias - Tecelão/ã de Tapeçarias de Arte - Tecedeiro/a - Passamaneiro/a Manual - Passamaneiro/a
	Rendas	- Rendilheiro/a - Rendeiro/a de Bilros
	Confecção	- Feitoreiro/a de Bilros - Alfaiate - Mestre Alfaiate - Costureiro/a - Modista - Costureira-modista
Artes de Trabalhar a Madeira	Marcenaria/ Trabalhos em Talha e Embutidos	- Marceneiro/a - Marceneiro/a Embutidor/a - Marceneiro/a Entalhador/a - Cadeireiro/a - Marceneiro/a de Instrumentos Musicais - Marceneiro/a de Urnas - Marceneiro/a de Bilhares - Marceneiro/a de Artigos de Desporto em Madeira - Luthier/Luthière - Entalhador/a - Embutidor/a - Polidor/a - Encerador/a - Polidor/a - Encerador/a - Dourador/a - Marceneiro/a - Dourador/a - Pintor/a - Pintor/a - Decorador/a - Pintor/a de Mobiliário - Decorador/a - Pintor/a de Imagens em Madeira - Moldador/a - Planteador/a - Riscador/a - Aprendiz

Quadro 24 • Estrutura Profissional do Sector das Actividades Artesanais (continuação)

Subsectores	Áreas	Empregos do Sector (designações utilizadas)
Artes de Trabalhar a Madeira	Tanoaria	- Tanoeiro/a
	Artefactos de Madeira	- Escultor/a em Madeira - Santeiro/a - Tamanqueiro/a - Colhereiro/a - Paliteiro/a - Construtor/a de Brinquedos de Madeira - Construtor/a de Peças de Madeira
Artes de Trabalhar os Metais	Artes do Ferro	- Ferreiro/a - Ferrador/a - Forjador/a Manual - Serralheiro/a
	Artes do Cobre e de Outros Materiais Não Preciosos	- Latoeiro/a - Latoeiro/a - Funileiro/a - Caldeireiro/a - Caldeireiro/a de Cobre - Cinzelador/a de Cobre - Cinzelador/a de Metais Não Preciosos - Aprendiz
	Ourivesaria	- Ourives - Filigranista - Filigraneiro/a - Enchedeiro/a - Prateiro/a - Caldeireiro/a de Prata - Cinzelador/a de Ourivesaria - Batedor/a de Ouro em Folha - Fundidor/a - Moldador/a em Ceras Perdidas - Repuchador/a de Prata - Gravador/a de Ourivesaria e Joalharia - Cravador/a de Ourivesaria e Joalharia
Artes de Trabalhar o Barro	Cerâmica	- Ceramista - Oleiro/a - Barrista - Escultor/a Cerâmico/a - Pintor/a Cerâmico/a - Pintor/a Decorador/a a Pincel - Pintor/a Decorador/a - Decorador/a de Artefactos de Cerâmica - Pintor/a de Azulejaria
Artes de Trabalhar os Elementos Vegetais	Elementos Vegetais	- Cesteiro/a - Canastreiro/a - Capacheiro/a - Esteireiro/a - Chapeleiro/a - Empalhador/a

Subsectores	Áreas	Empregos do Sector (designações utilizadas)
Produção e Confeção Artesanal de Bens Alimentares	Padaria	- Padeiro/a
	Doçaria e Confeitaria	- Doceiro/a - Doceiro (a)/ Pasteleiro/a - Pasteleiro(a) /Padeiro/a - Chefe de Pastelaria - Pasteleiro/a - Confeiteiro/a - Preparador/a de Creme - chocolate e produtos similares
	Confeção de Gelados	- Confeccionador/a de Gelados - Geladeiro/a - Artesão/ a Geladeiro/a - Produtor/a de gelados e sorvetes
	Produção de Queijo e Manteiga	- Queijeiro/a - Produtor/a de Queijo de Fabrico Artesanal - Confeccionador/a de Manteiga - Produtor/a de Manteiga
	Conservação e transformação de frutas e legumes	- Conserveiro/a (frutas, legumes, molhos e condimentos) - Conserveiro/a - molhos e condimentos - Conserveiro/a - frutas e legumes - Produtor/a de doces e compotas
	Produção de Licores, Xaropes e Aguardentes Não Vinicas	- Vinagreiro/a - Licorista/Licoreiro/a - Produtor/a de licores, xaropes e aguardentes não vnicas - Preparador/a de Xaropes - Sumos e Refrigerantes
	Enchidos e Fumeiro Tradicional	- Produtor/a de Enchidos - Produtor/a de produtos de fumeiro tradicional
	Apicultura	- Trabalhador/a Agrícola/Rural - Apicultura - Apicultor/a

2. Repercussões dos Cenários no Emprego, nas Qualificações e nas Competências

Neste ponto apresentar-se-ão as principais repercussões dos dois cenários de evolução construídos - cenário **Ouro** e cenário **Bronze** - no emprego e nas competências.

O **Cenário Ouro** caracteriza-se por um elevado grau de sofisticação das produções artesanais, traduzido, basicamente, na combinação de três vectores: qualidade patrimonial, qualidade técnica e qualidade artística, e por uma afirmação do artesanato por linhas de produtos e segmentação de mercados. Relativamente à força motriz produtos e mercados, este cenário, caracteriza-se por um maior controlo de qualidade da produção, uma maior

segmentação dos mercados e o surgimento de estruturas de comercialização e distribuição assentes na exploração de novas formas de abordagem ao mercado. Ao nível da tecnologia e inovação importa salientar a melhoria das estratégias de apresentação de produtos e a generalização das TIC na gestão e relação com o mercado. A força motriz organização, salienta, neste cenário, a formalização das unidades produtivas, o funcionamento eficaz e inovador das estruturas de comercialização e distribuição e a sustentabilidade do tecido associativo.

O **Cenário Bronze**, caracteriza-se basicamente por uma evolução na continuidade no que respeita às estratégias de negócio, organizacionais e tecnológicas, que se traduz na composição do sector em unidades artesanais de perfil diversificado: umas

centradas na produção de artesanato patrimonial dirigida ao mercado turístico, de colecionadores e mercado da saudade, outras que conformam um artesanato profissional, caracterizado pela diversificação da produção a partir de processos de inovação ao nível do design e artesanato; e outras produções manufacturadas de carácter não profissional e sem grande valor patrimonial.

Repercussões Prováveis do Cenário Ouro

No que se refere ao emprego e às competências, assinalam-se as seguintes tendências:

- **Relativo crescimento do número de artesãos**, nomeadamente nos subsectores das artes de trabalhar a madeira, o barro, o têxtil e os metais.
- **Redução ou quase desaparecimento de artesãos** que apenas se centram em produções que reproduzem formas e decorações tradicionais e focalizados apenas na componente produtiva.
- **Reforço das capacidades de inovação e criatividade**, que resultará de uma formação mais consolidada artística e técnica dos artesãos.
- **Reforço e desenvolvimento de competências** de natureza social e relacional no que diz respeito à comunicação, permitindo estimular e reforçar a transmissão de informação de ordem diversa, com clientes, com fornecedores e com instituições (organizadores de eventos, ...), centros de formação, etc.
- **Reforço de conhecimentos e competências** nos domínios do controlo e da gestão da qualidade (processos, matérias-primas e produto final), centrada em todos os empregos, mas com maior acuidade nos profissionais do subsector dos bens alimentares.
- **Reforço e desenvolvimento de competências de gestão do negócio** (gestão estratégica, financeira e comercial), que resultará numa crescente profissionalização da gestão da unidade empresarial.
- **Capacidade de definir uma estratégia comercial** coerente com as características de produtos que produz e das exigências e necessidades dos clientes, o que exige o reforço e/ou o desenvolvimento de competências que permitem uma abordagem flexível e orientada para as necessidades e exigências de mercado, centrada em domínios como a gestão comercial, *marketing* e planeamento da produção.
- **Reforço das competências relativas ao uso de TIC**, associadas à exploração de redes de *networking* e de *franchising*, sobretudo em unidades artesanais mais orientadas para mercados mais abrangentes, nacionais e internacionais.
- **Reforço das competências relativas ao domínio do merchandising**, consequência da necessidade de uma maior aproximação ao mercado quer em unidades artesanais com mercados mais restritos e de proximidade, quer em unidades orientadas para mercados mais abrangentes e distantes.
- **Reforço e desenvolvimento de competências linguísticas** (domínio de línguas estrangeiras) que favorecem uma melhor aproximação quer ao mercado nacional, quando associado ao sector do turismo, quer ao mercado internacional.
- **Consolidação e reforço de competências associadas à higiene e saúde no trabalho e à segurança alimentar**, mormente associadas aos empregos do subsector dos bens alimentares.
- **Consolidação de competências relacionadas com a gestão de informação** relativas aos produtos, mercados, legislação, certificação, etc., indispensável para uma gestão estratégica das unidades artesanais.
- Desenvolvimento de competências associadas à identificação das exigências fundamentais que de-

vem suportar uma estratégia de valorização e de diversificação da produção e de mercados.

- **Desenvolvimento da capacidade de procurar equilíbrio entre as actividades nucleares de produção** e as actividades a montante e a jusante da produção, fundamentais para a consolidação dos empregos do sector, bem como para a consolidação organizacional da unidade artesanal.
- Capacidade de **estabelecer alianças inter e intrasectorial, com clientes não finais, instituições formativas, informativas, organizadores de eventos**, etc., associadas directa e indirectamente ao sector, permitindo responder às exigências dos clientes e consolidar a intervenção da unidade artesanal.
- E por fim, **capacidade de esforço contínuo de consolidação de competências**, de modo a alargar o leque de competências e consolidar a intervenção das unidades artesanais do ponto de vista organizacional, dos mercados e da produção.

Repercussões Prováveis no Cenário Bronze

Este cenário caracteriza-se por uma distinção acentuada entre vários posicionamentos das unidades produtivas artesanais, o que comporta evidentes reflexos nos seus desempenhos.

- **Capacidade limitada de criação de emprego sustentável no sector** - Também no que se refere à capacidade de criação de emprego, terá que distinguir-se neste cenário, a quantidade de emprego e a qualidade do emprego. Se, em termos de volume de emprego gerado, poderá até não ser menos favorável que o cenário ouro, já no que se refere à qualidade do emprego e à sua sustentabilidade e remuneração, este cenário comporta limitações que derivam do predomínio da lógica do produto e do escoamento das produções através de feiras de artesanato, de uma capacidade de crescimento limitada e dos riscos de

flutuações da procura (turística, do mercado da saúde, etc.), acentuando, assim, as vulnerabilidades do sector. Acresce que as estratégias de diversificação de mercados, bem como a aposta na qualidade e na inovação do trabalho e do produto não são generalizáveis - o que, a acontecer, permitiria uma valoração significativa das produções artesanais pelo mercado o que poderia ser um importante estímulo à adesão de novos praticantes.

- **Consolidação de um perfil de arteção profissional** com estratégias empresarias bem definidas, que aposta na diversificação da gama de produtos através da introdução de inovação no design e na utilização de novas matérias-primas e na segmentação dos mercados.
- Consolidação das **estruturas de qualificação profissional e de competências dos artesãos**, embora com tendência para privilegiar a procura dos artesãos mais dinâmicos, enquanto manifesta dificuldade em captar o interesse e adesão dos outros artesãos mais tradicionais, com o perigo de acentuar alguma dualidade e até de alguma divergência nas competências globais dos artesãos neste cenário.
- **Diversidade na qualificação da função empresarial** do ponto de vista da gestão corrente e estratégica do negócio, sendo que haverá uma evolução clara ao nível dos artesãos profissionais e alguma estagnação nos artesãos com uma produção limitada aos produtos de base tradicional e consumo turístico.
- **Diversidade na integração e generalização de competências comerciais** e de *merchandising*, verificando-se uma evolução positiva naquelas unidades produtivas artesanais que apostam na diversificação da produção e dos mercados, embora ainda aqui com fraca actuação em mercados externos, e maiores dificuldades naquelas produções que centram o seu relacionamento com o mercado em feiras de artesanato e na

manutenção de uma gama limitada de produtos.

- **Evolução lenta das competências associada à utilização de novas tecnologias de informação e comunicação**, fruto do incipiente investimento neste tipo de tecnologias quer a nível da gestão de empresas, quer na comercialização das produções, sendo plausível assumir que apenas as unidades artesanais mais bem posicionadas e estruturadas terão necessidades de competências ligadas às novas tecnologias de informação e comunicação.
- **Incorporação limitada das capacidades de inovação e de design das produções artesanais patrimoniais**, mormente associada a unidades artesanais que apostam nos mercados tradicionais do sector e no predomínio da valorização da componente tradicional e identitária das produções, o que leva a uma maior especialização numa gama limitada de produtos e a uma inovação no produto limitada.

3. Dos Empregos Actuais aos Emprego-Alvo. A Construção dos Perfis Profissionais

3.1. Agregações de Empregos e Justificação dos Critérios de Agregação

De acordo com o trabalho de terreno produzido e a reflexão realizada pela equipa técnica e, posteriormente validado pelos parceiros do Estudo e por diversas entidades, constata-se a existência de um núcleo de competências transversal a todos os empregos e perfis profissionais do sector do artesanato, como resultado do contexto de exercício da actividade do artesão. Ou seja, todos os empregos e perfis deste sector, que na maioria dos casos exercem a sua actividade em unidades empresariais unipessoais, integram vários domínios de actividades e de competências transversais (compras, gestão do negócio, gestão da informação, etc.).

A integração deste conjunto de competências, transversais, torna os perfis profissionais deste sector mais abrangentes, comparativamente aos perfis construídos para outros sectores de actividade. De referir, todavia, que o referencial de competências que integra cada um dos perfis propostos remete para um processo de aquisição e consolidação ao longo do percurso profissional, isto é, ao longo da vida. Neste sentido, é de salientar, a necessidade da oferta formativa actual integrar domínios de conhecimentos associados às competências referidas quer na formação inicial, cujo núcleo duro deverá ser o das competências produtivas, quer na formação contínua. Estas dimensões transversais deverão constituir uma oferta ao nível da formação contínua, a par de competências produtivas mais específicas.

A análise do sentido e da intensidade de um conjunto de interinfluências, no sector do artesanato, permite (re)desenhar um conjunto de perfis profissionais com carácter prospectivo, embora em muitos casos, ainda não traduzíveis na realidade sectorial actual. Se, por um lado, o carácter dinâmico do sector em análise nos permite estruturar um conjunto de perfis profissionais prospectivos, por outro, esses mesmos perfis identificados permitem, aos que intervêm activamente no sector, implementar um conjunto de medidas que levem o sector a aproximar-se progressivamente dessa realidade.

Foram construídos para o sector do artesanato um total de quinze perfis profissionais, sendo que cinco reportam-se o subsector dos bens alimentares, um ao subsector dos elementos vegetais, dois ao subsector da cerâmica, dois ao do têxtil, três às madeiras e dois aos metais. Do total dos perfis profissionais construídos, sete são comuns a outros sectores de actividade (quadro 25).

Os perfis profissionais específicos construídos são os seguintes: Artesão/ã Têxtil, Artesão/ã das Artes do Metal, Artesão/ã de Artes de Metais Preciosos/Ourives, Ceramista, Artesão/ã de Elementos Vegetais, Confeccionador/a Artesanal de Produtos

Lácteos, Confeccionador/a Artesanal de Produtos Vegetais e Produtor/a de Enchidos e Produtos do Fumeiro Tradicional.

Os perfis profissionais comuns a outros sectores de actividade são os seguintes: Costureira/Alfaiate, Artesão/ã de Artes em Madeira, Artesão/ã de Artefactos de Madeira, Pintor(a)/Decorador/a de Mobiliário, Pin-

tor/a Artístico/a de Cerâmica, Pasteleiro(a)/Padeiro/a e Operador/a Pecuário/a.

A agregação dos empregos em qualquer dos subsectores prende-se, globalmente, com as afinidades que estes apresentam relativamente aos conteúdos das actividades e das competências (actividades e competências comuns ou muito similares). Outro

Quadro 25 • Perfis Específicos e Comuns do Sector das Actividades Artesanais

Subsectores	Áreas	Empregos agregados	Perfis Específicos	Perfis Comuns
Artes de Trabalhar o Têxtil	Bordados (têxtil e tapeçaria)	- Bordador/a - Artesão/a Têxtil - bordados - Bordador/a Manual - artesanato - Bordador/a Manual de Tapeçaria (de tapetes de Arraiolos, de tapeçaria da Madeira) - Bordador/a de Tapeçaria	Artesão/ã Têxtil	-
	Tecelagem	- Tecelão/ã - Tecelão/ã Manual - Tecelão/ã Manual - Tapeçarias - Tecelão/ã de Tapeçarias de Arte - Tecedeiro/a - Passamaneiro/a Manual - Passamaneiro/a		-
	Rendas	- Rendilheiro/a - Rendeiro/a de Bilros - Feitoreiro/a de Bilros		-
	Confecção	- Alfaiate - Mestre Alfaiate - Costureira - Modista - Costureira-Modista		Costureira/Alfaiate
Artes de Trabalhar a Madeira	Marcenaria/ Trabalhos em Talha e Embutidos	- Marceneiro/a - Marceneiro/a Embutidor/a - Marceneiro/a Entalhador/a - Cadeireiro/a - Marceneiro/a de Instrumentos Musicais - Marceneiro/a de Urnas - Marceneiro/a de Bilhares - Marceneiro/a de Artigos de Desporto em Madeira - Luthier/Luthière - Entalhador/a - Embutidor/a - Polidor/a - Encerador/a - Marceneiro/a - Dourador/a - Dourador/a - Moldador/a - Planteador/a - Riscador/a - Aprendiz		Artesão/ã de Artes em Madeira

Quadro 25 • Perfis Específicos e Comuns do Sector das Actividades Artesanais (continuação)

Subsectores	Áreas	Empregos agregados	Perfis Específicos	Perfis Comuns
Artes de Trabalhar a Madeira	Marcenaria/ Trabalhos em Talha e Embutidos	- Polidor(a) /Encerador(a) - Pintor/a - Pintor/a Decorador - Pintor/a de Mobiliário - Decorador/a - Pintor/a de Imagens em Madeira		Pintor/a Decorador/a de Mobiliário
	Tanoaria	- Tanoeiro/a		Artesão/ã de Artefactos em Madeira
	Artefactos de Madeira	- Escultor/a em Madeira - Santeiro/a - Tamanqueiro/a - Colhereiro/a - Paliteiro/a - Construtor/a de Brinquedos de Madeira - Construtor/a de Peças de Madeira		
Artes de Trabalhar os Metais	Artes do Ferro	- Ferreiro/a - Ferrador/a - Forjador/a Manual	Artesão/ã das Artes do Metal	
	Artes do Cobre e de Outros Materiais Não Preciosos	- Latoeiro/a - Latoeiro/a - Funileiro/a - Caldeireiro/a - Caldeireiro/a de Cobre - Cinzelador/a de Cobre - Cinzelador/a de Metais Não Preciosos - Aprendiz		
	Ourivesaria	- Filigranista - Filigraneiro/a - Enchedeiro/a - Prateiro/a - Caldeireiro/a de Prata - Cinzelador/a de Ourivesaria - Batedor/a de Ouro em Folha - Fundidor/a - Moldador/a em Ceras Perdidas - Repuchador/a de Prata - Gravador/a de Ourivesaria e Joalharia - Cravador/a de Ourivesaria e Joalharia	Artesão/ã das Artes de Metais Preciosos/Ourives	
Artes de Trabalhar a Cerâmica (Barro)	Cerâmica	- Oleiro/a - Barrista - Escultor/a Cerâmico/a	Ceramista	
		- Pintor/a Cerâmico - Pintor/a Decorador a Pincel - Pintor/a Decorador - Decorador/a de Artefactos de Cerâmica - Pintor/a de Azulejaria		Pintor/a Artístico/a de Cerâmica
Artes de Trabalhar os Elementos Vegetais	Elementos Vegetais	- Cesteiro/a - Canastreiro/a - Capacheiro/a - Esteireiro/a - Chapeleiro/a - Empalhador/a	Artesão/a de Elementos Vegetais	

Quadro 25 - Perfis Específicos e Comuns do Sector das Actividades Artesanais (continuação)

Subsectores	Áreas	Empregos agregados	Perfis Específicos	Perfis Comuns
Produção e Confeção Artesanal de Bens Alimentares	Padaria	- Padeiro/a		
	Doçaria e Confeitaria	- Doceiro/a - Doceiro (a)/ Pasteleiro/a - Pasteleiro(a) /Padeiro/a - Chefe de Pastelaria - Pasteleiro/a - Confeiteiro/a - Preparador/a de Creme - chocolate e produtos similares		Pasteleiro(a)/ Padeiro/a
	Confeção de Gelados	- Confeccionador/a de Gelados - Geladeiro/a - Artesão/ a Geladeiro/a - Produtor/a de Gelados e Sorvetes		
	Produção de Queijo e Manteiga	- Queijeiro/a - Produtor/a de Queijo de Fabrico Artesanal - Confeccionador/a de Manteiga - Produtor/a de Manteiga	Confeccionador/a Artesanal de Produtos Lácteos	
	Conservação e transformação de frutas e legumes	- Conserveiro/a (frutas, legumes, molhos e condimentos) - Conserveiro/a - molhos e condimentos. - Conserveiro/a - frutas e legumes - Produtor/a de Doces e Compotas	Confeccionador/a Artesanal de Produtos Vegetais	
	Produção de Licores, Xaropes e Aguardentes Não Vínicas	- Vinagreiro/a - Licorista/Licoreiro/a - Produtor/a de licores, xaropes e aguardentes não vínicas - Preparador/a de Xaropes - Sumos e Refrigerantes		
	Enchidos e Fumeiro tradicional	- Produtor/a de Enchidos - Produtor/a de Produtos do Fumeiro Tradicional	Produtor/a de Enchidos e Produtos do Fumeiro Tradicional	
	Apicultura	- Trabalhador/a Agrícola/Rural - Apicultura - Apicultor/a		Operador/a Pecuário/a

critério que contribui para o exercício de agregação é a tendência de evolução dos empregos que integram os perfis, que está associada a evolução do próprio sector de actividade.

Sublinha-se, ainda, outros dois critérios que assumem um peso bastante significativo na decisão de agregação dos empregos em perfis profissionais. São eles a construção de perfis profissionais de banda larga e a possibilidade de serem utilizados como referenciais para a construção de perfis de qualificação a certificar pelo sistema de formação.

O quadro 25 apresenta os perfis profissionais construídos (específicos e comuns) e respectivos empregos agregados para cada subsector e área.

Perfis Profissionais Específicos do Sector das Actividades Artesanais

No subsector das **artes de trabalhar o têxtil**, optou-se por construir, como constatámos, um perfil profissional, o **Artesão/ã Têxtil** que integra as áreas dos bordados, rendas e tecelagem.

O perfil de Artesão/ã Têxtil tem como missão: con-

ceber e produzir artigos têxteis, através de técnicas manuais de bordados, tecelagem e de rendas, utilizando diferentes equipamentos e ferramentas, de acordo com o tipo de produto a efectuar (bordados, rendas e tecelagem).

A opção pela construção de um único perfil (Artesão/ã Têxtil), para as áreas de bordados, tecelagem e tapeçaria, embora em cada caso se exija o domínio de técnicas e competências específicas, prende-se essencialmente com o facto das três áreas terem um tronco comum de competências que se encontra associado ao tipo de matéria-prima utilizada.

No subsector das **artes de trabalhar os elementos vegetais**, construímos um perfil que agrega todos os empregos que trabalham os elementos vegetais - o **Artesão/ã de Elementos Vegetais**, cuja missão é confeccionar ou reparar artigos entrançados ou entrelaçados decorativos e/ou utilitários, recorrendo a fibras vegetais e/ou sintéticas e outros materiais. Embora todos os empregos recorram a técnicas e métodos diferenciados, as competências e as actividades são muito semelhantes.

Para o subsector das **artes de trabalhar o barro** foi construído o perfil de **Ceramista**. Este profissional concebe e executa peças/objectos utilitários e decorativos em pasta cerâmica.

No subsector das **artes de trabalhar os metais**, foram concebidos os perfis de **Artesão/ã das Artes do Metal** e o **Artesão/ã das Artes de Metais Preciosos/Ourives**.

O perfil de Artesão/ã das Artes do Metal tem a seguinte missão: fabricar e reparar artigos, produtos ou peças, utilitárias e/ou decorativas⁵⁴, em metal não precioso⁵⁵, utilizando ferramentas manuais e equipamentos específicos (p.e. forja, etc.), tais como: ferra-

mentas e alfaías agrícolas, artigos de cutelaria, ferros forjados artísticos, ferros de corte para ferramentas, ferraduras, artigos utilizados na decoração de interiores e na arquitectura, introduzindo, se necessário, efeitos decorativos em relevo ou lavrado.

O perfil de Artesão/ã das Artes de Metais Preciosos/Ourives tem como missão conceber, fabricar e reparar artefactos de ourivesaria ou joalharia em metais preciosos, utilizando ferramentas manuais ou mecânicas adequadas, recorrendo a várias técnicas de ourivesaria.

Para o subsector da **produção e confeção artesanal de bens alimentares** construíram-se os seguintes perfis:

- O/A **Produtor/a de Enchidos e Produtos do Fumeiro Tradicional** tem como missão transformar carnes ou outros produtos sucedâneos em produtos de salsicharia e fumeiro, segundo processos tradicionais/artesanais.
- O/A **Confeccionador/a Artesanal de Produtos Lácteos** tem como missão fabricar, manualmente, diversos tipos de queijo e requeijão e outros produtos de origem láctea, a partir de leite (vaca, ovelha ou cabra), de acordo com processos e receitas tradicionais, utilizando ferramentas e equipamentos adequados.
- O/A **Confeccionador/a Artesanal de Produtos Vegetais**, tem como missão confeccionar doces, compotas e geleias, conservas e licores, xaropes e aguardentes e vinagres não vínicos, a partir de receitas novas ou tradicionais, através de processos de transformação artesanais de frutas e legumes e outros produtos similares, recorrendo a equipamentos e utensílios adequados.

⁵⁴ Por exemplo, caldeiras, depósitos, tinas e outras estruturas metálicas, baldes, regadores, candeias de petróleo e de azeite, formas, cântaros, jarros, pratos de balança, braseiras e alambiques, etc.

⁵⁵ Por exemplo, chapas finas: folha-de-flandres, ferro/chapa galvanizado, latão, estanho, inox, zinco, alumínio e cobre; chapas grossas, perfis pesados de aço ou outros metais, assim como artigos de chapa ou tubo, etc.

No subsector das **artes de trabalhar o têxtil** foi construído o perfil de **Costureira/ Alfaiate**, perfil já desenvolvido no sector do Vestuário, embora com a designação de Costureiro/a (Modista).

A alteração da designação deve-se à importância que assume o emprego de alfaiate na produção manual ao nível do têxtil, nomeadamente no vestuário masculino à medida. A nova designação dá-nos uma visão mais alargada dos dois tipos de actividades ao nível da confecção.

O perfil de Costureira/Alfaiate tem como missão confeccionar peças de vestuário, cortando e montando os seus diferentes componentes.

Para o subsector das **artes de trabalhar a madeira**, foram construídos, como foi referido, três perfis: o/a **Artesão/ã de Artes em Madeira/ Marceneiro/a** que tem como missão fabricar, montar, decorar e restaurar peças de mobiliário e outros artefactos de madeira, o/a **Artesão/ã de Artefactos em Madeira** que tem como missão fabricar artefactos diversos em madeira utilitários e decorativos, originais e/ou reproduções e o/a **Pintor/a Decorador/a de Mobiliário**, um perfil com uma especificidade maior, que tem como missão pintar, decorar e restaurar peças de mobiliário e outros artefactos/peças de madeira, com motivos diversos, recorrendo a várias técnicas de pintura manual. Estes perfis são comuns ao Sector das Madeiras e suas Obras.

A designação de dois dos perfis anteriormente referidos sofreu alterações: o perfil de **Artesão/ã de Artes em Madeira/ Marceneiro/a** tem a designação de Artífice em Marcenaria no Sector das Madeiras e suas Obras e o perfil de **Pintor/a Decorador/a de Mobiliário** tem, também, no referido sector a designação de Pintor/a Decorador/a de Mobiliário de Estilo e Mobiliário Tradicional. Esta alteração, assumida no contexto deste estudo, justifica-se por motivos de coerência global e harmonização das designações do Sector das Activi-

dades Artesanais.

Quer o perfil de **Artesão/ã de Artes em Madeira/Marceneiro**, quer o perfil **Artesão/ã em Artefactos em Madeira** implicam o domínio de técnicas de trabalhar/transformar a madeira, embora o trabalho em marcenaria exija maior complexidade. O perfil construído para a área da pintura/decoração enquadra-se num domínio mais específico relacionado apenas com os acabamentos em madeira. Por esta razão construímos um perfil para a área da pintura/decoração.

No subsector das **artes de trabalhar o barro** para além do perfil de **Ceramista** (identificado nos perfis específicos), construímos o perfil de **Pintor/a Artístico/a de Cerâmica**. Este integra uma parte restrita da produção cerâmica e tem como missão conceber motivos decorativos e decorar, manualmente, objectos de cerâmica decorativa.

O perfil de Pintor/a Artístico/a de Cerâmica, comum ao estudo do Sector da Cerâmica, desenvolvido pelo IQF, sofreu uma ligeira alteração na sua designação. Nesse estudo designa-se de Pintor/a Decorador/a. Optou-se por esta nova alteração por ser uma designação mais valorizada pelo sector. Noutros sectores, como, por exemplo, nas madeiras e suas obras, também existe o emprego de Pintor/a Decorador/a, embora de natureza muito diferente.

No subsector da **produção e confecção artesanal de bens alimentares** construímos o perfil de **Pasteleiro(a)/Padeiro/a**, que tem como missão: preparar, confeccionar, decorar e embalar produtos de panificação, pastelaria e de geladaria com vista a garantir um serviço de qualidade e a satisfação dos clientes. Este é um perfil comum ao Sector do Turismo.

No âmbito artesanal, este perfil dedica-se à confecção de guarnição e recheio de produtos frescos de confeitaria, doçaria, pastelaria, padaria e bombons ou confeitos e produtos similares, compostos por diversas massas e cremes. Em alguns contex-

tos de produção, ambas as actividades estão relacionadas, ou seja, o mesmo profissional dedica-se à produção tanto de produtos de pastelaria como de padaria, embora em contextos artesanais, por vezes, exista especialização por tipo de produtos.

O perfil de **Operador/a Pecuário/a** é comum ao Sector da Agricultura e tem a missão de executar as operações necessárias à produção pecuária (com ou sem terra), nomeadamente a alimentação, reprodução e higienização das instalações e dos animais, contribuindo para a optimização dos resultados, a segurança e higiene no trabalho, a segurança alimentar dos consumidores, a preservação do meio ambiente e a saúde dos animais.

A integração deste perfil no sector do artesanato está associada à actividade de apicultura. A observação da realidade mostra-nos que este profissional integra, por norma, outras actividades que estão subjacentes ao trabalho existente numa exploração agrícola. A apicultura é uma actividade no quadro da exploração agrícola.

O emprego de Apicultor/a, que integra o perfil de Operador/a Pecuário/a apresenta algumas competências específicas, das quais destacamos:

- Identificar e caracterizar as diferentes fases do processo de produção e extracção do mel e de outros produtos de origem apícola.
- Identificar os materiais, os equipamentos e os

utensílios adequados à produção e extracção de mel.

- Aplicar as técnicas de povoamento de colmeias com os enxames de abelhas.
- Utilizar técnicas de lidar/ manear com as abelhas e de criação das condições necessárias à produção de mel (colocação das colmeias, plantas melíferas, ...).
- Utilizar técnicas de extracção dos favos da colmeia e mel dos favos e de decantação e/ou filtragem do mel.
- Utilizar técnicas de prevenção e de diagnóstico e tratamento das patologias específicas (apícolas).
- Aplicar técnicas de fabricação de produtos a partir dos favos (depois de retirado o mel).

Em todos os perfis profissionais comuns a outros sectores de actividade, à semelhança do que sucedeu nos perfis específicos, foi integrado um conjunto de competências consideradas transversais, nomeadamente, no âmbito de:

- Concepção e desenvolvimento de produtos.
- Qualidade e gestão da qualidade (relação com fornecedores e clientes).
- Compras, aprovisionamento e gestão de stocks.
- Negociação comercial e institucional.
- Vendas e *merchandising*.
- Gestão geral e gestão estratégica.

IV. Diagnóstico de Necessidades de Formação e Pistas para a Reorientação da Formação Profissional

1. Levantamento e Caracterização da Oferta Formativa Orientada para o Sector das Actividades Artesanais

1.1. Nota prévia

"... Para se ser oleiro tem que se andar a aprender pelo menos meia - dúzia de anos..."

(diz o Sr. Manuel Abrantes, oleiro de Ervedal da Beira - 70 anos)

"... Formação profissional para artesãos? Mas o artesanato aprende-se? Não é uma "coisa" que nasce com a pessoa, que vem da sua alma?"

(diz um técnico ligado à Formação Profissional)

São comuns estes dois tipos de opiniões extremadas sobre o processo de aprendizagem no artesanato,

sobre o modo de ser artesão.

Se recuarmos no tempo, verificamos que, na aprendizagem das artes e ofícios, o "saber - fazer" era transmitido de geração em geração, a maioria das vezes em segredo, na intimidade, de pais para filhos. Era na célula familiar que "tudo" acontecia, tudo se passava.

Se esta aquisição do saber-fazer, a que modernamente chamamos metodologia de ensino, é hoje pouco usual foi, no entanto, preponderante durante a 1ª metade do séc. XX e séculos anteriores, época em que o artesanato estava na origem material de todos os utensílios, objectos e equipamentos necessários à vida comunitária e a relação mestre/aprendiz - por vezes com aspecto de servidão - era muito forte.

Foi assim que cada comunidade, parafraseando Helder Pacheco, "formou os seus artistas numa longa cadeia de aquisições de saberes, transmitidos de geração em geração e aperfeiçoados em cada época pelas condições próprias de desenvolvimento das tecnologias e matérias-primas disponíveis e das capacidades para as utilizar e transformar".

Até então, aprender um ofício significava pagar um trabalho de anos de convivência com o mestre, observando-o, repetindo-lhe os gestos, desempenhando todas as tarefas da oficina, da mais elementar à mais complexa. De uma forma gradual e lenta, o aprendiz tornava-se com o tempo (muito lento), num outro mestre.

Este modelo de aprendizagem com provas dadas no passado deixou de ser concorrencial numa sociedade *normalizada*, em que formadores, cursos, aprendizagens têm que obedecer a um elenco de critérios, eles próprios objecto de normalização e certificação.

O saber-fazer puro e simples (aliado à utilização de processos de fabrico tradicionais e à obsolescência ou ausência de equipamentos) já não é hoje suficiente para capacitar o artesão a dar respostas consequentes às diferentes imposições do mercado. Trata-se, sem dúvida, de uma pequena "revolução" que mexe, inevitavelmente, com os processos de aprender, não bastando já a simples transmissão dos saberes tradicionais.

Qualificar um profissional é prepará-lo para o futuro. Preservar o passado, em formação profissional no sector das actividades artesanais, não pode limitar-se à sua mera repetição, torna-se necessário reinterpretá-lo, encontrar um modo de dar um novo futuro ao passado.

A defesa, a preservação e o desenvolvimento dos ofícios tradicionais passam, inevitavelmente, por uma formação qualificante, de base alargada, que permita dotar o artesão das competências necessárias ao

domínio dos saberes e à gestão da sua empresa.

A formação do novo artesão é hoje um processo integrado no qual coexistem a transmissão dos saberes tradicionais com as inovações produtivas, os conhecimentos sobre organização e gestão empresariais com as técnicas de aproximação, relacionamento e convivência com o mercado, acompanhados de um claro demonstrar da influência do meio envolvente (a sociedade) no artesão.

1.2. A Importância do Fundo Social Europeu para a Formação no Artesanato

Nos anos oitenta uma profunda mutação ocorre em Portugal, nos processos de formação em geral, devido aos apoios do Fundo Social Europeu. Todo o sistema de formação profissional sofre grande e notório desenvolvimento, transformação em que participa o ensino das artes e ofícios. Por todo o país surgem cursos de formação profissional cujo grande objectivo era o de formar profissionais que fossem os novos detentores das competências técnicas tradicionais, que dominassem os meios de produção tradicionais (a roda de oleiro, o forno a lenha, o velho tear desengonçado, o escopro e martelo, a goiva...) e que executassem e reproduzissem as formas e os motivos antigos.

O artesanato passou a ser considerado como uma área potencial de empregabilidade, permitindo a criação de novos postos de trabalho e contribuindo simultaneamente para a recuperação de regiões menos desenvolvidas. Trata-se da afirmação de um novo conceito de artesanato, entendido numa óptica de progresso, em contraposição a visões redutoras que o identificam com o passado e lhe atribuem um papel marginal, à laia de curiosidade etnológica, no quadro das sociedades desenvolvidas.

O Tratado da União Política salienta que a

Comunidade Europeia contribuirá para o florescimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, sublinhando, simultaneamente, a sua herança cultural comum. Deve ainda fomentar o conhecimento e a divulgação da cultura e da história dos povos europeus, a conservação e preservação da herança cultural, as trocas culturais e a criação artística.

Assim, enquanto parte integrante da cultura que caracteriza e define a identidade de um povo e se transmite de geração em geração, o artesanato tem vindo a ser, directa ou indirectamente, contemplado nas Medidas de apoio à Formação Profissional.

1.3. A Diversidade de Programas de Apoio à Formação

Nos últimos anos, graças aos fluxos financeiros que nos têm chegado da Europa Comunitária, temos assistido a um forte incremento da actividade de formação no sector. Neste contexto, as actividades consideradas como artesanais têm, naturalmente, sido objecto de múltiplos apoios e programas de formação. A prová-lo estão os programas específicos lançados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional: programas de formação propriamente ditos, caso do CPC - Conservação do Património Cultural (D.L. 247/85, de 12 de Julho) - e das Escolas-Oficina (Portaria n.º 414/96, de 24 de Agosto) claramente vocacionados para a formação e criação de emprego em áreas com forte componente cultural, e incentivos à criação de emprego; ACPE, ILE, Artesanato, etc.

As Escolas-Oficina surgem em 1996, apresentando-se como um programa potenciador de dinâmicas de inserção profissional, de criação de emprego em zonas deprimidas e de promoção de ofícios.

O programa Escolas-Oficina, promovido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, pretende proporcionar a jovens desempregados ou à

procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração, uma qualificação profissional na área dos ofícios tradicionais em vias de desaparecimento (e de novas profissões relacionadas com a valorização do património natural e urbanístico) possibilitando a revalorização dessas actividades numa óptica de desenvolvimento cultural e regional.

Hoje o programa Escolas-Oficina encontra-se suspenso, tendo sido substituído pela Medida "Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato e do Património Natural, Cultural e Urbanístico", criada pelo Decreto-lei n.º 168/2003, de 29 de Julho, no âmbito do Programa de Emprego e Protecção Social e regulamentada pela Portaria n.º 1252/2003, de 31 de Outubro.

A Medida de Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato e do Património Natural, Cultural e Urbanístico consagra apoios à formação no âmbito do sector do artesanato e do património natural, cultural e urbanístico, designadamente:

"Ao desenvolvimento de acções de formação inicial e contínua que visem, respectivamente, a qualificação inicial e o aperfeiçoamento e renovação de competências, numa perspectiva de valorização sociocultural das profissões."

No âmbito do QCA III, o POEFDS - Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social apoia financeiramente cursos de qualificação que visam preparar jovens e adultos para o exercício de profissões qualificantes e cursos de formação contínua de activos.

Ainda no âmbito do POEFDS merece referência, pela sua expressão, os apoios à formação no âmbito do Eixo 5 dirigida a grupos com particulares dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

Finalmente, cabe uma referência para o programa LEADER que contribui para o reconhecimento do artesanato como um sector específico de importância para o desenvolvimento económico, social e cultural

das zonas rurais. Desde o lançamento do LEADER I, em 1991, as ADL - Associações de Desenvolvimento Local focalizam grande parte da sua atenção no apoio ao artesanato integrando variadíssimas acções de formação profissional como componente essencial do património cultural local de rendimento e emprego nos territórios, dando um impulso para a revitalização de fileiras em vias de desaparecimento, graças à recuperação e adaptação dos saberes-fazer, à profissionalização do sector e à ligação a novos mercados.

Se a estes programas adicionarmos as acções de formação apoiadas pelo Programa AGRO do Ministério da Agricultura, tomamos consciência da enorme diversidade de apoios disponíveis para a formação no domínio das artes e ofícios.

Em termos de impacte, esta panóplia de apoios à formação foi útil na preservação de algumas actividades artesanais mas teve também o seu aspecto "perverso", ao considerar-se, por um lado a formação nas actividades artesanais como primeira resposta para uma parte significativa dos problemas sociais, por outro, ao conduzir a uma enorme diversidade de designações de cursos, de cargas horárias, de níveis de saída e de entidades formadoras, muitas delas sem qualquer conhecimento do sector e nem sempre garantindo um bom nível de qualidade técnica e pedagógica dos projectos de formação.

1.4. A Criação de Estruturas de Apoio à Formação

Em 1986, por Protocolo entre o IEFP e a Cáritas Diocesana de Coimbra, é criado o único Centro de Formação Profissional de Gestão Participada para o sector. O CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato, com sede em Coimbra mas com intervenção em todo o território nacional.

Na sua missão está a resposta às necessidades de formação profissional no sector do artesanato, através da qualificação de novos artesãos, em áreas de forte empregabilidade ou em áreas que permitam inverter o processo de extinção de actividades que apresentam condições de viabilidade económica, ou através da realização de acções de formação aos artesãos, contribuindo para a viabilidade das iniciativas de emprego e para o desenvolvimento do sector.

O CEARTE veio a tornar-se no mais importante recurso de que o sector das artes e ofícios dispõe para a qualificação e o aperfeiçoamento dos artesãos portugueses e, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento. Gradualmente e, de forma pioneira, este Centro foi construindo uma cultura de profissionalismo e exigência assentes numa abordagem técnica da formação no artesanato, acumulando experiências, testando metodologias, estendendo a sua intervenção às áreas da consultoria especializada, sendo hoje, reconhecidamente, uma referência a nível nacional.

Na missão que o CEARTE tem vindo a desenvolver ao longo de 18 anos de actividade formativa é genericamente reconhecido o importante contributo que tem dado para responder às necessidades de formação profissional no sector do artesanato (com especial incidência na formação de activos, sendo a entidade com maior relevância a nível nacional a ministrar formação específica para o sector), a seriedade e rigor nas estratégias e medidas de apoio à valorização profissional e actualização profissional dos artesãos e a participação activa nas dinâmicas de estrutura do sector.

Na mesma época surgiram outros Centros de Formação Profissional de Gestão Participada, não especialmente direccionados para as actividades artesanais mas com alguma formação nestes domínios, como o CENCAL - Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica, mas que

desenvolve nos seus Planos de Actividade, acções de formação específica no âmbito da cerâmica artesanal, o CINDOR - Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria que ministra formação específica na ourivesaria portuguesa, o CFPIIMM - Centro de Formação Profissional das Industrias da Madeira e Mobiliário que ministra formação na área das Madeiras e o CPJ - Centro de Formação Profissional da Justiça que para o seu público-alvo - os reclusos detidos em estabelecimentos prisionais - ministra um conjunto significativo de acções de formação nos domínios do artesanato.

Também alguns dos Centros de Formação Profissional de Gestão Directa do IEFP (particularmente os casos de Évora, através do seu Pólo de Formação de Artesãos de Reguengos de Monsaraz, de Aljustrel, de Santiago do Cacém, de Portalegre, de Bragança, do Porto e de Águeda), integram nos seus Planos de Actividade acções específicas no domínio das actividades artesanais, maioritariamente dirigidas a desempregados ou a grupos sociais desfavorecidos.

Também aqui, e à excepção da formação ministrada nos Centros de Gestão Participada como o CEARTE, o CINDOR, o CFPIIMM e o CENCAL (que ministram formação para jovens artesãos), a generalidade das estruturas formativas direccionam a formação nas áreas das actividades artesanais para os desempregados e grupos desfavorecidos, matéria a merecer reflexão dado que não tem carácter sistemático e não vem introduzir nas actividades artesanais a necessária gente jovem, com uma preparação mais adequada e com maiores possibilidades de responder aos desafios actuais.

1.5. Levantamento da Oferta Formativa

1.5.1. Formação Inicial

Com vista à recolha da oferta formativa disponível para o sector das actividades artesanais, contactaram-se as seguintes entidades públicas e privadas

que têm responsabilidades em Portugal, aos diferentes níveis de intervenção:

- Ministério da Educação
 - Departamento do Ensino Superior.
 - Departamento do Ensino Secundário.
 - Escolas Profissionais.
 - Escolas Especializadas de Ensino Artístico.
 - Direcção Geral de Formação Vocacional.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
 - Gabinete do Gestor de POEFDS.
 - Departamento de Formação Profissional do IEFP.
 - Delegações Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, para a oferta formativa do Programa Escolas-Oficina.
 - CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato.
 - CENCAL - Centro de Formação Profissional da Indústria Cerâmica.
 - CINDOR - Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria.
 - CEFOSAP - Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional.
 - INOVINTER - Centro de Formação e de Inovação Tecnológica.
 - CFPIIMM - Centro de Formação Profissional das Industrias da madeira e Mobiliário.
 - Centro de Formação de Artesãos de Reguengos de Monsaraz.
- Outros
 - Gabinete de Gestão do Programa LEADER+.
 - Gabinete de Gestão do Programa AGRO.
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.
 - Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.

A fim de permitir um adequado tratamento e sistematização de dados, estipulou-se como período de referência o biénio 2001 e 2002, incidindo nas acções de formação ministradas e concluídas nesses anos, ou em curso. Posteriormente foi, também solicitada informação relativa ao ano 2004 possibilitando a análise de dados mais actualizados.

1.5.2. Formação Contínua

Para a formação contínua recolheu-se e tratou-se a informação sobre a oferta formativa já sistematizada no "Guia de Formação Contínua" para artesãos, editado pelo PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais em 2001 e 2002 que recolheu e difundiu a informação disponível em Portugal, especificamente direccionada ao sector, bem como a formação transversal nos domínios da gestão, de comercialização e das novas tecnologias de informação.

A análise efectuada incide sobre a execução física nos anos 2001 e 2002 (e também 2004 nos termos da formação inicial) pois, para além de alguma da formação do CEARTE, a formação contínua (tal como parte significativa de formação inicial) não tem um carácter sistemático que nos permita inferir da regularidade de localização e do tipo de formação oferecida.

1.6. Constrangimentos do Levantamento e Análise da Oferta Formativa

Identificaram-se, no âmbito deste processo, algumas dificuldades e limitações associadas à recolha e sistematização de informação sobre a oferta formativa. Neste âmbito, destacam-se os seguintes aspectos:

a) A análise efectuada pode não cobrir a totalidade da oferta existente, devido ao facto das fontes de informação utilizadas se encontrarem dispersas, nalguns casos incompletas, desactualizadas e categorizadas segundo tipologias não uniformizadas.

b) O levantamento e tratamento de informação disponível revela-se muito complexo dada a inexistência de bases de dados ou quando existem, serem da responsabilidade de diferentes entidades e sem uma adequada uniformização, sobretudo na terminologia da formação (tipos, modalidades, níveis de qualificação).

c) O sistema de informação é disperso, o que dificulta o acesso a elementos sobre a formação, apoiada pelos programas nacionais e comunitários, organizada pelas empresas e outras entidades.

d) Não existe uma percepção e interpretação unânime das modalidades de formação pelas diferentes entidades ligadas à formação.

e) Na generalidade das situações, as acções de formação são destinadas a dois públicos - alvo diferentes, como é exemplo a formação de jovens com a de activos (desempregados), provocando alguma confusão na categorização das modalidades da formação.

f) A duração dos cursos, mesmo que para a mesma designação e níveis de formação, nem sempre é idêntica pelo que se torna difícil uma análise objectiva.

Em síntese, além de não existir informação uniforme actualizada e completa, acresce ainda que se encontra dispersa por diferentes ministérios e entidades e, por vezes, diferentes serviços numa entidade.

1.7. Levantamento e Caracterização da Oferta Formativa

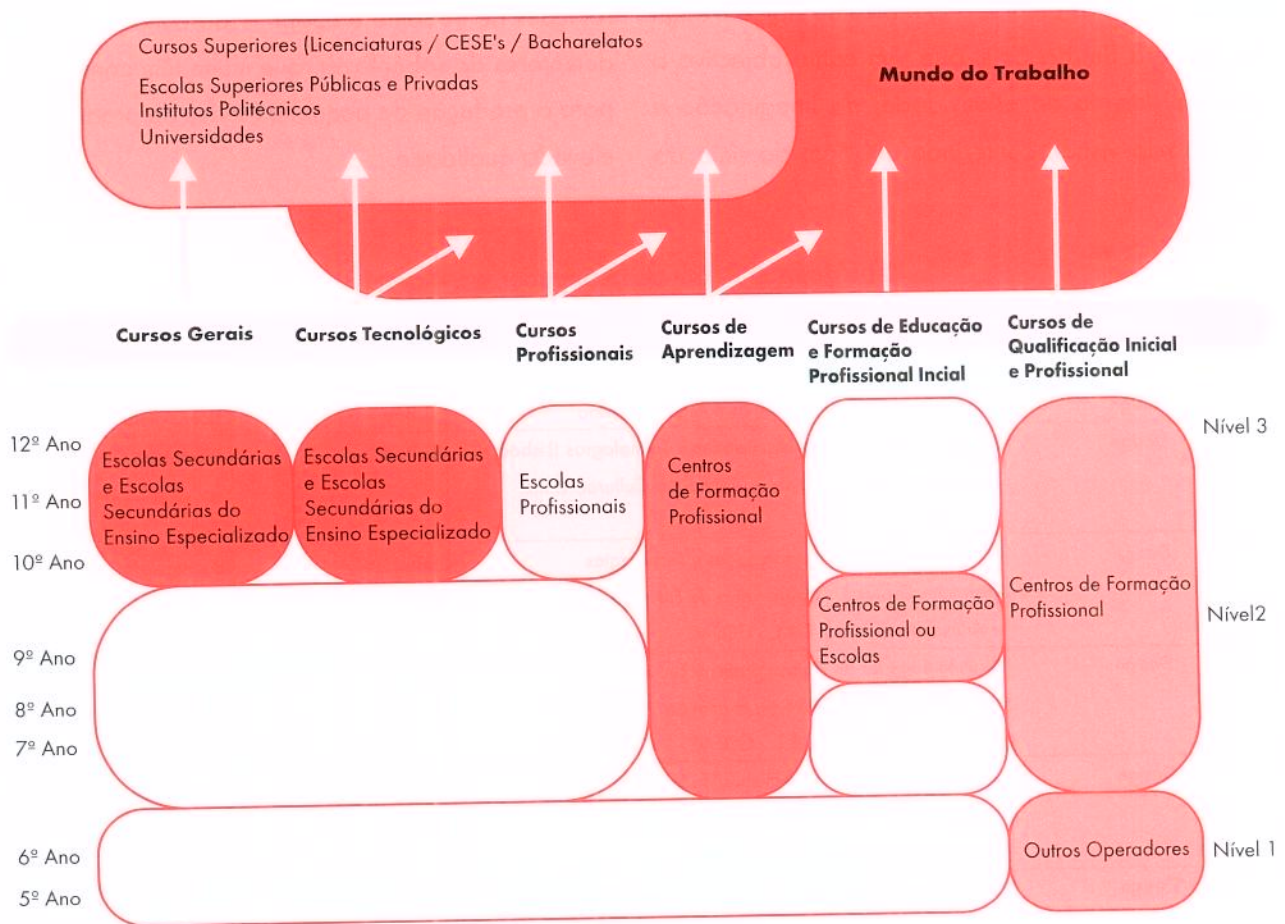
Do levantamento efectuada constata-se, antes de mais, que a formação ministrada no sector das actividades artesanais é desenvolvida por uma diversidade de entidades de carácter público e privado, a generalidade das quais são operadores ocasionais, mantendo-se apenas uniformização no caso do CEARTE, do CINDOR, do CFPIIMM, do CENCAL

e das Escolas Profissionais que têm oferta de formação no sector. Existe um conjunto infindável de entidades que, recorrendo a programas específicos com as Escolas-Oficina, às Intervenções Desconcentradas do POEFDS, o LEADER e às acções de formação profissional no âmbito do artesanato apoiadas pelos Programas Operacionais regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, organizam, acções de formação esporádicas, sobretudo dirigidas a desempregados, com designações, cargas horárias, níveis de saída e pro-

gramas extraordinariamente diversificados e a requererem uma intervenção disciplinadora e orientadora urgente.

Centrando a atenção na oferta de formação disponível com carácter regular, é possível apresentar a figura 4 que resume as principais opções do sistema de ensino e formação directa ou indirectamente disponíveis para as actividades artesanais, tendo em vista o acesso imediato ao mundo do trabalho.

Figura 4 • Sistema de Ensino e Formação para o Sector das Actividades Artesanais



Fonte: CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato - Adaptado do Ministério da Educação

1.8. Oferta de Formação Inicial Inserida no Sistema Educativo

1.8.1. Ensino Superior

Ao nível do Ensino Superior (Universidades, Institutos Politécnicos, Escolas Superiores) constata-se a existência de diversos cursos, nenhum deles directo e exclusivamente ligado às actividades artesanais, mas com duração entre 3 e 5 anos que permitem estabelecer pontos de diálogo entre a criação e execução, nas quais encontramos ofertas formativas que têm contribuído significativamente para a renovação das artes e ofícios.

Destacam-se os diferentes cursos de Design ministrados nas várias Escolas Superiores de Arte e Design de Norte a Sul do país, que têm como objectivo o desenvolvimento da criatividade, da imaginação e da literacia visual, conferindo um bom domínio do

desenho, da expressão plástica e das áreas a montante e a jusante da actividade do designer. Têm ainda como intuito a promoção da capacidade de combinar espírito analítico e intuição na exploração de materiais, tecnologias e processos para a concepção de respostas inovadoras e adaptadas à realidade do tecido produtivo.

Destes cursos superiores têm saído profissionais que, detentores de um nível de conhecimentos elevados e de sólida formação estética e criativa, optaram pelas actividades artesanais enquanto artesãos contemporâneos que personificam provavelmente os artesãos de futuro.

Alguns destes licenciados estabeleceram também relações de trabalho e cooperação com os artesãos detentores do saber-fazer, que muito têm contribuído para a produção de pequenas séries de produtos de elevada qualidade.

Quadro 26 • Formação Superior em Design

Cursos	Instituição	Distrito	Grau
Design	Escola Superior de Artes e Design	Porto	Licenciatura Bietápica
Design	Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa	Lisboa	Licenciatura Bietápica
Design	Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias (Lisboa) - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L. - COFAC	Lisboa	Bacharelato
Design	Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias (Marinha Grande) - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L. - COFAC	Leiria	Bacharelato
Design	Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias (Portimão) - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L. - COFAC	Faro	Bacharelato
Design	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L. - COFAC	Lisboa	Licenciatura
Design	Escola Superior Gallaecia - Fundação Convento da Orada	Viana do Castelo	Licenciatura
Design	Escola Superior de Design - Instituto Artes Visuais, Design e Marketing - IADE	Lisboa	Licenciatura
Design	Escola Superior de Educação de Faro - Universidade Algarve	Faro	Licenciatura Bietápica
Design	Universidade de Aveiro - Universidade Aveiro	Aveiro	Licenciatura
Design de Equipamento	Escola Universitária das Artes de Coimbra - Associação Recreativa de Coimbra Artística - ARCA	Coimbra	Licenciatura

Quadro 26 • Formação Superior em Design (continuação)

Cursos	Instituição	Distrito	Grau
Design de Equipamento	Faculdade de Belas-Artes de Lisboa - Universidade Lisboa	Lisboa	Bacharelato + Licenciatura
Design de Interiores	Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco - Instituto Politécnico Castelo Branco	Castelo Branco	Licenciatura Bietápica
Design de Moda e Têxtil	Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco - Instituto Politécnico Castelo Branco	Castelo Branco	Licenciatura Bietápica
Design do Produto	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo - Instituto Politécnico Viana do Castelo	Viana do Castelo	Licenciatura Bietápica
Design Industrial	Universidade Lusíada (Lisboa) - Universidade Lusíada (Lisboa)	Lisboa	Licenciatura
Design Industrial	Universidade Lusíada (Porto) - Universidade Lusíada (Porto)	Porto	Licenciatura
Design Têxtil e do Vestuário	Universidade da Beira Interior - Universidade Beira Interior	Castelo Branco	Licenciatura
Design, opção de Design Industrial	Escola Superior de Tecnologia, Gestão Arte e Design das Caldas da Rainha - Instituto Politécnico Leiria	Leiria	Licenciatura Bietápica
Design, opção de Tecnologias para a Cerâmica	Escola Superior de Tecnologia, Gestão Arte e Design das Caldas da Rainha - Instituto Politécnico Leiria	Leiria	Licenciatura Bietápica
Design/Projectação	Universidade da Madeira - Universidade Madeira	Funchal	Bacharelato + Licenciatura

1.8.2. Ensino Não Superior

O ensino secundário é um ciclo de estudos com características próprias, integrando quer percursos essencialmente orientados para o prosseguimento de estudos no ensino superior, quer outros mais vocacionados para a integração no mercado de trabalho. Corresponde aos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade e destina-se aos alunos que, tendo concluído o 9º ano de escolaridade, pretendam obter uma formação de nível secundário, tendo em vista o prosseguimento de estudos no ensino superior ou uma qualificação profissional de nível 3 que lhes possibilite o ingresso no mercado de trabalho, como técnicos intermédios. Neste âmbito existem diferentes cursos: cursos gerais; cursos tecnológicos; cursos secundários do ensino artístico especializado; cursos profissionais; cursos gerais e técnicos do ensino recorrente; cursos gerais e cursos tecnológicos do ensino artístico recorrente.

Neste ponto do trabalho, interessa-nos particularmente os Cursos Tecnológicos e os Cursos Profissionais, bem como a vertente de Artes Visuais dos Cur-

sos Gerais e Tecnológicos de Ensino Artístico Especializado, já que são os únicos que poderão ter uma ligação mais directa com o Sector das Actividades Artesanais.

Cursos Tecnológicos

Na oferta de ensino técnico-profissional mais vocacionado para o sector, no âmbito do sistema educativo, destaca-se o Curso Tecnológico de Artes e Ofícios (do agrupamento 2) que confere um certificado de qualificação profissional de nível 3 e que permite o ingresso no mercado de trabalho como técnico intermédio, possibilitando também o acesso ao ensino superior (universitário ou politécnico).

O Curso Tecnológico de Artes e Ofícios no seu plano curricular, para além de comportar uma componente de Formação Geral, uma componente de Formação Específica (Desenho e Geometria Descritiva e História da Arte), engloba ainda uma componente de Formação Técnica, com disciplinas como Métodos Quantitativos, Teoria da Arte e do Design,

Oficina de Arte e diferentes tecnologias. Nesta disciplina de Tecnologias, os alunos podem optar por uma tecnologia autónoma, no âmbito do Vidro, da Cerâmica, dos Têxteis ou dos Metais. A tecnologia escolhida será frequentada ao longo dos três anos de duração do curso.

Assim, a oferta destes Cursos Tecnológicos de Artes e Ofícios é (era) protagonizada por 53 (cinquenta e três) escolas secundárias distribuídas por todo o país.

Vale a pena sublinhar, contudo, que a Revisão Curricular do Ensino Secundário efectuada em 2003 alterou substancialmente o perfil e a oferta de cursos destas modalidades de ensino.

Assim, após a revisão, os cursos tecnológicos passam a ter uma componente de formação científica e uma forte componente de formação tecnológica e só um deles (o Curso Tecnológico de Design de Equipamento) se pode dizer estar relacionado com as actividades artesanais.

Cursos Profissionais

O ensino profissional é uma modalidade especial de educação escolar que tem como objectivo primordial o desenvolvimento de uma formação qualificada dos jovens, que lhes permite desenvolver competências específicas para o exercício de uma profissão. Este tipo de ensino ministrado pelas Escolas Profissionais tem também como finalidade fornecer respostas às necessidades de desenvolvimento regional e local.

O plano dos cursos profissionais está geralmente organizado por módulos e apresenta três componentes de formação essenciais: uma componente de Formação Sociocultural (comum aos diferentes cursos), uma componente de Formação Científica (comum a todos os cursos da mesma área de formação) e uma componente de Formação Técnica, Prática, Artística e Tecnológica (variável de curso para curso). É ainda comum a existência de um período de Formação em Contexto de Trabalho, muitas vezes na modalidade de estágio.

Assim, as Escolas Profissionais procuraram ser uma alternativa ao ensino secundário tradicional e pretendem ministrar formação que articule conhecimentos de carácter mais técnico (apostando numa vertente quer tecnológica quer prática) produzindo qualificações em profissões com maior procura no tecido empresarial do concelho onde actuam, estando vocacionadas para a preparação para a vida activa e o ingresso no mundo profissional. São cursos com duração de 3 anos que permitem um Diploma de Qualificação Profissional de nível 3 e um Certificado de Equivalência ao 12º ano de escolaridade, que possibilita a candidatura ao ensino superior.

Da oferta formativa disponibilizada pelas Escolas Profissionais (cada vez mais direccionadas para a área dos serviços), interessa-nos analisar os cursos da área do artesanato e que são os que constam no quadro 27.

Quadro 27 • Oferta Formativa das Escolas Profissionais orientada para o Sector das Actividades Artesanais

Cursos	Instituição	Distrito	Grau
Técnico Cerâmica/ Modelação e Decoração	Escola de Artes de Coimbra	Coimbra	Curso Nível 3 UE (12º)
Técnico Decoração do Vidro/Pintura/Gravação/ Lapidação	Escola Profissional e Artística da Marinha Grande - EPAMG	Leiria	Curso Nível 3 UE (12º)

Quadro 27 • Oferta Formativa das Escolas Profissionais orientada para o Sector das Actividades Artesanais (continuação)

Cursos	Instituição	Distrito	Grau
Mestre de Cantaria / Técnico Empresário	Escola Profissional de Artes e Ofícios Tradicionais da Batalha	Leiria	Curso Nível 3 UE (12º)
Técnico de Industrias Agro-Alimentares	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa	Serpa	Curso Nível 3 UE (12º)

Fonte: Escolas Profissionais

Também esta modalidade sofreu reestruturações, a qual, baseando-se na nova classificação das Áreas de Formação distribui os cursos por 38 áreas, sendo que a mais directamente relacionada com o sector das actividades artesanais é a do **Património Cultural e Produção Artística**.

Trata-se de formação que prepara para o exercício de profissões que implicam a identificação,

conservação, restauro, gestão e divulgação do património, bem como a expressão individualizada de talentos criativos, com vista à produção de objectos artísticos em domínios como pintura, escultura, cerâmica, joalheria e outros.

Actualmente, a oferta de Cursos Profissionais relacionados com o sector em estudo é a apresentada no quadro 28.

Quadro 28 • Oferta de Cursos Profissionais Orientada para o Sector das Actividades Artesanais

Cursos	Escolas	Nível
Artesão de Fabrico de Queijo	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa	Curso Nível 2
Mestre de Fabrico de Fabrico de Queijo (Técnico Empresário)	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa	Curso Nível 3
Mestre de Construção Civil Tradicional (Técnico Empresário)	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa	Curso Nível 3
Lojista (Técnico Empresário de Comércio Tradicional)	Escola Profissional de Artes e Ofícios Tradicionais da Batalha	Curso Nível 3
Lojista (Técnico Empresário de Comércio Tradicional)	Escola Profissional António Lago Cerqueira	Curso Nível 3
Técnico de Indústrias Agro - Alimentares	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa	Curso Nível 3
Técnico de Indústrias Agro - Alimentares	Escola Profissional Agrícola D. Dinis Paia	Curso Nível 3
Técnico de Indústrias Agro - Alimentares	Escola Profissional Agrícola de Lamego	Curso Nível 3
Técnico de Indústrias Agro - Alimentares	Escola Profissional da Região Alentejo	Curso Nível 3
Técnico de Indústrias Agro - Alimentares	Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte	Curso Nível 3
Técnico de Indústrias Agro - Alimentares	Escola Tecnológica e Profissional de Sicó	Curso Nível 3
Mestre de Cerâmica Artística (Técnico Empresário)	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa	Curso Nível 3
Mestre de Cantaria (Técnico Empresário)	Escola Profissional de Artes e Ofícios Tradicionais da Batalha	Curso Nível 3

Cursos	Escolas	Nível
Técnico de Artes em Granito	Escola Profissional Economia Social	Curso Nível 3
Técnico da Pedra/Restauro e Conservação	Centro de Estudos e Trabalho da Pedra	Curso Nível 3
Técnico da Pedra/Restauro e Conservação	Escola Profissional da Região Alentejo	Curso Nível 3
Técnico da Pedra/Restauro e Conservação	Escola Profissional de Carvalhais	Curso Nível 3
Artesão de Talha Artística de Madeiras	Escola Profissional António Lago Cerqueira	Curso Nível 2
Técnico Auxiliar de Conservação e Restauro de Talha	Escola Profissional António Lago Cerqueira	Curso Nível 3
Técnico de Cerâmica/Decoração e Pintura de Cerâmica e Azulejo	Escola Profissional Alto Minho Interior	Curso Nível 3
Técnico de Cerâmica/Decoração e Pintura de Cerâmica e Azulejo	ETAP - Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal	Curso Nível 3
Artesão de Rendas e Bordados	Escola Profissional António Lago Cerqueira	Curso Nível 2
Técnico de Cerâmica/Modelação e Decoração	Escola Profissional da Região Alentejo	Curso Nível 3
Técnico de Cerâmica/Modelação e Decoração	Escola de Artes de Coimbra	Curso Nível 3
Técnico de Decoração/Gravação/Lapidação/Pintura do Vidro	Escola Profissional e Artística da Marinha Grande - EPAMG	Curso Nível 3

Fonte: Direcção-Geral de Formação Vocacional - Ministério da Educação

Cursos do Ensino Artístico Especializado

Os Cursos do Ensino Secundário Artístico Especializado, que consiste numa formação especializada numa via de estudos artísticos, têm como duração 3 anos lectivos, correspondentes aos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade e conferem um diploma de estudos secundários.

Pese embora o facto de conter especificidades próprias, inscrevem-se nos moldes gerais do ensino básico e secundário, sendo leccionados em escolas públicas e em escolas particulares e/ou cooperativas. Estes cursos secundários de ensino artístico abarcam as áreas de Artes Visuais, Música e Dança.

Neste momento, encontra-se em fase final a reestruturação do Ensino Artístico Especializado. Contudo, actualmente, no domínio das Artes Visuais, encontram-se a funcionar Cursos nas Escolas

Secundárias Públicas António Arroio (Lisboa) e Soares dos Reis (Porto) e ainda no estabelecimento de Ensino Privado do Instituto das Artes e da Imagem (Porto).

A **Escola Secundária António Arroio**, Lisboa, oferece os seguintes cursos:

- Curso Geral de Artes
- Curso Tecnológico de Arte e Design Cerâmico
- Curso de Arte e Tecnologias de Comunicação Gráfica
- Curso Tecnológico de Arte e Design Têxtil
- Curso de Arte e Técnicas de Ourivesaria e Metais

A **Escola Secundária Soares dos Reis**, Porto, oferece os seguintes cursos:

- Curso Geral de Artes Visuais

- Curso de Cerâmica
- Curso de Artes Têxteis
- Curso de Ourivesaria

No **Instituto das Artes e da Imagem** são ministrados os cursos de:

- Curso de Design de Equipamento e Produtos
- Conservação e Restauro do Património

Devemos ainda assinalar a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva que através do IAO - **Instituto de Artes e Ofícios** ministra os seguintes cursos:

- Curso de Iniciação à Marcenaria
- Curso de Iniciação à Pintura Decorativa

Artífice Qualificado

- Marceneiro
- Marceneiro/Entalhador
- Marceneiro/Embutidor
- Pintor Decorativo

Técnico Auxiliar de Conservação e Restauro

- Conservação e restauro de Mobiliário
- Conservação de Escultura em Madeira
- Conservação de Escultura em Azulejos
- Conservação e Restauro de Pintura Decorativa

1.9. Formação inserida no Mercado de Emprego

1.9.1. Qualificação Inicial e Profissional

A principal oferta formativa vocacionada para o sector (específica e comum) inserida no mercado de emprego concretiza-se através das seguintes entidades promotoras:

- **Centros de Formação Profissional de Gestão Participada** - com particular destaque para o CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato, mas com cursos desenvolvidos tam-

bém pelo CINDOR - Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria, Relojoaria e pelo CENCAL - Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica, pelo Centro Protocolar da Justiça e pelo CFPIMM - Centro de Formação Profissional das Indústrias da Madeira e Mobiliário.

- **Centros de Formação Profissional do IEFP** (com particular destaque para o Centro de Évora, através da sua Delegação - Centro de Formação Profissional de Reguengos de Monsaraz, Portalegre, Santiago do Cacém, Aljustrel, Setúbal, Porto e Rio Meão).
- **Associações de Desenvolvimento Local.**
- **Associações de Produtores.**
- **Autarquias Locais.**
- **Empresas privadas de Consultoria, Serviços e Formação.**

De qualquer modo, pode afirmar-se que, salvo raras excepções, toda a oferta formativa destinada ao artesanato é financiada, directa ou indirectamente pelo FSE (Fundo Social Europeu) com a Estrutura de Gestão situada ao nível do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social no caso dos Programas Operacionais direccionados para o emprego e a formação profissional - particularmente o POEFDS - Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social e o Programa Escolas-Oficina.

Para uma melhor análise, dividiremos este capítulo da oferta formativa ao nível da Qualificação Inicial e Profissional em 5 partes diferenciadas em função das entidades formadoras, dos programas de apoio e do público-alvo e do carácter mais ou menos regular da formação.

Centros de Formação Profissional do IEFP (Gestão Directa e Participada)

Analizou-se a informação relativa à oferta de formação de cursos de formação inicial/qualificação profissional, desenvolvidos pelos Centros Formação

Profissional de Gestão Participada e Centros de Gestão Directa da tutela do IEFP.

Aqui para além da oferta formativa, estabilizada e dirigida maioritariamente a jovens, ministrada pelo CEARTE nos vários domínios sobre os quais incide este estudo (Madeiras, Têxteis, Cerâmica, Metais e Agro-Alimentar) e outros domínios específicos do artesanato (Património, Papel, Pele e Couro e Restauro) e do CINDOR, no domínio específico da Ourivesaria, do CFPIIMM (no domínio específico da Madeira) e do Centro de Formação de Artesãos de Reguengos de Monsaraz (extensão do Centro de Formação Profissional de Évora, nos domínios dos Têxteis e da Cerâmica) encontramos ofertas formativas com carácter não tão permanente, dirigidas maioritariamente a desempregados ministradas pelos Centros de Formação Profissional de Gestão Directa de Évora, Beja, Aljustrel, Portalegre, Santiago do Cacém e Castelo Branco.

Trata-se, na sua maioria, de formações iniciais de qualificação profissional com durações aproximadas de 1000/1500 horas ministradas de forma intensiva e que se caracterizam por privilegiar as componentes técnico-profissionais, conferindo o nível 2 UE.

Da totalidade das acções ministradas no ano de 2001 e 2002 num total de 105, só 15 (14,3%) conferem, para além da qualificação profissional de nível 2 ou 3, uma equivalência escolar ao nível do 9º (12 acções) ou 12º ano (3 acções), acções que,

naturalmente, têm durações mais longas, de 2 ou 3 anos a tempo inteiro.

Registe-se que só o CEARTE, CINDOR e o CFPIIMM desenvolvem formação nestas modalidades de formação com dupla certificação - ao nível da Aprendizagem e da Educação/Formação para Jovens e de Educação e Formação de Adultos para adultos desempregados.

Para uma análise ainda mais detalhada sobre a formação para o Sector das Actividades Artesanais ministrada nos Centros de Gestão Directa e Participada (consultar o quadro 29).

O quadro 29 mostra que a formação ministrada pelos Centros de Formação Profissional de Gestão Directa e Participada cobre transversalmente os 5 subsectores estudados, verificando-se a maior parte das acções na área dos metais (sobretudo por influência dos cursos de ourivesaria) com um total de 38 e 286 formandos, logo seguido pela área da cerâmica (30 cursos e 274 formandos) e bastante menos na área das madeiras e têxteis, sendo que a área menos representativa é a dos elementos vegetais, somente com um total de 5 cursos e 68 formandos.

Como se pode ainda verificar em 2001, o total de cursos chega aos 59 envolvendo 591 formandos e, em 2002, baixou ligeiramente para 46 cursos e 422 formandos.

Quadro 29 - Acções de Formação e Número de Formandos em 2001 e 2002 nos Centros de Formação Profissional do IEFP, por Área de Artesanato

Área		Cerâmica		Madeiras		Elementos Vegetais		Têxteis		Metais		Outras		Totais	
Ano	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	
2001	17	159	7	103	2	28	9	138	21	163	0	0	59	591	
2002	13	115	10	71	3	40	5	80	17	123	1	13	46	422	
Total	30	274	17	174	5	68	14	198	38	286	1	13	105	1013	

Fonte: Departamento de Formação Profissional do IEFP

Ao nível das designações e tipologias de cursos verifica-se que na Cerâmica se encontram cursos de Decoração Cerâmica, Pintura e Decoração Cerâmica, Pintura Cerâmica e Pintor Cerâmico, num total de 16 cursos (que, em princípio, correspondem à mesma saída profissional de Pintor/Decorador Cerâmico), 4 cursos de Olaria de Roda, 3 de Azulejaria e, no CEARTE, cursos de Ceramista Oleiro, Ceramista Modelador e Ceramista Decorador.

No subsector das madeiras surgem cursos de Marcenaria, Carpintaria, Técnico de Madeiras e Mobiliário e Pintura Artística de Mobiliário, este é o mais representativo com 5 cursos realizados na Região do Alentejo.

No subsector dos têxteis, do total de 14 cursos realizados nos 2 anos assumem um peso especial os cursos de Tecelagem e Bordados com 5 acções cada, para além dos cursos de Artesão Têxtil do CEARTE e de Tapeçaria do Centro de Formação Profissional de Évora.

Se efectuarmos uma análise por região, verificamos que a mais representativa, em termos de formação em artesanato ministrada pelos Centros de Formação Profissional, é a Região Centro com 37 cursos (38,8% do total) logo seguida da Região Norte com 31 cursos (29,5% do total) e da Região do Alentejo com 27 cursos nos 2 anos (25,7% do total). Na Região do Algarve apenas surge a referência a 2 cursos e na Região de Lisboa e Vale do Tejo 6 cursos.

No ano 2004, conforme o quadro 30, o número de

cursos e o número de formandos é semelhante ao desenvolvido em 2001 e 2002 (49 cursos e 618 formandos) o que pode significar que a oferta formativa dos Centros de Formação Profissional de Gestão Participada (com particular destaque para o CEARTE, o CENCAL e o CINDOR) é relativamente estável.

Por subsector de actividade, no ano de 2004 a Cerâmica e os Têxteis, com 11 cursos cada e cerca de 140 formandos são os mais representativos, significando cada um deles cerca de 22,5% do total da actividade formativa desenvolvida. O subsector das madeiras surge com 9 cursos e 120 formandos (cerca de 19%) e o sector dos bens alimentares é o menos representativo, apenas com 2 cursos e 24 formandos.

Se avaliarmos por região, verificamos que a Região Centro volta a ser a região com mais oferta formativa, com um total de 31 cursos e 410 formandos (63% do total) explicável por ser a região de maior intensidade formativa do CEARTE que, contudo, recebe formandos oriundos de todo o país.

Seguem-se as Regiões Norte e Alentejo, com 9 e 8 cursos, respectivamente, em que participam 97 (Norte) e 105 (Alentejo) formandos. Na Região do Algarve apenas se realizou um curso na área dos elementos vegetais.

De registar como um dado significativo no ano 2004 o facto de 17 dos 49 cursos (ou seja 35%) serem cursos com dupla certificação - escolar e profissional,

Quadro 30 • Acções de Formação em 2004 nos Centros de Formação Profissional do IEF

Área	Cerâmica		Madeiras		Elementos Vegetais		Têxteis		Metais		Bens Alimentares		Outras		Totais	
	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos
2004	11	143	9	120	7	80	11	141	5	68	2	24	4	42	49	618
Total	11	143	9	120	7	80	11	141	5	68	2	24	4	42	49	618

Fonte: Departamento de Formação do IEF

um importante aumento comparado com 2001/2002 em que eram apenas 14%.

Destacam-se aqui o CEARTE, o CENCAL e o CINDOR que têm já parte significativa da sua formação nestas modalidades, enquanto os Centros de Gestão Directa continuam a investir na qualificação profissional.

Oferta Formativa no âmbito do Programa Escolas-Oficina

Analisou-se a formação promovida no âmbito do Programa Escolas-Oficina tendo-se verificado (conforme consta no quadro 31) que, só no ano de 2002 decorreram 84 acções de formação, frequentadas por 1015 formandos. Das várias áreas de formação, destacam-se a área têxtil com 26 acções e 313 formandos (respectivamente 32% e 31% do total) e a área dos bens alimentares que, com 28 acções e 360 formandos, representou 33% e 35% do total. No seu conjunto, as acções de formação realizadas nestas duas áreas representam mais de dois terços da totalidade da oferta formativa nesta modalidade.

Trata-se de cursos com uma duração de 12 meses, com 1680 horas distribuídas, da seguinte forma: 200h sociocultural, 360 científico-tecnológica e 1120h formação prática em contexto de trabalho.

Pelos números apresentados, verifica-se que o programa Escolas-Oficina se revela um potencial de intervenção considerável em matéria de formação profissional no artesanato, sendo no entanto difícil tipificar:

- As saídas profissionais (surtem designações de cursos tão diversos como "Doçarias e Bebidas Espirituais Regionais", "Doces e Licores Tradicionais", "Doces Compotas e Licores", "Conservas e Concentrados de Fruta", "Conservas Hortícolas" (no domínio dos bens alimentares).
- Às entidades formadoras é quase impossível estabelecer os referenciais curriculares e programas de formação, sobretudo técnica e prática simulada dada a diversidade de entidades promotoras e formadoras.

Para ilustrar a diversidade de entidades promotoras verifica-se que 12 são Autarquias Locais (3 das quais Juntas de Freguesia), 16 são Associações de Desenvolvimento Local, 9 são Associações de Produtores (e destas 3 são Associações de Artesãos - de Macedo de Cavaleiros, Tâmega e Barroso e de Artes e Ofícios do Seixal). Encontram-se ainda 4 operadores privados, 4 Escolas Profissionais ou entidades ligadas ao ensino e até uma Confraria Gastronómica, entre outros.

Em termos de distribuição geográfica, verificou-se uma maior incidência na Região Centro com 30 cursos, Região do Alentejo com 33, 23 acções a decorrer na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 28 na Região Norte e 6 no Algarve.

Formação para Grupos com Particulares Dificuldades de Acesso ao Mercado de Trabalho - Medida 5 do POEFDS

Pelo seu peso em termos de acções de qualificação no Sector das Actividades Artesanais, decidiu-se isolar

Quadro 31 - Acções de Formação e Número de Formandos em 2001 e 2002 no Âmbito do Programa Escolas-Oficina, por Área de Artesanato

Área	Cerâmica		Madeiras		Elementos		Têxteis		Metais		Bens		Outras		Totais	
					Vegetais						Alimentares					
Ano	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos
2001	8	115	4	44	2	20	7	62	0	0	14	119	1	6	36	366
2002	15	169	13	144	3	36	26	313	0	0	25	345	2	28	84	1035
Total	23	284	17	188	5	56	33	375	0	0	39	464	3	34	120	1401

Fonte: Delegações Regionais do IEFP/Direcção de Serviços de Programas de Emprego do IEFP

num ponto a formação ministrada no âmbito da Medida/Eixo 5 do POEFDS - Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, destinada a beneficiários do rendimento mínimo garantido, desempregados de longa duração, pessoas com deficiência e outros grupos sociais desfavorecidos (minorias étnicas, reclusos, pessoas em situação de risco social agravado).

Trata-se de cursos de iniciação profissional muitas vezes equiparados a nível 1 da UE (um nível onde os conhecimentos técnicos e capacidades práticas são muito limitados, sendo uma formação que permite principalmente a execução de trabalhos simples, podendo a sua aquisição ser bastante rápida) o que deve conduzir a uma reflexão aprofundada já que o

conceito de artesão previsto no DL 110/2002, de 16 de Abril pressupõe o domínio de todo o processo produtivo (e não apenas uma das suas componentes) e ser detentor de todas as competências necessárias para o exercício da profissão, aspectos que não são cumpridos nos cursos de nível 1.

Assim, conforme se pode ver no quadro 32 verifica-se que, no ano 2002 se realizaram 24 acções envolvendo 308 formandos, sendo o subsector das madeiras o mais representado, com 10 cursos e 121 formandos.

No ano 2001, foram realizadas 48 acções envolvendo 575 formandos, sendo também o subsector das madeiras o mais representado (com 16 acções e 188 formandos), mas também, com uma forte representação dos têxteis com 9 acções e 112 formandos.

Quadro 32 • Acções de Formação e Número de Formandos por Área de Artesanato, no âmbito da Medida 5 do POEFDS

Área	Cerâmica		Madeiras		Elementos Vegetais		Têxteis		Metais		Bens Alimentares		Outras		Totais	
	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos
2001	8	100	16	188	5	60	9	112	1	6	0	0	9	109	48	575
2002	6	84	10	121	4	53	3	38	0	0	1	12	0	0	24	308
Total	14	184	26	309	9	113	12	150	1	6	1	12	9	109	72	883

Fonte: Estrutura de Gestão da Medida 5 do POEFDS

Quadro 33 • Cursos Desenvolvidos no Ano 2001 no Âmbito da Medida 5 do POEFDS

CURSO / SAÍDA PROFISSIONAL	ENTIDADE PROMOTORA	DURAÇÃO		NÍVEL DE SAÍDA	N.º DE FORMANDOS
		Início	Fim		
Artes Diversas	Cecobeira Prof-Coop de Educação e Formação Profissional, Crl	07-Mai-01	31-Dez-01	Nível 1	15
Técnicas de Restauro	Instituto do Emprego e Formação Profissional	02-Jan-01	31-Dez-01	Nível 1	17
Desenho Gráfico	Instituto do Emprego e Formação Profissional	01-Mar-01	26-Jun-01	Nível 1	13
Acabamentos Gráficos	Centro de Formação Profissional Viana do Castelo	02-Jan-01	08-Nov-01	Nível 2	10
Artes Decorativas	Instituto do Emprego e Formação Profissional	02-Jan-01	07-Ago-01	Nível 2	12
Pintura Decorativa	Centro de Formação de Santiago do Cacém	02-Jan-01	24-Jan-01	Nível 2	6
Artesanato	Gabinete Social de Atendimento à Família	04-Jun-01	19-Set-01	Nível 2	12
Operadores Gráficos	Prosalis-Projecto de Saúde em Lisboa	29-Jun-01	03-Mai-02	Nível 2	14
Brinquedos Populares	Marca, Assoc Desenvolvimento Local	09-Jul-01	08-Jul-02	Nível 2	10

Quadro 33 • Cursos Desenvolvidos no Ano 2001 no Âmbito da Medida 5 do POEFDS (continuação)

CURSO / SAÍDA PROFISSIONAL	ENTIDADE PROMOTORA	DURAÇÃO		NÍVEL DE SAÍDA	N.º DE FORMANDOS
		Início	Fim		
Tapetes de Arraiolos	Cfjustica - Centro Protocolar de F.P. para Sector Justiça	26-Jan-01	31-Dez-01	Nível 1	9
Modelagem, Costura e Confeção	Sind dos Trabs Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro	21-Mai-01	28-Fev-02	Nível 2	15
Tapeçaria	Adreg - Ass. P/Desenv. da Região de Grândola	11-Jun-01	05-Jun-02	Nível 2	7
Corte e Costura	Adreg - Ass. P/Desenv. da Região de Grândola	11-Jun-01	05-Jun-02	Nível 2	7
Bordados	Pró-Raia - Ass. Desenv. Integrado da Raia Centro Norte	23-Jul-01	23-Jul-02	Nível 2	10
Tecelagem	Nerba-Núcleo Empresarial da Região de Bra- gança - A. Empresarial	08-Out-01	31-Jul-02	Nível 2	14
Linho e Tecelagem Artesanal	Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes	03-Out-01	16-Out-02	Nível 2	14
Bordados Regionais	Centro de Formação Assistência e Desenvolvimento	25-Jun-01	15-Fev-02	Nível 1	12
Formação Doméstica e Tapeçaria	Centro de Formação Assistência e Desenvolvimento	25-Jun-01	05-Mar-02	Nível 1	24
Carpintaria	Centro de Formação Profissional de Bragança	01-Jan-01	26-Jan-01	Nível 2	10
Carpintaria	Centro de Formação Profissional de Bragança	19-Jun-01	21-Ago-01	Nível 2	12
Carpintaria	Centro de Formação Profissional de Bragança	21-Ago-01	22-Out-01	Nível 2	12
Carpintaria	Instituto do Emprego e Formação Profissional	02-Jan-01	30-Ago-01	Nível 1	6
Fab. Produtos Metálicos e Madeira	Instituto do Emprego e Formação Profissional	02-Jan-01	06-Abr-01	Nível 1	8
Carpintaria	Centro de Formação Profissional de Évora	07-Mai-01	31-Dez-01	Nível 1	8
Carpintaria	Instituto do Emprego e Formação Profissional	02-Jan-01	31-Dez-01	Nível 2	14
Pintura e Decoração de Mobiliário	Centro de Formação Profissional de Portalegre	02-Jan-01	15-Nov-01	Nível 2	15
Pintura e Decoração de Mobiliário	Centro de Formação Profissional de Portalegre	11-Dez-01	31-Dez-01	Nível 2	16
Pintura Artística de Mobiliário	Centro de Formação de Santiago do Cacém	17-Jul-01	31-Dez-01	Nível 2	13
Carpintaria	Prosalis - Projecto de Saúde em Lisboa	23-Jul-01	31-Mai-02	Nível 2	11
Marcenaria	A.D.M. Estrela - Assoc. Desenvolvimento e Melhoramentos	02-Jul-01	01-Jul-02	Nível 2	10
Ajudante de Carpinteiro e Cofragem	A União - Obra de Auxílio e Recuperação	01-Jul-01	19-Jul-02	Nível 1	3
Carpintaria	Sol-do-Ave - Assoc. p/ Desenvol. Integrado do Vale do Ave	18-Jun-01	17-Out-02	Nível 2	14
Carpintaria	Município de Vinhais	10-Set-01	15-Jul-02	Nível 2	15
Auxiliar de Carpintaria	Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvi- mento - A2000	01-Ago-01	31-Dez-02	Nível 1	21
Artes Florais	Centro de Formação Profissional Sector Terciário	02-Jan-01	29-Jan-01	Nível 2	12
Artes Florais	Centro de Formação Profissional Sector Terciário	19-Nov-01	31-Dez-01	Nível 2	12
Arte Floral	Instituto do Emprego e Formação Profissional	02-Jan-01	03-Dez-01	Nível 2	12
Jardinagem	Instituto do Emprego e Formação Profissional	02-Jan-01	20-Dez-01	Nível 2	10
Cestaria	Nerba - Núcleo Empresarial da Região de Bragança - Empresarial	04-Out-01	26-Jul-02	Nível 2	14

Quadro 33 - Cursos Desenvolvidos no Ano 2001 no Âmbito da Medida 5 do POEFDS (continuação)

CURSO / SAÍDA PROFISSIONAL	ENTIDADE PROMOTORA	DURAÇÃO		NÍVEL DE SAÍDA	N.º DE FORMANDOS
		Início	Fim		
Cerâmica Artesanal	Centro de Formação Profissional do Porto	01-Jan-01	29-Jun-01	Nível 2	12
Cerâmica Artesanal	Centro de Formação Profissional do Porto	07-Nov-01	31-Dez-01	Nível 2	15
Pintura Cerâmica	Centro de Formação Profissional de Águeda	01-Jan-01	27-Abr-01	Nível 2	11
Pintura Cerâmica	Centro de Formação Profissional de Águeda	02-Jul-01	31-Dez-01	Nível 2	15
Olaria	Centro de Formação Profissional de Portalegre	02-Jan-01	19-Nov-01	Nível 2	10
Pintura e Decoração de Cerâmica	Centro de Formação Profissional de Portalegre	14-Dez-01	31-Dez-01	Nível 2	13
Artesanato / Cerâmica	Prosalis - Projecto de Saúde em Lisboa	25-Jun-01	27-Fev-02	Nível 2	14
Cerâmica	Marca, Assoc Desenvolvimento Local	09-Jul-01	08-Jul-02	Nível 2	10
Ajudante de Serralharia	A União - Obra de Auxílio e Recuperação	01-Jul-01	19-Jul-02	Nível 1	6

Fonte: Estrutura de Gestão da Medida 5 do POEFDS

Quadro 34 - Cursos Desenvolvidos no Ano 2002 no Âmbito da Medida 5 do POEFDS

CURSO / SAÍDA PROFISSIONAL	ENTIDADE PROMOTORA	DURAÇÃO		NÍVEL DE SAÍDA	N.º DE FORMANDOS
		Início	Fim		
Produção de Compotas e Licores	Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento	13-Fev-02	27-Dez-02	Nível 2	12
Formação Doméstica e Tapeçaria	Centro de Formação Assistência e Desenvolvimento	05-Mar-02	21-Out-02	Nível 1	12
Arte do Bordado Tradicional	Adibb-Associação Desenvolvimento Integrado Beira Baixa	02-Abr-02	06-Nov-02	Nível 2	10
Tapetes Castelo Branco	Cfpjustica - Centro Protocolar de F.P. para Sector Justiça	18-Nov-02	31-Dez-02	Nível 1	16
Arte Floral	Centro de Formação de Santiago do Cacém	01-Jan-02	12-Mar-02	Nível 2	10
Arte Floral	Centro de Formação de Santiago do Cacém	01-Jan-02	16-Set-02	Nível 2	19
Artes Florais	Centro de Formação Profissional Sector Terciário	02-Jan-02	16-Ago-02	Nível 2	12
Arte Floral	Centro de Formação Profissional de Portalegre	07-Out-02	31-Dez-02	Nível 2	12
Pintura de Cerâmica	Centro de Formação Profissional de Aljustrel	04-Out-02	31-Dez-02	Nível 1	14
Cerâmica Artesanal	Centro de Formação Profissional do Porto	02-Jan-02	06-Set-02	Nível 2	15
Cerâmica Artesanal	Centro de Formação Profissional do Porto	28-Out-02	31-Dez-02	Nível 2	15
Pintura Cerâmica	Centro de Formação Profissional de Águeda	01-Jan-02	19-Abr-02	Nível 2	15
Pintura e Decoração de Cerâmica	Centro de Formação Profissional de Portalegre	02-Jan-02	12-Nov-02	Nível 2	13
Pintura de Cerâmica	Centro de Formação Profissional de Évora	09-Set-02	31-Dez-02	Nível 1	12
Carpintaria	Centro de Formação Profissional de Bragança	02-Jan-02	14-Jan-02	Nível 2	10
Carpintaria	Centro de Formação Profissional de Bragança	15-Jan-02	02-Abr-02	Nível 2	9
Marcenaria 01 Uc1	Centro de Formação Profissional de Bragança	23-Set-02	31-Dez-02	Nível 2	12
Carpintaria	Centro de Formação Profissional de Évora	02-Jan-02	21-Ago-02	Nível 2	6
Pintura Artística de Mobiliário	Centro de Formação Profissional de Portalegre	02-Jan-02	11-Nov-02	Nível 2	16

Quadro 34 - Cursos Desenvolvidos no Ano 2002 no Âmbito da Medida 5 do POEFDS (continuação)

CURSO / SAÍDA PROFISSIONAL	ENTIDADE PROMOTORA	DURAÇÃO		NÍVEL DE SAÍDA	N.º DE FORMANDOS
		Início	Fim		
Carpinteiro	Cfjustica - Centro Protocolar de F.P. para Sector Justiça	25-Jun-02	05-Dez-02	Nível 1	15
Marceneiro	Cfjustica - Centro Protocolar de F.P. para Sector Justiça	09-Set-02	31-Dez-02	Nível 2	13
Pintura Artística de Mobiliário	Centro de Formação de Santiago do Cacém	01-Jan-02	15-Mai-02	Nível 2	10
Carpintaria e Marcenaria	Centro de Formação Assistência e Desenvolvimento	05-Mar-02	06-Dez-02	Nível 1	12
Carpintaria	Centro de Formação de Santiago do Cacém	27-Dez-02	31-Dez-02	Nível 2	18

Fonte: Estrutura de Gestão da Medida 5 do POEFDS

A enorme diversidade de cursos e de entidades promotoras das acções desenvolvidas no âmbito desta Medida, justificam que se apresente a lista exhaustiva de Cursos (quadros 33 e 34).

Formação no âmbito do PEPS - Programa de Emprego e Protecção Social - Medida de Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato

Como se pode ver no quadro 35, a formação desenvolvida no âmbito da Medida de Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato e do Património Natural, Cultural e Urbanístico, enquadrada no Programa de Emprego e Protecção Social criado em 2003, assume uma expressão muito significativa no quadro de formação em qualificação para o sector.

Trata-se de acções de formação inicial destinadas a desempregados inscritos no Centro de Emprego que visam "proporcionar aos formandos um conjunto de conhecimentos que favoreçam o posterior exercício de uma actividade profissional" e que deve ter uma duração mínima de 250 horas e máxima de 1680 horas, a tempo completo, compreendendo componentes de formação teórica e prática, nas seguintes percentagens:

- formação teórica (40%)
- formação teórica (60%)

podendo, em áreas específicas como a conservação e restauro de património cultural ser prorrogada, na

componente prática, por um período máximo de 420 horas.

No ano de 2004 (ano em que iniciaram os apoios para estes cursos) o levantamento aponta para a realização de um total de 123 acções de formação em qualificação envolvendo 1695 formandos. Trata-se dos números mais elevados em toda a oferta de formação inicial e que reflectem bem o peso social que a formação no sector do artesanato assume.

Por região, a mais representada a este nível é a Região Norte com 55 cursos e 770 formandos, representando cerca de 45% de total.

De salientar ainda o relativo peso desta formação na Região do Alentejo com 22 cursos e 309 formandos (representando cerca de 15%) do total, valores superiores aos da Região Centro e da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Por subsector de actividade, os bens alimentares assumem, maior expressão, com 33 cursos e 446 formandos (cerca de 27% do total), logo seguidos dos têxteis, com 31 cursos e 448 formandos (cerca de 25%), com maior expressão na Região Norte. A cerâmica apresenta-se com 21 cursos e 284 formandos (cerca de 17% do total) sendo que a Região do Alentejo surge neste sector com 6 cursos e 74 formandos, um número muito significativo para a Região. O subsector dos metais aparece com pouca actividade formativa, apenas com 2 cursos (um na

Região Norte e outro em Lisboa e Vale do Tejo). Os elementos vegetais (designadamente cestaria) surge com 5 cursos distribuídos por 4 regiões dado que Lisboa e Vale do Tejo não apresenta qualquer curso de formação nesta área.

Apoiados por esta medida temos ainda muitos cursos em áreas diversas de Artesanato como a "Arte de Trabalhar Flores Secas", a "Calcetaria e a Confeção de Bonecas" em "Folhas de Milho" e o "Fabrico de Sabões e Produtos Cosméticos".

Os cursos realizados no âmbito do PEPS, surgiram, apesar de tudo com uma variável de designação

bastante inferior por exemplo aos das Escolas Oficiais, não sendo alheio o facto de o IEFP ter apresentado, em anexo à Portaria, uma listagem das áreas de actividade passíveis de financiamento.

Assim, nos têxteis surgem cursos de:

Confeção de Artigos de Malha - Confeção de Bordados, Fabrico de Tapetes, Tapeçaria, Confeção de Vestuário por Medida, Confeção de Trajos, Arte de Estampar, Fabrico de Acessórios de Vestuário.

Na cerâmica cursos de: Olaria, Restauo de Cerâmica, Azulejaria.

Na pintura cerâmica - Fabrico de Mosaico Hidráulico.

Quadro 35 - Acções de Formação e Número de Formandos por Área de Artesanato Apoiados pelo PEPS

Área	Cerâmica		Madeiras		Elementos Vegetais		Têxteis		Metais		Bens Alimentares		Outras		Totais	
Ano	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos
2004	21	284	17	226	5	62	31	441	2	28	33	466	14	188	123	1695
Total	21	284	17	226	5	62	31	441	2	28	33	466	14	188	123	1695

Fonte: Departamento de Formação do IEFP

Nos bens alimentares cursos de: Fabrico de Doces, Compotas e Similares, Preparação de Frutos Secos e Silvestres, Produção de Mel e Outros Produtos de Colmeia, Produção de Queijos e Outros Produtos Lácteos, Fabrico de Bolos, Doçaria e Confeitos, Fabrico de Pão e Produtos Afins do Pão, Preparação e Conservação de Carne.

Formação apoiada pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

No âmbito dos PO Regionais geridos pelas Comissões de Coordenação estão disponíveis apoios financeiros específicos destinados ao desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social.

São apoiados projectos formativos relacionados com a promoção de empregabilidade em sectores de actividade relacionada com os recursos específicos dos territórios de intervenção bem como acção de formação que a integração social de grupos sociais

em situação de desfavorecimento ou exclusão social.

Listamos, no quadro 26, embora de forma não exaustiva por não conseguirmos obter resposta de algumas Comissões de Coordenação, o número de cursos ministrados nesta medida por entidades do género de Associação de Desenvolvimento, Santas Casas de Misericórdia, Casa do Risco de Felgueiras e pelo CEARTE.

Formação no âmbito do programa Leader

Os apoios à formação neste programa têm pouca expressão. São acções de formação não subsidiadas pelo FSE e, também por isso, não estão formatadas de acordo com as regras estabelecidas por este Fundo relativamente ao número de formandos, cargas horárias, etc. Apresentam diversas formas: pequenos cursos, seminários, acções de curta e média duração, para 3, 5 ou 25 formandos, com diversos promotores, inclusive promotores individuais, como se verifica no quadro 37.

Quadro 36 • Acções de Formação e Número de Formandos em 2001 e 2002 por Área de Artesanato Apoiados pelas CCDR

Área	Cerâmica		Madeiras		Elementos Vegetais		Têxteis		Metais		Bens Alimentares		Outras		Totais	
Ano	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos
2002	1	0	1	15	0	0	5	82	0	0	3	15	0	0	10	112
Total	1	0	1	15	0	0	5	82	0	0	3	15	0	0	10	112

Fonte: Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e Norte

Quadro 37 • Acções de Formação e Número de Formandos por Área de Artesanato Apoiados pelo Programa LEADER + em 2002

Área	Cerâmica		Madeiras		Elementos Vegetais		Têxteis		Metais		Bens Alimentares		Outras		Totais	
Ano	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos
2002	0	0	0	0	0	0	4	31	1	2	0	0	0	0	5	33
Total	0	0	0	0	0	0	4	31	1	2	0	0	0	0	5	33

Fonte: Gabinete de Gestão do Programa LEADER +

1.10. Formação Profissional Contínua

Este tipo de formação é destinado aos trabalhadores activos, nas modalidades de aperfeiçoamento, especialização ou reciclagem profissional.

Na sua generalidade, é realizada por Centros de Formação Profissional de Gestão Participada com particular destaque para o CEARTE, o CENCAL, CFPIMM e para o CINDOR. Apenas surge, nos anos de 2001 e 2002 uma acção ministrada por um Centro de Formação Profissional de Gestão Directa e 3 acções ministradas por outro operador o CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais.

Se considerarmos que a formação contínua é um instrumento decisivo para a actualização dos artesãos,

o aumento das suas competências técnicas, artísticas e de gestão empresarial e, desta forma, para a competitividade de unidades produtivas artesanais e a sustentação das artes e ofícios, verificamos que o número de cursos e o número de artesãos envolvidos é relativamente reduzido.

Assim, e considerando as acções de formação técnica especificamente direccionadas às áreas de actividades e as acções de carácter mais transversal ligadas sobretudo ao Design, à Gestão e à Comercialização, verificamos que no ano 2001, foram 572 os artesãos beneficiários de acções de formação (em 49 cursos) com particular destaque que a área cerâmica que envolveu 251 artesãos 44% do total.

Quadro 38 • Acções de Formação e Número de Formandos em 2001 e 2002 em Formação Contínua por Área de Artesanato

Área	Cerâmica		Madeiras		Elementos Vegetais		Têxteis		Metais		Bens Alimentares		Outras		Totais	
Ano	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos
2001	21	251	9	106	2	24	4	34	2	31	7	78	4	8	49	572
2002	10	128	12	144	1	12	1	12	2	35	5	70	7	78	38	479
Total	31	379	21	250	3	36	5	46	4	66	12	148	11	126	87	1051

Fonte: Guia de Formação Contínua do PPART

Em 2002, o número de cursos baixou para 38, frequentados por 479 artesãos, sendo neste ano o sector das madeiras o mais representativo, com 12 cursos e 144 formandos, 30% do total.

Para além destas acções, existem algumas áreas transversais que também beneficiam o sector (mas que não são aqui consideradas) com sejam, a Higiene e Segurança, a Informática e o Desenho.

Para além de representar um número muito baixo de acções e de participantes, verifica-se ainda que a formação contínua não está distribuída uniformemente pelo território.

Pelos elementos recolhidos, na Região do Algarve não decorreu qualquer acção de formação contínua, tendo decorrido 39 acções no Centro (45% do total), 26 na Região Norte (30% do total) 16 em Lisboa e

Quadro 39 • Acções de Formação e Número de Formandos em 2004 em Formação Contínua por Área de Artesanato

Área	Cerâmica		Madeiras		Elementos Vegetais		Têxteis		Metais		Bens Alimentares		Outras		Totais	
Ano	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos	Cursos	Formandos
2004	18	242	3	36	6	94	11	131	3	51	3	47	10	120	54	721
Total	18	242	3	36	6	94	11	131	3	51	3	47	10	120	54	721

Fonte: Departamento de Formação do IEFP

Vale do Tejo (18% do total) e 6 no Alentejo.

A esta distribuição geográfica não será alheia a localização da sede dos principais Centros de Formação Profissional a ministrar este tipo de formação - CEARTE com sede em Coimbra (Região Centro), CENCAL com sede nas Caldas da Rainha (Região Lisboa e Vale do Tejo) e CINDOR e CFPIMM com sede na Região Norte.

Como se pode constatar, em 2004 o número de cursos de formação contínua orientada para o sector do artesanato foi de 54 envolvendo 721 formandos (artesãos activos). Trata-se de um aumento significativo face a 2002, de mais 16 acções e 242 artesãos em formação (quadro 39).

Por subsector de actividade, a área cerâmica, na vertente de cursos de aperfeiçoamento tecnológico é a mais representativa com 18 cursos e 242 ceramistas em formação (cerca de 1/3 do total). Os têxteis têm 11 cursos e 131 formandos (cerca de 20% do total) e os bens alimentares apenas 3 acções e 47 formandos.

Analisando os dados por Região volta a verificar-se uma predominância dos cursos na Região Centro

(cerca de 48% do total) seguida da Região Norte e Lisboa e Vale do Tejo, aparecendo o Alentejo apenas com 3 acções (5% do total) e o Algarve apenas com uma acção (2% do total).

A Medida de Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato e do Património Nacional, Cultural e Urbanístico (Portaria n.º 1252/2003, de 31 de Outubro) integrada no PEPS - Programa de Emprego e Protecção Social prevê a realização de acções de aperfeiçoamento e renovação de competências, numa perspectiva de valorização sociocultural das profissões, constituindo-se como destinatários desta formação os activos empregados (por conta de outrem ou por conta própria) na perspectiva da melhoria das suas condições de empregabilidade.

No entanto, e apesar de ter como beneficiários finais as unidades produtivas artesanais, as estruturas representativas dos artesãos e outras entidades formadoras, só se encontram duas acções de formação desenvolvidas neste âmbito. Um na Região Centro - o curso de "Produção de Queijo e outros Produtos Lácteos" e outro no Alentejo - o curso de "Pintura Cerâmica", cada um com 12 formandos.

1.11. Análise Geral da Oferta Formativa

O Predomínio da Formação Inicial

Numa análise da distribuição de cursos de formação inicial e formação contínua verifica-se um predomínio muito significativo de formação inicial face à formação contínua.

Tomando como indicador os anos de 2001 e 2002, verifica-se que se realizaram 349 acções de formação inicial com 3442 formandos em todas as modalidades de formação e programas de apoio, contra apenas 87 cursos de formação contínua e 1051 formandos.

No ano 2004 este ratio melhorou ligeiramente, com a realização de 172 acções e 2313 formandos em formação inicial e 54 acções e 721 formandos em formação contínua.

O Predomínio das Acções de Nível 2 na Formação Inserida no Mercado de Emprego

Os níveis de formação são genericamente baixos, (reflexo muitas vezes do público-alvo portador de baixas qualificações escolares de base) surgindo um número significativo de cursos com saídas de nível 1 e uma maioria esmagadora de cursos de nível 2, sendo em número reduzido os cursos de nível 3.

A Reduzida Aposta nas Acções de Formação Inicial com Dupla Certificação

Ainda nas acções de formação inicial, verifica-se que só um escasso número de cursos tem dupla certificação - profissional e escolar.

Só 17 cursos 14% do total (no universo total de 349 acções) no ano 2001 e 2002, (9 deles ministrados pelo CEARTE e os restantes pelo CENCAL, pelo CINDOR e pelo CFPIMM) dão acesso à dupla certificação - 12 deles com certificado de nível 2 e equivalência ao 9º ano de escolaridade e só 3 com certificado de nível 3 e equivalência ao 12º ano de escolaridade.

Em 2004, essa percentagem sobe para 35% (17 em 49 cursos), mas mesmo assim, um número reduzido comparado com outras áreas de actividade e que não vai de encontro aos objectivos traçados pelo Governo em matéria do Plano Nacional de Emprego e Educação/Formação.

O Predomínio de Formação para Desempregados e Grupos Sociais Desfavorecidos (componente social)

Sendo muito difícil obter números exactos a este nível, sobretudo porque alguns dos cursos são frequentados simultaneamente por desempregados e jovens à procura do 1º emprego (e não foi possível obter a sua quantificação) mas considerando apenas que os cursos das Escolas-Oficina são maioritariamente frequentados por desempregados e que os cursos apoiados pela Medida 5 do POEDFS são frequentados por desempregados de longa duração, beneficiários de Rendimento Social de Inserção e outros Grupos Sociais Desfavorecidos verifica-se que do total (do ano de 2001 e 2002) de 349 acções de formação inicial e 3442 formandos, 225 (65%) cursos com 2284 (66%) formandos realizaram-se no âmbito destas duas Medidas de Apoio.

No biénio em análise, verifica-se assim que 65% dos cursos de formação inicial e 66% dos formandos são oriundos de públicos com especiais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Ou seja, cerca de 2/3 das acções de formação têm uma forte componente social, do ponto de vista de combate ao desemprego e de inserção social e profissional de adultos desempregados e outros grupos sociais desfavorecidos.

No ano 2004, (não tendo elementos disponíveis relativamente à Medida 5) considerando apenas os cursos no âmbito do PEPS - também dirigidos a desempregados inscritos nos Centros de Emprego, verifica-se que se realizaram 123 com 1695

formandos, o que representa 71,5% do total de cursos realizados em formação inicial no artesanato nesse ano (172 cursos).

A formação em artesanato responde (em demasia em nossa opinião) às necessidades de qualificação e de reconversão profissional daqueles públicos que se encontram em risco ou em situação de exclusão do mercado de trabalho. Referimo-nos aos desempregados de longa duração, aos indivíduos portadores de deficiência, às minorias étnicas, aos ex-reclusos, ex-toxicodependentes, aos trabalhadores com mais de 45 anos e em risco de desemprego, aos jovens com deficits de qualificação profissional e de educação de base, etc. Com efeito, esta é uma dimensão importante de intervenção se tivermos em conta dois dos limites ao desenvolvimento do mercado de formação: a ainda significativa taxa de analfabetismo, em particular, de analfabetismo funcional e a percentagem relativamente baixa de população activa devidamente qualificada.

É questionável, no entanto, se tão grande peso da oferta formativa das actividades artesanais para estes públicos (com resultados desconhecidos ao nível de empregabilidade e de qualidade de formação) se coaduna com o objectivo de contribuir para a valorização socioeconómica e cultural das profissões e para o necessário rejuvenescimento do sector das actividades artesanais.

É aqui que se revela fundamental a intervenção das muitas entidades promotoras e das estruturas públicas de formação profissional, aumentando a qualidade e a quantidade das respostas, criando bolsas de intervenção para "públicos difíceis", associadas ao mercado social de emprego, nomeadamente nas Escolas-Oficina e outros programas dirigidos a públicos idênticos.

Diversidade de Designações de Cursos

Da análise da oferta de formação, conclui-se também que existe uma grande diversidade das designações e durações dos cursos de formação, bem como uma

diversidade de níveis de qualificação dirigidos às mesmas actividades e muitas vezes ao mesmo curso, gerando pouca credibilidade para os empresários e profissionais do sector.

A diversidade de programas, designações, cargas horárias, níveis de saída requer uma intervenção disciplinadora e orientadora urgente.

Formação Contínua Assente Sobretudo nos CFPGP - Centros de Formação de Gestão Participada

A quase totalidade dos cursos de formação contínua registados é promovida pelos Centros de Formação Profissional de Gestão Participada do IEFP - CEARTE, CENCAL, CINDOR e CFPIIMM.

A distribuição geográfica dos cursos de formação profissional contínua é muito menos dispersa que a inicial como seria de esperar dado que grande parte destes são ministrados pelo CEARTE e pelo CENCAL e, pese embora o esforço destas entidades em descentralizar a formação (como particular destaque para o CEARTE), é natural que a maioria dos cursos se desenvolva nas suas sedes ou nos Pólos de Formação.

A Excessiva Dependência dos Fundos Comunitários

Verifica-se uma dependência excessiva dos fundos comunitários com os consequentes constrangimentos derivados das normas que os regulamentam, nomeadamente ao nível da realização de formação de activos, de duração adequadas, do número de formandos, do público-alvo, das metodologias de formação, etc..

Pulverização de Entidades Promotoras

Verifica-se uma pulverização de entidades promotoras, sem garantir capacidade técnica ao nível de disponibilidade e organização estratégica de recursos materiais e humanos para uma execução eficaz do projecto e também que levanta algumas reservas

relativamente à capacidade pedagógica (programação e gestão da formação, disponibilização de equipamento, formadores e técnicos de formação devidamente certificados, o que nem sempre garante um bom nível de qualidade técnico pedagógica dos projectos de formação).

Predominância da formação ministrada pelo CEARTE

Nos anos em análise, tendo em conta o total da formação ministrada verifica-se que o CEARTE foi a entidade formadora que ministrou maior número de cursos de formação orientados especificamente para o sector.

Esta predominância tem um peso ainda maior na formação contínua onde dos 87 cursos ministrados em 2001 e 2002, o CEARTE ministrou 36 (41,4 %). Em 2004 o CEARTE ministrou 36 dos 54 cursos que decorreram nesta Medida, o que representa 67%.

O Reduzido Envolvimento dos Artesãos e das Unidades Produtivas Artesanais na Formação

É muito reduzido o número de Unidades Produtivas Artesanais e mesmo Associações de Artesãos do sector que promovem a sua própria formação ou a dos seus associados, apoiada ou não. Esta situação é crítica e reforça a pertinência de se inovar e de se recriarem mecanismos que potenciem a adesão e a participação das UPA e das Associações nas acções de formação.

Assim, os Centros de Formação, têm funcionado como importante estrutura de apoio aos artesãos e suas associações para as questões da formação profissional. Vale a pena salientar a forma inovadora como o CEARTE tem ultrapassado esta lacuna concretizando uma estratégia de celebração de acordos de cooperação com as Associações de Artesãos para responder às necessidades de formação que as

próprias apresentam, e levando a formação aos seus destinatários de Norte a Sul do país.

1.12 Imagem da Oferta Formativa

Este ponto é realizado com base na informação recolhida, junto de interlocutores privilegiados e dos artesãos, durante as entrevistas e estudos de caso.

Neste ponto procuraremos evidenciar qual a imagem que os interlocutores entrevistados, artesãos/entidades do sector e representantes do sector, têm da oferta formativa existente, bem como qual a sua opinião relativamente ao grau de cobertura dessa oferta.

Genericamente, a imagem que existe da oferta formativa para o sector do artesanato é pouco positiva e isso implica desde logo um cuidado especial quanto à tentativa de implementar mecanismos que reorganizem e até reformulem a formação que se pretende para este sector específico.

Os artesãos e entidades contactadas apontam alguns constrangimentos que segundo estes condicionam a qualidade e a eficácia da formação realizada e que contribuem para esta imagem pouco positiva, tanto da formação, como dos próprios profissionais.

No entanto, é de salientar, que existe, em muitos casos, um reduzido conhecimento estruturado sobre a oferta formativa disponível quer do ponto de vista das instituições do sector, quer do ponto de vista dos próprios artesãos. Este fenómeno ganha maior intensidade ao nível dos artesãos que integram os escalões etários mais elevados e com menor escolaridade. Relativamente aos artesãos que passaram pelos centros de formação sectoriais, que já constituem um grupo significativo, a ligação e o conhecimento da oferta é maior, mas muitas vezes longe do desejável. Neste contexto, assinalam-se os seguintes elementos que explicitam a imagem que oferta de formação tem neste sector:

- Um aspecto considerado muito importante e com um grande peso na estruturação da imagem da formação do sector do artesanato, refere-se ao recrutamento para formação, neste sector e posterior inserção profissional, de pessoas com dificuldades de inserção, nomeadamente beneficiários do Rendimento Social de Inserção e/ou desempregados de longa duração, e que, na maioria, dos casos têm fracas qualificações escolares e profissionais. A integração destes públicos em formação no sector do artesanato resulta numa associação frequente entre mercado social de emprego e artesanato.

- Pertencendo ou não aos públicos referenciados, muitas das pessoas mobilizadas para formação no sector do artesanato não têm vocação para o sector; registe-se que muitos não dão continuidade à actividade de artesão. O que levará a questionar a pertinência destes grupos frequentarem formação em artesanato, como também o custo-benefício da formação desenvolvida.

O rejuvenescimento e a melhoria da imagem do sector passam pela aplicação de instrumentos que possibilitem a mobilização de jovens mais habilitados escolarmente e com motivação/vocação para abraçar a profissão no âmbito do artesanato. O que não invalida, como é lógico, a integração de públicos mais desfavorecidos.

- Também é apontado o facto de existir uma certa desarticulação entre a oferta de formação e as necessidades do mercado de trabalho, por não ser realizado um levantamento sistemático das necessidades existentes e por isso não existir uma verdadeira eficácia da formação. Para que isso aconteça há que, em primeiro lugar, criar mecanismos de auscultação que permitam conhecer a realidade do sector, as suas necessidades e as suas potencialidades emergentes, para que a formação sirva efectivamente de "motor de arranque" deste sector, o qual, segundo os inquiridos, apresenta boas perspectivas de crescimento

para o futuro. Trata-se ainda, em determinados casos, de aprofundar, junto dos responsáveis das entidades, quais as potencialidades deste sector e a sua verdadeira natureza, isto porque, por vezes, torna-se difícil conciliar crescimento com a criação de postos de trabalho qualificados e de uma oferta de serviços de qualidade, segundo a lógica do apoio social e não segundo a lógica do mercado própria para os sectores económicos que o artesanato também representa.

- Existe, também, uma imagem negativa relacionada com as características da formação desenvolvida - a maioria dos artesãos considera-a demasiado curta ao nível da duração e demasiado generalista e teórica, com pouca aplicabilidade ao dia a dia de uma Unidade Produtiva Artesanal, embora se possa considerar que esta desvalorização tem uma óptica demasiado imediatista e limitada.
- Finalmente, são focadas as dificuldades de acesso à formação quer por ser demasiado distante do local do atelier, implicando custos consideráveis, neste momento não cobertos, quer por obrigar o artesão a "fechar a porta do atelier" para se deslocar à formação dado que é ele na maior parte dos casos o único trabalhador.

As políticas de formação também não têm contribuído para uma mudança de atitude, uma vez que os Programas de Formação fomentados para públicos carenciados trouxeram uma maior fragilidade aos recursos humanos inseridos no sector contribuindo para uma má imagem dos empregos do sector. Esta política provocou um desajustamento entre as necessidades de competências e as competências efectivamente detidas pelos profissionais, nomeadamente porque descuraram aspectos importantes a ter em conta que são a formação de base, os conhecimentos de Design, Gestão, Marketing e as competências ligadas ao espírito de iniciativa.

Por outro lado, a formação não tem sido entendida como instrumento de desenvolvimento do sector e ferramenta essencial para cada artesão, não sendo valorizada, por exemplo, para participação nas feiras, para obtenção de apoios e incentivos ao sector e, nos últimos tempos, nem sequer para a criação do próprio emprego. Artesãos qualificados através da formação e artesãos detentores de conhecimento pela via da experiência, através de processos de auto-aprendizagem ou transmissão de um mestre, trabalham e têm acesso aos mesmos serviços e benefícios em condições de igualdade.

A imagem da oferta aqui explicitada não é fácil de ser ultrapassada. Carece de uma intervenção estruturada, integrada e continuada no tempo, em vários domínios no âmbito das políticas e dos instrumentos desenhados para o sector. Isto porque o sector se depara com um conjunto de obstáculos relacionados com as características das políticas e dos instrumentos, dos artesãos e dos públicos que são mobilizados para a formação. Em jeito de síntese passamos a explicitar:

- Fracos níveis de qualificação escolar e profissional de muitos artesãos que não valorizam a formação profissional enquanto instrumento de desenvolvimento das suas competências técnicas e sociais.
- Associada ao ponto anterior, a idade avançada de muitos profissionais do sector.
- A existência de uma percentagem de artesãos do sector que não desenvolve a actividade a tempo inteiro; a actividade artesanal é encarada como um complemento de outra actividade principal.
- A mobilização de indivíduos, para a formação, pouco qualificados escolarmente e sem motivação e vocação para o desenvolvimento de uma actividade no campo do artesanato - associação ao mercado social de emprego.

- A fraca dispersão dos centros de formação do sector, impedindo o acesso de indivíduos que residem fora das áreas de implantação destes centros.
- A fraca oferta de formação contínua por parte das entidades formadoras do sector - mais orientadas para a formação inicial de jovens ou adultos desempregados.

Ressalve-se, contudo, a existência de um conjunto cada vez mais significativo de profissionais/Associações de Artesãos e entidades que assumem a formação como um instrumento e uma prática essencial ao desenvolvimento dos artesãos e do sector.

Neste capítulo refira-se, especialmente, a melhoria da imagem da oferta formativa disponibilizada pelos vários Centros de Formação Profissional (sobretudo o CEARTE, o CENCAL, o CINDOR e o CFPIMM, e ainda a Fundação Ricardo Espírito Santo), cujas dinâmicas formativas têm contribuído para a valorização da formação, das profissões e do sector em geral.

É reconhecido que existem hoje, sobretudo fruto das acções de formação profissional destes Centros, inúmeros jovens que, com níveis crescentes de escolaridade, com preparação profissional adequada, muitas vezes munidos de competências na área do design, da gestão, novas tecnologias de informação e comunicação, se deixam seduzir pela cerâmica, pelo vidro, pelas madeiras, pelos têxteis, e que optam pelas Artes e Ofícios como projecto profissional (onde se inclui a capacidade de iniciativa, a liberdade de escolha associadas a uma procura da realização pessoal e a uma profunda mudança de atitude face à actividade), garantindo, com qualidade acrescida, a continuidade destas Artes.

2. Das Necessidades de Competências às Necessidades de Formação

2.1 Pistas para a Reorientação da Oferta Formativa

Tendo por base a análise efectuada sobre a dinâmica dos empregos, os dados recolhidos ao longo do trabalho de campo, a oferta formativa disponível e a evolução esperada dos empregos e das competências, foram identificadas algumas pistas de reorientação da oferta formativa. Trata-se, contudo, de um trabalho preliminar que exige um confronto mais aprofundado entre as competências requeridas pelo sector das Artes e Ofícios e os conhecimentos, capacidades e competências produzidos pelo sistema de ensino-formação e, ainda, as estratégias dos indivíduos quanto aos seus percursos formativos e profissionais.

Deste modo, aprofundam-se algumas pistas para a orientação da formação profissional especificamente virada para o sector, e particularmente para os subsectores alvo de estudo - têxteis, cerâmica, madeiras, metais, bens alimentares - entendidas como uma das estratégias de resposta às necessidades de aquisição e desenvolvimento de competências para os artesãos em novos contextos tecnológicos, organizacionais, de globalização de mercados e de relacionamento com o Estado, ao nível:

- Da qualificação profissional de novos artesãos.
- Da formação contínua, específica e transversal a todos os perfis profissionais.
- Da formação de formadores.
- Das medidas estruturantes para a promoção da qualidade e da eficácia da formação no artesanato.
- Da identificação das áreas de formação específicas aos vários sectores considerados no estudo.

2.1.1. Qualificação Profissional de Novos Artesãos

Formação inicial de base mais alargada

Sendo a qualificação profissional um processo através do qual se preparam pessoas para o desempenho capaz de determinadas tarefas, e tendo em conta que, no artesanato, o exercício profissional se concretiza, na maior parte dos casos, por recurso ao auto-emprego, a formação implica, além de um domínio global de todo o processo produtivo, o domínio de conhecimentos ligados à inovação e à gestão empresarial.

O Decreto-Lei 41/2001 de 09 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo DL 110/2002 de 16 de Abril, que aprova o Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal e regulamenta o respectivo processo de acreditação, define no seu art. 9.º, o conceito de artesão como "o trabalhador que exerce uma actividade artesanal, dominando o conjunto de saberes e técnicas a ela inerentes, ao qual se exige um apurado sentido estético e perícia manual"; e, no art. 5.º, como requisitos de actividade artesanal aponta "... a fidelidade aos processos tradicionais, em que a intervenção pessoal constitui um factor predominante e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno, sem prejuízo da abertura à inovação".

O artesão tem, assim, que dominar todo o processo produtivo (e não apenas uma das suas componentes), tem que ser capaz de preservar o tradicional mas estar aberto à mudança, tem que ter perícia manual mas também sentido estético.

O artesão é, ainda, na maioria dos casos, trabalhador, gestor e agente comercial do seu próprio negócio, pelo que necessita de formação que contemple as necessidades de organização administrativa, contabilidade, gestão financeira, marketing e comercialização.

Assim, a formação em qualificação neste sector não pode apenas ensinar a "produzir bem" (tarefa já de si difícil, dada a exigência de aquisição dos diversos gestos profissionais), mas deve ser organizada e ministrada por forma a dotar o novo artesão, e a sua empresa, de ideias criativas, de capacidade de adaptação (aos gostos dos consumidores, à inovação tecnológica e organizativa), de flexibilidade, de sociabilidade e de hábitos de gestão.

A formação do novo artesão deverá ser um processo integrado no qual coexistem a transmissão dos saberes tradicionais com as inovações produtivas, os conhecimentos sobre criação, organização e gestão de empresas com as técnicas de aproximação, relacionamento e convivência com o mercado, tendo sempre como pano de fundo o permanente exercício da leitura e da vivência do ambiente socioeconómico e cultural envolvente.

Reforço das acções com dupla certificação (escolar e profissional)

Deverá ser reforçada a realização de acções que certifiquem, simultaneamente, escolar e profissionalmente (com equivalência escolar ao nível do 9º ano ou do 12º ano), com o objectivo de aumentar a qualificação de base dos artesãos portugueses (normalmente com habilitações literárias baixas) e na convicção de que só uma formação verdadeiramente qualificante e sustentada por uma formação escolar de base alargada poderá garantir o sucesso do desenvolvimento de uma actividade profissional na área das Artes e Ofícios.

O reforço das acções com dupla certificação, geralmente dirigidas a jovens entre os 16 e os 25 anos tem ainda a vantagem de contribuir para o rejuvenescimento do sector com a entrada de públicos mais jovens.

Reforço da formação no âmbito do Sistema de Aprendizagem

A Aprendizagem é um programa que visa qualificar candidatos ao primeiro emprego, de forma a facilitar a sua integração na vida activa, através de perfis de formação que contemplam uma tripla valência: reforço das competências académicas (com equivalência ao 6º, 9º e 12º ano ou formação pós-secundária), aquisição de saberes no domínio científico-tecnológico e uma sólida experiência na empresa ou, no caso de artesanato, na Unidade Produtiva Artesanal.

Deverá ser reforçada a realização de acções no âmbito deste Sistema de Formação nas áreas do artesanato onde seja possível encontrar na mesma área geográfica Entidades de Apoio à Alternância em número e com as condições necessárias para ministrar a formação em contexto de trabalho, potenciando e utilizando a Portaria n.º 394/2005 de 07 de Abril que aprova as normas regulamentares de Aprendizagem para o Artesanato. São abrangidos pela Portaria um total de 23 itinerários de formação, com 13 saídas profissionais de nível 2 e 3, nas subáreas de Cerâmica, Madeiras, Têxteis e Vestuário, Papel, Metais, Vidro e Pedra, e ainda, uma saída de nível 4 - Especialização Tecnológica na Área do Restauro da Arte Sacra.

Na Portaria de Aprendizagem para o Artesanato foi tido em conta, especificamente, que o conceito de artesão implica o domínio da totalidade dos saberes e técnicas inerentes à actividade desenvolvida (um dos principais traços que caracterizam este tipo de profissões, contrariamente à especialização própria das produções industriais) e adoptou-se uma estratégia transversal a toda a proposta de definição de perfis profissionais de banda larga, destacando-se a criação de perfis de nível 3, para responder ao objectivo que tem vindo a ser desenhado em termos de políticas públicas de apoio ao sector, que vai no sentido de dignificar e qualificar as actividades artesanais e os seus executantes.

O reforço das acções de formação neste sistema terá a vantagem de o sector usufruir de um instrumento propiciador do aumento de qualificação dos artesãos portugueses, ao mesmo tempo, que as próprias Unidades Produtivas Artesanais passarão a ser parte activa nos processos de formação, reinventando o seu papel histórico no que respeita à transmissão de saberes.

Tal como no ponto anterior, o reforço da formação no âmbito do Sistema de Aprendizagem pode contribuir para o rejuvenescimento do sector, com a entrada de públicos mais jovens.

Reforço da Formação de nível 3 e nível 4

Considerando que o conceito de artesão implica o domínio da totalidade dos saberes e técnicas inerentes à actividade desenvolvida (um dos principais traços que caracterizam este tipo de profissões contrariamente à especialização própria das produções industriais) deve ser adoptada uma estratégia ao nível da qualificação profissional assente em perfis profissionais de banda larga e reforçar a criação de perfis de nível 3 e mesmo nível 4 (Especialização Tecnológica).

Esta formação permite responder às crescentes necessidades do tecido económico a nível de quadros intermédios, de forma a acompanhar um mercado de trabalho em rápida mutação e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico.

O reforço da formação para perfis de nível 3 e 4 permitirá ainda responder ao objectivo que tem vindo a ser desenhado em termos de políticas públicas de apoio ao sector que vai no sentido de dignificar e qualificar as actividades artesanais e os seus executantes.

Percursos integrados de educação/formação que terminem com formação superior

Devem definir-se e concretizar-se percursos formativos/educativos, através da via da escola e da

formação, em sistemas de ensino completos e integrados, que permitam culminar o processo com uma formação superior adequada aos objectivos de quem pretende optar por uma carreira profissional nas artes e ofícios.

Um jovem deverá ter a possibilidade de ingressar no sistema de educação/formação na área das artes ao nível do 9º ano, evoluir até ao 12º ano, ingressar e completar uma licenciatura, nas áreas artísticas.

Formação superior

É importante também desenvolver projectos curriculares, ao nível dos Cursos Artísticos do Ensino Superior, que promovam a investigação, a teorização e a experimentação em trabalhos específicos ligados às artes e ofícios.

Estes Cursos Superiores Artísticos deveriam incluir nos planos curriculares, da formação de Designers, Decoradores e Arquitectos as potencialidades das artes e ofícios (tecnologias, gramáticas, materiais), enquanto elementos de afirmação de identidade e de referência cultural.

Esta formação/sensibilização poderia conseguir-se através do desenvolvimento de projectos pilotos que contribuam para fortalecer a interdisciplinaridade e a complementaridade entre as diferentes áreas artísticas e os ofícios artesanais, nomeadamente, através da realização de oficinas e encontros temáticos, de projectos de experimentação e criatividade, estágios profissionais, entre outras iniciativas.

2.1.2. Formação Inicial Transversal a todos os Sectores

Formação para Técnicos de Promoção e Comercialização de Produtos Artesanais

Os técnicos poderão ter uma importância estratégica na concepção e desenvolvimento de projectos de

promoção e comercialização no artesanato e na melhoria do funcionamento das unidades comerciais ligadas ao artesanato, cujas debilidades ao nível da apresentação de produtos, do conhecimento do cliente, do conhecimento especializado de produtos, nas vendas, nos circuitos comerciais, da utilização das novas tecnologias na gestão comercial, são significativas.

Estes técnicos teriam uma formação alargada com competências ao nível de:

- Gestão
- Fiscalidade
- Análise e Tendências de Mercado
- Mercados e Clientes
- Promoção e Marketing
- Franchising
- Compras, Aprovisionamentos e Gestão de Stocks
- Internacionalização
- Concepção de Espaço Comercial/Vitrinismo/Exposição de Produtos.

Vale a pena salientar que a especificidade da comercialização ligada ao sector das actividades artesanais não tem sido considerada nos cursos generalistas de Marketing, existindo uma grande falta de técnicos nestes domínios, visível inclusive na dificuldade que as entidades formadoras têm em encontrar formadores especialmente preparados para o sector. Assim, estes técnicos, para além de assessorarem a comercialização no sector, na medida em que serão capazes de entenderem em profundidade o artesanato e as especificidades da sua comercialização, funcionariam também como formadores especializados nestas matérias.

Formação de Agentes/Consultores de Desenvolvimento para o Artesanato

Necessidade de desenvolver formação específica de

Agentes de Desenvolvimento para as artes e ofícios, técnicos que contribuam para potenciar o desempenho dos artesãos e das Unidades Produtivas Artesanais, e que representem uma clara mais-valia ao nível da consultoria e apoio técnico nas áreas de:

- O papel das Artes e Ofícios no Desenvolvimento Local
- Especificidade das actividades artesanais
- Legislação
- Inovação e comercialização
- Desenvolvimento de parcerias estratégicas a nível local e regional
- Estruturação e medidas de apoio ao artesanato.

A intervenção destes Técnicos enquanto agentes de informação, aconselhamento, consultoria e orientação do artesão e do gestor de cada unidade produtiva em áreas como a Gestão, o Marketing, os apoios, a legislação a gestão de projectos associativos afigura-se fundamental para a viabilização e o desenvolvimento das unidades produtivas artesanais.

Gestão

Tendo em conta que, no artesanato, o exercício profissional se concretiza, em boa parte das situações, por recurso ao auto-emprego, sendo o empresário artesão trabalhador, gestor e agente comercial do seu próprio negócio, é necessário reforçar significativamente a formação em Gestão antes da criação do próprio emprego e, sobretudo, na fase de arranque da iniciativa, nas áreas de organização administrativa, contabilidade, fiscalidade e gestão estratégica.

Deve, assim, ser adoptada uma estratégia de formação em gestão de pequenas empresas a dois níveis:

Formação em Gestão, integrada na Qualificação Inicial

Para que a opção profissional pelas Artes e Ofícios possa representar o exercício de uma actividade digna e atractiva, social e economicamente relevante, torna-se necessário, como preparação prévia à constituição da empresa, promover formação em gestão empresarial, introduzindo-se nas acções de formação inicial um módulo que, para além de motivar e sensibilizar os formandos para encararem o empresariado como uma escolha profissional atractiva (aliando a formação ao espírito empresarial, de iniciativa, de aventura, ao gosto pelas actividades artísticas e pelos ofícios tradicionais), os qualifique e habilite para a criação e gestão do seu pequeno negócio.

Formação em Gestão prévia à constituição da empresa

Uma formação qualificante em gestão, previamente à constituição da empresa que integre, para além da promoção do espírito empreendedor e da formação generalista em gestão, a fase de projecto e o apoio no arranque e consolidação da empresa, utilizando uma metodologia de formação/acção através da qual seja possível o acompanhamento "in loco" da implementação na empresa, das estratégias definidas na formação teórica.

2.1.3. Formação Profissional Contínua

A formação contínua de artesãos deverá tornar-se numa grande aposta sobretudo das estruturas permanentes dedicadas à formação no domínio das artes e ofícios, constituindo-se como pólos dinamizadores do aumento das qualificações dos artesãos portugueses, cuidando de um aspecto muitas vezes secundarizado em relação à oferta de formação inicial.

Quando os indicadores económicos realçam que o

problema da economia nacional reside na (falta de) produtividade de cada um e na premência do aumento das qualificações dos nossos activos, os processos de aprendizagem ao longo da vida têm de ser uma realidade incorporada no contexto de permanente mudança. A competitividade das microempresas, sobretudo no sector do artesanato, vai basear-se, cada vez mais, nas capacidades e competências dos seus titulares.

A formação contínua de artesãos e titulares de unidades produtivas artesanais deve assumir-se assim como uma área estratégica de intervenção das entidades formadoras e do sector do artesanato procurando, por um lado, responder às necessidades e solicitações dos artesãos e suas associações e, por outro, contribuir para um dos grandes objectivos gerais das políticas públicas no domínio de "melhorar a qualificação de base e profissional da população activa numa perspectiva de formação ao longo da vida, nomeadamente como forma de prevenção dos fenómenos de desemprego".

A necessidade de incrementar a formação contínua de artesãos é, uma questão central para a viabilização das artes e ofícios e para a sustentabilidade das Unidades Produtivas Artesanais. Genericamente, é necessário reforçar a formação permanente e a reciclagem profissional dos artesãos em ordem à sua actualização, ao aumento das suas competências técnicas, artísticas e de gestão empresarial, integrando novos domínios de competências, por forma a responder às evoluções tecnológicas, organizacionais e de mercado. As acções de formação a desenvolver deverão abranger os seguintes domínios:

Formação Contínua Específica a Cada Sector

Técnico

A formação técnica e a inovação tecnológica são aspectos fundamentais no artesanato, particular-

mente nos subsectores-alvo deste estudo - têxteis, cerâmica, madeiras, metais e bens alimentares nomeadamente, para melhorar a produtividade sem perder as características e a qualidade da produção manual e introduzir processos de criatividade não desvirtuantes. Além do investimento material em equipamentos, matérias-primas, etc., a inovação tecnológica implica um investimento, em grande parte imaterial, em investigação e experimentação de novas tecnologias nas diferentes fases do processo, sempre em confrontação com o resultado final e o mercado, no sentido de reforçar o saber-fazer do artesão, levando-o a conhecer novos processos, novos equipamentos auxiliares, novos materiais e alargando os seus conhecimentos teórico-tecnológicos e/ou, melhorando as suas competências profissionais nas várias fases do processo produtivo.

Torna-se, assim, necessário nos vários domínios do artesanato alvo de estudo, o reforço da formação ao nível dos processos de produção e introdução de alguns equipamentos que permitam diminuir o esforço e aumentar a produtividade, melhorar a qualidade dos produtos e introduzir claras melhorias nas condições físicas do trabalho (sem desvirtuar as características artesanais da produção).

Formação Contínua Transversal a Todos os Perfis Profissionais

Desenho e Criatividade

O domínio das técnicas de desenho e criatividade pelo artesão é condição básica para a qualidade do trabalho final e para a inovação.

É, assim, necessário a aposta no reforço das competências no domínio estético e artístico, já que muitas vezes, prevalecem no sector os conhecimentos técnicos sobre os conhecimentos e competências artísticas. As acções de formação contínua para os artesãos permitem um reforço das competências ao

nível do desenho artístico, da apresentação de projectos artísticos e de empreendedorismo, nomeadamente, capacidade de iniciativa, de exploração de novos mercados, desenvolvimento de produtos inovadores, etc. Estas acções deverão procurar criar no sector uma postura global de experimentação, inovação e criatividade, cada vez mais necessária com o aumento da produção para segmentos diferenciados.

Com o reforço da formação ao nível do desenho e da criatividade, contribui-se para a criação de valor na concepção e desenvolvimento do produto e na área comercial e de *marketing*, por forma a dotar o artesão de competências que lhe permitam, por um lado, uma aposta na diversificação do produto e, por outro, uma aposta não com base no preço mas sim na qualidade, inovação e na diferenciação.

Concepção e Desenvolvimento de Produtos

A formação na área da concepção e desenvolvimento do produto é fundamental, já que, cada vez mais impera a necessidade do sector inovar e se diferenciar, desenvolvendo produtos "à medida", mais personalizados, apostando na consolidação de uma imagem de qualidade e marca, apostando igualmente no desenvolvimento de soluções globais, novos materiais (ou conjugação de diferentes materiais) e na cooperação intersectorial. Assim, a figura profissional de designer tem uma importância crescente no sector, sendo fundamental apostar-se em acções de formação inicial e contínua de forma a desenvolver competências nestes profissionais, ao nível: do sentido estético e ergonomia, dos materiais (e possíveis combinações) e matérias-primas, das técnicas de fabrico e diferentes tecnologias, instrumentos de trabalho e respectiva utilização.

Esta formação deverá ser orientada por formadores especializados na área do Design com profundos conhecimentos do sector das Artes e Ofícios e com

uma metodologia que passe pela investigação, concepção do projecto, experimentação e teste dos protótipos.

Tecnologias de Informação e Comunicação

É indispensável formação quer na óptica do utilizador, quer ao nível das ferramentas relacionadas com o CAD, Design Têxtil ou Design Cerâmico e com a gestão de microempresas e, cada vez mais, com a elaboração e actualização de páginas web e correio electrónico.

Deverá ser dada uma especial atenção às novas tecnologias de forma a rentabilizar as suas potencialidades na linha da modernização e desenvolvimento das empresas artesanais.

Vendas e Merchandising

Dado que muitos artesãos têm o seu próprio espaço de vendas e contactam directamente com o consumidor/comprador é importante a formação contínua para actualização e especialização nas áreas das Vendas e Merchandising. O artesão terá que adquirir competências para organizar o seu espaço de vendas, apresentar e expor o seu produto, atender os clientes, técnicas de venda, conceitos básicos de marketing, aprender a vender para um mercado cada vez mais concorrencial e um consumidor cada vez mais exigente.

Neste campo é ainda necessário o desenvolvimento de acções de formação contínua para Técnicos Comerciais, que permitam reforçar as competências dos profissionais desta área (responsável comercial, vendedores, técnicos comerciais) ao nível quer dos saberes mais específicos das artes e ofícios (tipo de produtos, características técnicas, diferentes aplicações, da concorrência, imperativos da marca) quer do seu valor cultural, que são fundamentais para que se alcancem com sucesso novos patamares de competitividade.

Gestão Estratégica

É necessária formação contínua para as Unidades Produtivas Artesanais, actualizando e consolidando as competências básicas ao nível da gestão, fiscalidade e contabilidade, definindo orientações estratégicas para o negócio/empresa (ao nível dos pontos fortes e fracos, da situação financeira, das vendas, dos clientes, das encomendas, das necessidades de formação, da legislação, etc.).

Higiene, Segurança e Ambiente

É ainda importante investir em formação para a **área da higiene, saúde e segurança no trabalho e ambiente**, já que importa sensibilizar os profissionais para os riscos que correm no exercício de algumas actividades e para os cuidados a ter com os produtos. Assim, a oferta formativa deve dar a conhecer a legislação aplicável à higiene e segurança no trabalho neste tipo de actividade, aos cuidados a ter no manuseamento dos equipamentos, produtos químicos e artigos finais, às medidas correctivas a empreender e os imperativos comunitários no domínio do ambiente.

No subsector da produção e confecção artesanal de bens alimentares, onde as questões de produção, de qualidade e de segurança alimentar têm regras próprias e muito bem definidas pela legislação nacional e comunitária, a formação a este nível assume particular relevância.

Qualidade

É crucial uma formação que permita ao artesão valorizar a qualidade para além da qualidade do produto, entendê-la como um factor estratégico da empresa que ultrapassa o produto e atinge a comunicação, as vendas, a imagem ou seja, a empresa (UPA), no seu todo.

A formação deverá abordar sobretudo as seguintes temáticas:

- Avaliar a qualidade do produto.
- Detectar anomalias no produto e processo produtivo e identificar as suas causas.
- Definir, implementar e avaliar soluções para problemas.
- Qualidade como factor estratégico de gestão.

Aprovisionamento e Gestão de Stocks

É uma formação necessária para responder às necessidades de competências para:

- adquirir, classificar e armazenar matérias-primas, ferramentas, equipamentos e outros acessórios;
- definir o plano de armazenamento em função da natureza dos produtos (matérias-primas e produtos semi-acabados e acabados);
- controlar a implementação dos produtos (organização, disposição, conservação dos produtos e equipamentos/ferramentas);
- definir os níveis de stocks de matérias-primas e outros produtos (em função das previsões da procura ou das necessidades de produção).

Gestão da Informação

Neste âmbito é necessária uma formação que permita:

- Identificar as necessidades de informação para a gestão e desenvolvimento da empresa/negócio.
- Interpretar e redigir a informação directa e indirectamente relacionada com as actividades desenvolvidas (p.e. tendências do sector/actividade, ao nível dos processos e técnicas de produção, inovação de matérias-primas, formas, cores e efeitos decorativos, tecnologias disponíveis, dos mercados,...) e com os resultados do trabalho efectuado.
- Utilizar/integrar a informação recolhida enquanto instrumento de gestão/ de apoio à decisão.

Línguas Estrangeiras

O contacto com clientes de diversas nacionalidades, bem como o acesso a revistas/sites, ou outra informação, obriga o artesão a ter alguma formação, ainda que básica, ao nível de:

- Comunicar/dialogar em Inglês (ou outra língua estrangeira).

Formação em Áreas Sociais e Relacionais

- Comunicação.
- Código de Conduta.
- Actualização de Competências.

Formação Flexível e à Medida

A formação contínua deve ser à medida (ao nível dos conteúdos, horários e implantação geográfica) ou seja, deve ser adequada às necessidades detectadas e suficientemente flexível, por exemplo, dividida em módulos curtos de conhecimentos, permitindo, assim, uma maior participação dos artesãos e, sobretudo, dando prioridade à modalidade de formação/acção (formação em sala complementada com acompanhamento ou consultoria na empresa).

2.1.4 Reforço da Oferta Formativa ao Nível da Formação de Formadores

Dada a escassez de formadores em algumas actividades artesanais com conhecimentos técnicos associados ao domínio de competências pedagógicas, é de extrema importância para o sector assegurar o investimento na formação de profissionais capazes de garantir a continuidade e a actualização de algumas técnicas, através da transmissão de saberes inerentes ao sector e com as competências técnicas e pedagógicas adequadas.

2.1.5 Medidas Estruturantes para a Promoção da Qualidade e da Eficácia da Formação no Artesanato

Para além destas pistas, devem ser ainda tidos em conta aspectos considerados básicos para a eficiência e a promoção da qualidade da formação no sector do artesanato:

Adaptação dos Programas de Apoio Financeiro

É essencial alargar a flexibilidade dos programas de apoio financeiro, de modo a permitir, uma maior adequação às necessidades específicas de formação em artesanato ao nível das durações da formação, dos grupos-alvo, dos apoios "disponíveis", das modalidades de formação, etc.

Consolidar Referenciais de Competências e de Formação

Revela-se necessário desenvolver e consolidar referenciais de competências e referências de itinerários formativos que orientem a actividades das diferentes entidades formadoras e promovam o desenvolvimento de cursos de qualidade conferidores das necessárias qualificações e que sirvam as necessidades de desenvolvimento do sector.

É, pois, importante desenvolver para cada perfil de saída os referenciais de formação (regras e organização do sistema de Educação/Formação, mas também a evolução do sector do artesanato que, assim, prevê a integração de novos domínios e competências por forma a responderem às evoluções tecnológicas e organizacionais na área) integrando o referencial curricular, o desenvolvimento das unidades de formação, o perfil de formadores, espaços e equipamentos, critérios e procedimentos de avaliação.

Adaptação da formação aos públicos-alvo e às variantes regionais

Uma vez estabelecido e cumprido o referencial

geral da formação, este deve permitir alguma flexibilidade metodológica, de conteúdos e de duração, devendo ser construídas respostas formativas que se adaptem objectivamente às necessidades muito específicas dos grupos e dos seus contextos de trabalho e de vida, conjugados com as variantes regionais do artesanato.

Ao nível da formação contínua, esta medida assume ainda maior importância devendo criar-se ofertas pensadas exclusivamente para estes públicos, partindo dos seus saberes e competências e tornando a formação numa resposta eficaz, isto é, partindo das pessoas, valorizando o que já sabem e incorporando os novos conteúdos para a aquisição de mais e melhores competências.

Acompanhamento dos formandos após formação

Esta medida é essencial, não só para aferir se as funções desempenhadas pelos formandos são adequadas aos objectivos propostos pela formação, mas também para ir percepcionando novas necessidades de formação. A análise da inserção profissional dos formandos do artesanato (nível de empregabilidade dos formandos, funções desempenhadas, competências exigidas, necessidades de formação), seria muito interessante para melhorar a capacidade de diagnóstico e planeamento, a qualidade da formação e os resultados obtidos.

Formação integrada em projectos de desenvolvimento local

A formação inicial deverá, sempre que possível, integrar-se em projectos de desenvolvimento mais vastos, deverá ser um instrumento ao serviço de outros investimentos em prol do desenvolvimento local no qual participará uma larga variedade de intervenientes como autarquias, associações culturais e de desenvolvimento, actores locais e outros.

Reforço da capacidade de intervenção e enquadramento dos empresários e associações do sector na formação

As associações do sector poderão e deverão ter um papel importante na sensibilização e dinamização dos seus associados para a formação, importante veículo de produtividade e competitividade para a empresa. Este esforço implicará a formação dos quadros associativos em domínios como o diagnóstico de necessidades, o planeamento e a organização da formação, o financiamento da formação, a formação de formadores, entre outros.

Dignificar a imagem do sector

Na medida em que a representação social das actividades artesanais, tem influência no desinteresse dos jovens pelas mesmas, há neste domínio, um longo caminho a percorrer, já que prevalece a imagem de um sector artesanal muito penoso e com deficientes condições de trabalho (calor, barulho, sujidade...). Assim, importa apostar em novas formas de promoção do sector e de atracção e retenção da mão-de-obra mais jovem e qualificada.

Informação e comunicação

O conhecimento, por parte dos artesãos e das suas associações representativas, da oferta existente e, particularmente, do tipo de qualificações que o sistema de formação produz, é condição necessária à utilização da formação como instrumento de competitividade.

Deverá ser efectuado um forte esforço na divulgação da oferta formativa disponível (sobretudo formação contínua) e intensificar o diálogo com o sector de forma a ajustar as expectativas e necessidades das Unidades Produtivas Artesanais e os resultados da formação.

Afigura-se particularmente pertinente reforçar, junto do tecido empresarial do sector, nomeadamente, das micro e pequenas empresas que menos aderem a

iniciativas de formação, a informação sobre os resultados que se podem esperar dos vários tipos de formação bem como a informação sobre referenciais e perfis de formação orientadores dos vários cursos.

Assim, há que trabalhar ao nível desta clarificação, informando e discutindo com os beneficiários da formação (directos e indirectos), os objectivos, conteúdos e métodos de formação que melhor permitem o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e comportamentos requeridos e necessários às empresas.

2.1.6 Identificação de Áreas de Formação Específicas aos Vários Sectores Considerados no Estudo

Considerando a dinâmica da evolução dos empregos, das qualificações e competências e as transformações em curso, a qualificação profissional de novos artesãos deverá assentar sempre num profissional polivalente, em áreas profissionais social e economicamente valorizadas, numa formação de banda larga formando artesãos com perfis alargados de actividades e competências - ou seja - artesãos que dominem a totalidade do processo produtivo e as actividades a montante e jusante do mesmo.

A dinâmica de crescimento/transformação dos empregos, em torno dos processos tradicionais, está associada a situações de criação do próprio emprego, onde o desempenho da actividade profissional exige um conjunto de competências de banda mais larga que passam diferentes fases de produção, comercialização e organização como, por exemplo, a gestão do negócio, a negociação com clientes e fornecedores, a concepção e desenvolvimento de produtos, as actividades de produção e a comercialização dos produtos.

Assim, por subsector a formação de novos artesão deverá incidir em áreas cujas designações permita uma maior valorização sobre os empregos/profissões pela sociedade, um estatuto profissional dife-

rente do tradicional e, desta forma, motivar e captar maior número de jovens para estas actividades.

Propõe-se assim a incidência nas seguintes áreas:

Áreas de Formação/Saídas Profissionais nas Artes e Ofícios Têxteis

- Artesão Têxtil
- Artes de Bordar
- Artes de Rendilhar
- Artes de Confecção

Áreas de Formação/Saídas Profissionais nas Artes e Ofícios da Madeira

- Artífice em Marcenaria
- Produção de Mobiliário Artístico
- Artífice em Carpintaria
- Artífice em Tanoaria
- Artífice/Escultor em Madeira

- Artesão em Artefactos de Madeira

Áreas de Formação/Saídas Profissionais nas Artes e Ofícios do Metal

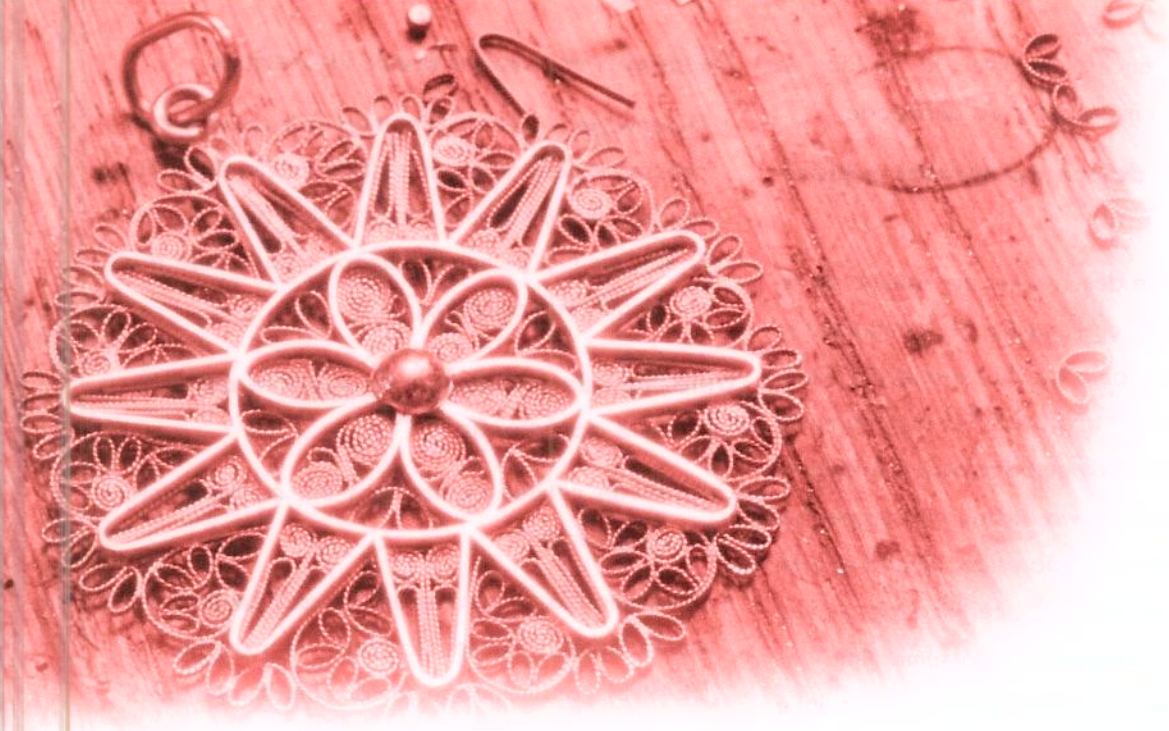
- Serralheiro Artístico
- Artesão de Artefactos em Chapa Metálica
- Artesão de Artefactos em Metal Fundido
- Artesão Ourives

Áreas de Formação/Saídas Profissionais nas Artes e Ofícios da Cerâmica

- Ceramista
- Artífice em Azulejaria

Áreas de Formação/Saídas Profissionais Bens Alimentares

- Fabrico artesanal de produtos agro-alimentares (especialização em Queijos, Enchidos/Fumeiros e Doçaria).



V. Outras Estratégias de Resposta às Necessidades de Competências

Para além de respostas relacionadas com a formação, é possível identificar outro tipo de acções que podem contribuir para o desenvolvimento do sector e a concretização dos cenários mais optimistas.

Existem, assim, algumas medidas possíveis de implementar e que poderão assumir-se como determinantes para ultrapassar as lacunas, as limitações e as necessidades de competências, podendo apontar-se as seguintes:

Qualificação dos artesãos e das empresas artesanais

Criação de serviços de consultadoria e assistência técnica às Unidades Produtivas Artesanais

- Esta é uma área central para o desenvolvimento do Sector das Actividades Artísticas. Pela via da

consultoria e da assistência técnica é possível obter respostas personalizadas, à medida das efectivas necessidades das unidades produtivas artesanais que, muitas vezes, não justificam a frequência de uma acção de formação contínua, nem conseguem resposta eficaz por essa via.

Trata-se de proporcionar serviços de consultoria e de formação de pequena monta a pequenas (e pequeníssimas) empresas, tendo em vista a resolução de problemas pontuais, sobretudo de organização, susceptíveis de uma resposta rápida e breve tendo em conta que cada UPA é um caso, uma realidade única que exige também uma solução única, à medida.

A prestação de serviços de consultoria e assistência técnica à UPA deverá ter o objectivo de consolidar estas empresas e de aumentar a qualificação aos empresários e trabalhadores através do enrique-

cimento de competências ao nível da gestão, da comercialização, da inovação e da qualidade.

Reconhecimento das competências adquiridas por via informal

- Há necessidade de desenvolver um sistema de reconhecimento e de certificação de competências profissionais obtido pela via da experiência profissional. Considerando que existe um número muito significativo de artesãos autodidactas que adquiriram competências pela via das aprendizagens ao longo da vida, mas que não estão validadas, nem reconhecidas e, muito menos, certificadas, o reconhecimento das competências assume uma importância extraordinária do ponto de vista social e de dignificação dos profissionais das artes e ofícios. Este sistema permite certificar e reconhecer todas as competências adquiridas ao longo de uma vida profissional, potenciando o reconhecimento das qualificações dos activos e situando-as em termos de necessidades de formação complementar e contínua que os prepare para responder aos desafios que são colocados às suas actividades hoje.

Este aspecto implica a necessidade de o sistema nacional de certificação promover a certificação dos profissionais do sector como forma de apoiar a qualificação no artesanato, designadamente, o mercado da formação, e valorizar os profissionais.

Momentos de reflexão sobre problemas concretos dos artesãos

- Realização de seminários, jornadas técnicas, encontros, disseminados por todo o território nacional para discussão e análise dos diversos problemas dos vários subsectores do artesanato (uns específicos por cada subsector, outros transversais aos cinco subsectores - têxteis, cerâmica, madeiras, metais e bens alimentares). Estes encontros permitirão a reflexão sobre problemas concretos dos artesãos e apontar alguns caminhos em diversas áreas específicas.

Desenvolvimento de áreas imateriais

- Desenvolver as áreas imateriais, tais como a concepção, o desenvolvimento de novos produtos (novas utilidades, novos materiais, integração de materiais, etc.), a comercialização, a qualidade e a certificação de produtos.

Dinâmica de entidades de suporte ao artesanato e ao artesanato

Criação de centros de recursos em conhecimento para o artesanato:

- Disseminação de centros de recursos em conhecimento para o artesanato (como o existente no CEARTE), constituindo-se como componentes extraordinariamente importantes na valorização e na formação contínua de artesãos.

Os centros de recursos em conhecimento para o artesanato são vitais enquanto prestadores de serviços de:

- Pesquisa, recolha, aquisição, tratamento e disseminação de informação/conhecimento em áreas centrais e transversais relacionadas com o artesanato.
- Disponibilização do conhecimento através de biblioteca para leitura e consulta de material impresso, meios informáticos para consulta de informação em formato digital *off-line* e *on-line*, serviço *on-line* para consulta de informação, plataforma integrada de formação *on-line*.
- Difusão de práticas formativas testadas e aprovadas, ao nível das metodologias, suportes, conteúdos, percursos, e partilhar recursos didácticos, com profissionais da formação individuais ou entidades formadoras.
- Apoio às empresas e outras entidades empregadoras na concepção e promoção de planos/percursos de formação, desde o diagnóstico de necessidades de formação à avaliação.
- Reforço de disponibilização de informação técnica

e científica sobre artes e ofícios, aproveitando as possibilidades abertas pela sociedade de informação e do conhecimento, do qual estes sectores e estas actividades não se podem alhear.

- Desenvolvimento de conteúdos formativos e técnico-pedagógicos.
- Apoios aos formadores, entidades formadoras e promotoras de formação.
- Divulgação de informação científica e técnica, através de vários formatos (publicações, guias-práticos, CD-ROM, internet).
- Fácil acesso à informação estratégica no sector do artesanato.
- Criação, desenvolvimento e manutenção de acervo actualizado, banco de imagens sobre a inovação e tendências de mercado no artesanato.

Papel das entidades de apoio ao sector

De uma forma geral, a actuação destas entidades, aos mais diversos níveis, pode assumir-se na óptica de uma capacidade de antecipação na resposta à evolução dos empregos e, simultaneamente, de responder às necessidades de competências dos artesãos, designadamente ao nível dos que passamos a enumerar:

- Reforço das relações das Associações de Artesãos e dos Centros de Formação com as Universidades de forma a garantir condições adequadas para a realização de estágios, curriculares, profissionais ou noutras modalidades de Designers de Produtos, de Comunicação, de Estilistas, de Engenheiros, etc. fundamentais para o apoio à cultura de inovação técnica, tecnológica e de design no artesanato.
- Reforço da ligação do sector do artesanato, das Associações representativas do sector e instituições ligadas ao turismo, de forma a potenciar as sinergias criadas e a divulgar, promover e vender o artesanato português aos consumidores nacionais e estrangeiros.

- Desenvolvimento de uma orientação profissional para saídas profissionais estratégicas e em crescimento no sector e para formações que permitam dar resposta às necessidades de novas competências quer para jovens à procura do 1.º emprego quer para activos (empregados e desempregados) a partir da informação actualizada de evolução dos empregos e das competências do sector.
- Desenvolvimento de parcerias entre as escolas e centros de formação e associações de artesãos também com as estruturas de orientação profissional e inserção no mercado de trabalho, no sentido de informar os jovens sobre as potencialidades do sector e sobre as profissões com maior procura e/ou estratégicas.
- Abertura das UPA à formação em contexto de trabalho, sobretudo jovens em formação, criando condições efectivas para a aprendizagem, aproveitando também os seus conhecimentos de forma a introduzir na microempresa artesanal mão-de-obra mais jovem, inovação, conhecimento e domínio de novos materiais, novas técnicas de produção e organização do trabalho.

Organização dos artesãos locais e regionais

- Reforço e intensificação da organização dos artesãos ao nível de associações locais e regionais, associando-se à Federação Portuguesa de Artes e Ofícios. Daí advêm as vantagens não só ao nível da formação e comercialização de produtos como da intensificação dos apoios técnicos e logísticos prestados aos associados como contributo para a definição das políticas públicas de apoio ao sector nos mais diversos domínios, incluindo o da formação profissional, congregando esforços para a resolução dos problemas que afectam o artesanato e os artesãos.

Qualificação do mercado de formação

- Reforço da visibilidade da capacidade e da oferta de formação, inicial e contínua, instalada, através

de mecanismos de informação e comunicação entre os operadores de formação e as empresas artesanais e os artesãos.

- Desenvolvimento, concretização e reforço de metodologias de formação contínua que se têm revelado eficazes para o sector do artesanato, designadamente:
 - A formação-acção (formação em sala complementada com acompanhamento técnico ou consultor na UPA).
 - A formação à distância nos domínios onde a formação foi possível, de forma a facilitar e generalizar o acesso de maior número possível de artesãos à formação contínua.
- Criação de um programa específico de incentivos e de apoio à formação no sector devidamente adaptado à dimensão, natureza e realidade das UPA, já que se verifica alguma inadequação entre as condições de realização da formação apoiada (técnicos, financeiros e administrativos e as necessidades das UPA, formação na empresa, horários flexíveis, número de formandos, metodologias e instrumentos à medida de cada situação problema). Este programa deverá ser concebido numa lógica de articulação de políticas e de instrumentos nacionais e regionais, públicos e privados, permitindo reforçar a qualidade, as intervenções no domínio da educação/formação e de formação/emprego.
- Reforço de actuações dirigidas ao incentivo da procura de formação profissional, nomeadamente de formação contínua, numa lógica de formação ao longo da vida, privilegiando a lógica formação-consulta, e a mobilidade e deslocalização da capacidade de formação contínua, de modo a potenciar a democratização do acesso à formação contínua da maioria dos artesãos.
- Reforço/consolidação da capacidade de identificação de necessidades de formação, actuais e prospectivas, dos operadores de formação em ar-

ticulação com as associações do sector.

- Reforço da capacidade de monitorização e avaliação da formação desenvolvida pelos diferentes operadores de formação, bem como das práticas e metodologias de formação e da formalização e divulgação de dispositivos e modelos de intervenção formativa, de modo a favorecer a eficácia da formação.

Organização do trabalho

- Necessidade de apostar em formas de organização, entre artesãos e demais instituições do sector (associações, cooperativas, operadores de formação, etc.) sob a forma de rede, recorrendo às novas tecnologias de informação e comunicação, de forma a facilitar a circulação da informação em diversos domínios sobre o sector do artesanato (formação profissional, eventos de natureza diversa, legislação, etc.).
- Reforço dos modelos empresariais, orientados segundo uma lógica de serviço-cliente, compatível com a trajectória e posicionamento, actual e prospectivo, dos mercados do sector do artesanato.
- Investimento permanente e estratégico em formação contínua, que favoreça o desenvolvimento de competências e a valorização social do emprego no sector.

Gestão de recursos humanos

- Enriquecimento/alargamento do leque de competências dos empregos, integrando as competências transversais (gestão do negócio e estratégica, qualidade, novas tecnologias de comunicação e informação, *merchandising*, gestão da informação, entre outras áreas assinaladas no capítulo da dinâmica dos empregos) e competências produtivas e processuais do sector, através de uma aposta mais intensa na formação profissional, capazes de dotar os artesãos de níveis superiores de inovação nas componentes materiais e imateriais.

- Dinamização e/ou consolidação de uma política e uma oferta de formação que aposte em perfis de banda larga, que integrem a evolução das qualificações e os principais desafios do sector, de forma a manter uma renovação e actualização das competências dos artesãos.
- Potenciar o rejuvenescimento do sector, em geral, e a chegada ao sector de jovens artesãos licenciados e com qualificação de nível 3, com competências nas áreas estéticas e artísticas, com algum domínio de processos tecnológicos a necessitar de reforço da formação nas áreas das tecnologias de produção específicas, em particular.
- Maior interligação entre os artesãos, as associações sectoriais, as entidades promotoras de formação e as cooperativas e organizações de produtores, entre outras, públicas e privadas, no

sentido de responderem com maior rapidez e eficácia quer às necessidades dos artesãos, nomeadamente de formação profissional quer às necessidades de informação de carácter estratégico das associações e operadores de formação.

Gestão do mercado de trabalho

- Melhorar as representações sociais dos empregos do sector, uma questão relevante para mudar a sua imagem e a sua capacidade de atrair jovens para o rejuvenescimento e integração de inovação do sector.
- Necessidade de apoiar o auto-emprego, através da criação de pequenas unidades empresariais de artesanato, face à tendência de organização da actividade artesanal, cada vez mais centrada em empresas unipessoais.

Anexos

Anexo I

Quadro 1 • Delimitação do Sector das Actividades Artísticas com base na CAE

Grupos de actividade	Actividades artesanais consideradas	CAE Sub-classe	Exemplos de produções
Artes e Ofícios Têxteis	Preparação e fição de fibras têxteis	17110 17120 17130 17140 17150 17170	Compreende a realização de operações muito variadas (descaroçar, macerar, lavar, cardar, bater, encaramear, fiar, ensanilhar, dobar, tingir, etc.), de modo a preparar e transformar fibras têxteis de origem vegetal ou animal (linho, algodão, cânhamo, seda, lã, etc.), por processos artesanais e com a incorporação de pequenos equipamentos, em fio ou linha para tecelagem, rendas, bordados, e outros trabalhos.
	Tecelagem	17210 17220 17230 17240 17250	Produção de tecidos ou artigos têxteis em geral, utilizando teares de vários tipos: manuais, <i>jacquard</i> , semi-industriais, de pedais múltiplos com computador acoplado, mas sempre assistidos manualmente. O tecido produzido resulta do entrecruzar dos fios da teia com os da trama.
	Fabrico de tapetes	17400	Produção manual de tapetes, carpetes, etc., que resultam do bordado feito em telas de estopa, linho, juta ou outros materiais, de acordo com padrões e técnicas tradicionais ou não, e seguindo desenhos previamente elaborados. Inclui-se aqui, por exemplo, o fabrico de tapetes de Arraiolos.
	Tapeçaria	17400	Produção de tapeçarias com função essencialmente decorativa, manufacturadas em tear, horizontal (baixo liço) ou vertical (alto liço). Incluem-se aqui a tapeçaria de Portalegre (alto liço), o trabalho de Beiriz (baixo liço) e o trabalho de ateliers ligados à tapeçaria contemporânea.
	Confecção de vestuário por medida	18222	Execução manual ou com recurso à máquina de costura, de peças de vestuário por medida. Integra os alfaiates e as costureiras.
	Fabrico de acessórios de vestuário	18240	Compreende a manufactura de chapéus, luvas, gravatas, lenços e outros acessórios de vestuário, a partir da utilização de materiais têxteis e outros.
	Confecção de artigos têxteis para o lar	17400	Manufactura de artigos para uso no lar, designadamente, colchas, mantas, toalhas, sacos diversos, ou ainda as tradicionais rodilhas. Trata-se, em muitos destes casos, da utilização da técnica da costura de retalhos, conhecida como <i>patchwork</i> .
	Confecção de trajos do espectáculo, tradicionais e outros	18222	Design e confecção artesanal de guarda-roupas utilizados nas artes do espectáculo (teatro, dança, cinema, circo, desfiles de Carnaval, desfiles alegóricos, etc.), bem como toda a indumentária ligada à tauromaquia (fatos de toureiro e de cavaleiro, por exemplo). Inclui, ainda, a confecção artesanal de peças de vestuário tradicional, usadas, designadamente, nos grupos folclóricos e etnográficos.
	Confecção de artigos de malha	17710 17720	Execução manual de peças de vestuário ou artigos utilitários e decorativos para o lar, utilizando fios de lã, algodão e outros, que são tricotados com duas ou mais agulhas apropriadas, ou com máquinas não automatizadas.
	Confecção de artigos de renda	17543	Execução manual de rendas utilizando fios de vária natureza (algodão, linho, seda ou outros) e uma ou mais agulhas ou utensílios diversos, consoante o tipo de renda (<i>crochet</i> , frioleiras, de duas agulhas ou feita ao ombro, de cinco agulhas, <i>filet</i> ou do nózinho, etc.).

Quadro 1 • Delimitação do Sector das Actividades Artísticas com base na CAE (continuação)

Grupos de actividade	Actividades artesanais consideradas	CAE Sub-classe	Exemplos de produções
	Confecção de bordados	17542	Incluem-se aqui, também, as rendas de bilros. Execução manual de bordados sobre diversos tipos de tecidos (algodão, alinhado, linho, estopa fina, etc.), utilizando vários tipos de fios (algodão, linho, seda, etc.) e fazendo uso de utensílios como agulhas, tesouras, dedais, bastidores, etc..
Artes e Ofícios da Cerâmica	Cerâmica	26211	Inclui, também, o bordado a palha característico do Faial. Compreende a concepção, produção e decoração artesanais de objectos cerâmicos por recurso às mais diversas técnicas, utilizando diversos tipos de suportes e materiais, e pressupõe o domínio da globalidade do processo cerâmico por parte do artesão.
	Olaria de barro	26250	Produção em roda de oleiro, accionada por meios manuais ou mecânicos, de objectos de cerâmica de natureza utilitária ou decorativa, utilizando como matéria-prima pastas cerâmicas de natureza variada.
	Cerâmica figurativa	26250	Compreende a modelação de figuras em barro, bem como a sua produção tradicional, que admite o recurso a moldes. Inclui, designadamente, as produções com forte componente etnográfica: figurado de Barcelos, Estremoz, Caldas da Rainha, etc.
	Modelação cerâmica	26660	Produção de modelos, normalmente em barro, e de madres, matrizes e formas em gesso, para a reprodução em série de objectos de cerâmica. O modelador faz uso de conhecimentos de desenho e design, quer para a interpretação de projectos que lhe são fornecidos, quer para a criação de modelos da sua autoria.
	Azulejaria	26301	Compreende o fabrico artesanal de azulejo (placa, aresta, etc.) e a sua decoração, através de técnicas diversas como relevo, estampilhagem e pintura manual. Incluem-se aqui, também, os artesãos e unidades produtivas artesanais que, além de manufacturarem o próprio azulejo, apresentam trabalhos em que utilizam azulejo que adquirem, procedendo unicamente à sua decoração. Não inclui os ateliers que pintam exclusivamente azulejo adquirido, os quais se enquadram na actividade 02.06.
	Pintura cerâmica	26212 26213	Decoração manual de artigos de cerâmica, através de um processo de aplicação de tintas, óxidos, etc., levado a cabo com o auxílio de pincéis e pistolas de vidração, entre outros instrumentos. Esta actividade pressupõe a utilização de suportes cerâmicos (faiança, porcelana, azulejo, etc.) e a cozedura cerâmica das tintas e vidrados aplicados. Incluem-se aqui os artesãos e unidades produtivas artesanais que fazem pintura de azulejo, mas que não dominam nem executam
Artes e Ofícios de Trabalho da Madeira	Carpintaria agrícola	20512	as técnicas de fabrico artesanal de azulejos. Construção, em madeira, de cangas, estruturas de suporte, gradeamentos, escadas etc., utilizados no sector agrícola, fazendo uso de ferramentas manuais ou mecânicas e recorrendo ao auxílio de máquinas-ferramentas, prevalecendo sempre a intervenção

Quadro 1 • Delimitação do Sector das Actividades Artísticas com base na CAE (continuação)

Grupos de actividade	Actividades artesanais consideradas	CAE Sub-classe	Exemplos de produções
Artes e Ofícios de Trabalho da Madeira	Construção de embarcações	35112	peçoal do artesão.
	Carpintaria de cena	20512	Compreende a construção e reparação artesanal de embarcações diversas em madeira.
	Marcenaria		Execução, montagem, transformação e reparação das estruturas de madeira e outro equipamento de palco como, por exemplo, mobiliário de cena, para representações teatrais ou produções cinematográficas.
		36110	Inclui a composição e montagem de cenários.
		36130 36141	Fabrico, montagem e reparação de mobiliário diverso e outros artigos de madeira, partindo, normalmente, de modelos, desenhos ou outras especificações técnicas, utilizando ferramentas manuais ou mecânicas e recorrendo ao auxílio de máquinas-ferramentas, prevalecendo sempre a intervenção pessoal do artesão.
	Escultura em madeira	92312	Arte de esculpir madeira, em figurações realistas (imagens, religiosas ou não, bustos, objectos, representações de raiz popular, etc.) ou abstractas.
	Arte de entalhador	92312	Incluem-se aqui os trabalhos efectuados com raízes de árvores. Consiste em esculpir, com ferramentas manuais, motivos decorativos na madeira, executando um conjunto diversificado de operações, tais como: o recorte dos contornos da peça com serra, o desenho dos motivos e o acabamento dos motivos entalhados.
	Arte de embutidor	92312	Inclui a aplicação da talha no mobiliário e em arte sacra.
	Arte de dourador		Compreende a decoração de superfícies de madeira pela inclusão de materiais finamente laminados, como madeira, madrepérola, metal ou marfim, que se embutem sobre as superfícies a ornamentar, com o auxílio de ferramentas manuais e pequenas máquinas-ferramentas (serra tico-tico, por exemplo).
		92312	Douramento de obras de talha, molduras, mobiliário e outras superfícies de madeira, previamente aparelhadas e betumadas, através da aplicação de folhas de ouro.
	Arte de polidor	92312	Polimento e/ou envernizamento de superfícies de madeira, utilizando produtos e utensílios apropriados, a fim de lhes transmitir a tonalidade e o brilho desejados. Compreende a preparação da madeira, aplicando velaturas na cor pretendida, alisando-a e betumando as fendas e outras imperfeições, e o tratamento da superfície de modo a torná-la lisa e brilhante.
	Gravura em madeira	92312	Gravação de motivos e desenhos finos sobre um suporte de madeira, com o objectivo de o decorar, utilizando diversos tipos de ferramentas como formões, goivas, ou outras técnicas como a pirogravura (gravura a quente).
	Pintura de mobiliário	92312	Decoração de móveis com motivos diversos, recorrendo a várias técnicas de pintura manual.
	Tanoaria	20400	Inclui o mobiliário pintado alentejano.

Quadro 1 - Delimitação do Sector das Actividades Artísticas com base na CAE (continuação)

Grupos de actividade	Actividades artesanais consideradas	CAE Sub-classe	Exemplos de produções
Artes e Ofícios de Trabalho do Metal			Construção, em madeira, de recipientes diversos destinados, sobretudo, à vinicultura (pipas, tonéis, dornas, etc.) e outros similares, utilizando ferramentas manuais e mecânicas. Compreende um conjunto diversificado de operações, tais como a preparação
	Ourivesaria - filigrana	36221	das aduelas em madeira, a execução dos arcos a partir de cintas metálicas e a montagem dos recipientes. Manufatura ou reparação de artefactos de metais preciosos, designadamente ouro, destinados a adorno ou uso pessoal, normalmente a partir de desenhos, modelos ou outras especificações técnicas, recorrendo a instrumentos e ferramentas manuais e pequenas máquinas auxiliares, como por exemplo o laminador e a fieira. Inclui a técnica da filigrana, caracterizada pelo enchimento de estruturas de ouro ou prata de determinados objectos, através do entrecruzar e da soldadura de fios muito finos dos mesmos materiais.
	Ourivesaria - prata cinzelada	36222	Manufatura ou reparação de peças de prata de diferentes dimensões, utilizando ferramentas manuais ou mecânicas e executando um conjunto diversificado de operações, tais como: serrar, furar, casear, recortar, fresar, bater e embutir o metal, armar e soldar as partes das peças.
	Gravura em metal	36636	Consiste em talhar, manualmente, letras e motivos decorativos sobre o metal, partindo normalmente de desenhos ou modelos, recorrendo essencialmente a instrumentos e ferramentas manuais (cinzel, buril, etc.).
	Arte de trabalhar ferro	28120 28401 28621	Fabrico e reparação de objectos em ferro forjado, utilizados, designadamente, na decoração de interiores e na arquitectura, partindo normalmente de desenhos, ou projectos, e utilizando ferramentas manuais e equipamentos específicos, como a forja.
	Arte de trabalhar cobre e latão	28751	Inclui o fabrico artesanal de ferramentas e alfaia agrícolas em ferro. Manufatura e reparação de peças utilitárias ou decorativas em cobre e latão, tais como alambiques, cataplanas, tachos, braseiras, floreiras, candeeiros, pratos decorativos, entre outros, partindo de folhas de metal e fazendo uso, essencialmente, de ferramentas manuais, embora com o auxílio de algumas máquinas-ferramentas, designadamente para o corte e quinagem da chapa.
	Arte de trabalhar estanho	28751	Manufatura de objectos utilitários ou decorativos em estanho, num processo que inclui a execução de modelos em chapa de estanho, a partir dos quais se elaboram moldes que permitem a produção de peças diversas por recurso a técnicas artesanais de fundição.
	Arte de trabalhar bronze	28752	Incluem-se aqui os trabalhos decorativos em folha de estanho. Arte de fabricar objectos de bronze, por recurso a técnicas artesanais de fundição.

Quadro 1 • Delimitação do Sector das Actividades Artísticas com base na CAE (continuação)

Grupos de actividade	Actividades artesanais consideradas	CAE Sub-classe	Exemplos de produções
Artes e Ofícios de Trabalho em Metal	Latoaria	28751	Inclui a produção de sinos, placas diversas, medalhas e moedas comemorativas, etc.. Manufatura e reparação de objectos em folha de Flandres ou outras (ferro galvanizado, zinco, alumínio, cobre, etc.), destinados sobretudo a uso doméstico utilizando, essencialmente, ferramentas manuais, com as quais se risca, corta, e dobra a chapa, a partir de moldes previamente desenhados.
	Cutelaria	28610	Inclui utensílios para o fabrico artesanal de queijo (francelas, acinchos, etc.), baldes, funis, almotolias, escalfetas, braseiras, etc..
	Armaria	28752	Fabrico artesanal, em aço, de instrumentos de corte (facas, cutelos, etc.), destinados a uso doméstico ou profissional, num processo em que se utilizam ferramentas manuais e alguns equipamentos auxiliares.
	Esmaltagem	28510	Fabrico artesanal, ou reparação, de armaduras e armas tradicionais como espadas, punhais, armas de fogo etc., com incorporação de motivos decorativos, utilizados como peças de colecção, ou para fins decorativos. Decoração de objectos de metal de natureza diversa, sobre cuja superfície se aplica uma substância líquida vítrea e colorida com óxidos metálicos (esmalte) que, após o processo de secagem,
Artes e Ofícios de Trabalho em Elementos Vegetais	Cestaria	20521	forma uma película brilhante, dura e inalterável, que confere brilho e cor às peças. Produção de cestos, canastras e objectos afins a partir de fibras vegetais tais como vime, castanho, junco, acácia, bunho, etc., utilizando como técnicas o entrançado e entrelaçado à mão, ou ainda, a tecelagem em teares manuais.
Produção e Confeção Artesanal de Bens Alimentares	Produção de mel e de outros produtos de colmeia	01251	Desenvolvimento e controlo dos processos artesanais de criação de abelhas, produção de mel e de cera de abelha, de pólen e própolis, de geleia real e veneno de abelha.
	Fabrico de bolos, doçaria e confeitos	15812	Inclui, também, a utilização das abelhas na polinização para efeitos de aumento de produção (frutos, sementes, etc.). Confecção de produtos de doçaria frescos, muitas vezes a partir de receitas de origem conventual ou popular, utilizando vários tipos de ingredientes e recorrendo a processos e técnicas artesanais.
	Fabrico de pão e produtos afins do pão	15811	Compreende o fabrico artesanal de pão e de produtos afins frescos, obtendo um produto final genuíno e distinto da panificação industrial.
	Produção de queijo e de outros produtos lácteos	15510	A título de exemplo, incluem-se aqui alguns produtos tradicionais como o pão alentejano, o pão do Sabugueiro, a broa de Avintes, etc.. Compreende o fabrico artesanal de queijo e requeijão, a partir do leite de vaca, de ovelha ou de cabra, de acordo com processos e receitas tradicionais de fermentação e cura, etc., utilizando vasilhas e câmaras de cura apropriados.
	Produção de licores, xaropes e aguardentes não vínicas	15913	

Quadro 1 • Delimitação do Sector das Actividades Artísticas com base na CAE (continuação)

Grupos de actividade	Actividades artesanais consideradas	CAE Sub-classe	Exemplos de produções
Produção e Confeccção Artesanal de Bens Alimentares	Preparação de ervas aromáticas e medicinais	15870	Preparação de aguardentes não vínicas, soluções de xarope e licores, segundo processos artesanais.
	Preparação de frutos secos e secados, incluindo os silvestres	15332	Compreende, designadamente, a colheita, secagem e embalagem de plantas aromáticas e medicinais
	Fabrico de doces, compotas, geleias e similares	15333	Seleccção e preparação de frutos secos (nozes, avelãs, pinhões, etc.), secados (ameixas, tâmaras, figos, etc.) ou silvestres (amoras, medronhos, etc.) por processos artesanais, designadamente por secagem natural ou ventilação forçada.
	Preparação e conservação de carne e preparação de enchidos, ensacados e similares	15130	Compreende a seleccção dos frutos e a sua transformação em doces, compotas e geleias, segundo processos artesanais de trituração, cozedura e adição de ingredientes adequados (açúcar, mel, sumo de limão, pau de canela, frutos secos, etc). Fabrico artesanal de produtos de salsicharia, segundo processos tradicionais de preparação de carnes, adição de condimentos,

Anexo II

Quadro 2 - Estudos Consultados para a Obtenção de Informação Complementar

	Potencialidades do mercado de produção artesanal na zona de influência do E.F.M. do Alqueva ¹	Artes e produtos tradicionais do Vale do Lima: diagnóstico e estratégia de promoção ²	Estudo de análise dos mercados do artesanato tradicional do Norte Alentejano ³
Emprego	A percentagem do emprego a tempo inteiro no artesanato num universo de 361 artesãos (2,1% da população activa) é de 85%. Apesar da representatividade desta percentagem, não é líquido, no entanto, que a exclusividade do trabalho dos artesãos na actividade artesanal esteja directamente relacionada com a rentabilidade da mesma, mas sim com a elevada idade, a baixa escolaridade e retracção do emprego agrícola. Para as diferentes artes, as idades variam em média entre os 44 e os 65 anos. Contudo, tratando-se de uma região envelhecida e com graves problemas de fixação de mão-de-obra, é curioso constatar algum rejuvenescimento, sobretudo nos sectores da cerâmica, tecelagem e agro-alimentar tradicional. A maioria dos artesãos que vive nestes concelhos é oriunda da região e seguiu a profissão dos pais e avós. O nível de instrução dos artesãos da re-	Perfil do artesão: idoso, pouco instruído, isolado, de muito pequena dimensão empresarial, descapitalizado, vendendo sazonalmente, vivendo de várias actividades ou fontes de rendimento Recenseadas 2329 entidades produtoras de produtos artesanais que empregam um total de 5558 pessoas (9% do emprego total da região), vendendo anualmente 5 milhões de contos (apenas 2% do volume de negócios da economia regional). Esta desproporção entre emprego e volume de negócios reflecte uma baixa produtividade e subemprego na maioria das actividades económicas tradicionais. As 161 unidades produtivas artesanais empregam 779 pessoas (7% das unidades produtivas e 14% das pessoas ao serviço). As 22 indústrias tradicionais empregam uma média de 26 pessoas por unidade e representam 10% das pessoas ao serviço no conjunto das actividades económicas tradicionais.	Forte predomínio de mulheres (associado às artes têxteis). Envelhecimento da população masculina. Fraca qualificação escolar. Capacidade empregadora bastante débil.
Formação	gião estudada segue o panorama do mundo rural português: elevado nível de analfabetismo na população mais idosa, instrução primária com peso relevante para os que têm mais de 45 anos e habilitações entre o 6º e 9º anos para o grupo etário dos 20 aos 30 anos. A cerâmica e a tecelagem são os sectores que revelam investimento na formação e um processo intergeracional de transmissão de conhecimentos. As limitações na formação profissional, associadas ao baixo nível de instrução, são entraves ao desenvolvimento do sector, daí que as actividades se alimentem, sobretudo, da tradição familiar e do "saber de experiência feito". Grande número dos artesãos inquiridos		A aprendizagem assume contornos tradicionais, associados ao mestre e à tradição familiar. No caso das mulheres, é já significativo o contributo da formação profissional formal.
Situação legal	não está colectado como tal. Dos artesãos inquiridos, 34,5% trabalha	As artes tradicionais são frequentemente exercidas de modo informal. As unidades produtivas e os trabalhadores ao serviço,	Configuração da organização da actividade bastante informal com forte predomínio das situações irregulares de enquadra-

Quadro 2 • Estudos Consultados para a Obtenção de Informação Complementar (continuação)

Potencialidades do mercado de produção artesanal na zona de influência do E.F.M. do Alqueva ¹	Artes e produtos tradicionais do Vale do Lima: diagnóstico e estratégia de promoção ²	Estudo de análise dos mercados do artesanato tradicional do Norte Alentejano ³
segundo uma forma jurídica de pequena empresa e 50,8% trabalham em nome individual, tendo o sector associativo e cooperativo pouca expressão no que se refere à produção artesanal. Significativa complementaridade com as	não estão registados pelo fisco, pela Segurança Social nem contabilizados em estatísticas convencionais. Apenas 52% dos produtores descontam para a Segurança Social pela actividade tradicional que desenvolvem. Tanto os bordados como as indústrias tradicionais, sectores caracterizados pela maior influência das organizações de tipo empresarial, apresentam percentagens relativamente elevadas de produtores que descontam para a Segurança Social (75 e 83% respectivamente), ao contrário da tecelagem, onde se verifica apenas 20%.	mento da actividade e, no caso das regulares, das empresas em nome individual. Pequenas unidades de produção.
Características da produção actividades a montante do processo produtivo na região - 66,1% dos artesãos inquiridos utilizam matéria-prima de proveniência local e regional. Esta complementaridade é especialmente importante no artesanato agro-alimentar e, também, no ramo da madeira/cortiça. Sistema de produção artesanal na região caracterizado pela predominância do trabalho individual, com excepção para a cerâmica e o fabrico de enchidos que estão organizadas em oficinas e micro e pequenas empresas com 2 a 6 trabalhadores e mão-de-obra maioritariamente feminina. Aquisição de matérias-primas, nalgumas actividades, fora da região, por opções, fundamentalmente, de natureza económica, mas também devido ao desmembramento das fileiras produtivas da extracção dos produtos florestais, pecuários e agrícolas que supunham a sua transformação artesanal. Duas características fundamentais do pro-	As 2329 unidades produtivas recenseadas no Vale do Lima subdividem-se em: 2146 unidades produtivas tradicionais do sector agro-pecuário (criação de gado bovino, equídeo e caprino, produção de mel e vinho de quinta); 161 de artes e ofícios tradicionais (num conjunto de 25 actividades) e 22 indústrias tradicionais (num conjunto de 7 actividades: cerâmica, doçaria, pirotecnia, produtos em madeira, queijo tradicional, fumeiro e vinificação). São actividades frequentemente associadas ao pluriemprego. No sector das artes tradicionais há um claro predomínio dos produtores isolados (79%). Os outros tipos de entidade produtora distribuem-se assim: • empresa industrial 1%; • associação 1%; • cooperativa 2%; • empresa exclusivamente familiar 4%; • empresa de trabalho domiciliário 9%; • empresa de base familiar 3%; • sociedade de produtores 1%.	As artes têxteis ocupam 47% dos artesãos. O artesanato surge, com frequência, em complementaridade com outras actividades profissionais, especialmente nos serviços. O trabalho a tempo parcial é muito frequente nas mulheres como nos homens. A actividade é sobretudo entendida como uma ocupação, mais do que como uma profissão, associando-a à condição de reformado ou de doméstica. Pouca apetência para a introdução de alterações e inovações no processo de trabalho. Permanência na arte justificada pela devoção e gosto pela arte. Elevado índice de especialização. Relativa dispersão dos artesãos por um grande número de localidades. Debilidade organizativa do sector e da articulação entre oferta e procura. • Predomínio da venda directa no local de
Comercialização cesso de venda dos produtos artesanais: grande relevância da venda directa produtor-consumidor final e uma certa incapacidade para o alargamento das áreas de mercado. Vantagens da venda directa: garantir um	Estrangulamento das actividades tradicionais pelas deficientes (ou inexistentes) estruturas e políticas de comercialização. O principal problema que afecta as artes e ofícios tradicionais do Vale do Lima é a	produção: 39% venda no local de produção; 25% encomendas; 6,5% venda em feiras especializadas. • O artesão continua a produzir, em boa parte, para a comunidade local, com permanência dos modelos tradicionais.

Quadro 2 - Estudos Consultados para a Obtenção de Informação Complementar (continuação)

Potencialidades do mercado de produção artesanal na zona de influência do E.F.M. do Alqueva ¹	Artes e produtos tradicionais do Vale do Lima: diagnóstico e estratégia de promoção ²	Estudo de análise dos mercados do artesanato tradicional do Norte Alentejano ³
rápido retorno do capital investido e maior aproximação dos consumidores à envolvente cultural e às características técnicas da produção dos trabalhos artesanais. Nas lojas de artesanato inquiridas verificam-se grandes variações nos produtos relativamente à venda directa pelos artesãos. Algumas dinâmicas associativas contribuíram para organizar a distribuição e a comercialização, proporcionando maior concorrenciaisidade ao produto e maior margem económica aos artesãos. A importância das feiras locais para a venda directa das produções artesanais já não tem a expressão de outros tempos, mas ainda assim mantêm uma importante função de montra dessas produções, o que justifica que mais de 20% dos comerciantes inquiridos em lojas mencionaram que uma das formas de abastecimento mais importantes são as feiras tradicionais e 50% afirmam deslocar-se a feiras especializadas de artesanato para conhecer e adquirir produtos para venda.	sua deficiente relação com o mercado consumidor. Razões: - afastamento dos produtores relativamente aos principais mercados consumidores; - perfil dos produtores: idosos, pouco instruídos, sem capital nem dimensão empresarial; - atitude passiva dos produtores que se limitam a vender os seus produtos à porta de casa ou da oficina; - inexistência de estruturas comerciais que coloquem os produtos onde há poder de compra; - inexistência de qualquer acção de <i>marketing</i> de valorização das qualidades dos artefactos tradicionais. Quase um terço dos produtores só produz sazonalmente. Metade das vendas é sazonal, excepto no caso da tecelagem, em que 80% dos produtores vendem regularmente. Nas artes com menor expressão produtiva, a situação é de maior dificuldade, já que a produção é regular mas a venda é sazonal, devido ao estrangulamento que a debilidade dos métodos e da estrutura de comercialização impõe a estas artes em risco de extinção. As artes tradicionais vendem quase toda a produção (79%) a consumidores finais. Os outros 21% vendem a intermediários. 84% dos produtores vende no local de produção. Isto traduz uma situação em que é o mercado que procura o produtor e os seus produtos. Não existe uma estratégia de <i>marketing</i> e comercialização eficaz. Apenas 57% dos produtores participa em feiras. Metade dos inquiridos não faz qualquer divulgação, não utilizando catálogos nem folhetos.	• Alguma expressão das encomendas directas (25% das referências). • Escassa presença de intermediários. • Relevante participação dos artesãos em feiras especializadas, sobretudo de âmbito regional (53%). • Apoio das Câmaras Municipais à participação em feiras. • A maioria dos artesãos afirma não ter capacidade de resposta para um aumento da procura. • Na procura de visitantes e turistas sobressai o segmento das peles e couros. • A exposição dos produtos em espaços de forte vocação turística é prática pouco usual (13% de referências, sobretudo nos postos de turismo). • A maioria dos artesãos (63%) considera que existe uma boa adequação entre oferta e procura. • O isolamento dos artesãos dificulta a organização dos circuitos e processos de distribuição.

Quadro 2 • Estudos Consultados para a Obtenção de Informação Complementar (continuação)

	Potencialidades do mercado de produção artesanal na zona de influência do E.F.M. do Alqueva¹	Artes e produtos tradicionais do Vale do Lima: diagnóstico e estratégia de promoção²	Estudo de análise dos mercados do artesanato tradicional do Norte Alentejano³
		Os compradores de artesanato pertencem a um segmento médio e superior do mercado (71% consomem produtos tradicionais do Vale do Lima), uma parte importante deles vivem nas grandes cidades, reconhecem aos produtos características de qualidade. No entanto os produtores não posicionam correctamente os seus produtos no mercado.	
Rentabilidade	As razões que levam os artesãos a trabalhar fora do esquema legal devem-se, fundamentalmente, à pouca expressão da produção e rendimento que individualmente estes artesãos têm. É difícil identificar a existência de um rendimento da actividade artesanal que, por si só, permita a sobrevivência dos artesãos. 67,2% dos artesãos inquiridos tem um volume de vendas mensal inferior a 100 contos; 17% um volume de vendas mensal entre 100 e 500 contos e só 7,2% ultrapassam os 500 contos mensais. Devido à elevada idade de uma percentagem significativa dos artesãos, o rendimento da actividade artesanal é complementar à reforma e ao trabalho doméstico No sector agro-alimentar, o fabrico de queijos e dos enchidos de carne de porco, estruturado em empresas de pequena dimensão, revelam uma vitalidade económica e uma facturação superiores à média do sector, onde se englobam o fabrico de pão e doçaria, e a produção de mel. O artesão, genericamente e por razões culturais e sociais, preocupa-se pouco com a rentabilidade da sua actividade e a vertente comercial do negócio. Muitas vezes, as razões porque os artesãos produzem são extra-económicas, como o gosto pela arte ou para que a tradição não se perca. Nas novas gerações verifica-se uma atitude um pouco diferente.	Estagnação ou diminuição das vendas e rendimento dos artesãos; abandono da actividade artesanal; degradação da dignidade social do artesão; relutância dos filhos em continuar a arte dos pais; condições desvantajosas de competição com produtos industriais; incapacidade para imporem uma imagem que as diferencie da concorrência. A importância dos produtos tradicionais na economia do Vale do Lima é pequena: considerada na óptica do rendimento gerado por essas produções é mesmo quase insignificante; em termos de emprego, envolve ainda uma parte considerável da população empregada (9%), embora uma parte dos produtores tenha outras actividades ou fontes de rendimento. A maioria dos produtores de produtos tradicionais vive de rendimentos de várias origens: na média da amostra das artes tradicionais só 50% vive exclusivamente da sua actividade tradicional (para 43% a actividade artesanal é uma fonte complementar de rendimento e para 7% a principal fonte de rendimento). Nos produtores isolados, a percentagem de rendimento exclusivo cai para 17%. As unidades produtivas artesanais apresentam um volume médio de vendas superior a 21 mil contos (com grande dispersão entre um máximo de 45 mil contos da tecelagem e o mínimo inferior a mil contos de outras artes). O volume médio de vendas anuais por pessoa situa-se nos 835 contos. A arte dos bor-	Dinâmicas de investimento muito débeis, mesmo no que diz respeito ao aproveitamento dos apoios públicos que lhe são dirigidos. Insuficiências dos actuais mecanismos de apoio à constituição de novas empresas. Largo predomínio das estratégias de organização defensivas (redução de custos, desqualificação).

Quadro 2 • Estudos consultados para a obtenção de informação complementar (continuação)

Potencialidades do mercado de produção artesanal na zona de influência do E.F.M. do Alqueva ¹	Artes e produtos tradicionais do Vale do Lima: diagnóstico e estratégia de promoção ²	Estudo de análises dos mercados do artesanato tradicional do Norte Alentejano ³
	dados apresenta valores bem mais modestos (261 contos por pessoa), que tem a sua justificação na predominância do trabalho domiciliário das bordadeiras, pago à peça e com uma remuneração muito baixa - esta é claramente uma actividade em que este rendimento é usado como complemento do que provém da reforma ou da agricultura.	

¹ Estudo realizado pela empresa ESDIME, em colaboração com a empresa GEOIDEIA, para a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, SA - concluído em Dezembro de 1997. Foi realizado um inquérito, no âmbito do estudo, nos concelhos de Alandroal, Moura, Mourão, Reguengos de Monsaraz, Portel e Barrancos.

² Estudo realizado pela empresa CESO I&D para a VALIMA - Associação de Municípios do Vale do Lima - concluído em 1997. No âmbito deste estudo procedeu-se a um recenseamento de artesãos nos concelhos do Vale do Lima: Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo.

³ Estudo realizado pela empresa GEOIDEIA, em colaboração com a empresa Espaço e Desenvolvimento, para a Associação de Municípios do Norte Alentejano, no âmbito do Pacto Territorial para o Desenvolvimento e o Emprego do Norte Alentejano - concluído em Maio de 1999.

Anexo III

Ramos de produção	Dentro dos grandes sectores de actividade, foram definidos segmentos de produção que agrupam produtos similares ou da mesma família.
Função / uso potencial	As categorias de Utilitário e Decorativo identificam a actual função predominante atribuída aos artigos.
Dimensão interpretativa ou de representação	As categorias de Simbólico e Estético/Artístico identificam o valor de representação conferido aos objectos por parte de quem os adquire.
Potencial de complementaridade	Agrupamentos de mercado em que se podem integrar os produtos artesanais: Habitat e decoração; Jardim; Moda; Brindes; Construção; Alimentação; Desportos; Artigos didácticos e de escritório.
Materiais e técnicas utilizadas	Identificação das matérias-primas utilizadas e das técnicas de produção.
Capacidade de produção	As categorias procuram avaliar a capacidade de produção no segmento - Alta, Média ou Baixa , e por unidade produtiva artesanal - Alta, Média ou Baixa ; utilização da categoria Variável para segmentos que integram componentes com comportamentos variáveis.
Organização da produção	As categorias identificam três dimensões da organização da produção: i) número de unidades de produção artesanal existentes - Numeroso, Limitado, Raro ; ii) grau de dispersão geográfica das unidades de produção artesanal - Concentrado, Disperso ; iii) Modelo organizativo da unidade de produção artesanal - Empresarial, Associativo, Individual.
Níveis de preços	Categorias de nível médio dos preços dos produtos de cada segmento: Alto; Médio-alto; Médio; Médio-baixo; Baixo.
Centros /áreas produtoras relevantes	Identificação das principais áreas ou centros produtores; nos casos em que não há uma identificação com territórios, não se faz qualquer referência.

Quadro 4 • Artes e Ofícios Têxteis

Ramos de produção	Função / uso potencial	Dimensão interpretativa ou de representação	Potencial de complementaridade com outros bens (sectores)	Materiais e técnicas utilizados	Capacidade de produção do segmento e da UPA	Organização da produção	Níveis de preços	Centros / áreas produtores relevantes
Mantas e tapetes de trapos e lã	Utilitário	Estética	Habitat e decoração	Tecelagem Trapo e lã	Alta / Baixa por unidade de produção (UPA)	Numerosa Dispersa Individual	Médio-baixo	—
Tapetes de Arraiolos	Utilitário / Decorativo	Estética	Habitat e decoração	Bordado Lã	Alta / Média por UPA	Numerosa Concentrada Empresarial	Médio-alto	Arraiolos Espinho
Tapeçaria	Utilitário / Decorativo	Estética	Habitat e decoração	Várias	Média / Alta por UPA	Raro Concentrado Empresarial	Alto	Beiriz Portalegre
Tecelagem para mesa e cama	Utilitário	Simbólica / estética	Habitat e decoração	Tecelagem Linho, algodão e seda	Média / Baixa por UPA	Limitada Dispersa Individual ou associativa	Médio	Norte do país
Rendas e bordados	Utilitário / Decorativo	Estética	Habitat e decoração	Várias Algodão	Alta / Variável por UPA	Numerosa Dispersa Variável	Médio-baixo	Bilros (Vila do Conde e Peniche) Madeira V. Castelo Lixa Guimarães Tibaldinho Castelo Branco
Vestuário	Utilitário	Estética	Moda	Confecção / malha Tecido de lã e linho ou burel Lã	Baixa / Média por UPA	Limitada Dispersa Associativa / empresarial	Médio	Serras Montemuro, Gerês, Barroso e Estrela Póvoa do Varzim (lã)
	Utilitário	Simbólica	Traje tradicional	Confecção Vários	Baixa / Baixa por UPA	Limitada Dispersa Variável	Médio	Associada a tradições populares

Quadro 5 • Artes e Ofícios da Cerâmica

Função / uso potencial	Dimensão interpretativa ou de representação	Potencial de complementaridade com outros bens (sectores)	Materiais e técnicas utilizados	Capacidade de produção	Organização da produção	Níveis de preços	Centros / áreas produtores relevantes
Olaria tradicional	Utilitária / decorativa	Simbólica / estética	Habitat e decoração	Roda Barro	Média / Baixa por UPA	Limitada Dispersa Individual / empresarial	Baixo Bisalhães e Molelos Barcelos Nisa Estremoz Évora S. Pedro do Corval
Olaria / cerâmica contemporânea	Utilitária / decorativa	Estética	Habitat e decoração	Várias Barro	Baixa / Baixa por UPA	Limitada Concentrada Individual	Médio-alto Lisboa e Porto
Cerâmica figurativa	Decorativa	Simbólica / estética	Habitat e decoração Brindes	Modelagem Barro	Baixa / Baixa por UPA	Rara Concentrada Individual	Médio-alto Barcelos Estremoz Maфра
Pintura cerâmica	Utilitária / decorativa	Estética	Habitat e decoração	Pintura Faiança e porcelana	Média / Média por UPA	Numerosa Concentrada Empresarial	Médio Viana do Castelo Porto Coimbra Caldas da Rainha Alcobaça
Azulejaria	Utilitária / decorativa	Estético	Construção Habitat e decoração	Moldagem e pintura Barro	Baixa / Baixa por UPA	Limitada Concentrada Empresarial	Médio-alto Lisboa Porto

Quadro 6 • Artes e Ofícios de Trabalhar a Madeira e Outros Elementos Vegetais

Função / uso potencial	Dimensão interpretativa ou de representação	Potencial de complementaridade com outros bens (sectores)	Materiais e técnicas utilizados	Capacidade de produção	Organização da produção	Níveis de preços	Centros / áreas produtores relevantes
Escultura e gravura em madeira	Decorativo	Estética	Habitat e decoração Brindes	Escultura e gravura Madeira	Baixa / Baixa por UPA	Rara Dispersa Individual	Médio Máscaras - Trás-os-Montes Lisboa e Porto
Pintura de mobiliário	Utilitário	Simbólica/ estética	Habitat e decoração	Marcenaria e pintura Madeira	Baixa / Variável por UPA	Limitada Concentrada Individual e empresarial	Médio Estremoz Évora
Tanoaria	Utilitário	Estético	Alimentação (Feiras de Viticultura e Enologia)	Tanoaria Madeira e ferro	Baixa / Baixa por UPA	Limitada Dispersa Individual	Médio -
Trabalhos em cortiça	Decorativo	Estético	Brindes	Cortiça	Baixa / Baixa por UPA	Limitada Concentrada Individual	Baixo Alentejo

Quadro 6 • Artes e Ofícios de Trabalhar a Madeira e Outros Elementos Vegetais (continuação)

Ramos de produção	Função / uso potencial	Dimensão interpretativa ou de representação	Potencial de complementaridade com outros bens (sectores)	Materiais e técnicas utilizados	Capacidade de produção do segmento e da UPA	Organização da produção	Níveis de preços	Centros / áreas produtores relevantes
Cestaria	Utilitário / decorativo	Estético	Habitat e decoração	Cestaria Junco, vergas, silva, madeira	Baixa / Variável por UPA	Limitada Dispersa Individual / empresarial	Baixo- médio	Madeira Gonçalo (S. Estrela)
Esteiraria	Decorativo	Estético	Habitat e decoração	Tear Junco	Baixa / Baixa por UPA	Rara Dispersa Individual	Baixo	Esposende Coimbra Algarve
Mobiliário verga	Utilitário	Estético	Habitat e decoração	Entrançado Verga	Média / Média por UPA	Limitada Concentrada Empresarial	Médio	Madeira Gonçalo (S. Estrela)
Artefactos decorativos	Decorativo	Estético	Habitat e decoração Brindes	Vários	Baixa / Baixa por UPA	Limitada Dispersa Individual	Médio	-

Quadro 7 • Artes e Ofícios de Trabalhar o Metal

Ramos de produção	Função / uso potencial	Dimensão interpretativa ou de representação	Potencial de complementaridade com outros bens (sectores)	Materiais e técnicas utilizados	Capacidade de produção	Organização da produção	Níveis de preços	Centros / áreas produtores relevantes
Filigrana	Decorativa	Simbólica / estética	Moda	Ouvresaria Ouro e prata	Alta / alta por UPA	Numerosa Concentrada Empresarial	Médio-alto	Gondomar Póvoa do Lanhoso
Prataria	Decorativa / utilitária	Estética	Habitat e decoração Moda Brindes	Ouvresaria Prata	Alta / Média por UPA	Numerosa Concentrada Empresarial	Médio-alto	Lisboa Póvoa do Varzim Porto
Cobre e latão	Decorativa	Estética	Habitat e decoração	Martelagem Cobre e latão	Baixa / Baixa por UPA	Limitada Dispersa Individual	Médio	
Latoaria	Decorativa	Simbólica / estética	Habitat e decoração Brindes	Folha-de-flandres	Baixa / Baixa por UPA	Limitada Dispersa Individual	Baixo	Viana do Castelo

Quadro 8 • Produção e Confeção Artesanal de Bens Alimentares

Ramos de produção	Função / uso potencial	Dimensão interpretativa ou de representação	Potencial de complementaridade com outros bens (sectores)	Materiais e técnicas utilizados	Capacidade de produção	Organização da produção	Níveis de preços	Centros / áreas produtores relevantes
Mel	Utilitária		Alimentação		Alta / Variável por UPA	Numerosa Dispersa Individual / associação Existe certificação	Baixo	Áreas serranas
Queijo	Utilitária		Alimentação		Alta / Variável por UPA	Numerosa Dispersa Individual / associação Existe certificação	Baixo - médio	Áreas serranas
Doces, compotas e geleias	Utilitária		Alimentação		Baixa / Variável por UPA	Limitada Dispersa Individual/ empresarial Não existe certificação	Baixo	—
Frutos secos e secados	Utilitária		Alimentação		Baixa / Variável por UPA	Limitada Dispersa Individual / empresarial Não existe certificação	Baixo - médio	—
Licores, xaropes e aguardentes	Utilitária		Alimentação		Baixa / Variável por UPA	Limitada Dispersa Individual Não existe certificação	Baixo - médio	—
Doçaria tradicional	Utilitária		Alimentação		Alta / Baixa por UPA	Numerosa Dispersa Individual Não existe certificação	Baixo	—
Enchidos	Utilitária		Alimentação		Alta / Baixa por UPA	Numerosa Dispersa Existe certificação	Baixo	—
Ervas aromáticas e medicinais	Utilitária		Alimentação		Média / Baixa por UPA	Limitada Dispersa Individual Não existe certificação	Baixo	Áreas serranas

Matriz 2 • Segmentação do mercado

Quadro 9 • Explicitação de Conceitos

Segmentos de mercado

Para efeito desta análise, foram considerados três grandes segmentos de mercado: local/regional, nacional e internacional, subdivididos por seu turno, em outros subsegmentos, que se considerou necessário separar:

- Mercado local/regional, desagregado em quatro subsegmentos: comercialização no próprio **atelier do artesão** ou na **empresa**; **feiras locais e regionais** não especificamente vocacionadas ou especializadas em arte-

	sanato; lojas de artesanato de âmbito local ou regional, vocacionadas para a venda exclusiva ou maioritariamente de produtos locais e regionais; feiras de artesanato que tenham um âmbito local e/ou regional; no caso do artesanato alimentar acrescentou-se um outro subsegmento importante, a restauração, ou seja restaurantes que servem produtos artesanais locais e regionais, ou que os comercializam. • Mercado nacional, desagregado em três subsegmentos: distribuidores / intermediários, quando a venda é feita pela unidade de produção artesanal nem directamente nem ao comerciante directamente, mas a distribuidores que fornecem lojas em qualquer parte do mercado nacional (podendo ser lojas de artesanato ou não); lojas de artesanato, em geral localizadas em grande centros urbanos ou zonas de grande fluxo turístico e que vendem produtos artesanais de diferentes origens dentro do território nacional; feiras de artesanato nacionais, incluindo as feiras com âmbito nacional em que participam artesãos inúmeros origens geográficas. • Mercado internacional, desagregado em dois subsegmentos: exportação directa, em geral por intermédio de distribuidores (podem ser nacionais ou estrangeiros) que fornecem lojas ou outros comerciantes de artesanato português no estrangeiro; feiras no estrangeiro, no caso de feiras de artesanato realizadas no estrangeiro em que participam artesãos portugueses e onde se comercializam produtos.
Proposta de valor (motivação de compra)	São identificados neste âmbito as características dos produtos que são mais valorizadas pelo consumidor, ou seja, a forma como o mercado (consumidor) vê os produtos e os critérios pelos quais o avalia e diferencia face a outros produtos concorrentes ou similares, motivando a sua compra. Foram consideradas as seguintes propostas de valor (motivações de compra): Preço; Funcionalidade (adequação do produto à satisfação de determinadas necessidades); Originalidade (carácter tradicional do produto); Imagem (associação e ligação à cultura de uma comunidade e território); Qualidade (características do produto que o tornam superior a outros em diferentes dimensões, estética, materiais utilizados, possíveis efeitos prejudiciais no consumo, ...); Produto à medida (possibilidade de uma produção adequadas às necessidades específicas de cada consumidor); Inovação no produto (significa evolução de padrões e materiais conferindo contemporaneidade aos produtos). Em determinados ramos persistem elementos de originalidade e de inovação no produto (por exemplo, com desenhos tradicionais e design contemporâneo).

Quadro 10 • Artes e Ofícios Têxteis

Segmentos de Mercado		Mercado Local / Regional				Mercado Nacional			Mercado Internacional	
Ramos de produção / produtos	Proposta de valor	Atelier artesão/ Empresa produção	Feiras locais ou regionais	Lojas artesanato	Feiras de artesanato	Distribuidores / intermediários	Lojas artesanato	Feiras de artesanato nacionais	Exportação directa	Feiras no estrangeiro
Mantas e tapetes de trapos e lã	Preço Funcionalidade	Quota pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota relevante	Quota relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota relevante	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Tapetes de Arraiolos	Originalidade Qualidade Produto à medida	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota relevante	Quota pouco relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante

Quadro 10 • Artes e Ofícios Têxteis (continuação)

Segmentos de Mercado		Mercado Local / Regional				Mercado nacional			Mercado internacional	
Tapeçaria	Originalidade Qualidade Produto à medida Imagem	Quota relevante, Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante, Segmento estratégico	Quota relevante	Quota pouco relevante, Segmento estratégico	Quota relevante, Segmento estratégico	Quota relevante, Segmento estratégico	Quota pouco relevante
Tecelagem para mesa e cama	Inovação produto Qualidade	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito relevante, Segmento estratégico	Quota muito relevante, Segmento estratégico	Quota pouco relevante, Segmento estratégico	Quota muito relevante, Segmento estratégico	Quota muito relevante	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante
Rendas e bordados	Originalidade / Inovação produto Qualidade	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota relevante, Segmento estratégico	Quota relevante, Segmento estratégico	Quota muito relevante, Segmento estratégico	Quota muito relevante, Segmento estratégico	Quota relevante	Quota relevante, Segmento estratégico	Quota pouco relevante
Vestuário - associado a tradições populares	Originalidade Preço Imagem	Quota pouco relevante	Quota relevante	Quota muito relevante, Segmento estratégico	Quota relevante, Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante
Vestuário - matérias artesanais	Inovação produto Qualidade Produto à medida	Quota relevante, Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota relevante, Segmento estratégico	Quota relevante, Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota relevante, Segmento estratégico	Quota muito relevante, Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante, Segmento estratégico

Quadro 11 • Artes e Ofícios da Cerâmica

Segmentos de Mercado		Mercado Local / Regional				Mercado Nacional			Mercado internacional	
Ramos de produção / produtos	Proposta de valor	Atelier artesão/ Empresa produção	Feiras locais ou regionais	Lojas artesanato	Feiras de artesanato	Distribuidores / intermediários	Lojas artesanato	Feiras de artesanato nacionais	Exportação directa	Feiras no estrangeiro
Olaria tradicional utilitária	Preço Funcionalidade	Quota pouco relevante	Quota muito relevante, Segmento estratégico	Quota relevante	Quota pouco relevante	Quota muito relevante, Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante

Quadro 11 • Artes e Ofícios da Cerâmica (continuação)

Segmentos de Mercado		Mercado Local / Regional				Mercado Nacional			Mercado internacional	
Cerâmica decorativa / simbólica	Originalidade Imagem	Quota relevante	Quota pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante
Cerâmica / olaria contemporânea	Qualidade Inovação no produto Produto à medida	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota relevante	Quota pouco relevante	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante
Pintura cerâmica	Originalidade Qualidade	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante
Azulejaria	Originalidade Produto à medida Qualidade	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante. Segmento estratégico

Quadro 12 • Artes e Ofícios de Trabalhar a Madeira e Outros Elementos Vegetais

Segmentos de Mercado		Mercado Local / Regional				Mercado Nacional			Mercado internacional	
Ramos de produção / produtos	Proposta de valor	Atelier artesão/ Empresa produção	Feiras locais ou regionais	Lojas artesanato	Feiras de artesanato	Distribuidores / intermediários	Lojas artesanato	Feiras de artesanato nacionais	Exportação directa	Feiras no estrangeiro
Escultura e gravura de madeira tradicional	Originalidade Imagem	Quota relevante Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito relevante Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota relevante Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Pintura de mobiliário	Originalidade Imagem	Quota relevante	Quota pouco relevante	Quota muito relevante Segmento estratégico	Quota muito relevante Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante

Quadro 12 • Artes e Ofícios de Trabalhar a Madeira e Outros Elementos Vegetais (continuação)

Segmentos de Mercado		Mercado Local / Regional				Mercado Nacional			Mercado internacional	
Tanoaria	Funcionalidade Qualidade	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota relevante	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Trabalhos em cortiça	Originalidade Imagem	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Cestaria	Preço Funcionalidade	Quota relevante	Quota relevante	Quota muito relevante.	Quota muito relevante.	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
	Existe pequeno nicho com proposta de valor de originalidade	Quota relevante. Segmento estratégico		Segmento estratégico	Segmento estratégico					
Esteiraria	Originalidade Produto à medida Imagem	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Mobiliário de verga	Preço Funcionalidade	Quota pouco relevante	Quota relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante
Artefactos decorativos	Preço	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante

Quadro 13 • Artes e Ofícios de Trabalhar o Metal

Segmentos de Mercado		Mercado Local / Regional				Mercado Nacional			Mercado internacional	
Ramos de produção / produtos	Proposta de valor	Atelier artesão/ Empresa produção	Feiras locais ou regionais	Lojas artesanato	Feiras de artesanato	Distribuidores / intermediários	Lojas artesanato	Feiras de artesanato nacionais	Exportação directa	Feiras no estrangeiro
Filigrana	Originalidade Qualidade Imagem	Quota muito pouco relevante	Quota relevante	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante. Segmento estratégico
Prataria	Qualidade Inovação no produto	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante
Cobre e latão	Originalidade Qualidade Inovação no produto (latão)	Quota relevante	Quota pouco relevante	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Latoaria	Originalidade Imagem	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota relevante	Quota relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante

Quadro 14 • Produção e Confeção Artesanal de Bens Alimentares

Segmentos de Mercado		Mercado Local / Regional					Mercado Nacional		Mercado internacional		
Ramos de produção / produtos	Proposta de valor	Atelier artesão/ Empresa produção	Feiras locais ou regionais	Lojas artesanato	Restauração	Feiras de artesanato	Distribuidores / intermediários	Lojas artesanato	Feiras de artesanato nacionais	Exportação directa	Feiras no estrangeiro
Mel	Qualidade	Quota relevante	Quota pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante

Quadro 14 • Produção e Confeção Artesanal de Bens Alimentares (continuação)

Segmentos de Mercado		Mercado Local / Regional						Mercado Nacional		Mercado internacional	
Queijo	Originalidade Qualidade Imagem	Quota relevante	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito relevante (feiras temáticas). Segmento estratégico	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Doces, compotas e geleias	Qualidade Inovação no produto	Quota pouco relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante. Segmento estratégico	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Frutos secos e secados	Imagem Qualidade	Quota relevante	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito relevante (feiras temáticas). Segmento estratégico	Quota muito relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Licores, xaropes e aguardentes	Qualidade Inovação no produto	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante. Segmento estratégico	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Doçaria tradicional	Originalidade Qualidade Imagem	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante. Segmento estratégico	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante	Quota relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Enchidos	Originalidade Qualidade Imagem	Quota relevante	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito relevante (feiras temáticas). Segmento estratégico	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota relevante	Quota muito pouco relevante	Quota muito pouco relevante
Ervas aromáticas e medicinais	Inovação no produto Qualidade	Quota pouco relevante	Quota pouco relevante	Quota muito relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante. Segmento estratégico	Quota relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante	Quota pouco relevante. Segmento estratégico	Quota pouco relevante	Quota muito pouco relevante. Segmento estratégico	Quota muito pouco relevante

Anexo IV

Quadro 15 • Segmentação de Mercado/Local de Venda

Mercado Local / Regional					Mercado Nacional			Mercado Internacional	
Oficina	Feiras locais ou regionais	Lojas de artesanato (locais e regionais)	Feiras de artesanato (locais e regionais)	Restauração	Distribuidores e intermediários	Lojas de artesanato (nacionais)	Feiras de artesanato nacionais	Exportação directa	Feiras no estrangeiro
Tapetes de Arraiolos	Mantas e tapetes de trapos e lã	Tecelagem para mesa e cama	Tapeçaria	Queijo artesanal	Mantas e tapetes de trapos e lã	Tapeçaria	Tapeçaria	Tapetes de Arraiolos	Vestuário - matérias-primas artesanais
Vestuário - matérias-primas artesanais	Olaria tradicional utilitária	Rendas e bordados	Tecelagem para mesa e cama	Doces, compotas e geleias	Tapetes de Arraiolos	Tecelagem para mesa e cama	Vestuário - matérias-primas artesanais	Tapeçaria	Azulejaria
Azulejaria	Tanoaria	Vestuário - associado a tradições populares	Rendas e bordados	Licores, xaropes e aguardentes	Tecelagem para mesa e cama	Rendas e bordados	Cerâmica decorativa	Rendas e bordados	
Cerâmica/olaria contemporânea	Queijo artesanal	Vestuário - matérias-primas artesanais	Vestuário associado a tradições populares	Doçaria tradicional	Rendas e bordados	Vestuário - matérias-primas artesanais	Cerâmica/olaria contemporânea	Pinlura cerâmica	
Escultura e gravura em madeira	Frutos secos e secados	Cerâmica figurativa	Vestuário - matérias-primas artesanais	Enchidos	Olaria tradicional utilitária	Cerâmica decorativa	Azulejaria	Mobiliário em vime	
Tanoaria	Enchidos	Pinlura cerâmica	Cerâmica decorativa	Ervas aromáticas e medicinais	Cerâmica/olaria contemporânea	Cerâmica/olaria contemporânea	Escultura e gravura em madeira	Prataria	
Doces, compotas e geleias		Cestaria	Cestaria		Pinlura cerâmica	Azulejaria	Filigrana	Ervas aromáticas e medicinais	
Doçaria tradicional	Esteiraria	Esteiraria	Esteiraria		Cestaria		Artigos em cobre e latão	Instrumentos musicais	
Instrumentos musicais	Mobiliário em vime	Mobiliário pintado	Escultura e gravura em madeira		Cestaria	Ervas aromáticas e medicinais			
	Mobiliário pintado	Mobiliário pintado	Mobiliário pintado		Mobiliário em vime				
	Trabalhos em cortiça	Trabalhos em cortiça	Tanoaria		Filigrana				
	Trabalhos em cobre e latão	Trabalhos em cortiça	Trabalhos em cortiça		Prataria				
	Latoaria	Trabalhos em cobre e latão	Trabalhos em cobre e latão		Mel				
			Trabalhos em cobre e latão		Queijo artesanal				

Quadro 15 • Segmentação de Mercado/Local de Venda (continuação)

Mercado Local / Regional				Mercado Nacional			Mercado Internacional		
Oficina	Feiras locais ou regionais	Lojas de artesanato (locais e regionais)	Feiras de artesanato (locais e regionais)	Restauração	Distribuidores e intermediários	Lojas de artesanato (nacionais)	Feiras de artesanato nacionais	Exportação directa	Feiras no estrangeiro
		Mel	Lalbaria		Doces, compotas e geleias				
		Doces, compotas e geleias	Mel		Enchidos				
		Licores, xaropes e aguardentes	Queijo artesanal						
		Ervas aromáticas e medicinais	Doces, compotas e geleias						
		Instrumentos musicais populares	Frutos secos e secados						
			Licores, xaropes e aguardentes						
			Doçaria tradicional						
			Enchidos (feiras temáticas)						
			Ervas aromáticas e medicinais						

Agrupamento 1 (A1)	Agrupamento 2 (A2)	Agrupamento 3 (A3)	Agrupamento 4 (A4)	Agrupamento 5 (A5)
--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------

Anexo V

Componentes preliminares de cenarização

Elementos Incertos	Variáveis de Cenário	Factores Causais
• Acentuação da distinção das produções artesanais assentes em estratégias empresariais distintas (ver nota 1). • Diversificação da produção de forma a garantir a manutenção dos mercados tradicionais e a conquistar novos mercados. • Acentuação da <i>segmentação dos mercados</i> de acordo com os produtos e serviços (ver nota 2). • Progressiva afirmação e reconhecimento pelo mercado da componente artística ou patrimonial das produções artesanais (ver nota 3). • Estratégias de <i>qualificação da distribuição</i> ancoradas em redes de promoção e comercialização (ver nota 4). • Evolução da <i>internacionalização</i> dos segmentos de produções artesanais que manifestarem maior capacidade de inovação ao nível do design e façam uma melhor leitura das tendências de mercado (ver nota 5). • Progressiva afirmação do artesanato por linhas de mercado e não por tipo de actividade, explorando complementaridades com outros segmentos específicos de produtos. • Desenvolvimento do sector marcado por uma maior orientação para o mercado. • Transformação no relacionamento entre artesãos e consumidores (novos canais de comercialização associados às TIC, ao surgimento de redes especializadas de comercialização, etc.). • Progressiva individualização e diferenciação das produções por unidade produtiva artesanal através da incorporação de inovação ao nível tecnológico, do design, da embalagem e apresentação.	• Grau de orientação do sector para o mercado: novas formas de abordagem do mercado e de comunicação com o cliente; certificação de produtos, criação de marcas; criação de elementos de divulgação e de informação complementar, exploração de complementaridades com outros segmentos específicos de produtos por linhas de mercado, etc.	• Evolução do contexto económico e do desenvolvimento dos níveis de formação e qualificação da população. • Crescimento do mercado turístico, em particular do segmento do turismo cultural com repercussões não só no aumento dos fluxos turísticos, mas também na sua maior distribuição pelo país. • Tendências de procura de produtos não estandardizados e valorização simbólica e cultural dos objectos artesanais associadas a novos estilos de vida. • Reconhecimento, pelo mercado, da componente artística ou patrimonial das produções artesanais. • Evolução da estruturação do sector do ponto de vista do reconhecimento do seu estatuto e da sua estrutura económica, ou seja, das estruturas de produção e comercialização, da formação, do emprego, da fiscalidade, e da sua organização associativa. • Evolução das políticas de apoio e incentivo orientadas, ou que abranjam, as unidades produtivas artesanais. • Evolução e grau de generalização das TIC e da sociedade de informação.

Nota 1 — Segmentação da produção

- i) Como foi referido no capítulo dos agrupamentos estratégicos, a segmentação das produções e dos mercados afigura-se essencial para a emancipação do sector que, em alguns segmentos, deverá deixar de funcionar em regime de mercado assistido e afirmar-se como um sector com vitalidade e racionalidade económica. Só assim se poderá ajustar a oferta à procura, as diferentes produções artesanais aos mercados que melhor as valorizem, e explorar os canais mais adequados para a venda de produtos e serviços artesanais.

O mercado das produções artesanais tende a ser cada vez mais segmentado, o que deve orientar as políticas das instituições que têm por missão o apoio e incentivo à comercialização dos produtos portugueses.

Os Agrupamentos Estratégicos referenciados como A4 (diferenciação pelo carácter tradicional da produção) e A5 (focalização em produtos com características particulares) são aqueles que, pela natureza das suas produções, promovem essa segmentação de forma mais consistente.

- ii) O artesanato sofrerá uma tendência para uma **distinção cada vez mais evidente** entre:

- Unidades produtivas artesanais com uma **estratégia de produção** centrada, essencialmente, num **artesanato patrimonial**, com base na manutenção das características tradicionais (dos processos e dos produtos artesanais), e com uma **estratégia comercial** dirigida ao mercado turístico (do lado da oferta e do lado da procura), ao mercado de coleccionadores e ao mercado da saudade (pessoas que se distanciaram dos contextos territoriais e culturais de origem daquelas produções).
- **Produções manufacturadas**, produto de actividades manuais — que correspondem a um artesanato não profissional, de qualidade muito desigual, sem valor patrimonial e as mais das vezes sem valor funcional ou estético. Com a estruturação do sector do artesanato em curso, estas produções deixarão, progressivamente, de ter acesso a formas de comercialização mais estruturadas (designadamente feiras de artesanato).
- **Artesanato profissional** — diversificação da produção a partir da introdução de processos de inovação no design dos produtos, em novas matérias-primas e na diversificação e segmentação dos mercados. Incluem-se aqui, fundamentalmente, os Agrupamentos Estratégicos A2 (diversificação de produtos) e A3 (diferenciação pela inovação).

Nota 2 — Segmentação do mercado

No quadro que integra o **Anexo IV** faz-se uma segmentação de mercados dominantes para as produções artesanais. Como se poderá constatar, com a designação da mesma actividade artesanal, poder-se-ão considerar produções que abrangem dos produtos mais tradicionais aos mais inovadores, que são direccionados para diferentes mercados e integram diferentes agrupamentos estratégicos (a prataria, por exemplo: quando integramos esta actividade no Agrupamento Estratégico 1, estamos a considerar, por exemplo, o fabrico de talheres ou gomis como se fabricavam no séc. XVIII; quando a integramos no AE 3, consideramos as produções com incorporação de design moderno e tecnologias inovadoras).

Poder-se-ão destacar algumas tendências para uma maior segmentação dos mercados das produções artesanais:

- i) Revalorização da importância comercial da **venda no local de produção** (designadamente, como resposta à procura motivada por um turismo cultural e itinerante que tem vindo a ganhar, de uma forma consistente, quota de mercado), enfatizando as características originais e diferenciadoras da produção, fundamentadas no seu carácter tradicional e associado à história e à cultura de uma determinada comunidade e de um determinado território.
- ii) **Evolução das feiras de artesanato** de uma situação de principal canal de escoamento das produções artesanais para a criação e vulgarização de eventos de natureza profissional, privilegiando uma focagem preferencial das feiras na procura (clientes ou outros públicos) e não na oferta (produções artesanais). Os artesãos terão assim oportunidade de:
- Apresentar as suas produções de uma forma mais apelativa, de ter maior disponibilidade para o atendimento e para a prestação de informações não só sobre os produtos ou serviços apresentados como sobre o que é possível ser realizado mediante encomenda, para estabelecer contactos e firmar negócios para encomendas, etc.
 - Testar um novo modelo de organização do trabalho de produção da sua oficina, mais planificado e menos contingente do sucesso de vendas directas nas feiras.

O quadro que se apresenta no **Anexo VI**, propõe dois **cenários de evolução das feiras de artesanato** distinguindo duas tipologias que se afirmarão progressivamente:

- **Feiras de base territorial**, orientadas para a valorização dos laços existentes entre o artesanato e o território (sejam eles de natureza cultural, de produção, comercial), procurando explorar essa ligação (ex.: articulação artesanato/turismo, artesanato/outras produções locais, etc.).
- **Feiras de base sectorial**, assentes numa lógica de actividade económica e de valorização do sector a partir desta perspectiva, dirigindo-se para o seu interior, mas não se resumindo a uma abordagem intra-sectorial, já que terão também como preocupação a articulação do artesanato com outras actividades (perspectiva intersectorial).

Nota 3 — Afirmação das componentes artísticas e patrimoniais do artesanato

Esse reconhecimento possibilitará rentabilizar actividades com uma capacidade produtiva limitada às características predominantemente manuais das produções: uma pequena elasticidade da capacidade produtiva, limitativa em termos de mercado mas que confere vantagem numa maior elasticidade na proposta de valor. O reconhecimento, por alguns segmentos de mercado, do valor estético e simbólico das peças artesanais, a par de uma valorização progressiva de um factor de produção — a incorporação de mão-de-obra — que não era tradicionalmente contabilizado, pois a produção não estava tão orientada para o mercado, permite que as peças e os serviços artesanais sejam cada vez mais valorizados.

Nota 4 — Qualificação da distribuição

Encontram-se em projecto, ou já em constituição, algumas iniciativas de investimento na criação de estruturas de distribuição de iniciativa pública, privada ou de parcerias público-privadas, como acontece com a **Rede de Lojas Atlântica** — Rede de lojas de venda de produções artesanais inserida no *Projecto ATLANTE: Melhorar as Cidades Atlânticas Património Mundial da UNESCO*. As **entidades parceiras** para a constituição e exploração da rede são: **i)** os *ayuntamientos* de Santiago de Compostela e Lugo, as Câmaras

Municipais de Guimarães, Porto, Évora e Angra do Heroísmo para a exploração da rede; **ii)** investidores privados para a exploração das lojas.

Um outro projecto é o que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito de uma Parceria Público-Privada, com a participação da Federação Portuguesa de Artes e Ofícios, a Direcção-Geral de Empresa e o ICEP, do Ministério da Economia e o PPART, de criação de uma rede de lojas de artesanato, a funcionar em regime de *franchising*, e de uma marca para o artesanato português.

Um outro exemplo ainda é o da vizinha Espanha, onde se encontra também em desenvolvimento um projecto dinamizado pela Fundação Mezquita de las Tornerías, com sede em Toledo, que visa criar e desenvolver um sistema e uma logística comuns de promoção, distribuição e gestão de serviços e linhas de comercialização agrupada, promovidos pelo Centro de Iniciativas e Soluções Artesanais. Tem havido contactos com as organizações portuguesas do sector no sentido de estender este projecto ao nosso país.

Nota 5 — Estratégias de internacionalização

Constata-se que as principais circunstâncias e condições internas ao sector que poderão condicionar a estratégia de internacionalização do artesanato português são: i) a capacidade de resposta da produção; ii) o nível de empreendedorismo; iii) a aptidão para *networking* (funcionamento em rede); iv) a qualidade das matérias aplicadas; v) a originalidade e a inovação no produto; vi) a imagem; vii) a comunicação no produto.

As estratégias de internacionalização das produções artesanais e das suas unidades produtivas, sendo embora limitadas e avulsas (existem naturalmente excepções no que se refere a algumas produções artesanais que têm práticas de exportação já consolidadas), começam a dar alguns passos promissores a partir de estratégias de cooperação inter-regional. O projecto **Avantcraft** - Projecto Europeu, no âmbito do Interreg-Espaço Atlântico é um desses exemplos. Os parceiros fundadores são: Crafts Council of Ireland (Irlanda); Association Pôle Régional des Métiers d'Art de France (França); Centro de Artesanía y Diseño de Lugo (Espanha); CEARTE; PPART, CRAT e FPAO (Portugal).

No quadro apresentado no **Anexo VII**, podem ver-se os distintos posicionamentos de um conjunto de sectores de produção artesanal face à internacionalização, bem como os principais estrangulamentos e as principais potencialidades que as produções artesanais apresentam nesse domínio.

Elementos Incertos

Variáveis de Cenário

Factores Causais

• Inovação ao nível das TIC, que permite às unidades produtivas artesanais aumentar a sua capacidade de gestão e de comunicação com o mercado. • Inovação ao nível do design dos produtos e fabrico de peças de utilização eminentemente decorativa. • Inovação ao nível da utilização de novas matérias-primas, conjugadas com as tradicionais (nomeadamente nos sectores do metal e da madeira). • Inovação nas áreas produtivas e tecnológicas (nomeadamente na cerâmica e nas artes e ofícios em metal) que se traduzem na modernização de alguns equipamentos que permitem: • Minorar o carácter penoso das tarefas, em particular nas operações de preparação da matéria-prima; • aumentar o controlo de determinadas fases produtivas e assim garantir a qualidade do produto; • aumentar a rentabilidade produtiva. • Inovação na apresentação e embalagem do produto. • Capacidade de internacionalização do sector. • Inovação negativa, que corresponde a algum retrocesso técnico: a qualidade de execução do produto decaiu, em grande parte dos casos, fruto da re-funcionalização dos objectos artesanais (que se prevê venha a acentuar-se no futuro), que deixaram de ter determinados usos de natureza utilitária e adquirem um uso eminentemente decorativo (por exemplo, um pote de barro que já não é para conter água ou uma assadeira que já não se destina a ir ao forno), vendo assim, muitas vezes, as suas qualidades de produção alteradas.	• Grau de inovação no produto artesanal	• Evolução e vulgarização das TIC pela população e pelas organizações. • Evolução das políticas públicas de apoio e incentivo à inovação. • Evolução das competências técnicas e criativas dos artesãos (aumento dos seus níveis de formação). • Evolução do nível de utilização das TIC na gestão da unidade produtiva artesanal e na comunicação com o mercado. • Interesse manifestado pelos criativos exteriores ao sector no desenvolvimento de projectos de parceria com artesãos. • Capacidade de resposta do mercado às novas produções artesanais. • Evolução da utilização das peças artesanais e alterações de uso que se venham a verificar (grau de re-funcionalização).
--	---	---

O posicionamento das unidades produtivas artesanais relativamente à **tecnologia e inovação** está intimamente relacionado com a sua estratégia empresarial: as que apostam na preservação do carácter tradicional da produção e a originalidade dos produtos, dirigida a um mercado que valoriza a componente estética e simbólica dos produtos, mesmo quando lhes mantém a função utilitária original, tiram partido da aceção mais generalizada de artesanato como uma produção, de características por vezes rudimentares, que corresponde a processos de produção antigos, que se identificam com uma cultura popular de raiz rural e que apela ao sentimento de alguma nostalgia por um mundo em vias de extinção. Nestes casos, a inovação situar-se-á, fundamentalmente, ao nível da comunicação, na informação complementar ao produto, bem como na sua apresentação e embalagem.

Outras produções artesanais há, em que a aposta na inovação será sempre condição de sucesso comercial, devido ao tipo de mercado a que se dirige, muito mais sensível às questões da moda, da renovação das colecções. Assim, estas unidades produtivas artesanais caracterizar-se-ão por:

- Investimento no design dos produtos - com vista à oferta de um produto único e diferenciado.
- Diversificação de produtos.
- Garantia de qualidade dos produtos.
- Aposta na inovação que confira originalidade à produção.
- Utilização de novas matérias-primas conjugando-as com as tradicionais.
- Diversificação de clientes.
- Personalização da relação com os clientes.
- Atenção dada aos materiais de divulgação e promoção.
- Participação em exposições artísticas de cariz não comercial.

Quadro 18 - Força Motriz - Organização

Elementos Incertos	Variáveis de Cenário	Factores Causais
• Estruturação progressiva de um sector de actividade que mantém uma carga de informalidade ainda relevante, do ponto de vista da sua estruturação económica com base: i) no estatuto do artesão que prevê a atribuição de carta de artesão e de unidade produtiva artesanal; ii) na portaria da aprendizagem para o sector do artesanato; iii) nos perfis profissionais das actividades artesanais iv) na regulamentação, em curso, da certificação dos produtos artesanais. • Progressiva estruturação associativa do sector em torno da Federação Portuguesa de Artes e Ofícios. • Evolução na capacidade organizativa por parte das unidades produtivas artesanais para fazer face às exigências de maior espe-	Grau de estruturação do sector com base: • na adesão dos artesãos aos processos de credenciação em curso; • na estruturação associativa sectorial; • na estruturação da administração pública na sua relação com o sector das actividades artesanais.	• Evolução das orientações da política pública para o sector. • Grau de estruturação da administração pública na sua relação com as actividades artesanais num novo quadro de estruturação organizativa do sector (PPART, FPAO). • Grau de exigência na comprovação da carta de artesão e de unidade produtiva artesanal para acesso a determinados benefícios (acesso a projectos de apoio, participação em feiras de artesanato, participação em estruturas associativas, etc.). • Evolução do conceito e das práticas de turismo no sentido de um turismo cultural, itinerante, que procura o conhecimento dos traços cultu-

Quadro 18 • Força Motriz: Organização (continuação)

Elementos Incertos	Variáveis de Cenário	Factores Causais
cialização e sofisticação das várias componentes da sua actividade. A divisão do trabalho deverá manter-se pouco acentuada e predominará o trabalho manual, a polivalência de funções e o trabalho em equipa. Desenvolvimento de estratégias de <i>networking</i> para capacitar as unidades produtivas artesanais a competir em novos mercados.		rais dos povos e das regiões, gerador de fluxos turísticos com uma maior distribuição, em particular pelo interior do país, onde se podem encontrar uma maior oferta de produtos artesanais de matriz tradicional. Crescente interesse pelas actividades artesanais por parte de criadores e artistas de outras artes (designers, arquitectos), que tem dado origem a projectos inovadores desenvolvidos em parceria.

O sector encontra-se em fase de estruturação organizativa e de reconhecimento de estatuto dos artesãos, situação que se irá prolongar nos próximos tempos e depende, em grande medida, da adesão dos próprio artesãos ao processo, da capacidade de mobilização associativa sectorial, mas também da capacidade de resposta institucional da administração pública, em que se deram já alguns passos importantes.

"O trabalho que o PPART tem vindo a desenvolver tem exactamente por objectivo minorar essa dispersão de actuações⁴. Pela primeira vez, existe uma estrutura que promove a articulação entre os diversos departamentos da administração pública que intervêm no sector, passando de uma situação em que se assistia a um somatório de políticas sectoriais para uma outra realidade que, paulatinamente, está a fazer surgir uma verdadeira política pública e integrada para as artes e ofícios, de que o mais significativo exemplo é a criação de regulamentação própria para este sector - refiro-me, naturalmente, ao Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro".

⁴ De uma entrevista dada ao jornal "O Correio da Manhã" pelo Presidente da Comissão Nacional do PPART. Esta citação corresponde à resposta à pergunta: "A tutela de todas as medidas tendentes a valorizar o artesanato não deveria ficar entregue a um só organismo e não pulverizadas, como tem acontecido, pelo menos até agora?"

Quadro 19 • Cenários - Configurações finais

Cenários Variáveis de Cenário	Ouro	Bronze
Grau de orientação do sector para o mercado	Afirmação do artesanato por linhas de mercado e não por tipo de actividade. Forte diversificação de produções artesanais (dentro da mesma UPA), diferenciação das produções (entre UPA) e forte segmentação de mercados.	Predomínio da lógica do produto sobre a lógica do mercado e do cliente em que a produção se dirige a um mercado mais generalista baseado em feiras de artesanato. Maior especialização numa gama limitada de produtos, menor capacidade de adaptação às especificidades da procura.
Grau de inovação no produto artesanal	Forte incorporação de inovação ao nível do design (do produto e da embalagem), dos processos produtivos e da utilização de novas matérias-primas. Generalização da utilização das TIC na gestão e na comunicação com o mercado.	Inovação no produto limitada, aposta no valor patrimonial das produções artesanais e na manutenção das características tradicionais da produção. Importância das TIC centrada na gestão da unidade produtiva artesanal.
Grau de estruturação do sector	Consolidação da estruturação do sector com um número significativo de unidades produtivas artesanais com a sua situação formalizada, com o tecido associativo sustentável. Clarificação do quadro organizativo da administração na relação com o sector, existência de uma política pública definida para o sector.	Predomínio de uma forte informalidade nesta actividade, com uma certa fragilidade institucional e organizativa, uma grande dependência das feiras como canal de comercialização, e uma reduzida articulação com outros sectores produtivos. Descoordenação das políticas de apoio ao sector e dispersão das abordagens institucionais às vertentes sociais, económicas e culturais que coexistem nas actividades artesanais.

Anexo VI

Quadro 20 • Feiras de Artesanato

Cenário Tendencial			Cenário Voluntarista	
	Feiras de Base Territorial	Feiras de Base Sectorial	Feiras de Base Territorial	Feiras de Base Sectorial
Contexto Geral	Existência de um nº considerável de feiras, ainda pouco diferenciadas e na sua grande maioria com uma função de comercialização. Regista-se um certo <i>upgrade</i> qualitativo sobretudo em termos dos participantes (exigência do cartão de artesão). Continuação de algumas feiras sectoriais, embora pouco consolidadas.		Panorama nacional das feiras de artesanato estruturado, com uma clara hierarquia de eventos certificados. Calendário de eventos equilibrado, em termos sazonais, de funções (de referência sectorial, comerciais, inter-sectoriais, etc.) e de distribuição geográfica. Feiras do sector são já referência no panorama nacional de eventos.	
Organização	Grande diversidade de entidades responsáveis pela organização das feiras	- Entidades sectoriais - Empresas privadas	- Entidades certificadas - Participantes seleccionados - Financiamento público	- Entidades certificadas - Estruturas profissionais - Financiamento público/privado
Objectivos e fins	- Comercial - Educação e lazer - Exposição	- Dinamização sectorial - Comercial - Exposição	- Promoção territorial - Educação e lazer - Comercial	- Formação e sensibilização dos Agentes do sector - Dinamização do sector e promoção da sua imagem - Comercial
Públicos	Público em geral	Profissionais do sector	- Público em geral - Turistas / visitantes - Famílias (...)	- Grossistas/distribuidores <i>Trend setters</i> (<i>designers</i>, decoradores, arquitectos, jornalistas) - Profissionais do sector - Importadores, exportadores (...)
Produtos / Temáticas	Produtos Locais/Regionais	- Especialidades sectoriais <i>Gifts</i>	- Estilos de Vida (<i>way of life</i>) - Artesanato de origem - Tradições com qualidade (...)	- Feira de referência (tendências, novidades, novos talentos, etc.) <i>Ethnic Chic</i> - Artesanato & Design (...)

Anexo VII

Quadro 21 • Internacionalização do Artesanato

Ramos de produção / produtos	Agrupamentos Estratégicos	Contexto de oferta		Aspectos específicos do posicionamento actual dos produtos em mercados de internacionalização
		Estrangulamentos face à internacionalização	Potencialidades face à internacionalização	
ARTES E OFÍCIOS TÊXTEIS				
Mantas e tapetes de trapos e lã	A1	Isolamento e dispersão das unidades de produção. Margens de comercialização baixas. Falta de inovação no produto.	Capacidade de produção significativa, embora extremamente pulverizada e dispersa no território nacional.	Distribuição através de feiras de artesanato no estrangeiro. Valorização limitada a mercados europeus onde deixou de se produzir.
Tapetes de Arraiolos	A1/A2	Falta de afirmação de uma marca portuguesa e de marcas de produto. Imagem insuficiente. Falta de comunicação no produto (produto alargado). Variação da qualidade das matérias-primas e do produto. Isolamento das unidades de produção.	Capacidade de produção significativa, sustentada por diversas unidades de produção empresariais concentradas num número limitado de zonas. Originalidade do produto. Identidade do produto vinculada a Portugal.	Concorrência de produtos similares (incluindo cópias) provenientes de mercados orientais, com preços muito mais baixos. Formas de distribuição que dificultam a produção à medida. Presença muito débil nos canais de distribuição, incluindo
Tapeçaria	A4	Insuficiente afirmação de uma marca de produto. Ausência de marcas colectivas. Capacidade de produção muito limitada.	Qualidade e originalidade dos produtos. No caso da Tapeçaria de Portalegre, os produtos podem assumir-se como peças artísticas. Potencial de inovação no produto.	feiras de artesanato no estrangeiro. Presença débil nos canais de distribuição, incluindo feiras de
Tecelagem para mesa e cama	A2	Capacidade de produção limitada. Falta de inovação no produto: design Imagem insuficiente. Falta de comunicação no produto (produto alargado). Isolamento e dispersão das unidades de produção.	Qualidade dos produtos: técnicas de produção e matérias-primas.	artesanato no estrangeiro. Concorrência de produtos similares, embora com características e qualidade diferentes. Falta de informação sobre o produto que favorece a não distinção face a produtos industriais. Presença diferenciada nos canais de distribuição.
Rendas e bordados	A1/A2/A4	Falta de afirmação de uma marca portuguesa e de marcas de produto ou marcas colectivas (por exemplo, Bordado da Madeira, Bordado de Castelo Branco, Bordado de Viana do Castelo, Bordado de Tibaldinho). Imagem insuficiente. Variação na qualidade dos produtos. Falta de inovação no produto.	Capacidade de produção significativa, embora diferenciada segundo os núcleos de produção. No caso do Bordado de Castelo Branco, os produtos podem assumir elevado valor artístico.	Grande concorrência de produtos similares de qualidade muito diferenciada. Falta de estratégias de comercialização associada a outros.

Quadro 21 • Internacionalização do Artesanato (continuação)

Ramos de produção / produtos	Agrupamentos Estratégicos	Contexto de oferta		Aspectos específicos do posicionamento actual dos produtos em mercados de internacionalização
		Estrangulamentos face à internacionalização	Potencialidades face à internacionalização	
		Isolamento e dispersão das unidades de produção.		
Vestuário - associado a tradições populares	A1	Capacidades de produção limitada. Variação na qualidade dos produtos. Não é em geral valorizado em mercados fora do contexto nacional.	Identidade do produto vinculada a Portugal.	Não está presente nos canais de distribuição fora do país.
Vestuário - matérias artesanais	A3	Capacidade de produção muito limitada Isolamento e dispersão das unidades de produção. Imagem insuficiente. Falta de marcas individuais ou colectivas. Falta de comunicação no produto (produto alargado, embalagem). Dificuldade na oferta de serviços pós-venda.	Emergência de pólos de inovação no produto. Boa qualidade das matérias-primas.	Praticamente ausente dos canais de distribuição fora do país.
ARTES E OFÍCIOS DA CERÂMICA				
Olaria tradicional utilitária	A1	Capacidade de produção limitada. Isolamento e dispersão das unidades de produção. Qualidade das matérias aplicadas variável. Falta de marcas de produto (regionais). Falta de comunicação no produto (produto alargado). Falta de inovação no produto.	Originalidade do produto.	
Cerâmica figurativa	A1/A2	Capacidade de produção muito limitada. Isolamento e dispersão de unidades de produção. Falta de afirmação de uma marca portuguesa e de marcas individuais. Falta de comunicação no produto.	Originalidade e valor simbólico do produto. Imagem associada às tradições culturais regionais. Produtos assumem frequentemente elevado valor artístico, com capacidade de inserção em certos nichos de mercado da arte.	
Cerâmica / olaria contemporânea	A3	Capacidade de produção muito limitada. Isolamento de unidades de produção.	Produtos assumem frequentemente elevado valor artístico, com capacidade de inserção em certos nichos de mercado da arte.	

Quadro 21 • Internacionalização do Artesanato (continuação)

Ramos de produção / produtos	Agrupamentos Estratégicos	Contexto de oferta		Aspectos específicos do posicionamento actual dos produtos em mercados de internacionalização
		Estrangulamentos face à internacionalização	Potencialidades face à internacionalização	
		Falta de marcas individuais. Debilidade de comunicação no produto.	Inovação no produto.	
Pintura cerâmica	A1	Falta de cooperação entre as unidades de produção em matéria de marketing/mercados. Inovação no produto insuficiente. Falta de afirmação de marcas individuais ou colectivas. Comunicação no produto insuficiente (produto alargado, embalagem).	Em certos casos existe uma imagem associada à cultura regional (exemplos como os de Viana do Castelo e das Caldas da Rainha). Capacidade de produção razoável.	
Azulejaria	A1/A2	Capacidade de produção insuficiente. Isolamento das unidades de produção Debilidade na inovação no produto. Falta de afirmação de marca portuguesa e de marcas individuais. Insuficiências na comunicação no produto. Apostas em serviços pós-venda por fazer.	Imagem de qualidade e originalidade associada a Portugal.	
ARTES E OFÍCIOS DE TRABALHAR A MADEIRA E ELEMENTOS VEGETAIS				
Cestaria	A1	Capacidade de produção insuficiente. Isolamento e dispersão das unidades de produção. Falta de inovação no produto. Imagem insuficiente. Falta de afirmação de marcas colectivas (por exemplo Ilha da Madeira ou Gonçalo).		
Esteiraria	A1	Capacidade de produção muito baixa. Falta de afirmação de uma marca. Falta de comunicação no produto (produto alargado).	Originalidade de materiais e produtos.	
Mobiliário em vime	A1	Capacidade de produção insuficiente. Isolamento e dispersão das unidades de produção.		

Quadro 21 • Internacionalização do Artesanato (continuação)

Ramos de produção / produtos	Agrupamentos Estratégicos	Contexto de oferta		Aspectos específicos do posicionamento actual dos produtos em mercados de internacionalização
		Estrangulamentos face à internacionalização	Potencialidades face à internacionalização	
		Falta de inovação no produto. Imagem insuficiente. Falta de afirmação de marcas colectivas (por exemplo Ilha da Madeira ou Gonçalo).		
Escultura e gravura de madeira tradicional	A1/A2	Capacidade de produção muito limitada. Isolamento e dispersão de unidades de produção. Qualidade de matérias e de produtos variável. Falta de inovação no produto.		
Pintura de mobiliário	A1	Capacidade de produção limitada. Isolamento das unidades de produção. Falta de inovação no produto. Imagem pouco afirmada. Falta de marcas colectivas ou de produto. Falta de comunicação no produto. Inexistência de serviços pós-venda.	Originalidade do produto. Imagem associada à cultura regional alentejana.	
Tanoaria	A1/A2	Capacidade de produção muito limitada. Isolamento e dispersão das unidades de produção. Falta de inovação no produto. Imagem pouco afirmada. Falta de marcas colectivas ou de produto.		
Artefactos em cortiça	A1/A2	Capacidade de produção limitada. Isolamento das unidades de produção. Falta de inovação no produto. Imagem pouco afirmada. Falta de marcas colectivas ou de produto. Falta de comunicação no produto.	Originalidade do produto. Imagem associada à cultura regional alentejana.	

Quadro 21 • Internacionalização do Artesanato (continuação)

Ramos de produção / produtos	Agrupamentos Estratégicos	Contexto de oferta		Aspectos específicos do posicionamento actual dos produtos em mercados de internacionalização
		Estrangulamentos face à internacionalização	Potencialidades face à internacionalização	
TRABALHOS EM METAL				
Filigrana	A1/A2/A3	Insuficiente cooperação e cultura de cooperação entre produtores. Insuficiente afirmação de uma marca portuguesa e de marcas colectivas. Qualidade da matéria-prima. Insuficiente inovação no produto. Falta de comunicação no produto (produto alargado, embalagem).	Capacidade de produção significativa. Emergência de alguns nichos de inovação no produto.	
Prata cinzelada	A1/A2/A4	Insuficiente cooperação e cultura de cooperação entre produtores. Insuficiente afirmação de uma marca portuguesa e de marcas colectivas. Qualidade da matéria-prima. Falta de comunicação no produto (produto alargado, embalagem).	Capacidade de produção razoável. Emergência de nichos de inovação no produto. Afirmação de algumas marcas individuais.	
Trabalhos em cobre e latão	A1/A2	Capacidade de produção não muito significativa. Insuficiente afirmação de uma marca portuguesa e de marcas colectivas. Insuficiente inovação no produto. Falta de comunicação no produto (produto alargado, embalagem).	Originalidade de alguns produtos.	
Trabalhos de latoaria	A1/A2	Capacidade de produção muito limitada. Isolamento e dispersão das unidades produtivas. Qualidade de matérias-primas variável. Insuficiente inovação no produto. Falta de comunicação no produto (produto alargado, embalagem).	Originalidade de alguns produtos.	
PRODUÇÃO E CONFECÇÃO ARTESANAL DE BENS ALIMENTARES				
Mel	A5	Falta de cooperação entre as unidades de produção e dispersão de produtores. Falta de imagem do produto.	Capacidade de produção significativa. Qualidade e diversidade de produtos excelente.	

Quadro 21 • Internacionalização do Artesanato (continuação)

Ramos de produção / produtos	Agrupamentos Estratégicos	Contexto de oferta		Aspectos específicos do posicionamento actual dos produtos em mercados de internacionalização
		Estrangulamentos face à internacionalização	Potencialidades face à internacionalização	
		Insuficiente afirmação de uma marca portuguesa e de marcas colectivas. Insuficiente comunicação no produto.		
Queijo	A5	Capacidade de produção limitada. Falta de cooperação entre as unidades de produção e dispersão de produtores. Qualidade e diversidade de produtos variável. Insuficiente afirmação de marcas individuais ou colectivas. Insuficiente comunicação no produto.	Potencial de associação a outros produtos de quinta (exemplo de vinho, queijo).	
Doces, compotas e geleias	A5	Capacidade de produção limitada. Falta de cooperação entre as unidades de produção e dispersão de produtores. Qualidade e diversidade de produtos variável. Insuficiente afirmação de marcas individuais ou colectivas. Insuficiente comunicação no produto.	Potencial de associação a outros produtos de quinta (exemplo de vinho, queijo).	
Frutos secos e secados	A5	Capacidade de produção limitada. Falta de cooperação entre as unidades de produção e dispersão de produtores. Insuficiente afirmação de uma marca portuguesa e de marcas colectivas. Insuficiente inovação no produto. Insuficiente comunicação no produto.	Qualidade e diversidade de produtos excelente.	
Licores, xaropes e aguardentes	A5	Capacidade de produção limitada. Qualidade de produtos variável. Insuficiente afirmação das marcas colectivas. Insuficiente comunicação no produto.	Existência de produtos certificados.	
Doçaria tradicional	A5	Capacidade de produção limitada. Isolamento e dispersão de unidades de produção. Qualidade de produtos variável.	Originalidade e diversidade de produtos.	

Quadro 21 • Internacionalização do Artesanato (continuação)

Ramos de produção / produtos	Agrupamentos Estratégicos	Contexto de oferta		Aspectos específicos do posicionamento actual dos produtos em mercados de internacionalização
		Estrangulamentos face à internacionalização	Potencialidades face à internacionalização	
		Insuficiente afirmação de marcas individuais ou colectivas. Insuficiente comunicação no produto (produto alargado, embalagem).		
Enchidos	A5	Falta de cooperação entre as unidades de produção e dispersão de produtores. Qualidade de produtos variável. Insuficiente afirmação de uma marca portuguesa e de marcas colectivas. Insuficiente comunicação no produto (produto alargado, embalagem).	Capacidade de produção significativa. Existência de produtos certificados.	
Ervas aromáticas e medicinais	A5	Capacidade de produção limitada. Isolamento e dispersão de unidades de produção. Qualidade e diversidade de produtos variável. Insuficiente afirmação de marcas individuais ou colectivas. Insuficiente comunicação no produto (produto alargado e embalagem).	Potencial de associação a outros produtos regionais e a destinos turísticos (especialmente termais).	

Bibliografia

- CASTRO, Mário Neves de (1999). Artesanato - Medidas de apoio numa perspectiva de desenvolvimento da actividade, Lisboa: IEFP.
- CESO I&D (1997) - Artes e Produtos Tradicionais do Vale do Lima: Diagnóstico e Estratégia de Promoção (Relatório Final). VALIMA.
- COMISSÃO EUROPEIA (1995) - Actividades en favor de las PYME y del artesanado. Bruxelas: CE.
- COMISSÃO EUROPEIA (2000) - Promoting creation and development of sustainable employment in the rare crafts sector. Bruxelas: CE.
- COMISSÃO EUROPEIA (2002) - Relatório sobre a implementação da Carta Europeia das Pequenas Empresas. Bruxelas: COM 68.
- COMISSÃO EUROPEIA (s/d) - Artesanato e Pequenas Empresas: Chaves do crescimento e do Emprego na Europa. Bruxelas: COM (95) 502.
- COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL (1997) - Parecer do Comité Económico e Social sobre "Artesanato e Pequenas e Médias Empresas" JO C 158 de 26.05.
- COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL (2001) - Parecer do Comité Económico e Social "O Artesanato e as PME na Europa". JO C 221 de 7.08.
- COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL (2002) - Parecer sobre a "Carta Europeia das Pequenas Empresas". JO C 48 de 21.02.
- DFP-DSA (coord. técnica) (1993) - Portaria para a Aprendizagem na área Têxtil. Lisboa: IEFP.
- DFP-DSA (coord. técnica) (1993) - Portaria para a Aprendizagem na área da Fundição. Lisboa: IEFP.
- DFP-DSA (coord. técnica), (1995) - Portaria para a Aprendizagem na área da Madeira e do Mobiliário. Lisboa: IEFP.
- ESDIME e GEOIDEIA (1997) - Potencialidades do mercado de produção artesanal na zona de influência do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva (Relatório Final). EDIA.
- EUROINFO CENTRE DO ALGARVE (s/d) - Situação do Artesanato em Portugal. Euroinfo Centre do Algarve.
- GEOIDEIA (2000) - Estudo de análise dos mercados do artesanato tradicional do Norte Alentejano (Relatório Final). Delegação Regional do Alentejo do IEFP.
- IEFP (s/d) - Catálogos de Artesanato das Regiões Norte, Centro; Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Lisboa: IEFP.
- LIMA, Alexandra et al (1987) - Acções de desenvolvimento de Artes Tradicionais - Breve Análise de três casos. Porto: CRAT.
- MARQUES, Helena Torres Marques (s/d) - Artesanato e PME: chaves do crescimento e do emprego na Europa. Parlamento Europeu
- MEDEIROS, Carlos Laranjo (coord.) (1994) - Os artesãos e as artes e ofícios tradicionais. Lisboa: PAOT.
- MEDEIROS, Carlos Laranjo e PENA, Rui (2001) - Microempresas. Lisboa: Livros e Leituras.
- MELO, Luís da Cunha (coord.) (1993) - Programa de Tecnologia Têxtil / Costureiro (a). Lisboa: IEFP.
- MELO, Luís da Cunha (coord.) (1996) - Domínio de Controlo de Qualidade - Costureiro (a) Especializado (a). Lisboa: IEFP.
- MELO, Luís da Cunha (coord.) (1996) - Domínio de Estudo do Trabalho / Costureiro (a) Especializado (a). Lisboa: IEFP.
- MELO, Luís da Cunha (coord.) (1996) - Domínio de Modelagem / Costureiro (a) Especializado (a), Lisboa: IEFP.
- MELO, Luís da Cunha (coord.), (1996) - Domínio de Prática Simulada (Exercícios de Corte)/ Costureiro (a) Especializado (a). Lisboa: IEFP.
- MESS (1992) - Portaria para a Aprendizagem na Área Agro-Alimentar. Lisboa: IEFP.
- PROVIDÊNCIA, Catarina (2003) - Guia de Artesanato da Região Norte, Porto: CRAT.
- SANTOS, Helena (1988) - Consumos de Artesanato: resultados de um inquérito. Porto: CRAT.
- SANTOS, Helena (1988) - Formação de artesãos e qualidade das peças: imagens e projectos de protagonistas. Porto: CRAT.

SANTOS, Helena et al (1989) - Sociografia dos artesãos do distrito de Bragança, Porto: CRAT.

SILVA, Augusto Santos (1989) - Novos artesãos portugueses: Quem são o que fazem? Porto: CRAT.

SILVA, Augusto Santos e SANTOS, Helena (1995) - Prática e representação de culturas: um inquérito na área metropolitana do Porto. Porto: CRAT.

UEAPME (2000) - "L'Artisanat et les PME". In Agenda politique pour l'Europe. UEAPME.

VALARINHO, António Júlio (coord.) (2000) - As Idades do Futuro - Formas e expressões de raiz contemporânea. Lisboa: IEFP.

VALARINHO, António Júlio (coord.) (2001), Cultus - O mistério e o maravilhoso nos artefactos portugueses. Lisboa: IEFP.

VALARINHO, António Júlio (coord.) (2002) - Mestres Artesãos do Século" - Artefactos do mundo por mãos portuguesas. Lisboa: IEFP.

VILAÇA, Helena e SILVA, Augusto Santos (1990) - Searas de Jeremias. Porto: CRAT.

Bibliografia sobre as artes e ofícios

Cestaria

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1978) - "As esteiras de Forjões". In Minia. 2ª Série, Ano 1, nº 2. Braga.

GALHANO, Fernando (1961) - Cestaria de Entre-Douro e Minho: contribuição para o estudo da cestaria portuguesa. Porto: Sociedade portuguesa de antropologia e etnologia.

GALHANO, Fernando (s/d) - Cestos vindimos: nota sobre cestaria transmontana. Porto: Junta distrital do Porto.

GALHANO, Fernando (s/d) - "Cestaria e Esteiraria". In A Arte popular em Portugal. 1º Volume, p. 265-295. Lisboa: Verbo.

KUONI, Bignia (1981) - Cestaria tradicional ibérica. Barcelona: Ediciones del serbal.

LIMA, Rui de Abreu (1993) - Cestaria tradicional portuguesa. Lisboa: IEFP.

SOUSA, António Teixeira de, CAMPOS, Maria Teresa (coords.) (1989) - Artesanato da região Norte: separata cestaria. Lisboa: IEFP.

Cerâmica

ABELHO, Azinhal (1964) - Memórias sobre os barros de Estremoz. Edições Panorama.

ABREU, Alberto A. (1999) - Das origens à louça de Viana. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

ASOCIACIÓN GALEGA DE ARTESÁNS (1994) - OLEIROS DE BUÑO. Xunta de Galicia.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS (1984) - Figurado de Barcelos, a produção actual: exposição. Barcelos: Colecção Museu Aberto nº 6, Museu de Olaria.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS (1990) - Introdução à conferência de Luciano García Alén: o paso de oleiros portugueses a galicia, a sua viaxe polo derredeiro século. Barcelos: Colecção Museu Aberto nº 2, Museu de Olaria.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS (1990) - Vasilhas do Felgar, objectos úteis: exposição. Barcelos: Colecção Museu Aberto nº 1, Museu de Olaria.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS (1995) - Anjos: Alberto Vieira. Barcelos: Colecção Museu Aberto nº 5, Museu de Olaria.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS (1995) - Cerâmica açoriana: exposição. Barcelos: Colecção Museu Aberto nº 3, Museu de Olaria.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS (1995) - O Cântaro de Barcelos: exposição. Barcelos: Colecção Museu Aberto nº 4, Museu de Olaria.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS (1996) - Sellés Paes, uma doação: exposição. Barcelos: Museu de Olaria.

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA - Exposição: barros vermelhos do Carapinhal. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

CAMPOS, Maria Emília; CARVALHO, Duarte (1999) - Bisalhães: anatomia de um povo. Vila Real: Centro Cultural Regional de Vila Real.

CARNEIRO, Eugénio Lapa (1970) - O Fim da olaria tradicional portuguesa. Lisboa: Associação portuguesa para o progresso das ciências.

CARNEIRO, Eugénio Lapa (1989) - Encrespado: técnica de decoração cerâmica. Barcelos: Museu da Olaria (Fichas de Olaria nº 3).

- CENTRO CULTURAL RAIANO (1997) - Oleiros de Idanha: exposição. Idanha-a-Nova: C.C.R.
- CERÂMICA DO DOURO (2001) - A Cerâmica e a imagem das palavras. V. N. Gaia: Cerâmica do Douro.
- CHAVES, Luís (1925) - Os Barristas portugueses: nas escolas e no povo. Coimbra: Imprensa da universidade (Coleção Subsídios para a história da arte portuguesa nº 15).
- CHAVES, Luís (s/d) - "A Cerâmica". In A Arte popular em Portugal, 2º Volume, p. 179-253. Verbo
- CLÁUDIO, Mário (1988) - Rosa. Lisboa: Imprensa nacional casa da moeda (Coleção Biblioteca de autores portugueses).
- COMISIÓN DE FERIAS Y EXPOSICIONES DE G.A.V. (2000) - Homenaje a los viejos maestros alfareros de Castilla y León. Salamanca: C.F.E.G.
- DIRECÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS (1985) - Recolha de cultural popular, artesanato 1.3: centro oleiro de Flor da Rosa. Portalegre: D.G.E.A., Coordenação distrital de Portalegre.
- ELIAS, Herculano (1996) - Técnicas tradicionais da cerâmica das Caldas da Rainha. Caldas da Rainha: Câmara Municipal das Caldas da Rainha (Coleção Testemunhos nº 1).
- ENCONTRO NACIONAL DE OLARIA, 1 (1981) - Relato e conclusões. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- EXPOSIÇÃO DE ALBERTO VIEIRA (1994) -. Brincadeiras de Afonso: cerâmica. Guimarães.
- FERNANDES, Isabel Maria (1993) - Cerâmica açoriana: catálogo. Barcelos: Museu da Olaria, (Coleções do Museu nº 2).
- FERNANDES, Isabel Maria (1996) - "Centros produtores de louça preta da região Norte". In separata da revista Olaria, nº 1. Barcelos.
- FERNANDES, Isabel Maria (1997) - "As Oficinas de louça preta de Lanheses (Viana do Castelo): um fenómeno de migração". In Mínia 3ª série nº 5. Braga.
- FERNANDES, Isabel Maria (1997) - A Louça preta de Prado, Vila Verde, Braga: catálogo. Barcelos: Câmara municipal de Barcelos (Coleções do Museu; nº 3).
- FERNANDES, Isabel Maria; TEIXEIRA, Ricardo (1997) - A Louça preta em Portugal: olhares cruzados. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.
- GONZÁLEZ, José Maria; PÉREZ, Mª Cármen (coords.) (1997)- A Memoria do artesan en imaxes: centro oleiro de Buño. Xunta de Galicia.
- IEFP (1989) - Artesanato da região norte: separata cerâmica. Direcção Regional do Norte: IEPF.
- IEFP (1991) - Art populaire: Portugal. Lisboa: IEPF.
- IEFP (1991) - Mistério. Lisboa: IEPF.
- IEFP (1992) - Três oleiros de Viseu: mestre Albino, mestre José Maria, mestre António Vista. Lisboa: IEPF.
- JUNTA DE CASTILLA Y LEON (1991) - Alfareria tradicional de Castilla y Leon. Valladolid: Junta de Castilla y Leon.
- MACEDO, Manuel Marinho; FREITAS, Maria da Graça (1988) - Olaria do Felgar, Torre de Moncorvo: catálogo. Barcelos: Museu da Olaria (Coleções do museu nº 1).
- MACEDO, Manuel Marinho; FREITAS, Maria da Graça (1996) - O Cântaro minhoto: classificação de materiais. Barcelos: Museu da Olaria (Fichas de Olaria nº 4).
- MINISTERIO DE INDUSTRIA Y ENERGIA (s/d) - Alfareria popular. Ministerio de Industria y Energia, Dirección General de la Pequeña y Mediana Industria.
- MOREIRA, Maria da Conceição (s/d) - Breve notícia sobre a arte barrista de Estremoz. Lisboa: Casa portuguesa.
- MUSEU DE CERÂMICA (1986) - A Cerâmica das Caldas: 1º volume. Caldas da Rainha: Instituto Português do Património Cultural.
- MUSEU DE CERÂMICA (1989) - Leonel Cardoso. Caldas da Rainha: Museu de Cerâmica.
- MUSEU NACIONAL SOARES DOS REIS (1998) - Fábrica de Massarelos do Porto: 1763-1936. Porto, M.N.S.R.
- PARVAUX, Solange (1968) - La Céramique populaire du Haut-Alentejo. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian.
- PEIXOTO, Rocha (1899) - "Industrias populares: as olarias de Prado". In Portugália Tomo I 227-270. Porto.
- PEREIRA, João Castel-Branco; VALARINHO, António Júlio (coord.) - As Idades do Azul - Formas e memórias da azulejaria portuguesa. Lisboa: IEPF.
- POSE, Héctor M.; VARELA, Xosé M. Varela (s/d) - Olería de Buño. Coruña.

QUEIRÓS, José (1987) - Cerâmica portuguesa e outros estudos. Lisboa: Editorial Presença.

RESENDE, Júlio (1976) - A Cerâmica. Porto.

RIBEIRO, Armando Augusto (1970) - A Olaria de Bisalhães: subsídios para uma monografia do artesanato regional da serra do Marão. Vila Real: Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão.

RIBEIRO, Emanuel (s/d) - Água fresca: apontamentos sobre olaria nacional.

RODRIGUES, Miguel; REBANDA, Nelson (1992) - Centros oleiros do distrito de Bragança: olaria de Felgar e Larinho (Moncorvo). Moncorvo: Museu do Ferro.

SANTOS, Eugénia Dantas Ó (s/d) - Cerâmica popular: a decoração na louça utilitária. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa.

SERRA, João B. (1991) - Arte e indústria na cerâmica caldense (1853 - 1977). Caldas da Rainha: Grupo de amigos do museu de cerâmica (Colecção P.H. Estudos e Documentos).

SILVA, Joaquim António; CONSTANTINO, Eduardo (1994) - Artes do fogo, sabedoria dos homens: uma olaria tradicional do concelho de Óbidos. Caldas da Rainha.

SOEIRO, Teresa et al (1995) - A Cerâmica portuense: evolução empresarial e estruturas edificadas. Vila Nova de Gaia: Câmara municipal de Vila Nova de Gaia.

VALARINHO, António Júlio (coord.) (1997), O Culto, A Festa e o Quotidiano - Figuras e figurados. Lisboa: IEF.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de (1988) - Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal. Lisboa: José Ribeiro editor.

VINAGRE, Valter (coord.) (1997) - Terra, memória, terra: raku e escultura cerâmica de ar livre. Caldas da Rainha: Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica

Confecção Tradicional de Bens Alimentares

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E MELHORAMENTOS ESTRELA (1998) - Gerações de receitas: recolha gastronómica da Beira Alta. Guarda: A.D.M.E.

BRANCO, Fernando Castelo (s/d) - "Culinária e doçaria". In A Arte popular em Portugal, 1º Volume, p. 297-333. Lisboa: Verbo.

LOBO, Carla (s/d) - Os Doces da Tia Rosa: doçaria tradicional mirandesa. Miranda do Douro: Sons da Terra,.

MUSEU ALBERTO SAMPAIO (1983) - O Natal na cozinha. Guimarães: Museu Alberto Sampaio.

PROGRAMA DE ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS (1994) - Compotas e geleias tradicionais. Lisboa: P.A.O.T. (Colecção cadernos 5).

PROGRAMA DE ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS (1994) - Os Queijos tradicionais do Alentejo. Lisboa: P.A.O.T. (Colecção Estudar e Intervir nº 3)

Trabalhos em Madeira

IEFP (s/d) - As Idades da Madeira. Lisboa: IEF.

MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA (1995) - Onde mora o Franklim?: um escultor do acaso. Lisboa: Museu nacional de etnologia.

NÚCLEO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL DE ESTREMOZ (1983) - O Falar das mãos: Joaquim Carriço "Rolo", um artesão da madeira e do chifre. Estremoz: N.D.C..E.

OLIVEIRA, E. Veiga; GALHANO, Fernando (s/d) - "Mobiliário". In A Arte popular em Portugal, 1º volume, p. 139-171. Lisboa: Verbo.

PERDIGÃO, Teresa; CALVET, Nuno (2001) - Madeiras: fibras vegetais, materiais afins. Lisboa: Verbo (Colecção Tesouros do Artesanato português; nº 1).

PEREIRA, Benjamim (1990) - Tecnologia tradicional portuguesa: sistemas de serração de madeiras. Instituto Nacional de Investigação Científica.

Trabalhos em Metal

VALARINHO, por António Júlio (coord.) (1995) - As Idades do Ferro. Lisboa, IEF.

FERREIRA, J.A. Pinto (s/d) - "Os Metais". In A Arte popular em Portugal, 1º volume, p. 173-205. Lisboa: Verbo.

MUSEU DO ABADE DE BAÇAL (1981) - Ferros forjados do museu do Abade de Baçal. Bragança: Museu do Abade de Baçal.

RAMOS, Carlos (s/d) - Ferros forjados no Porto.

SUÁREZ, Macarena Murcia (1997) - Herreros y latoneros: el trabajo tradicional del metal en Gran Canaria. Gran Canaria: Fedac (Colecção Ofícios de ayer; nº 2).

WISEU. Câmara Municipal (s/d) - Mestre Arnaldo Malho: ferros forjados de Viseu. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.

Têxteis

ALMEIDA, Fernando Louro (s/d) - Bordados de Alcafache ou bordados de Tibaldinho. Colecção Arte popular.

ALVES, Jorge Fernandes (1999) - Fiar e tecer: uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave. Famalicão: Câmara Municipal de Famalicão.

BAIN, George (s/d) - Celtic art: the methods of construction. New York: Dover publications.

BARRETO, Manuel Joaquim Themudo (1986) - Alinhavados de Nisa. Nisa: Câmara Municipal de Nisa.

BECK, Thomasina (s/d) - The Embroiderer's story: needlework from the renaissance to the present day. David & Charles.

BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (1905) - Fiação e tecelagem. Lisboa: B.I.E.P. (Colecção Manual do operário).

BRITO, Maria Filomena (1997) - Rendas barrocas em Portugal: colecção da capela de S. João Baptista. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

CALDAS, Maria Júlia (1995) - O Mundo maravilhoso do linho artesanal. IFADAP.

CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS (1998) - Bragais de um passado. Felgueiras: CMF.

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUALDE (1998) - Bordado de Tibaldinho. Lisboa: Câmara Municipal de Mangualde.

CAMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO (1996) - Fiando o tempo, tecendo o passado: fábrica de fiação e tecidos de Santo Tirso, 100 anos de história. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

CAMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE (1994) - Rendas de bilros de Vila do Conde. Vila do Conde: Câmara municipal de Vila do Conde.

CENTRE INTERNACIONAL D'ÉTUDE DES TEXTILES ANCIENS (1976) - Vocabulário português de técnica têxtil. Lyon: C.I.E.T.A.

CENTRO REGIONAL DE APOIO AO ARTESANATO (2001) - Bordado antigo dos Açores: elementos para um inventário artístico e técnico. Açores: Centro Regional de Apoio ao Artesanato.

CENTRO REGIONAL DE APOIO AO ARTESANATO (2001) - Exposição de bordado antigo dos Açores. Açores: Centro regional de apoio ao artesanato.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES (1997) - A Roda de fiar. C.N.C.D.P.

DIAS, Jaime Lopes (s/d) - "Tecidos". In A Arte popular em Portugal, 3º Volume, p.9-47. Lisboa: Verbo.

EARNSHAW, Pat (s/d) - The Identification of lace. Shire publication Ltd.

FERREIRA, Armindo Ribeiro da Costa (1982) - O Artesanato do linho. Rates: Associação de Amizade de São Pedro de Rates.

FERREIRA, Maria de Fátima da Silva (1966) - Catálogo da colecção de lenços de namorados. Barcelos: Museu de Cerâmica (Colecção Cadernos de Etnografia nº 8).

FORTUNA, Elisa (1981) - Práticas artesanais: a lã.

FREDERIKSEN, Ninette (1982) - Manual de tejeduría. Barcelona: Ediciones del serbal.

GENS, Manuel (1987) - Andanças do linho nas terras da Maia. Maia: Junta de freguesia da Moreira.

HARTUNG, Rolf (s/d) - Travaux textiles: couleurs et tissus. Paris: Dessain & Tobra (Colecção Le jeu qui crée nº 5).

IEFP (1989) - Malhas, rendas e bordados. Lisboa: IEPF.

IEFP (1989) - Tecelagem. Lisboa: IEPF.

IEFP (1992) - Tecelagem de Portugal. Lisboa: IEPF.

IEFP (1994) - O Bordado tradicional português. Lisboa: IEPF.

IEFP (1998) - Entre a montanha e a planície: tecendo modas e vidas. Lisboa: IEPF.

LUZIA, Ângela; MAGALHÃES, Isabel; TORRES, Cláudio (1984) - Mantas tradicionais do Baixo Alentejo. Mértola: Câmara Municipal de Mértola (Colecção Cadernos do campo arqueológico de Mértola nº 1).

- MAGALHÃES, M.M. Calvet (s/d) - Bordados e rendas de Portugal. (Colecção educativa, Série N; nº 10).
- MAGALHÃES, M.M. Calvet de (s/d) - "Rendaria". In A Arte popular em Portugal, p. 107-167 Lisboa: Verbo.
- MARTÍN, Blanca Rosa Sosa (s/d)- Calados canarios. Canaria: Fundación para la etnografía y el desarrollo de la artesanía canaria (Colecção Cuadernos prácticos de artesanía nº 1).
- MINISTÉRIO DA CULTURA (1993) - Exposição: artes em tecido. Delegação Regional da Cultura do Centro
- MONTEIRO, Eglantina (1986) - O Artesanato da lã na economia tradicional de Vilar de Perdizes e as escolas de tecelagem. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.
- MOURA, Maria Clementina Carneiro (s/d)- "Tapeçarias e bordados". In A Arte popular em Portugal, p. 51-105. Lisboa: Verbo.
- MOURA, Maria Clementina Carneiro (s/d)- Bordados tradicionais de Portugal: desenho de trabalhos. Porto: Companhia de linha Coats & Clark, Lda. (Colecção Livro âncora de bordados nº 1).
- MUSEU DE FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR (1980) - O "Bordado" e as colchas de Castelo Branco. Castelo Branco: M.F.T.P.J.
- MUSEU MUNICIPAL DE VALE DE CÂMBRA (2000) - Catálogo: ciclo do linho. Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra.
- MUSEU NACIONAL SOARES DOS REIS (1984) - Uma Técnica: três fios. Porto: M.N.S.R.
- MUSEU ROMÂNTICO DA QUINTA DA MACIEIRINHA (s/d) - Cândidinha: a arte de bordar no Porto. Porto: Câmara municipal do Porto.
- OLIVEIRA, E.V.; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim (1978) - Tecnologia tradicional portuguesa: o linho. Lisboa: Museu nacional de etnologia.
- PERDIGÃO, Teresa; CALVET, Nuno (2002) - Têxteis. Lisboa: Verbo (Colecção Tesouros do artesanato português nº 2).
- PEREIRA, Benjamim (1985) - Têxteis: tecnologia e simbolismo. Lisboa: Museu nacional de etnologia.
- SANTOS, Laura (1999) - A Enciclopédia da agulha. Moderna Editorial Laves
- SILVA, António F. (1994) - O Linho têxtil para artesanato: subsídios para o fomento da sua cultura do Vale do Sousa. Braga: Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho.
- SOUSA, António Teixeira (1994) - Bordados e rendas nos bragaís de Entre-Douro e Minho. Programa de artes e ofícios tradicionais (Colecção Gestos e objectos nº 1).
- SOUSA, Fernando de (1979) - A Indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1813). Lisboa.
- WILSON, Jean (1983) - Joinings, edges and trims: finishing details for handcrafted products. New York: Van Nostrand Reinhold Company.
- YALLOP, H.J. (1999) - The History of the horniton lace industry. Exeter: University of Exeter.

Legislação aplicável ao sector em Portugal

- Portaria nº 1099/80, de 29 de Dezembro - consagra as noções de artesão e de artesanato, para efeitos de apoio à criação e manutenção de postos de trabalho e à formação profissional.
- Decreto-Lei nº 154/81, de 5 de Junho - cria uma estrutura de apoio ao artesanato composta pelos seguintes órgãos: Conselho Interministerial para o Artesanato (CIPA), Comissão Executiva do Artesanato (CEA) e Núcleos de Apoio Regional ao Artesanato (NARA).
- Decreto-Lei nº 303/81, de 12 de Novembro
- Decreto-Lei nº 246/82, de 23 de Junho - institui o símbolo do artesanato português.
- Portaria nº 802/82, de 24 de Agosto - altera a Portaria nº 1099/80, de 29 de Dezembro.
- Decreto-Lei nº 247/85, de 12 de Julho - cria o Programa Conservação do Património Cultural
- Resolução do Conselho de Ministros nº 47/92, de 23 de Dezembro - procede à criação do PAOT - Programa das Artes e Ofícios Tradicionais
- Portaria 414/96, de 24 de Agosto - cria o Programa Escolas-Oficina
- Resolução do Conselho de Ministros nº 154/96, de 17 de Setembro, alterada pela Resolução do Conselho de

Ministros n.º 35/97, de 7 de Março - aprova a criação do RIME - Regime de Incentivos às Microempresas e define microempresa como aquela que possui até nove trabalhadores e que reveste a forma de empresário em nome individual, estabelecimento individual de responsabilidade limitada, cooperativa ou sociedade comercial.

- Decreto-Lei n.º 204/96, de 25 de Outubro - cria o Certificado de Ourivesaria Tradicional Portuguesa
- Portaria n.º 605/96, de 25 de Outubro - regulamenta o Decreto-Lei n.º 204/96, de 25 de Outubro.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/97, de 7 de Março
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/97, de 14 de Agosto - cria a Comissão Nacional para a Promoção dos Ofícios e Microempresas Artesanais, com a missão de desenvolver o PPART.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2000, de 1 de Fevereiro - altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/97, de 14 de Agosto, que aprovou o Programa dos Ofícios e das Microempresas Artesanais (PPART).
- Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2000, de 26 de Julho - aprova medidas de preservação, valorização e divulgação da gastronomia nacional enquanto valor integrante do património cultural português.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2001, de 19 de Dezembro - cria a Comissão Nacional de Gastronomia.
- Lei n.º 7/2002, de 31 de Janeiro - cria o Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos tendo em vista a promoção e valorização desta actividade.
- Portaria 1193/2003, de 13 de Outubro - aprova as normas complementares ao Processo de Reconhecimento de Artesãos e Unidades Produtivas Artesanais, ao Repertório de Actividades Artesanais e ao Registo Nacional do Artesanato.
- Portaria 1085/2004, de 31 de Agosto - aprova o modelo de símbolo, previsto no artigo 15.º-A do Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 110/2002, de 16 de Abril, estabelecendo as normas regulamentares relativas ao uso do mesmo.

Licenciamento - Legislação

- Portaria n.º 533/93 de 21 de Maio (D.R. n.º 118- I série-B) - Ministérios da Agricultura e do Comércio e Turismo - aprova, em anexo, o regulamento das normas sanitárias aplicáveis à produção e colocação no mercado de leite cru, de leite de consumo tratado termicamente, de leite destinado à transformação e de produtos à base de leite, destinados ao consumo humano.
- Decreto-Lei n.º 282/93 de 17 de Agosto (D.R. n.º 192- I série-A) - Ministério da Indústria e Energia - altera parcialmente o Dec.-Lei n.º 109/91 de 15 de Março e inclui a republicação do texto integral; estabelece as normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial, com o objectivo da prevenção dos riscos e inconvenientes resultantes da laboração dos estabelecimentos industriais, tendo em vista salvaguardar a saúde pública e dos trabalhadores, a segurança de pessoas e bens, a higiene e segurança dos locais de trabalho, o correcto ordenamento do território e a qualidade do ambiente.
- Decreto Regulamentar n.º 25/93 de 17 de Agosto (D.R. n.º 192- I série-B) - Ministério da Indústria e Energia - aprova, em anexo, o regulamento do exercício da actividade industrial
- Portaria n.º 744-B/93 de 18 de Agosto (D.R. n.º 193- I série-B) - Ministérios da Agricultura e da Indústria e Energia - tabela de classificação das actividades industriais, para efeito de licenciamento industrial.
- Decreto-Lei n.º 67/98 de 18 de Março (D.R. n.º 65- I série-A) - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - estabelece as normas gerais de higiene a que devem estar sujeitos os géneros alimentícios, bem como as modalidades de verificação do cumprimento dessas normas. Inclui, em anexo, o regulamento da higiene dos géneros alimentícios.
- Decreto-Lei n.º 57/99 de 1 de Março (D.R. n.º 50- I série A) - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - no âmbito do quadro legal aplicável ao licenciamento industrial, estabelece um normativo simplificado para os pequenos estabelecimentos de venda directa do sector agro-alimentar. São englobados, dentro de parâmetros bem

definidos, designadamente produtos à base de carne (inclui aves), de leite e derivados (com excepção do leite para consumo em natureza), de frutos e de produtos hortícolas, etc..

- Portaria n.º 407/2000 de 17 de Junho (D.R. n.º 163-I série-B) - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - tabela de classificação de lagares, no âmbito da classificação das actividades industriais, para efeito de licenciamento industrial (actualização).
- Decreto-Lei n.º 70/2003, de 10 de Abril (D.R. n.º 85 série I-A) - Ministério da Economia - Estabelece o regime de licenciamento das áreas de localização empresarial.
- Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 10 de Abril (D.R. n.º 86 série I-B) - Ministério da Economia - Aprova o Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial. São revogados os Decretos Regulamentares n.ºs 61/91 e 25/93, respectivamente de 27 de Novembro e de 17 de Agosto.
- Portaria n.º 464/2003, de 11 de Junho (D.R. n.º 131 série I-B) - Ministérios da Economia, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente - Estabelece

um novo regime legal para o exercício da actividade industrial. Revoga a Portaria n.º 744-B/93, de 18 de Agosto.

- Portaria n.º 473/2003, de 11 de Junho (D.R. n.º 134 série I-B) - Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, da Saúde, da Segurança Social e do Trabalho e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente - Define os termos de apresentação dos pedidos de instalação ou de alteração dos estabelecimentos industriais. Revoga a Portaria n.º 314/94, de 24 de Maio.
- Portaria n.º 474/2003, de 11 de Junho (D.R. n.º 134 série I-B) - Ministérios da Economia, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente - Define os documentos que devem instruir os pedidos de autorização de localização de estabelecimentos industriais apresentados junto das Câmaras Municipais ou das Direcções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território. Revoga a Portaria n.º 30/94, de 11 de Janeiro.



Instituto para a Qualidade
na Formação, I. P.

Ministério do Trabalho
e da Solidariedade Social

Av. Almirante Reis, 72
1150-020 Lisboa
PORTUGAL

Tel. +351 218 107 000
Fax. +351 218 107 191
iqf@iqf.gov.pt
www.iqf.gov.pt

Estudos já disponíveis nesta colecção:

1. Vestuário
2. Rochas Ornamentais
3. Hotelaria
4. Construção Civil e Obras Públicas em Portugal
5. O Sector da Cerâmica em Portugal
6. A Indústria Têxtil em Portugal
7. Metalurgia e Metalomecânica em Portugal
8. O Sector das Madeiras e Suas Obras em Portugal
9. O Sector dos Transportes em Portugal - Aéreo
10. O Sector dos Transportes em Portugal - Rodoviário
11. O Sector dos Transportes em Portugal - Marítimo
12. O Sector dos Transportes em Portugal - Ferroviário
13. O Sector dos Transportes em Portugal - Rodoviário de Mercadorias
14. O Sector dos Transportes em Portugal - Rodoviário de Passageiros
15. Comércio e Distribuição em Portugal
16. Pescas e Aquicultura em Portugal
17. O Sector Agro-Alimentar em Portugal
18. Curtumes, Calçado e Marroquinaria em Portugal
19. As Indústrias do Cimento, Cal, Gesso e Derivados
20. O Sector do Vidro em Portugal
21. O Sector da Energia em Portugal
22. O Sector da Agricultura em Portugal
23. O Sector da Química e Plásticos em Portugal
24. O Sector dos Serviços de Proximidade: Serviços de Acção Social
25. O Sector dos Serviços de Proximidade: Serviços Pessoais e de Apoio à Vida Quotidiana
26. A Indústria da Cortiça em Portugal
27. O Turismo em Portugal
28. O Sector dos Serviços de Informação e Comunicação
29. A Indústria do Equipamento Eléctrico e Electrónico em Portugal
30. O Sector do Ambiente em Portugal
31. Preservação, Conservação e Valorização do Património Cultural em Portugal
32. A Indústria da Pasta, Papel e Artes Gráficas em Portugal
33. O Sector das Actividades Artísticas, Culturais e de Espectáculo em Portugal
34. A Indústria de Conteúdos em Portugal



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social



Projecto apoiado pelo
Programa Operacional de Assistência
Técnica ao QCAIII - Eixo FSE

IQF
O Sector das Actividades Artesanais em Portugal

ISBN 9-72-861985-5



9 789728 619855 >

€ 15,00